

## Sumário deste número

**EDITORIAL:** Fundação Brasil-Central — Prof. JORGE ZARUR (pág. 3)

**COMENTÁRIO:** A Geografia e a Estética — Eng.º MOACIR M. F. SILVA (pág. 5).

**TRANSCRIÇÕES:** A Orientação Moderna — Prof. DELGADO DE CARVALHO (pág. 8). — Elementos e “Data” Geodésicos de Referência no Hemisfério Ocidental — Prof. CLEMENT L. GARNER (pág. 12).

**RESENHA E OPINIÕES:** Problemas de povoamento e a pequena propriedade (pág. 17). — Goiânia, a mais nova capital brasileira (pág. 31). — Climas fabricados (pág. 34). — Costa Rica (pág. 35).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Região Nordeste — Prof.º LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS (pág. 38). — Região Leste — Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (pág. 41).

**ERTULIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Quadragésima sétima tertúlia, realizada a 28 de dezembro de 1943 (pág. 44). — Quadragésima oitava tertúlia, realizada a 4 de janeiro de 1944 (pág. 46). — Quadragésima nona tertúlia, realizada a 11 de janeiro de 1944 (pág. 53).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 55). — Ministério da Agricultura (pág. 55). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 55). — Ministério da Viação (pág. 56). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 57). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Brasileira de Educação (pág. 56). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 58). — CERTAMES — Exposição de Arquitetura Brasileira em Belo Horizonte (pág. 58). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 58). — Espírito Santo (pág. 59). — Paraíba (pág. 59). — Pernambuco (pág. 59). — Santa Catarina (pág. 59). — São Paulo (pág. 60). — MUNICÍPIOS — Campinas (pág. 61). — Fortaleza (pág. 61). — Itaparica (pág. 61). — Rebouças (pág. 62). — Ribamar (pág. 62). — Petrópolis (pág. 62). — Santos (pág. 62). — Saquarema (pág. 63). — Serra Negra (pág. 63). — Sêro (pág. 63). — Tramandaí (pág. 63). — Uruguiana (pág. 64).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 65). — Periódicos (pág. 68). — A Cartografia brasileira nos livros estrangeiros — VIII — (1913 a 1914), (pág. 69). — Bibliografia estrangeira sobre o Brasil — XII — (1901-1905) (pág. 71).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados no mês de fevereiro de 1944 (pág. 73). — Íntegra da legislação de interesse geográfico (pág. 77). — Atos diversos (pág. 79). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 81). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Comissão Censitária Nacional — Ementário das Resoluções aprovadas em 1943 (pág. 104). — Conselho Nacional de Estatística — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1943 (pág. 105). — Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções ns. 75 a 84 (pág. 107). — Diretório Central — Íntegra das Resoluções ns. 75 a 84 (pág. 113). — Diretórios Regionais (pág. 119).

# Boletim Geográfico

Ano I

MARÇO, 1944

N.º 12

## Editorial

### Fundação Brasil Central

*A obra de desbravamento e conhecimento da vasta área do platô-central brasileiro, quando levada a cabo pela Fundação Brasil Central, trará à geografia do Brasil uma grande quantidade de informações que, por certo, transformarão o conceito dos geógrafos sobre essa região do Brasil. O território onde a Fundação exerce as suas atividades fica compreendido entre o rio Amazonas ao norte, bacia do Tapajós a oeste, bacia Araguaia-Tocantins a leste e o divisor de águas das bacias do Paraná-Paraguai ao sul.*

*Sob o ponto de vista geopolítico o trabalho da Fundação, dirigida pelo dinâmico bandeirante do século XX, o ministro João Alberto, constitui uma afirmação da capacidade de desbravamento das terras do Brasil pelos brasileiros e é, ao mesmo tempo, uma demonstração ao mundo tão cubitoso por terras, que o Brasil trabalha neste momento para a ocupação efetiva de suas áreas ainda inabitadas. É preciso, ainda, levar em conta o trabalho de ligação pelo interior, ao longo do círculo máximo entre o Rio de Janeiro e Manaus, permitindo alcançar a capital do Amazonas, na situação atual da aviação, em cerca de 8 horas e encurtando de muito o trajeto para os Estados Unidos.*

*Quanto ao conhecimento do potencial econômico da área onde a Fundação exerce as suas atividades, nada ou pouco se sabe e o programa elaborado para o levantamento da região é muito promissor. Se a Fundação fizer somente este trabalho, prestará um grande serviço ao Brasil.*

*Os estudos necessários para o planejamento do desenvolvimento da região do Brasil Central foram organizados da seguinte maneira:*

- |           |   |                            |
|-----------|---|----------------------------|
| Grupo I   | { | A — Geografia              |
|           |   | B — Estatística            |
| Grupo II  | { | C — Climatologia           |
|           |   | D — Geologia               |
|           |   | E — Biogeografia           |
| Grupo III | { | F — Transporte             |
|           |   | G — Energia e combustíveis |
| Grupo IV  | { | H — Produção e consumo     |
| Grupo V   | { | I — Saneamento             |
|           |   | J — Ecologia e etnografia  |
| Grupo VI  | { | K — Urbanismo              |
|           |   | L — Colonização.           |

*Os objetivos principais da Fundação Brasil Central são, além do desbravamento da região e do incentivo da produção, o povoamento, a organização dos transportes, o planejamento regular do comércio e estudos pormenorizados da região. A Fundação é sustentada por subvenções, doações e por outras fontes de rendas que advêm das suas atividades.*

*Inegavelmente, o Conselho Nacional de Geografia e o Boletim não podem deixar de aplaudir a promissora iniciativa e de cooperar com os dirigentes da Fundação Brasil Central, porque se trata de uma instituição que pretende não só o desenvolvimento de uma vastíssima região do Brasil, mas, ainda, o seu descobrimento geográfico.*

**JORGE ZARUR**

Da Comissão da Biblioteca Geográfica  
Brasileira.



# A Geografia e a Estética

Eng. MOACIR M. F. SILVA  
Consultor Técnico do Ministério da Viação  
e do Conselho Nacional de Geografia

A geografia, ciência da natureza, tem, como esta, a sedução de sua própria *beleza natural*.

O homem, desde a antigüidade, como desde criança, impressiona-se com as *belezas naturais da terra* em que nasceu, ou daquela em que vive; e também se sente curioso das belezas misteriosas, porque ainda desconhecidas, de outras *terras*, próximas ou distantes.

Aquilo que está por trás da montanha barreira ou na outra margem do mar-  
fronteiro, tem uma força de atração irresistível.

Tôda ciência, mesmo a matemática, possui uma expressão estética, uma sedução, um encanto, que é o agulhão de seus cultores.

Quanto mais a estudam, quanto mais a penetram, quanto mais a conhecem intimamente, mais belezas lhe descobrem.

E a geografia, mais que qualquer outra, é fascinante: por ser a ciência estética por excelência, de nossa própria vida, de nossa grande morada geóidica, vogante, ela também, no universo sideral.

Particularizando mais: a geografia do Brasil, estudo desse pedaço da Terra, tão formoso quão extenso, — não só para nós brasileiros, mas para quantos estrangeiros com sensibilidade o conheçam, — tem belezas atrativas, compensações estéticas que não se descrevem, pois mergulham no domínio indefinível das emoções mentais mais puras e mais agradáveis.

Tôda a geografia, com suas inúmeras subdivisões especializantes, é ao mesmo tempo uma ciência e uma arte.

Os próprios livros superiores de tal ciência, e os grandes atlas geográficos, mesmo as revistas de geografia, são também trabalhos artísticos tanto quanto científicos.

Talvez por isso, dia a dia, com o progredimento intelectual da humanidade, aumentando, a igual passo, sua capacidade estética, cresce o número dos que se interessam pela geografia em seus múltiplos aspectos.

Exagerando um pouco, podemos dizer que “tudo hoje é geografia”, ou em outras palavras, “hoje, se todos não a estudam, pelo menos todos fazem, mesmo sem sabê-lo, geografia”.

\*

A diferença entre o cientista e o homem comum, mas capaz de sentir a beleza imanente das coisas, é que a este basta essa irradiante beleza exterior, por assim dizer, objetiva, que fala aos sentidos, especialmente à *vista* (paisagem, construções humanas) e um pouco menos ao *ouvido* (vozes, ruídos, vento) e ao *olfato* (flores, fontes, matas, pântanos)...

O cientista, o sábio, é um esteta mais profundo, um artista em grau superior: vai descobrir, e senti-la deliciosamente, a beleza interior (invisível aos profanos), que se oculta no íntimo das coisas, ou antes, nas profundidades do saber.

\*

As velhas cartas geográficas do século XVI, os mapas antigos, cheios de figuras, de desenhos (navios, peixes, golfinhos, árvores, bandeiras, índios, pássaros, etc.) são outros tantos indícios de que a geografia é espontaneamente artística.

Mesmo hodiernamente, parece persistência dêsse antigo pendor natural o próprio desenho cartográfico, tão técnico, mas tão cheio de simbolismo estético.

\*

A geografia das cidades e o urbanismo, êsses dois irmãos gêmeos da geografia estética, e bem assim outras modalidades da geografia, como a toponímia, a distribuição geográfica dos gentílicos, a da flora e a da fauna, a do folclore, a da indumentária e outras, são também talvez tanto do domínio da arte quanto do da ciência.

Serão possivelmente aspectos vários de uma universal ciência artística, ou melhor, de uma arte científica.

Como quer que seja, é notório que, em geral, aquêles que gostam de geografia são também estetas: apreciam tôdas as artes.

\*

Se o verdadeiro destino do homem é o culto à beleza (o belo natural e o belo subjetivo) e a beleza é o esplendor da verdade; se a natureza é a verdadeira bíblia e louvar a natureza é louvar a Deus; se a suprema sabedoria humana é viver da natureza, com a natureza e para a natureza; e um dia a ciência e a arte hão de falar a mesma língua, — então que, nessa ordem de idéias, nos seja permitido fixarmos alguns conceitos:

1) — A geografia estética tem como objetivo o conhecimento das belezas da Terra.

2) — A geografia estética ensina a amar a Terra, conhecendo-a melhor pelo que a Terra tem de mais belo, admirando-o e louvando-o.

O amor à Terra assume três modalidades essenciais: prática, científica e estética:

Amor à Terra:	{	<p><i>prático</i>: exploração: agricultura, pecuária, mineração;</p> <p><i>científico</i> (e também estético): investigação: geografia e outras ciências naturais;</p> <p><i>estético</i> (e estático): louvor: arte, literatura, pintura, etc.</p>
---------------	---	---

3) — A geografia estética, ou seja o estudo das belezas da Terra e de sua distribuição pela superfície desta, pode subdividir-se:

a) *Geografia estética espontânea* — estudo da natureza *natural, virgem*, sem influência humana. *Belezas naturais*, (o mar, as praias, as ilhas... a montanha, as cachoeiras ... o campo, os vales, os rios, os lagos, ...). *A paisagem física*.

b) *Geografia estética intencional* — estudo da natureza *modificada pelo homem*. — As construções *humanas* (os portos organizados, os canais, os açudes, as pontes, os viadutos e aquedutos, as estradas ... cidades, palácios, monumentos — ... jardins, parques florestais...). *A paisagem humanizada*.

c) *Geografia turística*, ou *turismo* — estudo de usos, costumes, linguagem, objetos, curiosidades... recantos, "cortes" (trechos) de beleza local... teatro, música, danças, folclore, *folk-song*... dados interessantes (estatísticos, geográficos, históricos, informativos) ... filatelia, numismática, etc — (*Misto das duas paisagens: a física e a humana*).

4) — Um sugestivo e informativo "museu geográfico", belo e útil como o do Conselho Nacional de Geografia é simultaneamente um mostruário técnico e estético, — uma exposição permanente de geografia estética.

5) — O homem desloca-se na face da Terra ou no ar, por dois motivos principais:

a) por interesse: mercantil, profissional, etc...

b) por prazer: para conhecer, ou rever, as belezas da Terra.

As descrições (científicas ou literárias), a pintura, a fotografia mesmo e o cinema não substituem a *visão direta*, a contemplação imediata das belezas infinitas dos inúmeros rincões da Terra.

Por isso, o *prazer*, além da *utilidade das viagens*, é insubstituível.

*Ver* é melhor do que apenas *saber* (por ler, ou *ouvir dizer*).

Há quem afirme que *ler geografia*, ou narrações de *viagens*, como vê-las em *filme*, é *viajar sentado*, mas...

As marinhas e as paisagens, vistas do automóvel ou do avião, do navio ou do trem, são panoramas em marcha, perspectivas em fuga, fixados para sempre no caleidoscópio rutilante das impressões sucessivas.

E as paisagens e marinhas descritas, por mais que contenham "*palavras de cor*", por mais "*pinturesca*" que seja a literatura *descritiva*... são desenhos brancos, pinturas *mortas*, apenas *sugeridas*, jamais *sentidas*.

6) — Os centros de excursionismo, de alpinismo, de turismo em geral, devem ser considerados como associações (quase escolas) de geografia estética.

7) — A nomenclatura e a terminologia geográfica exprimem:

a) para o geógrafo apenas cientista: a definição de um fato geográfico com tôdas as suas características e peculiaridades; Exemplo: *Rio de Janeiro* é... a capital do Brasil; *baía de Guanabara* é... o golfo que serve de porto a essa capital;

b) para o geógrafo-esteta: a tradução de um fenômeno de beleza (natural, ou criada pelo homem);

Assim: *Rio de Janeiro* é... "a cidade maravilhosa"!

*Baía de Guanabara* é... "a baía mais bela do mundo"!

8) — Em geografia estética tem larga e justa parte e influencia o sentimento do torrão natal: "*nossa terra e nossa gente*".

9) — Na "simbólica" da geografia estética, uma pequena imagem, uma "figurinha" apenas representa uma cidade, uma região, um país.

Exemplos: *O Pão de Açúcar* evoca o Rio de Janeiro;

A *Torre Eiffel*... Paris;

O *Fugy-Yama*... o Japão.

Nos lares e nos escritórios dos que vivem longe da pátria, além da bandeira e do mapa, símbolo e representação gráfica do país distante, é comum encontrar essas "figurinhas" simbólicas rememorativas que parecem, se não consolar, ao menos atenuar o pungitivo sentimento de nostalgia.

10) — Em geografia estética os que se iniciam espontaneamente, fazem-no induzidos pela atração do belo (objetivo e subjetivo).

11) — A geografia, por suas próprias belezas, deve ser **considerada fator importante na educação estética da criança**, e, por isso, na formação natural de seus sentimentos de verdade.

Os livros didáticos de geografia, especialmente nos cursos elementares, devem ser *livros bonitos*; apresentação agradável; bom papel; bem impressos; pouco texto, só o suficiente; tipo grande e variado; belas figuras, coloridas umas, fotografias outras.

Em que possam pesar valiosas opiniões em contrário, julgamos que no ensino elementar, no secundário, e mesmo no superior, certamente seria preferível: "*menos livros de geografia porém livros mais belos de geografia*".

# A Orientação Moderna

Trecho do livro  
*Metodologia do Ensino Geográfico*  
— Livraria Francisco Alves —  
Rio de Janeiro — 1925

DELGADO DE CARVALHO  
Professor da Faculdade Nacional de Filosofia  
e membro do Diretório Central do Conselho  
Nacional de Geografia

## O ALCANCE DIDÁTICO DA GEOGRAFIA GERAL

### I

#### O argumento geográfico

##### *Suas características e sua complexidade*

Nem sempre é fácil distinguir um argumento geográfico de um argumento que não é geográfico, devido ao fato de fazer muitas incursões em domínio alheio o ramo científico ao qual foi dado o nome de geografia. Entretanto, a maior parte das vezes é suficiente uma simples leitura da frase.

São geográficas, frases como esta: “O Itatiaia e o Caparaó alcançam quase 3 000 metros de altitude, no maciço brasileiro” — “Há regiões, no nordeste do Brasil, que recebem menos de 200 milímetros de chuva por ano”.

Não são geográficas, as frases seguintes: “O café é uma rubiácea” — “O Brasil tornou-se independente em 1822”, etc.

Mas frases podem ser feitas em que os argumentos são complexos, envolvendo uma relação, que as torne geográficas: “O café é uma rubiácea de origem arábica e abissínia, que encontrou o seu *habitat* mais favorável no planalto meridional do Brasil, onde provocou um notável desenvolvimento econômico e social o alastramento de sua cultura”.

Temos assim argumentos botânicos, históricos, econômicos que, no seu conjunto, constituem um argumento geográfico complexo.

Esta complexidade da geografia é que, muito tempo abandonada ou mal entendida, impediu os progressos da geografia outrora, e como hoje aliás; esta mesma complexidade, convenientemente interpretada, é o melhor fator de progresso da ciência geográfica.

### II

#### Localização — Distribuição e correlação dos fenômenos

*O objetivo da geografia antiga — Uma ciência de distribuição  
O aspecto atual; uma ciência de correlação*

O que caracteriza o argumento complexo, genuinamente geográfico, é, segundo Davis, a aplicação do princípio das relações causais, durante muito tempo recusada à geografia.

Localizar os fenômenos e os fatos foi o principal objetivo da geografia antiga, deixando o estudo dos fatos e fenômenos êles mesmos a outros ramos científicos.

Mais tarde foi feito um progresso: ao lado da localização foi feita a distribuição. Os geógrafos britânicos fizeram da geografia uma ciência de distribuição no espaço dos diferentes elementos geográficos. Qualquer fenômeno, qual-

quer fato, era considerado como devendo ser “distribuído” no Globo, com algumas considerações sistemáticas, isto é, de conjunto. O exagêro poderia levar longe; ao lado da distribuição de tal raça ou de tal religião, de tal cultura ou de tipo de rio, poderia ser feita a distribuição de tal ou tal gênero de poesia, de tal ou tal modo de encadernar livros.

O terceiro estágio dos progressos geográficos foi marcado pela importância sempre maior dada às correlações existentes entre fenômenos e fatos, às relações de causalidade e de finalidade.

Assim, podemos dizer que a geografia antiga estudava “o universo e seus habitantes”, enquanto que a geografia moderna estuda “o universo em relação aos seus habitantes”. A geografia deixou de ser um estudo estranho ao homem. O canal do Panamá é assunto de geografia porque se relaciona ao homem como morador do Globo, enquanto que os canais de Marte ficam no domínio exclusivo da astronomia... ou pelo menos dos geógrafos marcianos.

A razão primordial deste progresso, entretanto, deve ser procurada no avanço e desenvolvimento de outras ciências, especialmente das ciências biológicas e da geologia.

A complexidade da geografia moderna resulta pois de ser ela o ponto de interferência de diferentes ciências, como poderia ser visto num gráfico que representaria as ciências sociais, naturais, físicas e matemáticas cruzando-se, ficando o campo comum num círculo central, representando a geografia. A geologia, a meteorologia, a botânica, a zoologia entram em proporções diversas e as matemáticas fornecem o elemento de apreciação, de comparação necessário às descrições, aos cálculos demográficos e outros.

Um assunto qualquer pode em si não ser argumento geográfico, como vimos, mas, segundo o modo de ser tratado, pode entrar ou não na geografia. São as suas correlações que o tornam geográfico.

Este modo de ver alargou consideravelmente a interpretação da geografia. Enquanto este ramo científico se limitou a expor empiricamente os fatos, só podia enriquecer a geografia por meio dos próprios fatos. Daí as intermináveis listas confiadas à memória.

Na geografia moderna, ao contrário, o manual não deve ser a repetição seca do mapa, não deve ser ele apenas o mapa disposto em linhas impressas seguidas. Para isso temos o Atlas e basta saber lê-lo. O manual moderno é feito para coordenar fatos, explicá-los, dizer exatamente o que o mapa não pode dizer. Daí resulta a inutilidade das listas mnemotécnicas, das paráfrases sem interesse do que pode mais facilmente ser lido no mapa. A geografia moderna dá mais valor ao livro e mais valor ao mapa tornando um a explicação do outro e não a sua mera reprodução sob outra forma.

O impulso tomado pela geografia interpretada foi de tal ordem que passou a ser este ramo científico um auxiliar para outras ciências, como a história, por exemplo.

As línguas célticas faladas nas extremidades ocidentais do continente europeu são explicadas hoje por argumentos geográficos, como a direção de nossas bandeiras para leste, obedecendo ao curso dos rios, como a colonização da África-Oriental por populações malaias, etc.

### III

#### A terminologia e os estudos geográficos

##### *Expressões locais e palavras técnicas — Depressão moral no estudo da disciplina*

A geografia sofreu, porém, do mal dos recém-chegados, no domínio científico. Encontrou uma terminologia falha, incompleta. São poucas as palavras para descrever terras, ilhas e passos: o recurso está nos adjetivos e o abuso do adjetivo é sempre um grande mal, especialmente em matéria científica.

As necessidades da geografia iam crescendo e forçosamente para enfrentá-las foi necessário adotar palavras locais, de gíria ou dialeto regional, para descrever fenômenos locais, o que muito prejudicou a clareza das explicações.

Certos geógrafos, no intuito de tornar a geografia mais imponente, recorreram ao "falar difícil" e procuraram neologismos gregos, criaram palavras como "colpografia", "acrografia", "potamografia", ou outras que em nada adiantam ao caso, pois não se aplicam a fenômenos ou fatos novos, mas simplesmente a subdivisões desnecessárias e perigosas. Continuam sem equivalente o que os alemães chamam *horst*; o que os americanos chamam *weathering*; o que os suíços chamam *beine*, etc. Sem contar inúmeros fenômenos geográficos que ainda estão para ser crismados em qualquer língua que seja. Este defeito, notado pela Comissão do Mississippi, impediu que muitos fenômenos de seu vale de inundação fôsem classificados, descritos e mesmo notados.

A pobreza da terminologia geográfica é também devida ao número reduzido de estudantes de geografia superior. É raro o geógrafo de profissão: encontramos botânicos, geólogos, historiadores — mas não geógrafos.

O resultado destes fatores todos que deprimiram o estudo da geografia foi exatamente o antigo método geográfico de ensino. Sentindo a necessidade de exigir alguma coisa, livros, programas, mestres e examinadores derivaram para a acumulação mnemotécnica a atividade dos alunos. Acabou sendo isso uma exigência da opinião pública: o prêmio é a quem decorar mais nomes, indistintamente do valor representativo destes nomes. O geógrafo americano Davis compara estas recitações ao que seria o estudo da geometria se ao menino só cumprisse expor o teorema com a mesma figura, as mesmas letras, as mesmas palavras, revelando assim não ter compreendido o caso nem saber generalizar. Eminentemente literato brasileiro me disse, um dia, ter impressão, ao assistir um exame de corografia, que tratava-se de um diálogo em língua tupi entre o examinador e o candidato. Infelizmente ainda existem apologistas do sistema da mnemotécnica: são fáceis de reconhecer porque a característica que fornecem todos é de falar muito teoricamente em geografia moderna mas de condenar praticamente as suas aplicações como sendo "conversa fiada", fora do alcance dos alunos, ou então de sustentar que o que há de prático é saber nomes de lugares.

Os nomes devem ser conhecidos, especialmente nos primeiros anos de estudo, começando pelos de uso mais comum, mais próximos e ligados à vida de todo o dia. Mas é dever do mestre nunca deixar um nome isolado, sem conexão, sem relações de causalidade ou de finalidade. O número de assuntos a ensinar pode variar, mas nunca poderá dispensar a relação direta ou indireta com o centro de interesse, o homem.

#### IV

##### A finalidade do ensino geográfico

*A ação do meio sobre o homem — Reação e adaptação do homem  
— Exemplos — Estudos dos meios geográficos — Conclusão*

Os detalhes, em geografia, têm um valor educativo muito inferior aos princípios. Quanto à dosagem destes princípios no ensino, pouco pode ser dito de um modo geral: depende grandemente dos alunos, das qualidades do mestre, de sua experiência própria, de seus métodos de exposição. Mas o princípio geral existe: o mestre deve procurar demonstrar ao aluno, no ensino da geografia, de que modo o meio age sobre o homem e de que modo o homem reage ou se adapta. Os fatos devem ser invocados em si, primeiro, sistematizados para a compreensão e generalização do fenômeno que representam e, em seguida, em relação ao mundo orgânico, ao homem que é a medida de tudo, como diziam os gregos.

Mais adiante, nos estudos primários, a geografia sistemática é substituída pela geografia regional. Já são conhecidas as generalidades iniciais: a localização, a distribuição e as conexões já foram experimentadas pelo aluno. O seu meio geográfico já lhe foi explicado e ele está apto a compreender a existência de outros meios onde os fenômenos geográficos são outros, onde, por conseguinte, serão outros os usos da vida diária.

Ele compreenderá por que o menino da Groenlândia entra de gatinhas, por um estreito corredor, na abóbada gelada que é a sua casa de neve; saberá porque esta casa é de neve; saberá que a sua carinha é escura, não pela cor da pele, mas porque não se lava. Explicará que a faca do groenlandês é feita de maxilar de

tubarão e que os brinquedos das crianças são rédeas e chicotes porque a sua ambição é de ter como o pai o seu trenó com cachorros ou renas; achará curiosa a comida de peixe cru e de pele de foca com pêlos ainda. Ao sair da casa de gelo ele seguirá o pequeno esquimó na sua caçada ao urso, em sua canoa ou *kayak* de pesca, enquanto na casa ficaram a mãe e a irmã cosendo peles com espinhas de peixe, para novas roupas.

Ele compreenderá também que o menino das estepes não sabe nem ler nem escrever, porque só velhos sábios da tribo é que são letrados, mas desde a idade de três anos monta a cavalo. Ele saberá que levantando o acampamento, as tendas enroladas são carregadas pelos camelos para a próxima pousada em novas pastagens. Os homens seguem a cavalo, as mulheres a pé. A grande preocupação é o rebanho de carneiros e cabras. A comida é carne de carneiro, às vezes um pouco de trigo cozido n'água e coalhada.

Compreenderá também outros meninos, patricios seus, o filho do amázonas, do parará que lhe conta histórias do Ceará, da terra que teve de abandonar durante a grande seca. Ele conhece o barracão paterno, lá na mata, onde o pai se embrenha todos os anos durante os meses da colheita da borracha. Ele sabe virar tartarugas quando, em outubro, elas vêm cavar buracos na praia para pôr ovos. O pai prefere a sua carne de vento, mas o filho já está afeito ao peixe-boi em mixira, ao sabor do piracuru e à manteiga de tartaruga. O balde, as tigelinhas, a tariboca são objetos que conhece desde que nasceu, mas que evocam a idéia do "aviador" que explora o pai, quando poderiam todos ser tão felizes, em terras de sua propriedade, no Ceará de seus sonhos.

E assim por diante, compreenderá o pequeno imigrante que vive na fazenda de café, de São Paulo, mas que ouve diariamente o pai falar em comprar um sítio no Nordeste, onde poderá plantar café seu, cereais seus em terra sua, neste grande Brasil tão formoso que o acolheu, quando, deserdado da fortuna, as sociedades da Europa o expeliam como bôca inútil.

Cada meio social, as terras polares, as estepes, as savanas, os desertos, a montanha, a selva, as campinas, passarão a constituir quadros vibrantes na imaginação dos alunos, porque preparados pela geografia sistemática a conhecer as diferenciações causadas pela desigual distribuição dos climas, do relêvo, da hidrografia, dos mares; êle poderá reconstituir a causalidade e a finalidade destes elementos nos quadros diversos que descreve a geografia regional. Fazendo assim girar em tôrno do homem o eixo de todo interesse geográfico, teremos facilitado o trabalho mental do menino, teremos criado associações que nunca mais se apagarão.

O difícil é a organização, a ordem e sucessão das relações, mas o sistema dos círculos concêntricos, em boa hora adotado pelo programa primário, torna a seqüência natural dos fenômenos mais fácil e acaba com a hesitação que resulta sempre da exposição de fatos, por natureza, coexistentes.

De um modo geral, é necessário evitar, no ensino da geografia, como no de outras matérias, que a lembrança de um fato científico fique ligada ao aspecto da página impressa em que foi lido. Um menino que corrigiu o seu companheiro porque pintou de vermelho o Estado de Sergipe, quando no seu atlas êste Estado é verde, mostra que não percebeu o alcance do ensino geográfico que lhe foi ministrado.

É fácil ensinar por meio de livros e de palavras, porém, em geografia é mais proveitoso ensinar por figuras, por objetos, por coisas. O menino tem faculdades de observação muitíssimo mais desenvolvidas do que as suas faculdades de elocução e expressão; por isso convém fornecer-lhe maior material de observação, muito maior número de realidade do que jamais poderá decorar.

Em suma, em geografia como em outras disciplinas, dar aula é fácil, mas ensinar bem e ensinar interessando é difícil; requer esforço e experiência do mestre. Para facilitar êste ensino há programas e interpretações de programas, mas não há fórmulas, não há regras fixas, porque são demasiadamente variáveis os elementos subjetivos do programa: é no amor da Pátria, representada pelas gerações que se levantam diante de nós, que devemos procurar as energias e a dedicação necessárias.

# Elementos e "Data" Geodésicos de Referência no Hemisfério Ocidental

Revista Geográfica — Instituto Pan-Americano de Geografia e História —  
Tomo II — México — 1942

CLEMENT L. GARNER  
Chefe da Divisão de Geodésia do  
"U. S. Coast and Geodetic Survey"

Por motivo da atual guerra em que estão envolvidas quase tôdas as nações americanas, a importância e o valor dos mapas para os povos do Hemisfério Ocidental, assumem uma transcendência nunca vista até agora. Por isso, qualquer conhecimento geográfico, por insignificante que seja, é hoje de incalculável valor.

Os cartógrafos do Hemisfério Ocidental se aperceberam de que o seu trabalho está lamentavelmente atrasado em uma época em que se necessita de milhões de mapas tanto para fins militares como para uso civil. Tanto é assim que no Hemisfério Ocidental há ainda enormes extensões de terreno dos quais não temos bons mapas, e nem sequer se iniciaram os trabalhos fundamentais da cartografia, ou seja os estudos geodésicos de triangulação e nivelamento.

Que se deve fazer para melhorar esta situação? Como uma concessão de preferência, a cartografia tem recebido um vigoroso impulso em muitas áreas estratégicas, porém, só do ponto de vista defensivo. Em outras palavras, a finalidade imediata que se procura é clara para todos. Mas, não poderíamos projetar a nossa perspectiva um pouco mais adiante? Não se deve supor que as necessidades cartográficas hão de cessar uma vez terminada a guerra. Muito longe disso. Quase em tôdas as partes se considerou este trabalho assunto do momento, antes que um problema de caráter nacional, merecedor de um plano de longo alcance, bem meditado e melhor concebido, com o propósito de satisfazer exigências para o futuro. Ainda que quando nos Estados Unidos se tenham começado estudos cartográficos, há mais de um século e um quarto os geógrafos nos dizem agora que somente cerca da metade do país está representada propriamente em mapas, e que apenas a metade desta, ou seja a quarta parte, pode ser considerada suficientemente estudada para os fins da cartografia.

Por ventura não foi suficiente a nossa experiência para pormo-nos em condições de prever, mesmo vagamente o que o futuro haverá de exigir, e assim justificar um plano extenso para a rápida terminação daqueles projetos de que necessitaremos seguramente nos próximos anos?

*Elementos de referência de apoio horizontal* — Uma das questões fundamentais que se tem de resolver antes de se empreender o levantamento dos mapas de uma nova região, é a quantidade de pontos de apoio geodésico necessários como base para a fixação de elementos de referência que sirvam para se conhecer tôdas as posições geográficas. Para as elevações normais serão necessários, além disso, "data" de referência de apoio vertical. Afortunadamente já se progrediu muito neste sentido na América do Norte, mediante a adoção conjunta pelo Canadá, México e Estados Unidos, de uma referência única de triangulação, conhecida pelo nome de "elemento de referência norte-americano". Este elemento de referência evita a necessidade de duplos dados de coordenadas nas fronteiras e impede a confusão que indubitavelmente surgiria em tais circunstâncias. Há a esperança de que cedo ou tarde, esta referência comum terá que se estender ao sul até o istmo do Panamá, onde resultará muito conveniente e satisfatória para estabelecer a amarração com o elemento de referência sul-americano, quando este for fixado. Sabedores das grandes vantagens que se derivam do uso de um elemento de referência único para uma grande área não deveriam, acaso, os países sul-americanos organizar agora seus trabalhos segundo planos uniformes, de modo que, quando se estabeleçam pontos de apoio comuns em países vizinhos, se chegue à adoção de um elemento de referência único para todo o Continente?

Isto poderia ser realizado por cada país, se se seguissem métodos uniformes de trabalhos de campo e de gabinete que assegurassem a precisão adequada ao objetivo final do projeto geral.

*Configuração da Terra* — Um dos primeiros problemas a resolver é a escolha da forma geométrica da Terra que se há de adotar ao se estabelecer o elemento de referência sul-americano. A Sociedade Internacional de Geodésia recomendou, em 1924, o “esferóide internacional” a todos os países que estivessem em condições de usá-lo. Este esferaide, sem dúvida alguma, representa a configuração mais precisa das dimensões da Terra e parece quase ideal à América do Sul. Já o adotaram um ou mais países. Aceito o esferaide, os países necessitarão de elementos de referência provisórios até que se tenham amarrado as suas respectivas operações geodésicas, para formar circuitos com as conexões transversais que se considerem necessárias para facilitar o ajuste em um único sistema comum. O elemento de referência resultante deste processo é, com certeza, susceptível de maior precisão que nenhum outro.

Os estudos topográficos e geodésicos nos Estados Unidos se baseiam no “esferóide de Clark”, de 1866, não porque este seja preferível, mas sim porque a nossa rede de triangulação já era tão extensa para a época em que se adotou o “esferóide internacional da Sociedade Internacional de Geodésia” que a magnitude do trabalho que exigia a mudança tornava-o quase impossível. O “esferóide de Clark” de 1866 satisfaz a todos os fins práticos, porém, o “internacional” é mais exato, sem dúvida alguma, e é o que conviria fosse adotado em todos os países, sempre que possível.

*E' necessária a uniformidade* — Do ponto de vista externo, parece que não existe nenhum obstáculo insuperável à realização desse objetivo ideal no que respeita à América do Sul. É necessária a cooperação de todos os países, a fim de assegurar que o trabalho em cada país se executasse segundo normas uniformes de processo. Fica suposto que os trabalhos devem ser de um alto grau de precisão, para servirem aos fins da cartografia, da engenharia e das ciências, desde que se trata de vastas extensões da superfície terrestre. Do considerável trabalho geodésico já realizado em alguns países, poder-se-ia aceitar como parte integrante do projeto coordenado, o que estivesse de acordo com as especificações gerais.

É, pois, evidente que um plano desta magnitude exigiria decisões sobre numerosos e importantes assuntos relativos à pauta que se deverá seguir em relação à seleção e localização das estações que se hão de usar para fixar as posições geográficas do sistema de apoio de triangulação: a seleção e distribuição dos azimutes de Laplace, a separação ou frequência das linhas básicas e a necessária precisão das figuras.

Em toda operação geodésica é necessário trabalhar com bom critério para estabelecer a devida compensação entre a precisão e a economia. Quando se sacrifica a economia para obter precisão, o resultado quase inevitável se traduz em um progresso extremamente lento em relação ao custo e em pouco ou nenhum proveito público. Sacrificando-se a precisão em bem da economia, o resultado é um trabalho de tão baixo teor que não se auffle o máximo de utilidade.

*A triangulação* — Nos Estados Unidos, a experiência prática do “Coast and Geodetic Survey” tem conduzido à adoção de um método de trabalho para as triangulações de primeira ordem que permite, em condições normais, que um observador termine em uma noite as observações de uma só estação.

Apesar deste método ter sido adotado em anos recentes, os trabalhos primitivos do “U. S. Coast and Geodetic Survey”, mesmo os realizados pelo seu primeiro superintendente, Ferdinand Hassler, são quase do mesmo alto valor e preenchem todos os requisitos de precisão posteriormente formulados. As normas adotadas pelo “U. S. Coast and Geodetic Survey” para esta classe de trabalho são os seguintes: o fecho médio do triângulo não deverá exceder de um segundo; o fecho máximo do triângulo não deverá exceder de três segundos; e a falta de concordância entre as bases medidas através do processo de triangulação não deverá exceder de uma parte em 25 000. Estes requisitos algumas vezes são interpretados erroneamente como se constituíssem uma média. Na realidade o fecho médio entre bases tem sido como de uma parte em 80 000, ou menos ainda. Outra prova mais da exatidão da triangulação é a concordância da extensão das linhas,

quando os circuitos ou arcos de triangulação encaixam ou ajustam com os trabalhos já terminados. A média de exatidão em tais ajustes é como de um para 300 000, na rede principal da cartografia dos Estados Unidos.

Segundo estas recomendações, é de se esperar, normalmente, que de 5 a 10% das observações nas estações tenham que se repetir uma segunda noite, a fim de reduzir os fechos dos triângulos que excedam dos limites assinalados. Para obter maior grau de precisão necessitar-se-ia, pelo menos, o dobro das observações, com o dobro de gastos.

Em geral, os fechos muito deficientes são consequência de observações realizadas durante períodos de refração lateral variável, a qual causa maiores transbordos em condições meteorológicas cambiantes. Nos Estados Unidos têm-se encontrado diferenças tão grandes como 10 ou 11 segundos nos mesmos ângulos durante noites sucessivas.

*Erros de observação* — Do que ficou dito, conclui-se, pois, claramente, que os erros limites na triangulação mais exata que se possa fazer hoje, são ainda menores que os que podem causar nas condições meteorológicas, os erros das observações ou dos instrumentos, ou qualquer combinação destes fatores. Seria possível obter resultados mais exatos se em cada estação se realizassem observações durante duas ou mais noites; isso porém, seria excessivamente custoso e desnecessário, exceto em casos especiais de trabalhos de engenharia ou de investigações científicas.

Nos últimos anos os instrumentos modernos, o equipamento e os métodos de trabalho sobre o terreno têm progredido muito. Atualmente um observador, trabalhando em condições normais, pode terminar as observações de uma só estação no prazo de uma a quatro horas. Portanto, o progresso dos trabalhos de uma turma de triangulação medir-se-á principalmente por fatores alheios à própria observação, tais como a construção dos sinais, o percurso de uma estação a outra, as demoras devidas ao tempo inclemente ou à má visibilidade.

*Seleção das estações* — Em geral, as montanhas altas não se prestam aos trabalhos de triangulação, porque são maiores as dificuldades da transferência do pessoal, do equipamento e dos instrumentos, e porque de lá é mais difícil fazer as observações. Naturalmente as facilidades de transporte disponíveis e as condições atmosféricas predominantes exercerão grande influência na escolha das rotas de trabalho e na localização das estações.

Tôdas as estações e sinais permanentes dos pontos de apoio geodésico devem ser construídos sobre pedra e cimento. Em cada estação de triangulação deve haver ainda um marco azimutal, situado a uma distância nunca maior de dois quilômetros da estação.

Os engenheiros de tôdas as profissões, os agrimensores e as demais pessoas interessadas em geral, servem-se de moirões ou postos para seus estudos e cálculos, e o valor destes depende da sua acessibilidade. Estes deverão situar-se o mais próximo possível das rodovias ou caminhos públicos. As estações de triangulação situadas nas montanhas muito altas atrasam o trabalho e raras vezes são de utilidade, salvo quando não há outra alternativa senão utilizá-las para cruzar cordilheiras ou vencer grandes distâncias. A prática atual nos Estados Unidos consiste em limitar a extensão das linhas de 15 a 20 quilômetros, em terreno relativamente plano, e de 40 a 45 metros nas regiões montanhosas. Tais limites podem ser utilizados sem dificuldades onde quer que haja razoável distribuição de caminhos e rodovias.

Pelo menos a parte externa da estrutura básica da triangulação continental deverá, tanto quanto possível, seguir o contorno da costa. Ter-se-ão que estabelecer estações suplementares ao longo da costa, segundo as necessidades, para que sirvam de apoio aos levantamentos hidrográficos.

É indubitável que algumas vezes será necessário um sistema independente para esta finalidade. Também serão necessários arcos de triangulação espalhados pelo interior com as transversais exigidas para formar uma amarração rígida.

*Estações astronômicas* — O programa de estudos para fixar os apoios fundamentais deverá incluir planos definidos para a distribuição das linhas básicas e dos azimutes de Laplace, de maneira que a longitude e o azimute da triangulação

se regulem muito estritamente. Também será necessário fazer-se observações astronômicas em numerosas estações bem distribuídas pela área da triangulação, afim de determinar a latitude e a longitude mais convenientes da estação que se tenha de adaptar para servir de base ou ponto de referência. Ainda quando uma extensão considerável de área da América do Sul esteja sujeita a notáveis erros de desvios da vertical, crê-se que estes podem ser eliminados quase por completo mediante a seleção cuidadosa do lugar escolhido para as estações de latitude, longitude e azimute em relação com o relêvo. Devido à importância da fotografia aérea na cartografia, deve-se destacar os objetos característicos e de fácil identificação, tais como chaminés, poços e cúpulas que se encontrem na região em que se opera. Nas partes da rede principal em que se desconhecem as altitudes deverão ser tomadas fotografias em ângulos horizontais e verticais dos picos montanhosos importantes, de balizas fixas e de outros objetos, para determinar a posição e a altitude de tais pontos, que deverão ser identificados e descritos.

*Nivelamento* — Também se deverão considerar a extensão das linhas de nivelamento de primeira ordem como meio de desenvolver uma linha única de referência para o apoio vertical do levantamento do continente. As altitudes deverão ser fixadas em relação com o nível médio do mar, segundo se determine pelas observações mareométricas em baías e portos importantes, convenientemente espalhados ao longo da costa. Já foram estabelecidos vários pontos de referência locais na América do Sul, e, indubitavelmente, haverá muitos mais antes que estes extensos estudos hidrográficos possam ser reunidos para constituírem uma referência única. Quando os nivelamentos houverem tomado as proporções de uma grande rede continental, com as devidas amarrações entre os diversos países, então dever-se-á fazer um ajuste para estabelecer um plano de referência único ao nível médio do mar.

É incalculável o valor de um plano de referência único para fins de engenharia em toda uma zona geográfica. Tal plano de referência tornaria possível a devida coordenação de todas as obras de construção e restauração, sistemas de irrigação e vigilância contra inundações, federais e estaduais, além dos topográficos locais. A diversidade de planos de referência causa muita confusão e esforços inúteis ao se utilizar as elevações.

*Declinação magnética* — Ao se fazer os levantamentos, toda carta deve ser orientada devidamente em relação aos verdadeiros pontos cardeais. A maioria das cartas de grande escala devem indicar a declinação magnética. Portanto ao se fazer qualquer trabalho cartográfico, deve-se considerar a conveniência de indicar os dados essenciais sobre a declinação magnética. Nos Estados Unidos se comprovou que muitas das estações de triangulação estão excelentemente localizadas para determinar, a partir delas, a variação da agulha magnética, e, para isso, algumas vezes observadores peritos em declinação magnética acompanham as turmas de triangulação. Não há dúvida de que em um programa de estudos topográficos fundamentais, deverão ser incluídas também as observações magnéticas necessárias à preparação dos mapas de uma região.

*Considerações de caráter geral* — Tendo em conta a experiência, é evidente que ao estabelecer um plano de referência geral para toda a América do Sul, êle deverá ser suficientemente amplo para que resulte em máxima utilidade pública por tempo indefinido.

A aplicação prática e o valor dos dados geodésicos em obras públicas, em trabalhos científicos e em engenharia são muito variados e em regra geral, mal compreendidos. Quando os estudos de uma zona geográfica se baseiam em um sistema único de apoios geodésicos, há segurança de se obter uniformidade, precisão e permanência para todos os levantamentos coordenados com tais estudos. Os dados são particularmente importantes na cartografia, no estudo de fronteiras, de vigilância contra as inundações e, geralmente, em todos os projetos de engenharia de grande alcance. Os estudos cadastrais são de um valor infinitamente maior quando se coordenam com a rede geodésica. Além disso, todos os levantamentos que se aceitam são de valor permanente quando se fixam os sinais e se coordenam devidamente com a rede de apoios estabelecidos.

Os levantamentos de sistemas de apoios também têm grande valor no estudo dos movimentos da crosta terrestre causados pelos tremores de terra ou outras origens. Isto se reconheceu nos Estados Unidos, em 1922, ao se dar início aos trabalhos dessa natureza em grande escala. Desde então, raro é o ano em que não se tenha continuado com maior ou menor intensidade. Estendendo-se os trabalhos de triangulação e nivelamento a uma região que seja objeto de estudo, e repetindo as observações periodicamente poder-se-ão descobrir os movimentos de certa magnitude ocorridos durante os intervalos.

Cada dia encontramos mais aplicações para os dados geodésicos nas ciências e na engenharia. Por exemplo, a primeira correlação de nivelamentos entre as costas do Atlântico e do Pacífico, nos Estados Unidos, baseada no nível de bôlha, indicou que o Pacífico era cêrca de dois pés mais alto que o Atlântico. Tendo-se em conta a distância de que se trata, a diferença é muito pequena e não era possível chegar a uma conclusão definitiva, enquanto não se realizassem outros nivelamentos entre ambos os oceanos.

Desde então, muitos têm sido feitos e concordam de tal maneira, que provam conclusivamente a existência de uma diferença no nível médio dos dois oceanos. A causa desta diferença é difícil de se explicar, mas é possível que, com o acúmulo de novos dados que se obtenham explorando mais as ciências geofísicas, se faça a luz que nos conduza à solução do problema.

Não há dúvida alguma de que a importância que possam ter tôdas as fases da cartografia, no que se refere ao bem estar da humanidade, depende em alto grau, do meio e do progresso dos processos técnicos tão geralmente empregados hoje no mundo. A medida em que aumentam as viagens, as comunicações, e os conhecimentos, tanto maior vai sendo a exigência de melhores mapas, é necessário elaborá-los sem perda de tempo, pois, são imprescindíveis para se inventariar os nossos recursos naturais, sem o que não é possível a exploração da terra e de seus produtos.

## Resenha e Opiniões

### **Problemas de povoamento e a pequena propriedade**

O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semi-deserto. E ainda hoje, não saímos deste plano: a maior parte do país está ainda por ocupar; e o que ficou para trás exige modificações profundas. Somos uma população mal distribuída e mal fixada em seu território. Dispersa e móvel. E não podemos contar unicamente com o curso natural e espontâneo dos acontecimentos para a evolução mais favorável: é necessário uma ação consciente e uma política bem orientada.

Apesar disto, o assunto permanece na atualidade em segundo plano, e raras vezes se trata dele. Ficamos, em matéria de povoamento, em medidas negativas: restrições à imigração, seleção de imigrantes. Um programa positivo e geral que abranja os diferentes capítulos de orientação das correntes migratórias externas e internas, localização de povoadores e outros assuntos paralelos, isto não possuímos, e infelizmente nem ainda em elaboração. Satisfazemo-nos por enquanto, apenas com fórmulas vagas, como esta famosa "marcha para o oeste", que, se soa bem, não encerra, contudo, nada de concreto e que se possa traduzir em normas práticas e fecundas de ação. É de esperar que o período de após-guerra, que trará para o mundo tantas e tão profundas modificações, também traga para o Brasil a solução do seu angustiante e magno problema demográfico.

Explica-se, aliás, porque nos encontramos no assunto com tantas incertezas. É porque atravessamos na matéria uma fase de transição. Até há poucos anos atrás, sempre houve no Brasil uma política de povoamento, bem definida e em ação. E isto desde os primórdios da nossa existência. Na colônia, e ainda por muito tempo depois da independência, o povoamento brasileiro foi condicionado principal-

mente por um fator: o tráfico africano. Tratava-se de importar escravos, e localizá-los nos engenhos de açúcar, nas lavouras de tabaco, de algodão, de café, nas minas de ouro e diamantes. Cerca de dez milhões de negros, segundo os cálculos mais prováveis, se encaminharam assim para o Brasil. Isto durou, como se sabe, até cerca de 1850, quando cessa o tráfico. Já antes disto, e em frente à iminência de tal desenlace de uma velha questão, cogitara-se de substituir esta corrente povoadora de pretos africanos. Veio em seu lugar, como não se ignora, a imigração europeia. Esta não foi efetivamente senão um substituto do africano importado. Como este, destinava-se a servir de mão de obra nos engenhos e fazendas.

A política de povoamento entre nós foi assim sempre condicionada por este fator principal: as exigências de mão de obra nas grandes lavouras e propriedades agrícolas. Com a decadência do café, última das grandes atividades brasileiras, cessou esta necessidade premente de braços importados. Desinteressou-se então a administração pública pela imigração; restringiu-a mesmo ao mínimo. Não havia mais mister encaminhar trabalhadores para a lavoura, nem distribuí-los entre fazendeiros famintos de mão de obra. E desaparece assim qualquer política ativa de povoamento.

O problema se apresenta hoje sob um prisma inteiramente diverso. Trata-se agora de solucionar os graves inconvenientes que resultaram da nossa passada política; corrigir a defeituosa distribuição da população brasileira, que é o reflexo da secularmente desordenada exploração do nosso território. Esta desordem é uma das características principais da nossa história. Cultivou-se, primeiro, a cana de açúcar; escolheu-se para isto o litoral, sobretudo o do Nordeste. Ai se concentrou então o povoamento. Veio a decadência daquela atividade, e a população refluíu para as minas. Esgotaram-se o ouro e os diamantes, e o eixo econômico e demográfico do país se deslocou novamente para o litoral; para outros setores dele contudo, que não

eram os mesmos do açúcar, porque agora se procuram terras apropriadas para o algodão que as manufaturas inglesas necessitavam. Não tardou também o declínio da produção algodoeira, sufocada pela concorrência americana desde os primeiros decênios do século passado. Novo abalo demográfico: vai-se à cata de regiões propícias ao café... E assim, num vai-e-vem contínuo, formou-se esta coletividade caótica que é o nosso país.

Felizmente já tomamos consciência do problema. Todos nós sabemos e sentimos hoje que o passado acumulou um passivo econômico e social considerável. Trata-se agora de compensá-lo, organizando, afinal, em bases sólidas e seguras, a vida do país e a prosperidade de seus habitantes. E isto depende, antes de mais nada, da redistribuição racional e estabilização efetiva da dispersa e desenraizada população brasileira.

De fato, são estes os dois traços que caracterizam na atualidade o povoamento do Brasil: a dispersão e a mobilidade. Os nossos índices demográficos são, em regra, baixíssimos; os vácuos de povoamento, consideráveis. De outro lado, a mobilidade e instabilidade da população brasileira, tão acentuadas no passado, ainda persistem e fazem sentir seus graves inconvenientes. A par das grandes migrações internas que ainda no momento se observam — como do Nordeste para os seringais do Amazonas ou para São Paulo — estão as de menor raio: assim o deslocamento paulista para o oeste, que resulta no despovoamento e abandono das velhas regiões do Estado. Observam-se, ainda, entre nós, movimentos demográficos locais, de menor amplitude, mas não menos graves. São os deslocamentos próximos mas permanentes, das populações rurais, por ocasião da renovação dos contratos de trabalho, das colheitas, etc. Trata-se de verdadeiros movimentos de massa. Multidões de trabalhadores transferem-se de uma para outra fazenda, de uma para outra região, deixando para trás suas casas, suas culturas, suas atividades, para recomeçar tudo noutro lugar. E é por isso que não chegam a realizar nada de sólido e definitivo.

Não é preciso insistir nos inconvenientes que resultam destes dois caracteres do povoamento brasileiro, a dispersão e a instabilidade, que são notórios e estão ao alcance de qual-

quer observador. Ninguém ignora o que representa uma baixa densidade demográfica. Não há possibilidade de realizar em zonas pouco povoadas obras de vulto necessárias à subsistência e prosperidade humanas. Isto é particularmente sensível na questão dos meios de transporte. Não se podem construir e manter aí, senão à custa de grandes sacrifícios, estradas de ferro e de rodagem. Uma linha ferroviária que atravessa regiões desertas para ir buscar fretes na ponta dos trilhos, é deficitária, ou então onera desproporcionalmente os transportes. Aliás todo mundo sabe que é isto que efetivamente se dá com o maior parte das estradas brasileiras, e o nosso precário sistema de transportes não tem outra explicação.

Mas, além destas conseqüências de ordem material, há outras de natureza ainda mais grave, que resultam da baixa densidade demográfica. É o isolamento dos indivíduos. A personalidade humana e suas expressões culturais somente se desenvolvem através dos contactos, que as distâncias desertas tornam impraticáveis. O típico caboclo brasileiro, com todos os seus consideráveis e reconhecidos defeitos, é bem um símbolo da situação demográfica predominante em nosso país. É o caboclo não é um tipo que existe apenas em zonas remotas e indepassadas. Ele é freqüente mesmo nos arredores de grandes centros urbanos como São Paulo.

A instabilidade da população brasileira não tem sido, econômica e socialmente, menos grave. Nada de sólido se faz sem o concurso do tempo, e este não é fator com que possa contar uma coletividade em movimento perpétuo, e incapaz por isso, de empreender e terminar qualquer realização de vulto. Os empreendimentos humanos, tanto materiais como culturais, são o resultado de um longo processo de acumulação realizado por gerações sucessivas. É da soma de pequenas contribuições, uma depois da outra, que provém tudo que o homem construiu de apreciável sobre a Terra. E é evidente que tal processo de acumulação está fora do alcance de uma população nômade como a brasileira. Isto explica suficientemente porque, em 450 anos de existência, nada fizemos ainda de ponderável. Explica também este aspecto de senilidade precoce que apresenta a maior parte do território já ocupado e explorado do Brasil. Com

a exceção de algumas aglomerações urbanas, e raríssimas zonas rurais, o resto do país é um triste testemunho de ruínas e de decadência precoce. Resultado necessário e fatal dos nossos efêmeros períodos de prosperidade. Mesmo São Paulo, de cujo progresso costumamos nos orgulhar tanto, não foge à regra.

Mas como enfrentar estes dois problemas tão angustiosos da dispersão e da mobilidade da população brasileira? Cumpre, naturalmente, começar por procurar-lhes as causas profundas. Algumas destas causas são de natureza histórica remota, e contra elas não há, evidentemente, mais nada que fazer. Assim, por exemplo, aqueles grandes fluxos e refluxos passados da população do país, e que foram dispersando através de seu território imensos agrupamentos humanos condenados à estagnação e à miséria. Contra este passivo doloroso de fatos consumados, não temos que esperar senão a ação do tempo. Mas há setores onde uma ação imediata é possível. Existem de outro lado, algumas causas de dispersão e mobilidade, ainda em vigor no presente. Podemos dar-lhes o corretivo necessário.

Dentro destas limitações, vejamos o que há a fazer. Há quem explique sumariamente as baixas densidades demográficas que se observam no Brasil pela extensão desmesurada do seu território. De acordo com tal explicação, não é possível concentrar uma população que enxerga diante de si espaços imensos e desocupados. A dispersão seria uma fatalidade geográfica, até o dia em que o Brasil contasse com algumas centenas de milhões de habitantes. O argumento se funda numa premissa que não é verdadeira. Não se pode afirmar que o homem procure instintivamente o isolamento, o afastamento de seus semelhantes. Pelo contrário, a tendência dele é agrupar-se. Podendo-se fixar em aglomerações densas, não preferirá, a não ser compelido por contingências muito fortes, zonas desertas. O pioneiro não é o tipo humano normal e mais freqüente. Observamo-lo, aliás no Brasil da atualidade, onde a atração dos centros urbanos e algumas regiões mais povoadas é um fato característico. Assim sendo, se no passado como no presente, o povoamento do Brasil se dispersa em vez de se concentrar uniformemente, isto é devido a causas profundas que a livre escolha dos povoadores.

Examinemos um caso concreto e do conhecimento de todos, e que é, além disto, um caso padrão. Uma das regiões de povoamento mais antigo em São Paulo, é a zona chamada do Norte, isto é, o vale do Paraíba e adjacências. Por motivos que não interessam agora, esta região vegetou até o século passado, quando começa a se povoar intensivamente. Conhece-se a razão: o surto da lavoura cafeeira. Isto durou até o terceiro quartel do século. Quando se fez a abolição da escravidão, um dos principais centros da região, Bananal, era o município que contava maior número de escravos no Brasil: 13 000. Por aí se avalia a importância do Norte. No entanto, seguiu-se pouco depois a decadência e o despovoamento. O eixo demográfico de São Paulo se deslocara para outros setores, a princípio aquele que forma as regiões hoje conhecidas por Paulista e Mogiana. E esta nova situação durara até o primeiro decênio do século atual. Dai por diante, a Paulista e a Mogiana se estabilizam, e afinal decaem. Tomavam seu lugar na marcha ascendente do progresso e do povoamento paulistas, as regiões do oeste.

Esse deslocamento não seria todo de lamentar se nas zonas deixadas para trás o ritmo ascensional, embora retardado, se mantivesse assim mesmo. A extensão do povoamento para regiões novas corresponderia então a um transbordamento perfeitamente normal. Mas não foi isto o que se deu. Até pelo contrário, em alguns casos não há nas velhas zonas nem ao menos conservação de valores. O que se observa em alguns setores do vale do Paraíba, por exemplo, é sintomático e doloroso: a decadência na extensão da palavra. Bananal, que citei com 13 000 escravos em 1888, não tinha, em 1940, mais que um total de 11 700 habitantes. No outro dia, o Prof. Monbeig apresentou em sua conferência um mapa comparativo do movimento da população paulista no período compreendido entre os recenseamentos de 1934 e 1940. E todos podemos constatar aí o declínio da população em muitas regiões do Estado: e a estagnação na maior parte delas.

A explicação do fato tem sido dada muitas vezes, e é notória: a decadência da lavoura cafeeira pelo esgotamento das terras e ocorrência de pragas. Mas não é alarmante a explicação? Será admissível que as terras mais férteis do Brasil se esgotem assim em poucos decênios, obrigando a

população nelas fixada a abandoná-las, para recomençar tudo de novo em outro lugar? Se isto fôsse fatal, então o Brasil estaria definitivamente condenado a perecer. Não é possível realizar nada de ponderável neste vai-vem contínuo.

Infelizmente, nossa história parece confirmar a suposição. O ciclo de aproveitamento da terra no Brasil é conhecido, e vem-se repetindo invariavelmente numa região depois da outra. Derrubada a mata, que dá melhores solos, e é por isso logo procurada, instalam-se as culturas; os rendimentos são a principio, muito elevados; na lavoura do café, por exemplo, safras de 300 e mais arrôbas por mil pés, são comuns em terras frescas. Logo depois, aquêlê rendimento começa a cair. Variando de zona para zona, o decréscimo é mais ou menos acelerado; mas invariável. Hoje, na maior parte das antigas zonas cafeeiras, safras de 30 a 40 arrôbas por mil pés já representam volume apreciável. Nesta marcha, chega-se logo a um nível que torna a cultura anti-econômica. Abandonam-se algumas plantações mais pobres; começa o despovoamento. Na maior parte das velhas fazendas paulistas (velhas de algumas dezenas de anos), casas de trabalhadores abandonadas e em ruínas, indicam claramente a marcha do despovoamento.

As vèzes, a um ciclo acrescenta-se providencialmente outro. É o que se deu em São Paulo com o algodão. A política protecionista norte-americana e os altos preços do produto ofereceram nova oportunidade à agricultura de São Paulo. Derrubou-se o café, plantando em seu lugar algodão. As terras desprotegidas ainda perderam mais depressa suas qualidades. Acabamos, ou estamos acabando com a mesma coisa que muitas outras regiões do país: transformando terras de cultura em pastos, isto é, reduzindo ao mínimo o rendimento do solo. Isto já se deu, de um modo geral, no norte do Estado. Mas o fenômeno atinge mesmo zonas de grande produtividade num passado muito recente: assim Ribeirão Preto, cuja história ultrapassa apenas meio século. É cerca de 1880 que se começa a plantar café nas férteis terras do rio Mogi. Hoje, decorrido pouco mais de meio século, os cafêzais da região, que há alguns lustros ainda produziam o melhor e mais abundante café do Brasil, e talvez do mundo, estão sendo progressivamente transformados em pas-

tos. E, por cúmulo da ironia, o acontecimento é saudado como um grande sucesso. Ainda há pouco, os jornais noticiavam a realização de uma feira de gado zebu em Ribeirão Preto e se enchiam de satisfação com os grandes negócios realizados: bois vendidos por centenas de contos. Esqueciam-se de que, cada um daqueles bois deslocará talvez uma família de colonos, contribuindo assim para o despovoamento da região.

Verifica-se pois que a instabilidade da população rural brasileira é devida, em primeiro lugar, à imprópria utilização da terra; a um sistema de agricultura que esgota rapidamente as reservas naturais do solo. Isto pode, até certo ponto, ser explicado pelo nosso clima tropical. O Prof. Monbeig referiu-se a isto em sua conferência. Mas os inconvenientes do clima tropical podem ser corrigidos pelo esforço humano. Aí estão, para prová-lo, muitas regiões tropicais, como as da Ásia, onde encontramos populações densas e fixas dedicadas, há séculos, à agricultura. A solução, portanto, à primeira vista, parece ser a difusão maior de conhecimentos agrônômicos. A terra seria então melhor tratada, conservaria suas qualidades e permitiria manter indefinidamente a população nela instalada. Este é, sem dúvida, um dos meios recomendáveis para se chegar à agricultura racional que ainda não existe no Brasil. Não é, contudo, suficiente; é mesmo um meio apenas acessório. De nada serve pregar no deserto; e a isto corresponde mais ou menos, na atualidade, difundir conhecimentos agrônômicos entre nós. Eles não são ouvidos, e ainda menos aplicados. Vejamos uma prova: possuímos em São Paulo, desde 1901, uma notável escola agrícola. A sua frequência, no entretanto, é mínima. A turma formada êste ano, por exemplo, a maior que jâmais passou pela escola, foi de 62 alunos. Lembremos que a população paulista que vive diretamente da agricultura anda por volta de 4 milhões de pessoas, e as atividades rurais representam a maior parcela da riqueza do Estado. Por que êste desinteresse pelos estudos de agronomia? A profissão de agrônomo não é, entre nós, atraente, e isto porque raros, raríssimos serão os lavradores dispostos a pagar os serviços de um técnico. A maior parte dos nossos agrônomos, quando não têm recursos para se estabelecer por conta própria, ou não se tornam simples agrimensores, precisam con-

tentar-se com os modestos vencimentos de um cargo público. Os seus serviços aí, não há dúvida, têm sido consideráveis. Mas qualquer um poderá testemunhar quão limitada é a sua ação no sentido de trazer modificações de vulto nos defeituosos métodos agrícolas vigentes. Além disto, é um fato ao alcance da observação de qualquer pessoa, que os melhoramentos agrícolas, na maior parte dos casos, não são aplicados, não por ignorância dos lavradores; raro será o agricultor que desconheça a necessidade de adubar suas terras, de as proteger contra a erosão, de cuidar com desvelo de suas plantações. Se não age assim, é porque não lhe convém, economicamente, fazê-lo. De nada adianta ir pregar-lhes noções de agronomia.

Não parece, pois, suficiente, para enfrentar o problema do nosso defeituoso sistema de agricultura, a simples difusão de conhecimentos científicos. A questão é mais profunda, e a instabilidade da população rural, que é a resultante indireta e última daquele sistema, deve ser estudada em outros aspectos: econômicos, e sobretudo sociais. Façamos esta análise. Mas antes de ir adiante, quero advertir que minhas considerações se referem sobretudo a São Paulo. O Brasil é um país muito grande e complexo para caber integralmente numa simples palestra. Além disto, o caso paulista é naturalmente mais conhecido de nós todos; e é natural portanto que nos ocupemos sobretudo com êle. Mas de um modo geral, as considerações que vou fazer aplicam-se também, com algumas variantes secundárias, a todo o país.

Examinemos, pois, a estrutura social do nosso campo, para encontrar nela os fatores de instabilidade rural. A primeira categoria desta população e que ocupa nela posição diretora e principal, é a dos fazendeiros, isto é, dos grandes proprietários de terra. O fazendeiro, que todos nós conhecemos muito bem, é muito menos um *agricultor*, no sentido estrito da palavra, que um *capitalista*, o que não é absolutamente a mesma coisa. A agricultura é para o fazendeiro um negócio, uma especulação, como seria outra atividade qualquer, comercial ou financeira. Inverte seus capitais numa fazenda com o mesmo espírito com que o faria na indústria ou no comércio. É esta a razão por que não se liga à terra, identificando-se com ela, fazendo

de sua propriedade função exclusiva de sua existência. O verdadeiro agricultor, no sentido que estou dando a esta palavra, é aquêle para quem a terra que possui é o centro único de suas atenções; e não com vistas apenas a um momento de sua vida, ou mesmo de sua vida tôda; mas visando também a série interminável de sucessores que virão depois dêle. O nosso fazendeiro típico não é nada disto. A sua fazenda é para êle um negócio, em que está porque o considera bom, ou porque não pode sair dêle. A prova está na facilidade com que se desfaz dela, a despeixa ou mesmo abandona quando outros negócios lhe sorriem mais. Raro será o fazendeiro que não tenha tido sucessivamente várias fazendas, em zonas completamente distintas. E não raro aquêle que muda de ocupação, aplicando seus capitais em negócios completamente estranhos à lavoura.

Estas mutações sucessivas dos fazendeiros paulistas se tornam particularmente ativas nos períodos áureos da agricultura, quando as transações com fazendas e terras se fazem muito fáceis. Ai então é um trocar de posições ininterrupto. Estamos ainda muito próximos de um momento em que se faziam negócios com fazendas como se fôsem títulos ao portador: refiro-me aos anos que precederam a crise de 1929. E a atual geração ainda viva, assistiu ao grande *rush* para oeste, para as zonas da Alta Sorocabana, Alta Paulista, Noroeste, Paraná. Os fazendeiros que vamos encontrar nestas novas regiões são quase todos antigos proprietários nas zonas velhas ou então seus sucessores imediatos. Nenhum dêles hesitou em abandonar suas antigas propriedades, para ir em demanda dos solos virgens do oeste.

E ninguém poderá criticá-los por isso. Como negociantes que são, é justo que procurem aplicar seus capitais lá onde lhes tragam rendimentos mais elevados. O mal não está nêles, mas num sistema econômico que faz da agricultura uma ocupação especulativa, um negócio.

A agricultura não é isto; não deve sê-lo, ao menos. A terra não é uma máquina: ela exige cuidados que não são devolvidos sob a forma de juros comerciais. Uma agricultura racional pede inversões consideráveis, que se levam exclusivamente às contas de conservação e restauração; contas estas que não frutificam senão decorridos lapsos de

tempo consideráveis, que abrangem muitas vidas sucessivas. O fazendeiro, com seu espírito e suas finalidades essencialmente mercantis e imediatas, não pode cogitar disso.

Tendo estas considerações em vista, começamos a compreender por que a agricultura brasileira se encontra no pé em que a vemos. Uma das consequências mais graves que resulta do espírito que domina na agricultura brasileira, é o fato de não se aplicarem os grandes rendimentos da lavoura, quando ocorrem, nas mesmas propriedades que os produziram. Empregam-se em regra, ou para abrir novas fazendas, ou em inversões urbanas: prediais, comerciais, industriais: assim, depois de 1925, quando da política de valorização do café, algumas safras abundantes e exportações volumosas produziram rendimentos consideráveis. Houve casos, como é sabido, de fazendas compradas num ano, produzirem no seguinte o preço da compra. Em que se aplicaram estes rendimentos fabulosos? Parte deles na abertura de novas fazendas; a outra em prédios na capital, em títulos industriais, em outras inversões da mesma natureza. Raríssima terá sido a fazenda beneficiada com uma parcela apreciável do seu rendimento nestes anos de fartura.

Nestas condições, é evidente que não se podem esperar grandes progressos da agricultura; nem ao menos conservação de valores, como a experiência tem demonstrado. E começa-se a compreender por que a população rural é entre nós instável. Isto deriva do próprio sistema de organização agrária que é a fazenda, que, como especulação que é, não se radica na terra, é instável por natureza. Mas antes de concluir, vejamos as demais classes rurais brasileiras, para ver se encontramos nelas a mesma instabilidade do fazendeiro.

Logo depois d'este, vem naturalmente o trabalhador assalariado, colono ou camarada, que com êle completa o sistema da fazenda. O assalariado rural não é mais estável, e até menos que seu empregador. Trata-se de um elemento inteiramente dissociado da terra, a que não o liga mais que um trabalho esporádico e precário. A instabilidade do trabalhador agrícola é um fato do conhecimento de todo mundo ao par da vida rural. Constitui aliás um dos principais motivos de queixa dos fazendeiros, que se vêem constantemente às voltas com problemas de

mão de obra. A razão de tal instabilidade é óbvia: nada prende o trabalhador a uma fazenda senão o salário que percebe; qualquer melhoria de remuneração, portanto, em outra propriedade ou região, o faz mudar-se imediatamente. O efeito de zonas novas é então considerável, exercendo sobre êle o mesmo atrativo que sobre o fazendeiro. Não somente os salários são aí mais elevados, mas as terras frescas remuneram melhor suas culturas próprias de cereais. Quando se começou a abrir o oeste de São Paulo, na esteira dos fazendeiros seguiram levas e mais levas de trabalhadores antes radicados nas zonas velhas. Este deslocamento continua aliás em pleno vigor.

A consequência disto, para a agricultura, é funesta. O salariado, se não tem, do ponto de vista em que colocamos aqui, inconvenientes particulares quando se trata de indústria, é altamente danoso na agricultura, cujo trabalho não é puramente mecânico e controlável como em outras atividades. Exige iniciativa própria e espontânea do trabalhador; uma atenção especial que dificilmente se obtém de um simples assalariado. Mais grave é que o assalariado, perfeitamente ciente de sua situação, que pode modificar-se com a entrada do novo ano agrícola, não realiza nada que não lhe seja de proveito imediato. As culturas próprias a que se dedica são unicamente as anuais, não dá atenção alguma aos problemas fundamentais da agricultura, que são os da conservação e proteção do solo, bem como aos demais que ultrapassem o curto lapso de um ano, que é tudo que o preocupa.

É certamente essa a causa principal do aspecto desolador que oferecem as colônias e aglomerações de trabalhadores das fazendas: habitações mal cuidadas, instalações anexas — como galinheiros, estrebarias, chiqueiros, etc. — de construção precária e tísica; ausência de árvores frutíferas, hortas ou jardins que requerem atenções especiais e prolongadas. Tudo tem caráter provisório. Falta por completo aquêle cunho de apêgo ao solo, que faz a beleza e pitoresco das zonas rurais. Que faz a sua verdadeira riqueza também. A tristeza e desolamento do campo brasileiro em geral, contrasta vivamente com o que se observa em outros lugares onde a população é fixa e permanentemente. E isto não é uma questão de raça ou nacionalidade, porque existem em São Paulo e outros Estados aglome-

rações de trabalhadores de pura origem européia que em nada superam as brasileiras. Vice-versa, nas poucas regiões brasileiras em que há estabilidade, o quadro é inteiramente diverso do das fazendas.

A instabilidade do trabalhador, com tôdas as suas funestas conseqüências, acrescenta-se assim à do fazendeiro para caracterizar a extrema mobilidade do sistema de organização agrária que é a fazenda. E isto nos leva à consideração de uma terceira categoria da população rural: o pequeno proprietário. É difícil caracterizar estatisticamente o pequeno proprietário, isto é, com dados numéricos fundados em área apropriada ou volume de produção. As condições entre nós variam consideravelmente de uma para outra região, de um gênero de cultura para outro. Mas de uma forma geral, podemos considerar pequeno proprietário — e é neste sentido que o tomo aqui — o lavrador de pequenas posses, que trabalha êle mesmo na sua propriedade, ajudado pela família e quando muito por um ou dois auxiliares que socialmente não pertencem a uma categoria muito diversa da dêle.

O pequeno proprietário, ao inverso das outras classes extremas da população rural — o fazendeiro e o assalariado — é um elemento demograficamente estável. Podemos observá-lo com facilidade nas regiões, embora poucas, onde entre nós predomina a pequena propriedade. Uma vez localizado num ponto, é quase certo que o lavrador modesto aí permanecerá pelo resto de seus dias; e os seus sucessores filhos ou parentes, lhe tomarão o lugar em continuação. A razão da estabilidade do pequeno proprietário é que êle chega a esta situação, em regra, no termo de sua evolução pelo campo. Começa como assalariado e, quando consegue juntar algum pecúlio, vai-se estabelecer por conta própria, o que é para êle sempre um ideal. Inverterá então na compra e aparelhamento do seu sítio, todos os recursos de que dispõe, todo o esforço que pode fornecer. A propriedade não é para êle, como para o fazendeiro, um negócio: é a sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência. Sua e dos seus filhos que o sucederão. É assim muito difícil êste homem abandonar sua terra, o que só fará em circunstâncias especiais e muito fortes. E mesmo quando isto se dá, a menos que seja por causa de uma calamidade que lhe arruine a proprie-

dade, seu sucessor continuará, exatamente como êle, a tarefa empreendida. No conjunto, nada será modificado. É certo que também encontramos, às vêzes, a mobilidade em pequenos sítiantes. O Prof. Monbeig citou outro dia o exemplo de um grupo dêles que resolvera deixar Araraquara em demanda das zonas novas do Paraná. Mas não creio que êste e outros casos semelhantes sejam muito gerais. Em todo caso, explicam-se mais por circunstâncias particulares. A atração de zonas novas sobre agricultores modestos resulta do fato de encontrarem lá maiores facilidades para se estabelecerem. Se não lhes faltasse nas zonas velhas o amparo necessário, por certo não emigrariam. O exemplo de São Paulo, neste assunto, é sempre suspeito, porque a pequena propriedade ainda é excepcional em nosso Estado, e sofre a concorrência próxima e poderosa da fazenda vizinha. Para fixar os caracteres próprios e profundos da pequena propriedade, é preciso analisá-la sobretudo onde predomina, e encontra ambiente. Assim, na zona chamada colonial do Rio Grande do Sul, encontramos uma população de pequenos e médios proprietários solidamente radicada na terra; a instabilidade que se observa em regiões predominantemente de fazendas, como São Paulo, é aí inexistente. De modo que me parece certo afirmar que a pequena propriedade é um fator de estabilidade rural; muito superior neste sentido, em todo o caso, que a fazenda. E, sendo assim, não poderíamos nos servir dêste elemento único de estabilidade que se encontra no campo brasileiro, para tentarmos com êle a solução do problema que nos propusemos, isto é, a fixação da população rural? Em vez de recorrer a especulações e planos teóricos, que poderiam ou não dar resultado na prática, não será mais racional partir de um elemento que já existe na estrutura social e econômica do nosso campo, embora ainda embrionário? Numa palavra, procurar a transformação da organização agrária do Brasil tendo por base a substituição do atual sistema dominante da fazenda e do grande domínio, pelo da pequena propriedade?

Antes de responder definitivamente, cumpre analisar certos aspectos importantes da questão, e que só incidentemente abordei acima. Além de estável, o que não sofre dúvida, representará a pequena propriedade um fator de progresso? Será capaz de enfrentar

os demais problemas da vida agrícola, isto é, o melhor aproveitamento do solo?

Eu bem sei que há nesta matéria grandes divergências. O pequeno proprietário, o camponês, é geralmente apresentado como um elemento rotineiro, atrasado. E justamente porque é pequeno, humilde e dispondo de poucos recursos, tanto materiais como de cultura, incapaz de promover o desenvolvimento agrícola. Há alguns anos, um secretário da Agricultura de São Paulo lamentava o retalhamento das fazendas, que embora em escala tão modesta êle constatava. E assinalava os inconvenientes da pequena propriedade, a incultura e o atraso de seus possuidores. Tudo isto, até certo ponto, é exato. Afirma-se mais, argumentando agora com uma lei econômica, incontestável noutros setores, a da *concentração da produção*, que é precisamente o crescimento das unidades produtoras que corresponde ao progresso econômico. Uma manufatura, por exemplo, representa sôbre o artesão um progresso indiscutível. Não se poderia aplicar a mesma idéia na agricultura?

Examinemos estas questões. Em primeiro lugar a do atraso e rotina do pequeno proprietário. Parece-me que a afirmação, posta assim em termos gerais, é falsa. E' certo que o camponês, e isto se aplica sobretudo à Europa, não representa em regra um elemento progressista. Mas não é em termos absolutos que se pode colocar a questão. Trata-se de saber se no Brasil, nas condições próprias do país, e no momento atual que atravessamos, a pequena propriedade é capaz de dar conta, de uma forma progressista, das tarefas que atualmente lhe podem incumbir. A resposta está naquilo que a pequena propriedade já realizou e está realizando entre nós. Não precisamos ir longe para constatá-lo. Percorram-se arredores da capital: encontrar-se-á aí um número considerável de chacareiros e pequenos sítiantes dedicados ao cultivo de hortaliças, flores, árvores frutíferas. Muitos dêles dariam bons conselhos aos mais consagrados agrônomos; e de uma forma geral, não se pode dizer que não conduzam suas atividades do melhor modo possível. A prova aí está nas feiras e nas nossas mesas de refeição. Tôdas as hortaliças e outros gêneros consumidos em São Paulo provêm, quase sem exceção, como se sabe, de pequenas propriedades.

Poderá dizer-se que isto constitui exceção. Mas não é tanto. Quase a totalidade da nossa produção de uvas e outras frutas de largo consumo provêm de pequenas propriedades. Saia-se do Estado: no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, observar-se-á coisa semelhante. Em Minas Gerais, embora mais raras, encontramos regiões de propriedade rural bastante subdividida, onde não há nada que denote particular atraso ou rotina, sobretudo quando as confrontamos com outras onde predominam fazendas e grandes domínios. Assim nas proximidades de Juiz de Fora, também em Barbacena; e a mesma coisa num município quase ignorado do sul de Minas, Paraguaçu, que se diz ser o maior produtor de alho do Brasil.

Êstes são apenas exemplos colhidos ao acaso. Poderiam ser multiplicados, mostrando que não é exato afirmar-se que a pequena propriedade é entre nós sinônima de atraso. Até pelo contrário, numa comparação de conjunto e em bloco, a pequena propriedade apresenta um nível técnico e produtivo superior ao da fazenda. Há casos flagrantes em que a pequena lavoura se mostrou nitidamente mais capaz que o grande domínio. Assim, tomando um exemplo bem próximo, temos as terras de Cutia, nos arredores da capital, que sempre se consideraram muito mas e imprestáveis para a agricultura. Recordo-me pessoalmente de ter ouvido esta referência muitas vêzes. Há cerca de vinte anos, começaram a ser exploradas por pequenos lavradores. Hoje, elas se acham cobertas de culturas; e culturas complexas e trabalhosas, como de hortaliças. Em consequência, uma área quase deserta, tornou-se densamente povoada.

No entanto, não exageremos; existe também o reverso da medalha. Há pequenas propriedades entre nós, e em grande número, que nada têm de brilhantes. O exemplo típico do caboclo é bem conhecido. Mas não me parece que isto possa ser atribuído simplesmente à extensão da propriedade; noutras palavras, não é sômente por serem pequenas que as lavouras dêste tipo se apresentam assim deficientes. Há outras circunstâncias que precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, a qualidade do solo. Quase sempre, a pequena propriedade ficou relegada para zonas de menor fertilidade natural. Ela veio depois da fazenda do grande domínio; resulta quase sempre do fracionamento dêste. São portanto áreas

por um ou outro motivo desprezadas pela fazenda, que lhe cabem. Terras em geral cansadas senão esgotadas. Observe-se a distribuição da pequena lavoura em São Paulo. A sua predominância é em regra nas zonas já devastadas pela grande lavoura. Não posso estender-me aqui suficientemente sobre matéria que exigiria análise estatística minuciosa. Há alguns anos estudei o assunto com pormenores na revista *Geografia*; e parece-me que a conclusão se impõe: na distribuição dos solos paulistas, o que pertence à pequena propriedade é geralmente de qualidade inferior. A vantagem das fazendas é neste terreno considerável; e em tais condições, não é de admirar que a pequena propriedade apresente muitas vezes uma produtividade baixa. Não é aliás apenas na questão do solo que a fazenda supera a pequena lavoura. O mesmo se dá na localização com relação aos mercados e transportes. Regiões onde predominam fazendas são em geral melhor servidas; não seja senão pelo motivo das fazendas terem mais recursos para construir e manter bons caminhos vicinais. Nas regiões de pequenas propriedades, onde a tarefa precisa ser executada unicamente pelos poderes públicos, a regra é encontrarmos estradas de má qualidade. Mesmo nos arredores da capital, uma boa parte das pequenas lavouras aí existentes é obrigada a servir-se de caminhos de péssima qualidade, praticamente intransitáveis nas chuvas.

Pode-se analisar a questão sob outro aspecto: o da origem da população rural brasileira. Uma parte dela provém, em sucessão direta, da escravidão. Não é preciso mais para explicar seu baixo nível e incapacidade relativa no manejo de propriedades rurais. É preciso dar-lhe a oportunidade de uma certa experiência, antes de exigir dela grandes feitos. Experiência e amparo, fatores que até hoje têm faltado. Assim mesmo, encontramos pelo menos um exemplo de vulto em que tais sucessores diretos dos escravos conseguiram organizar uma comunidade agrícola de valor apreciável: refiro-me à Bahia. Nos arredores da cidade do Salvador desenvolveu-se depois da abolição da escravidão, e sobre as ruínas dos engenhos de açúcar, uma região de pequenas propriedades, que se não são modelos, representam contudo um progresso muito nítido, mesmo do ponto de vista exclusivamente técnico, sobre as antigas propriedades açucareiras que vieram substituir.

A outra parte da população rural brasileira — e este é o caso em particular de São Paulo — é a que provém da imigração européia do século passado e do atual. Também esta não contou, força é reconhecê-lo, com grandes vantagens para se estabelecer com pequenas propriedades. O desconhecimento da terra, a qualidade de estrangeiro, a falta de amparo são outros tantos obstáculos opostos ao progresso dela. No entanto, o que já realizou, e que ninguém ignora, é uma demonstração cabal de suas possibilidades.

Por todos estes motivos, não me parece acertado atribuir o atraso e baixo nível da agricultura em uma parte das pequenas propriedades brasileiras simplesmente ao fato de serem pequenas. O argumento é aliás perigoso para os adversários da pequena propriedade porque pode ser com muito mais razão, talvez, aplicado às fazendas. Estas nada têm, em conjunto, de modelos.

Vejam a segunda objeção que lhe é feita, a saber: "se a concentração da produção representa um progresso, inversamente a sua dispersão em pequenas unidades significa um recuo". Este argumento é puramente teórico, e portanto de pouco valor. Lembro-o apenas porque é citado, e porque permite abordar certos aspectos interessantes da questão da pequena propriedade.

A concentração da produção é um fenômeno sobretudo industrial. Resulta, como se sabe, do desenvolvimento da técnica, que obriga à produção em larga escala. O emprego de grandes maquinismos, a especialização das funções e consequente divisão do trabalho, que são as exigências da indústria moderna, sômente são possíveis nas grandes unidades produtoras. Daí a concentração.

Isto se verifica também às vezes, na agricultura. O preparo do terreno em grandes áreas unidas se faz muito mais economicamente com maquinaria de vulto: tratores e arados complexos. Coisa semelhante se dá na sementeira e colheita de certos gêneros, como alguns cereais. Nestes casos, a concentração da produção é uma exigência técnica; a pequena produção isolada é anti-econômica.

Mas isto está longe de ser uma regra geral; até pelo contrário, é a exceção. A agricultura se encontra, em confronto com a indústria, num nível técnico muito baixo. O que é quase regra absoluta e invariável nas manufaturas, só excepcionalmente se dá no cultivo da terra. O emprego de máqui-

nas é raro; as de grande vulto, então, raríssimo. Este é sobretudo o caso do Brasil. Em primeiro lugar porque em boa parte das terras ocupadas e exploradas do nosso país, são poucas as áreas de grande extensão e relêvo unido onde seja possível o emprêgo de máquinas de vulto. Além disto, em quase tôdas as principais lavouras brasileiras o emprêgo de máquinas é dispensável. E' o caso, em particular, da principal delas, o café. Aliás, examinando-se a organização de uma fazenda de café, verifica-se que a cultura desta planta não é realizada coletivamente, exigindo portanto grandes unidades produtoras. Os cafézais são divididos em parcelas, e cada qual entregue aos cuidados exclusivos de um determinado trabalhador e sua família, que fazem todo o serviço isoladamente: carpas, colheita, etc. Não há divisão de trabalho nem especializações. Uma fazenda de café não é na realidade senão a soma de muitas pequenas unidades, reunidas sob a direção de um único proprietário.

Onde existe necessidade da concentração de produção é nas indústrias agrícolas primárias de transformação: o beneficiamento do café, o descaroçamento e enfiamento do algodão, a embalagem de frutas cítricas, etc. Mas trata-se de atividades diferentes da cultura própria, e não estão necessariamente unidas a ela na mesma propriedade. No algodão, por exemplo, a separação é mais ou menos completa: a lavoura é uma coisa, o descaroçamento e a prensagem outra; são atividades que pertencem a produtores distintos. Nas frutas cítricas dá-se mais ou menos a mesma coisa. No açúcar, embora nem sempre seja este o caso, êle é contudo freqüente: usina e plantadores são entidades diferentes muitas vezes. Aliás a tendência da legislação atual é para forçar esta separação na lavoura canaveira. Somente no café, o beneficiamento ainda é, em regra, uma atividade anexa à cultura. Assim mesmo já existem, em grande número, emprêsas autônomas que adquirem dos lavradores o café em côco, preparando-o em seguida, e vendendo-o por conta própria. Este sistema parece aliás recomendável, pois uma grande emprêsa central, capaz de reunir e beneficiar uma quantidade considerável de café, está muito mais em condições de efetuar um serviço conveniente, que uma simples fazenda, cuja produção, por maior que seja, é sempre reduzida, e sujeita a oscilações de um ano para outro: as suas instalações de beneficia-

mento não podem porisso ser tão perfeitas como as de uma grande emprêsa autônoma. O que se verifica, portanto, é que em regra a grande produção concentrada não constitui entre nós uma necessidade técnica. Nada impede, pois, que nas condições atuais se realize a transformação da grande propriedade em pequena propriedade. Existe mesmo, em todos os setores da nossa agricultura, a produção em pequena escala. Há pequenas lavouras de café, de cana de açúcar, de algodão, etc. E tomadas em conjunto, elas não são inferiores às fazendas. As deficiências que porventura possam apresentar devem-se antes a condições gerais desfavoráveis que oneram o pequeno produtor em confronto com o grande. Além daquelas que já assinaei há ainda a falta de amparo, e sobretudo ausência quase completa de crédito; assunto em que a fazenda, apesar de tudo que se diz, tem sido privilegiada. Mas tudo isto é fácil de corrigir com uma política de decidido apoio à pequena propriedade; e não constitui obstáculo intransponível.

Aliás a pequena propriedade não exclui colaboração nas tarefas que exigem esforços conjugados. Isto se realiza facilmente pelas cooperativas, organizações largamente difundidas em muitos países, e embora em pequena escala, também entre nós. Há inúmeras tarefas agrícolas, inclusive o beneficiamento dos produtos, que podem ser realizadas por cooperativas dos próprios produtores. O emprêgo de máquinas, por exemplo, como tratores, grandes arados, etc., que seria inacessível ao pequeno produtor isolado, é perfeitamente viável através de cooperativas. Não estou aqui argumentando com hipóteses, mas com sistemas que existem e funcionam muito bem noutros países. E mesmo no Brasil, encontramos-los, por exemplo, entre os pequenos proprietários japoneses.

Tôda esta defesa que estou fazendo da pequena propriedade é quase inútil. Em que pese aos argumentos que ainda se ouvem, o fato é que a prática tem demonstrado cabalmente que nas condições atuais do Brasil, a pequena propriedade representa, sôbre a grande, um progresso sensível. Tanto em matéria de aproveitamento do solo, de intensificação e aperfeiçoamento da produção, como na elevação do padrão de vida dos trabalhadores — coisa tão importante num momento em que estamos urgentemente precisando de mercados — a pequena propriedade sobre-

leva de muito a fazenda. Em média, uma fazenda de 100 trabalhadores, por exemplo, representa um patrimônio, um acervo econômico inferior aos dos mesmos 100 trabalhadores transformados em pequenos proprietários autônomos.

Nestas condições, parece-me que não há argumentos que se possam considerar sérios, contra a pequena propriedade. E uma vez que ela resolve, como vimos antes, o problema fundamental do povoamento, e que é talvez o mais grave do Brasil — refiro-me à estabilização e fixação da população rural do país — parece-me que a conclusão se impõe: trata-se simplesmente de substituir a grande propriedade, a fazenda, pela pequena.

Digo “simplesmente”, porque de fato não há aí propriamente inovação. A pequena propriedade já existe entre nós; em certos setores é mesmo um elemento muito importante da nossa estrutura agrária; preconizar a difusão dela não constitui pois plano teórico e abstrato, uma especulação sem base na realidade. E’ uma idéia que surge da observação direta dos fatos.

Num sentido, contudo, terá de haver inovação. E’ na adoção de uma política deliberada, consciente e de larga projeção, que faça do processo de desenvolvimento da pequena propriedade, de um fenômeno espontâneo, caótico e cheio de falhas, como se está dando atualmente, uma evolução organizada, planejada e sobretudo amparada e estimulada.

A pequena propriedade tem no Brasil uma história recente. Como se sabe, a ação pioneira na agricultura, coube entre nós, quase invariavelmente, ao grande domínio, à fazenda. E’ esta que em regra se instala primeiro, que “abre zonas”, como se diz. A pequena lavoura vem quase sempre do retalhamento de antigas fazendas. Daí as dificuldades com que lutou e luta para se desenvolver. O aspirante a pequeno proprietário é por definição um indivíduo com poucos recursos. Sobretudo no Brasil, onde a massa da população rural é de nível econômico muito baixo. Quem quer ser proprietário é obrigado a comprar, e a muito bom preço, a terra que necessita. Argumenta-se contra isso, muitas vezes, que há muita terra barata no Brasil, e lá no fundo dos sertões até de graça. Mas evidentemente isto não interessa à grande maioria dos pretendentes a pequenas propriedades. Eles precisam de terras boas, bem localizadas, com bons transportes. E isto

interessa não só a eles, mas ao país em conjunto, pois nada adiantariam milhares de pequenos agricultores miseráveis e vegetando no isolamento. Sem crédito, sem auxílio, sem estímulo, e pobre como é, como pode a massa dos trabalhadores rurais adquirir propriedades convenientes? Eles são obrigados a esperar longamente, a gastar seus melhores anos acumulando um pequeno pecúlio suficiente para a aquisição. Quantos chegarão até aí? Necessariamente muito poucos.

Note-se que isto é um caso quase único em países de grandes extensões territoriais desertas como o nosso. Nos Estados Unidos, na Austrália, na Nova Zelândia; mais recentemente na Argélia, na Tunísia, no Canadá, bem como em outras partes, os poderes públicos sempre facilitaram o mais possível a aquisição de propriedades fundiárias. Entre nós, seja na colônia, no Império como na República, o Estado nunca se preocupou em dividir equitativamente a terra. Desbaratou-a inconscientemente, doando-a em grandes extensões a protegidos e favorecidos. Ou então fechou os olhos a toda sorte de abusos que se praticavam com a ocupação sumária e indevida das terras públicas. Enquistou-se assim nas mãos de uma minoria de afortunados e ousados praticamente toda a riqueza fundiária do país.

Numa situação como esta, o lavrador modesto encontra evidentemente a maior dificuldade em se estabelecer por conta própria. Depois da substituição do trabalho escravo pelo livre, isto é, quando surge a primeira oportunidade de vulto oferecida ao desenvolvimento da pequena propriedade, encontramos, de um lado, tôdas as terras aproveitáveis ocupadas por fazendas de café, ou em caminho para isto; doutro, uma massa de trabalhadores rurais composta de antigos escravos ou imigrantes completamente destituídos de recursos. A lavoura cafeeira estava em plena prosperidade; qual era o proprietário que iria ceder suas terras senão a muito bom preço? Além disto, podia vendê-las em bloco: raramente em parcelas. Finalmente, com que probabilidades contaria a pequena propriedade em concorrência com a fazenda toda poderosa? Os transportes, o crédito, o comércio, todo o aparelhamento econômico-financeiro do Estado se organizara em função da grande lavoura. E não havia mesmo o menor interesse, ao contrário, em favorecer o pequeno pro-

prietário: para a classe então incontestavelmente dominante, os fazendeiros, o que convinha eram simples assalariados.

Nos primeiros anos do atual século, cogitou-se de organizar em escala apreciável, núcleos agrícolas de pequenos proprietários. A razão foi que, nesta ocasião, começaram a surgir protestos nos países de origem da imigração para o Brasil, em particular a Itália, contra o tratamento aqui dispensado aos imigrantes. Langou-se-lhes então, entre outras "iscas", esta das colônias agrícolas. E tanto não passavam de "isca", que, tendo serenado os protestos, e restabelecendo-se a corrente imigratória, abandonou-se a idéia completamente. Um presidente de São Paulo, e um dos seus políticos mais influentes até 1930, combatera abertamente o plano de núcleos coloniais, alegando que não convinha de forma alguma desviar braços das fazendas necessitadas de mão de obra.

A pequena propriedade desenvolveu-se efetivamente em São Paulo em consequência das crises do café. O esgotamento do solo, a queda de preços, as dificuldades de exportação: estes são os diversos fatores que contam. E' deles que provém a ruína das fazendas e grandes domínios, e em consequência, seu retalhamento, último recurso para sair das dificuldades. Podemos acompanhar nas estatísticas este processo de decomposição da fazenda em consequência das crises, e sua substituição pela pequena propriedade. Sobretudo depois da crise de 1929, o processo de retalhamento das fazendas se precipita. E este processo foi facilitado pela prosperidade do período anterior, que permitiu a uma parte dos trabalhadores rurais, melhor aquinhoados pela sorte, reunir pecúlio suficiente para recolher a sucessão das fazendas arruinadas.

Mas apesar destes progressos da pequena propriedade, estamos ainda muito longe de um abalo sequer no sistema predominante da fazenda. Em que pese aos que, com motivos políticos evidentes, já alardeam que o grande domínio cedeu o passo às pequenas lavouras, o fato é que estas ainda representam uma parcela reduzida da riqueza fundiária paulista. Segundo os últimos dados publicados, e que se referem a 1940, a distribuição das propriedades rurais em São Paulo é a seguinte: até 10 alqueires, ocupam em números redondos,  $7\frac{1}{2}\%$  da área agrícola do Estado; de 10 até 50 alqueires, 23%;

acima de 50 alqueires, 70%. E a isto é preciso acrescentar que para um total de 170 000 proprietários, há cerca de 700 000 trabalhadores sem terra e que são simples assalariados. Índices mais claros da concentração da propriedade fundiária não são possíveis.

Estamos pois ainda muito longe de um verdadeiro e largo retalhamento da propriedade rural. Assim mesmo, contudo, poderá alegar-se que marchamos em tal sentido, e portanto é só deixar correrem as coisas. Não há necessidade nem de medidas específicas, nem de uma política deliberada. É fácil responder. Em primeiro lugar, o retalhamento, pela forma desordenada por que se está realizando, tem graves inconvenientes. Está na dependência das finanças particulares deste ou daquele fazendeiro, que, arruinado, resolve lotear suas terras; ou então especuladores à procura de bons negócios. Não há um processo sistemático: os núcleos de pequenas propriedade surgem aqui ou acolá, sem atenção a circunstâncias que no futuro tornem estes núcleos viáveis: condições de transporte, acesso a bons mercados, etc. Os adquirentes nem sempre estão em situação de julgar se a compra convém. Na ânsia de se tornarem proprietários, olham mais para os preços e facilidades de pagamento. Os loteamentos tornam-se, em muitos casos, simples especulações só vantajosas para os vendedores. Não é isto evidentemente o que se quer.

Doutro lado, o processo de divisão da propriedade rural a que assistimos hoje, é resultado sobretudo, como referi, da crise agrícola que com intermitências se prolonga há 14 anos. Qualquer folga interromperia instantaneamente o retalhamento das fazendas. Bastará que uma conjuntura favorável restaure a prosperidade agrícola, para que assistamos um fenômeno inverso do atual; uma nova concentração da propriedade rural. O surto recente da lavoura algodoeira já produziu isto em muitos lugares; e tivesse êle se prolongado mais algum tempo, e o fato com certeza se generalizaria. Portanto, o processo da subdivisão dos grandes domínios não é fato consumado e fatal. Pode ser interrompido a qualquer momento, e evoluir mesmo em sentido contrário. De qualquer forma, fazer depender um acontecimento, que é incontestavelmente vantajoso, das contingências de um período de crise, não me parece opinião aceitável.

Finalmente, não devemos exagerar a atual marcha da divisão das propriedades. Ela é, apesar de tudo, lentíssima. O número de propriedades rurais paulistas, que em 1930 era de 163 765, subiu em 1940 para 170 472 apenas. Em 10 anos um aumento de menos de 7 000, ou seja menos de 5%. E não foi computado aí nem o aumento da população, nem o da área explorada do Estado, que neste decênio cresceu bastante. Uma parte daquelas 7 000 propriedades de aumento é formada de novas fazendas.

Em tal marcha, levaríamos séculos para chegar a uma transformação real da nossa estrutura agrária, se é que um dia chegaremos até lá.

Será isto conveniente? Precisamos considerar que estamos almejando a subdivisão da propriedade rural e o retalhamento das fazendas ... um objetivo preciso: estabilizar e concentrar o povoamento, que no atual sistema é essencialmente móvel, instável e disperso. Trata-se pois, para chegar a resultados apreciáveis, de promover uma reforma em larga escala e mais ou menos rápida; fazer destas centenas de milhares de trabalhadores rurais, que perambulam como nômades de uma para outra região do Estado, povoadores fixos. E' esta a única forma de tornar a população rural estável, e realizar com ela uma efetiva exploração racional, sólida e construtiva das nossas terras. E isto não é possível com a atual marcha retardada que seguem os acontecimentos.

Mas em que condições é possível realizar tal reforma agrária? Aqui também não é preciso apelar para soluções especulativas e planos abstratos. Existe entre nós, desde longa data, um sistema de povoamento a que se deu o nome de *colonização*, e que consiste na formação de núcleos agrícolas de pequenas propriedades agrupadas e cedidas em condições vantajosas a modestos lavradores. E' assim que, ainda no XVIII século se povoou a ilha de Santa Catarina e uma parte do Rio Grande do Sul. Mais tarde, quando a Côrte portuguesa se transferiu para o Brasil, procedeu-se da mesma forma em diferentes regiões do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sob o Império, e depois, sob a República continuou-se com o sistema. Referi, aliás, incidentalmente, o que se fez em São Paulo nos primeiros anos deste século.

Este sistema deu em muitos casos resultados excelentes. Houve também

fracassos: mas estes se deveram invariavelmente a erros palpáveis e fáceis de evitar. Um dos mais freqüentes foi a localização dos núcleos. Escolheram-se muitas vezes lugares impróprios pela distância em que ficavam de transportes convenientes ou mercados para seus produtos. Isolados em zonas dificilmente acessíveis, os colonos estavam de ante-mão condenados ao insucesso. O que se deu por exemplo em certas regiões do Paraná em fins do século passado é muito ilustrativo.

Outro erro cometido com relação aos núcleos agrícolas foi o de povoá-los unicamente com imigrantes recém-chegados. Alheios ao país, ignorando por completo o meio em que vinham trabalhar, não sendo muitas vezes nem ao menos lavradores de profissão, é evidente que não podiam prosperar. Mesmo quando se tratava de legítimos camponeses europeus, imagina-se como se portariam estes habitantes de terras ocupadas e exploradas há séculos, em frente à mata virgem e agreste dos trópicos. A maior parte não teria talvez derrubado em sua vida uma única árvore: tratava-se agora de arrasar florestas!

Apesar de todos estes erros, a colonização deu em muitos lugares resultados esplêndidos. Basta ver o que se passou no Rio Grande do Sul, por exemplo. A área mais povoada, mais rica e próspera daquele Estado é sem dúvida a zona colonial. O vale do Itajaí, em Santa Catarina, é outro exemplo que nos pode servir. Nestas condições, o problema consiste apenas em ampliar o nosso velho sistema de colonização. Há contudo uma diferença: já não se trata mais, como no passado, de localizar simplesmente algumas centenas de imigrantes nem de organizar esporadicamente alguns núcleos agrícolas. O que se fez no passado serve apenas de modelo. Hoje a questão é refundir a nossa estrutura agrária. Algumas considerações a respeito são portanto necessárias.

Em primeiro lugar, a escolha das regiões a serem colonizadas. Ao contrário do que sempre, em regra, se fez, a nova colonização já não deve ter por objetivo povoar territórios desertos. E' precisamente para corrigir as falhas do povoamento já existente que ela se inaugura. Devem porisso ser escolhidas regiões já ocupadas e habitadas. Isto vai de encontro a uma palavra de ordem hoje muito em voga, e que se repete o mais das vezes sem maior refre-

xão: a famosa "marcha para o oeste". Parece lógico que antes de ir adiante, devassando sertões meio inacessíveis, se deva tratar do que ficou para trás. Há muito que fazer aí. A "marcha para o oeste", preconizada assim como uma política de estímulo à penetração do interior, é evidentemente reincidir no nosso erro de séculos: a dispersão e instabilidade do povoamento. Os territórios ainda desocupados do Brasil, e os meio-ocupados apenas, devem esperar, e servir unicamente como reservas futuras a serem oportunas e progressivamente aproveitadas. Quando o crescimento vegetativo da população brasileira, e o afluxo de novas e grandes correntes imigratórias elevarem as regiões já ocupadas a um ponto de efetiva saturação, então será ocasião oportuna de nos estendermos para áreas indevassadas. Por enquanto, cuidemos do que já existe de feito, recolionizando estas áreas apenas meio exploradas, parcamente habitadas, e cheias de vácuos que tantos transtornos causam à nossa vida econômica e social; procuremos fixar aí uma população densa e estável, capaz de aproveitar todos os recursos da terra e viver uma vida digna da espécie humana. Precisamos encerrar definitivamente a nossa secular e tão onerosa caça ao húmus.

Localizando-se em zonas velhas, a colonização gozará desde logo de todas as vantagens consideráveis de elas proporcionam: sistema de transportes já estabelecidos; aparelhamento suburbano desenvolvido; indústria e comércio organizados; mercados próximos e facilmente acessíveis. Mas pergunta-se: haverá nestas regiões velhas sobras de boas terras utilizáveis? Não se trata contudo de sobras; o problema consiste em redistribuir as próprias terras já exploradas, com o retalhamento das grandes propriedades e fazendas. É justamente isto que nos interessa. E não vejo nada de impraticável na idéia de adquirir o Estado grandes áreas em regiões convenientes, loteá-las em seguida, cedendo-as depois em condições acessíveis aos trabalhadores rurais. O sistema seria aplicado sucessivamente numa zona atrás da outra, realizando-se assim com a possível brevidade a transformação total da nossa estrutura agrária.

Não há diferença substancial entre este programa e o que já tem sido feito em matéria de colonização. Trata-se apenas de escolher, em vez de zonas novas e inexploradas, as velhas: o que

somente facilita a tarefa, pois desaparecem mil problemas que complicam a colonização de zonas despovoadas. Trata-se além disto de tornar geral, e aplicado em grande escala, um sistema que até hoje não foi empregado senão ocasionalmente. Também não ocorrem aí dificuldades particulares: é apenas uma questão de organização e de conveniente aparelhamento da administração pública.

Aliás, mesmo sem a intervenção do Estado, isto se vem fazendo, embora em escala diminuta. É grande o número de empresas que adquirem terras e fazendas, e as revendem em lotes, realizando mesmo esplêndidos negócios. A colonização japonesa entre nós não procede de outra forma, e localizou, como se sabe, milhares de colonos e pequenos proprietários. E embora todos saibam que houve aí estímulos políticos e circunstâncias especiais que estão fora do nosso programa, o negócio em si foi realizado, ao que se sabe, em bases comerciais.

Temos também empresas puramente nacionais que agem em grande escala: assim a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, formada de capitais brasileiros, e cuja finalidade é adquirir velhas fazendas, revendendo-as depois em lotes a pequenos lavradores. Esta Companhia formou assim milhares de pequenos proprietários em zonas velhas. E o negócio é tão vantajoso que a Companhia distribui 12% de dividendos, e seus títulos, do valor nominal de 200 cruzeiros, estão cotados a 350. Este caso da Companhia Agrícola é aliás particularmente interessante, porque foi organizada por um grupo financeiro ligado a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e destina-se a valorizar a zona servida por aquela estrada. Vê-se pois que uma companhia particular compreendeu perfeitamente como a subdivisão das propriedades valoriza e enriquece uma região. Porque não o compreenderá a administração pública, realizando o que os particulares somente conseguem em escala muito reduzida, e com os inconvenientes que já assinalai, realizando isto em grandes proporções e no interesse de toda a coletividade?

Está claro que o Estado não fará isto como um simples comerciante procurando apenas bons negócios de terras. Terá que agir sistematicamente, favorecendo todas as regiões do Estado; invertendo em obras de beneficiamento local os lucros que porventura alcan-

çar; saneamento; estradas, irrigação, terraçamento, etc. Ou então cobrindo com eventuais saldos de uma região os *deficits* de outras onde a operação não se revelar tão vantajosa.

Além disto, o Estado poderá evitar que se especule com as terras e fazendas a serem adquiridas, impedindo alta de preços e valorização artificiais; poderá desapropriá-las pelo seu justo valor, com base no rendimento efetivo, exatamente como procede nas desapropriações urbanas. E assim, com todos êstes cuidados, as terras e fazendas adquiridas pelo Estado poderão ser cedidas a preços convenientes e acessíveis à massa dos trabalhadores, o que não se dá e não se pode dar com empreendimentos particulares.

O pagamento das desapropriações poderá ser efetuado com títulos públicos. Este é um ponto muito importante. Em primeiro lugar, é difícil reunir desde logo os fundos necessários para levar adiante, em escala apreciável, desapropriações convenientes. Além disto, a mobilização súbita de grandes capitais invertidos em terras, daria lugar à inflação com todos os seus inconvenientes. O pagamento em títulos amortizáveis sucessivamente e a largo prazo, contornaria estas dificuldades.

Não é possível evidentemente traçar assim desde logo um plano geral e completo de colonização. O assunto é excessivamente complexo para se satisfazer com soluções teóricas. Mas fixada a linha geral de ação, precisado o fim que se tem em vista, e iniciada a realização da idéia, os pormenores virão aos poucos, ditados pela experiência e os imprevisos que se revelarem na prática. E' de toda conveniência insistir neste ponto, porque existe entre nós, em qualquer assunto público, o mau hábito de pedir e estabelecer de início planos completos e teóricamente perfeitos. O fracasso de muita idéia fecunda provém daí. Para começar, os planos devem ser muito simples, e sobretudo plásticos, facilmente transformáveis. Sômente com o decurso do tempo, e com os ensinamentos da experiência, se poderá chegar a qualquer coisa de geral e completo.

Um aspecto contudo se deve abordar inicialmente, porque é fundamental: o das cooperativas. O cooperativismo terá necessariamente no assunto duas funções essenciais: em primeiro lugar, tornará possível a conjugação de esforços dos futuros colonos e pequenos proprietários, que, isolados, perderiam

muito das suas possibilidades. Já lembrei que muitas tarefas não poderão ser realizadas pelo pequeno proprietário isolado: assim o preparo da terra em certas áreas e culturas que exigem emprêgo de maquinismos; assim também os serviços de extinção de formigas, combate às pragas, etc. As cooperativas deverão tomar a si estas tarefas. A outra função delas será suprir e à medida que fôr correndo o tempo, substituir o mais possível a ação do Estado. A maior parte dos serviços, inclusive aquisição de terras, poderá passar para elas depois de algum tempo. Alivia-se com isto o trabalho do Estado, e evita-se o inconveniente da burocracia centralizada, esterilizadora e rotineira.

E desta forma, poderá chegar-se através das cooperativas a corrigir todos os inconvenientes que à primeira vista possa apresentar a pequena propriedade e ao mesmo tempo que se estabiliza com ela a população rural, e eleva-se o seu padrão de vida, contornam-se aquêles defeitos que social, econômica e tecnicamente se podem nela assinalar. E acima de tudo, chegar-se-á ao fim principal que temos aqui em vista: corrigir a secular instabilidade e dispersão do povoamento brasileiro.

(Palestra feita pelo Prof. Caio Prado Júnior, na União Cultural Brasil-Estados Unidos, na 7.<sup>a</sup> jornada promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho, dedicada ao tema *O Brasil no após guerra*, publicada em "I.D.O.R.T.", n.º 144, ano XII, dezembro de 1943).

☆

### Goiânia, a mais nova capital brasileira

No meio do ano de 1942, assistiu o Brasil empolgante acontecimento. No ambiente de aflições e angústias, que dominavam o país, surgiu uma nota alegre nos rincões da Pátria a proclamar um feito nacional.

A guerra mundial — a maior e a mais monstruosa de todos os tempos — começava a envolver em suas malhas sinistras o Brasil, apóstolo da Paz e da Concórdia Universal. A sua atitude nobre e desassombrada, ao patrocinar a grande expansão da solidariedade pan-americana, — que se firmou e se definiu na união dos esforços de guerra, pela Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro, no comêço do ano realizada, — exaltou o ódio dos eixistas nefastos, que, em violências inominá-

veis e desumanas, tingiram de sangue os mares do Brasil, afundando navios nossos, desarmados, indefesos, em tráfego pacífico. Enganaram-se profundamente os profissionais do crime internacional, porque, afundando os navios, fizeram emergir a exaltação patriótica dos brasileiros, despertando-a, inflamando-a.

Foi assim evidenciado o ódio de morte que nos cercava, e denunciada a violência das forças que ambicionavam nosso patrimônio, e alertado o abismo profundo a que a nossa indiferença fatalmente nos conduziria.

Daí a formidável reação da nacionalidade. Prevenidos contra o perigo, povo e governo associaram-se em um esforço magnífico e multiforme: pela propaganda que, pronta, vivaz e inteligentemente, se organizou, por todo o país foram despertados os brasileiros para os terríveis propósitos do inimigo, e advertidos para a defesa do Brasil; pela mobilização dos recursos, então automaticamente iniciada, os esforços econômicos e industriais passaram a ser coordenados e intensificados para as necessidades da segurança nacional; pela espontânea vontade dos jovens brasileiros, enchiam-se os quartéis, fervilhavam as praças públicas, reboavam as escolas, tudo clamando pela honra do Brasil ultrajado, e reclamando tudo do patriotismo dos brasileiros.

Era este o ambiente do Brasil, ao meio do ano de 1942. Apreensões e angústias, reação e exaltação, patriotismo e esforço, união e sacrifícios. O rádio a cada instante eletrizava os ouvintes com as notícias de última hora, da guerra mundial, cheias de surpresas, boas e más, cheias de advertências e perspectivas, boas e más. Os jornaleiros, com sua voz penetrante, faziam tremer os transeuntes ao apregoarem acontecimentos fantásticos, cujo simples título quase enchia a primeira página do jornal oferecido. Nos cafés, nos clubes, nas reuniões, mais enervantemente se processavam os comentários, através de cochichos, cercados de precauções sigilosas, para que maior efeito produzissem as informações, mais ou menos tendenciosas, assim veiculadas.

Era esse o ambiente, quando no Brasil ecoou uma nota alegre, a anunciar a inauguração duma nova cidade no interior da Pátria, e a espalhar convites para a inauguração oficial de Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás. Aparentemente, que contraste! Dum lado, no Brasil litorâneo, a efer-

vescência reunindo forças para agirem para fora, em uma luta contra o estrangeiro; doutro lado, no Brasil central, a ponderação, o equilíbrio conclamando esforços para a marcha para dentro, em uma campanha de conquista do Brasil pelos brasileiros! Dois movimentos aparentemente antagonísticos, mas ambos substancialmente brasileiros, e concordes.

A voz do Brasil Central, apesar das ressonâncias interferentes, fêz-se ouvir, e de todos os rincões do Brasil rumaram para Goiás representantes dos Governos estaduais, do Governo da União, professores e técnicos de educação geógrafos, estatísticos, administradores e tantos outros brasileiros aplicados em atividades várias.

E' que, por feliz inspiração do benemérito Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a inauguração oficial de Goiânia havia de se processar mediante um "batismo cultural", título aplicado ao conjunto dos certames culturais que o mesmo Instituto e o Governo do Estado organizaram e promoveram, para na nova metrópole se realizarem.

Emoldurou-se assim a notável efeméride brasileira — "dia 5 de julho de 1942, data da inauguração oficial de Goiânia" — com as flores formosas e perfumadas da inteligência brasileira, a concertarem um colorido variado e próprio à consagração perpétua de tão auspicioso acontecimento.

O VIII Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela conceituada Associação Brasileira de Educação, reuniu em Goiânia, de 19 a 27 de junho, educadores e professores de todo o país, que concentraram seus estudos sobretudo em torno dos temas do ensino rural, que há-de constituir talvez a melhor força para a solução do magno problema do ruralismo brasileiro, a contrapor-se aos proclamados inconvenientes do urbanismo tão indevidamente desenvolvidos.

A II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, levada a efeito de 25 de junho a 10 de julho, excedeu a todas as expectativas. Pela abundância do material exposto, pela importância das numerosas instituições e Governos representados e sobretudo pela excelência dos mapas, fotografias, gráficos, maquetes e objetos, apresentados com apurado preparo e em feliz arranjo, a Exposição foi uma mostra verdadeiramente notável da cultura brasileira.

A V Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, efetivada de 1 a 10 de julho e a V Sessão da Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, realizada no mesmo período, congregaram em Goiânia os diretores dos serviços federais e estaduais de Geografia e de Estatística a fim de, como acontece cada ano, balancearem os feitos geográficos e estatísticos concretizados no país no ano transato, estabelecerem os planos de trabalho para o ciclo seguinte, fixando-lhes as respectivas normas de execução.

E por que havia a construção de Goiânia de constituir um feito nacional, e a sua inauguração de marcar uma consagração nacional?

Capital de um Estado, por que não se limitou a interessar os coestaduanos, e quanto muito a influir apenas nas regiões circunvizinhas?

Porque tão profundamente repercutiu em todo o país?

Miguel Couto, êsse grande luminar da ciência brasileira, em memorável conferência, afirmou que "No Brasil, só há um problema — educação".

A tese é incontestável e universal, de vez que, sendo a educação a disciplina da atitude humana, ela é necessária e indispensável ao progresso de toda a Nação, que é, em última análise, o complexo Terra-Homem.

A Nação compreende substancialmente a atividade humana, e esta é aprimorada pela educação; portanto, da educação dos seus filhos emanará necessariamente o adiantamento duma nação.

Mas, no caso do Brasil, talvez caiba uma distinção que a geografia denuncia.

Se olharmos um mapa do Brasil — seja demográfico, seja político, seja econômico, seja social — em suma, um mapa que reflita o Brasil-Nação, pela presença do homem e pela intercorrência da sua atividade, verificamos a existência de dois Brasís, tão diferentemente ocorrem num e noutro os fatos humanos. Num, no Brasil litorâneo, jazente em uma faixa mais ou menos larga ao longo da extensa costa, a densidade demográfica e econômica é grande e nêle gravitam, na sua quase totalidade, os fatos sociais e políticos da Nação.

Noutro, no Brasil interior, ainda em uma verdadeira situação colonial, pairam populações diminutas, cujos núcleos relativamente em pequeno número

se separam por territórios imensos, quase inteiramente despovoados e sem meios de comunicação, de modo que aí a expressão demográfica, política, social e econômica é quase nula.

Quanto à ocupação do Brasil, efetiva e expressiva, ainda vivemos a bem dizer o regime tordesilhano, pois o famoso meridiano passando pela ilha de Marajó separa duas porções do Brasil de tal modo que, tirante o rigor do traçado geodésico e toleradas inflexões aqui e acolá, coincide com a divisa das citadas regiões litorâneas e interior, tão diversas nas suas expressões humanas e no seu comportamento.

Assim, olhos fitos nos mapas, sentindo duas regiões brasileiras diferentes, a marcarem situações, atitudes e problemas diferentes, eu me aventuraria a dizer que no Brasil há dois problemas fundamentais — "educação e ocupação" —, educação, no aprimorar e disciplinar a atitude do homem litorâneo, ocupação, no orientar a política brasileira, rumo ao interior sem gente, sem recursos, sem expansão social, em condições apreciáveis.

Dos dois problemas, difícil é denunciar qual o mais importante, pois jogam êles com os dois termos — Terra e Homem —, componentes da grandiosa equação, a Nação.

Cabe aqui lembrar a grave responsabilidade que sôbre a atual geração brasileira recai, no que toca à salvaguarda do nosso imenso patrimônio territorial, nessa hora tremenda em que ganham mundo teorias e práticas de "espaço vital", armando nações e se lhe entrechocando as forças.

Ressalta assim a magna importância e a oportunidade de fundamental problema da ocupação do Brasil pelos brasileiros, que constitui a essência mesma do notável ideário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é um programa estupendo de brasilidade, feito de profundidade, sob um sadio e construtor patriotismo, aquêle que os mapas e os números solidamente formam.

Ora, Goiânia implantou-se no sertão brasileiro, para constituir-se o mais vigoroso ponto de apoio para o acesso das novas bandeiras civilizadoras aos sertões do planalto central.

Vale pois por um elemento propulsor para a proclamada "marcha para o oeste", que encerra uma das mais urgentes e imperiosas necessidades nacionais.

A implantação da cidade em condições favoráveis a êsse acesso amplia a sua missão, projetando-a do recesso regional para o âmbito largo dos anseios nacionais.

Felicíssimas, pois, as palavras proferidas pelo eminente Dom Aquino Correia, digníssimo arcebispo de Cuiabá, ao terminar sua maravilhosa oração gratulatória na missa campal do dia 5 de julho:

“O Brasil, em suma, devia vir aqui, como veio, para daqui levar a mais eloqüente lição e a mais edificante reminiscência.

“Na era colonial, o herói das crônicas bandeirantes da terra goiana conquistava os indígenas inflamando uma pouca de aguardente, e ameaçando fazer o mesmo a todos os rios.

“Hoje, são vossos corações de brasileiros que Goiás conquista com o fogo sagrado da festa de Goiânia de onde levaremos, acesa, a chama do amor cívico e fraterno, a centelha da confiança nas energias latentes e taumaturgas da nacionalidade, a flama olímpica da fé e do patriotismo, que fará para todo o sempre, lembrar êste risinho planalto em flor, e exclamar, num misto de emoção e saudade:

“Glória a Deus nas alturas”!

“Glória in excelsis Deo”!

(Palestra feita pelo Eng. Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, ao microfone da P.R.A. 2 — Rádio do Ministério da Educação como contribuição do C.N.G. ao Curso de Férias organizado pela Associação Brasileira de Educação).

☆

### Climas fabricados

Antigamente essa questão de climas tinha importância apenas para os médicos. Eram designados sumariamente climas bons e maus, altos e baixos, secos e úmidos. Recomendáveis ou não para a saúde. Muito bem. Essas relações entre clima e saúde, entretanto, tornaram-se mais complexas — determinando o aparecimento de uma verdadeira ciência: a higiene.

Como os recursos da técnica aumentaram de maneira extraordinária, é claro que seriam empregados para atenuar as condições climáticas, sempre que possível. Mas a questão dos climas

apresentou, também, outro aspecto de importância enorme, com a expansão multi-direcional da indústria. Uma das consequências mais vivas do industrialismo foi a uniformização do mundo; a criação de necessidades iguais em toda parte. Assim, as grandes fábricas situadas neste ou naquele continente tiveram de construir aparelhos e material de funcionamento destinados a todos os climas. Anda-se de avião tanto na Rússia como na África do Norte; tiram-se fotografias em La Paz, encravada nos Andes, ou na tropical Sebastianópolis. O esforço dos laboratórios orienta-se no sentido de adaptar o material para êsse ou aquêle clima.

Eis o tema de um artigo publicado na revista *Kodak*, ano 12, n.º 3, intitulado “Climas fabricados”.

Diz o seguinte:

A fabricação de climas é um negócio sério em Kodak Park, devido à necessidade de determinar os efeitos da umidade e da temperatura nas emulsões fotográficas. Os filmes se conservam melhor, está provado, em local frio e seco. Mas o consumidor não pode expô-lo e às vezes nem conservá-lo nessas condições ideais. O uso pode se dar em calor tórrido ou no ar seco do deserto. Como se comportará o material?

Para determiná-lo os pesquisadores devem criar climas semelhantes, artificialmente. Para isso é que existe o “corredor dos climas”.

Produzir “tempo condicionado” e mantê-lo constante é o trabalho dos cientistas Kodak. E eles já têm 40 anos de prática. Cada uma dessas células é completamente isolada do clima local da cidade — no inverno ou verão as temperaturas podem ser reguladas de 12 a 50°C com umidade relativa de 20 a 90%.

A construção desses compartimentos é bem complexa. As paredes externas são de concreto com a face interna alcatroada. A seguir vem uma camada isolante de 10 centímetros de cortiça, recoberta de cobre soldado em todas as juntas. E o cobre por sua vez, onde necessário, é recoberto de cerâmica vidrada. A sala é na realidade um pesado cofre de cobre isolado do exterior. Cada peça tem seu próprio aparelho de ar condicionado e os correspondentes controles automáticos. O ar passa através duma corrente d’água recebendo a temperatura e a umidade desejadas.

Temos, pois, através destas linhas, uma idéia do que seja o "corredor dos climas". Informa ainda o mencionado artigo que a instalação está sendo usada agora para fins de guerra. Quando é necessário encontrar substitutos para os materiais de empacotamento como estanho ou fôlha de flandres, os mais indicados são submetidos a provas nos quartos de clima, o que tem demonstrado boas qualidades de materiais até aqui inaproveitados. Representa, sem dúvida, uma face nova das relações entre o homem e o clima.

☆

### Costa Rica

A República de Costa Rica está situada ao sul de Nicarágua e ao norte do Panamá, sendo banhada ao oriente e ao ocidente pelos oceanos Atlântico e Pacífico. A sua superfície é calculada em 59 570 quilômetros quadrados, e a sua população em 551 541 habitantes, ou seja cêrca de 10 por quilômetro quadrado.

#### *Topografia e clima*

Costa Rica é atravessada por um ramal da grande cordilheira andina que penetra no país e segue pelo centro, estendendo-se pelo oriente e entrando pela comarca de Limón na província de Cartago. As ramificações que partem desta cordilheira ao atravessar o país, dão à sua superfície um aspecto muito variado. A meseta central é a região mais densamente povoada da República, não somente devido ao seu clima primaveril, mas também pelas oportunidades que oferece para o desenvolvimento das indústrias agro-pecuárias. Nesta meseta e em suas imediações encontram-se as fazendas de café e de outros produtos agrícolas e da indústria de criação de gado. As importantes indústrias do cacau e da banana encontram-se principalmente na costa do Caribe.

As numerosas montanhas que embelezam a topografia costarricense e as abundantes chuvas que periódicamente fecundam o seu privilegiado solo, fazem com que sejam numerosos os rios em todo o território da República.

Costa Rica goza das vantagens de possuir todos os climas. Situada a uns 10° ao norte do equador, o clima em suas costas é tropical, ao passo que em

suas montanhas e elevadas mesetas do interior é até frio, embora agradável e são. Esta combinação de climas, juntamente com a fertilidade do solo, faz com que em Costa Rica se cultivem e se dêem bem as plantas de todas as variedades, desde as palmeiras das costas até às coníferas dos planaltos.

#### *Resenha histórica*

O território conhecido hoje sob o nome de Costa Rica foi descoberto por Cristóvão Colombo, a 18 de setembro de 1502 durante a sua quarta e última viagem ao novo continente dez anos depois de ter sido divisada a terra pela primeira vez no hemisfério ocidental. As primeiras tentativas para estabelecer uma colônia permanente, foram frustradas devido à oposição oferecida pelas tribos indígenas as quais destruíram as casas dos primeiros colonizadores. Só em meados do século dezesesseis em 1540 é que Hernán Sánchez de Badajoz deu começo à vida colonial permanente, fundando a cidade de Badajoz.

Ao ser estabelecida, pela Espanha, a capitania geral de Guatemala, Costa Rica foi incorporada à mesma, e com Guatemala fêz parte do vice-reinado da Nova Espanha. Até princípios do século dezanove, a história do território que havia mais tarde de chamar-se Costa Rica, estêve estreitamente relacionada com a do vice-reinado.

Os Estados da América Central declararam a sua independência em Guatemala, a 15 de setembro de 1821 e a 12 de novembro do mesmo ano o último dos governadores espanhóis abandonou o seu pôsto. Seguindo o exemplo das outras províncias da América Central, a 15 de janeiro de 1822, Costa Rica uniu-se ao Império Mexicano presidido por Iturbide. No entanto, esta união durou somente até 1 de julho de 1823, quando caiu o Império de Iturbide, ficando Costa Rica livre outra vez para formar o seu próprio governo. A 22 de novembro de 1824, um congresso constitucional reunido em Guatemala, promulgou a constituição da Federação Centro-Americana. Esta Federação não pôde subsistir, contudo, e os Estados que dela faziam parte separaram-se gradualmente. A 21 de janeiro de 1847, Costa Rica promulgou a sua constituição e adotou oficialmente o título de República de Costa Rica.

### *Constituição e governo*

A constituição da República de Costa Rica estabelece uma forma de governo republicana exercida por três Poderes distintos: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Executivo é exercido pelo presidente, o qual é eleito por voto popular direto, para o período de quatro anos, não podendo ser reeleito para um segundo período consecutivo. Não há vice-presidente e quando, por morte, renúncia, ou outra causa, ficar vago o cargo de presidente da República, os *designados*, por ordem da sua nomeação, entram a exercer esse cargo por todo o tempo que faltar para se concluir o período presidencial.

O Poder Legislativo é delegado pelo povo, em uma corporação que se denomina Congresso Constitucional, composto de 43 deputados. Os deputados são eleitos por voto direto do povo, um por cada 15 000 habitantes ou fração maior de 7 500. O direito de votar cabe a todos os cidadãos do sexo masculino, tanto os nascidos no território da República, como os naturalizados.

O Poder Judiciário é exercido pela Corte Suprema de Justiça e pelos demais tribunais que a lei estabelecer. A Corte Suprema compõe-se de uma Corte de Cassação, com cinco membros, e de duas Salas de Apelação, com três membros cada uma. O período da Corte Suprema é de quatro anos, podendo os seus membros ser reeleitos indefinidamente.

O território da República está dividido em sete províncias para os efeitos da administração geral dos negócios nacionais, e as províncias, por sua vez, estão divididas em cantões e estes em distritos.

A Constituição que vigora atualmente em Costa Rica é substancialmente a mesma que foi adotada em 1871, com exceção de certas pequenas emendas que têm sido feitas gradualmente.

### *Principais riquezas*

As principais riquezas de Costa Rica, as que constituem as fontes mais importantes de renda do país, são o café, o primeiro produto agrícola; os cereais e o açúcar, que crescem na meseta central; as bananas, o cacau e o fumo, que se cultivam nas regiões oriental e ocidental; a criação de gado

vacum que se apascenta nos férteis prados do Guanacaste e do vale de Santa Clara; e a exploração das riquezas florestais e minerais.

Pela ordem da sua importância, os principais produtos de exportação são: o café, as bananas, o cacau, as madeiras e as peles.

### *Atrações turísticas*

Os atrativos e as belezas naturais de Costa Rica vão sendo, cada ano, mais bem conhecidos, de tal forma que atualmente esse país é considerado como um verdadeiro paraíso para o turista. O governo, por sua parte, está tomando todas as medidas ao seu alcance para atrair os turistas. Dentro de um breve espaço de tempo ou distância, é possível, em Costa Rica, gozar de quase todos os climas e de todas as vistas imagináveis. Em San José, a capital, o turista pode passar uns dias muito agradáveis, confortavelmente hospedado em algum dos seus hotéis modernos e visitando alguns dos lugares de interesse. De San José pode realizar magníficas excursões aos arredores da cidade, cobertos de cafézais e jardins, ou pode subir as montanhas por boas estradas e ascender até às crateras dos famosos vulcões Poas e Irazú, de onde se divisam os oceanos Atlântico e Pacífico.

### *Vias de comunicação*

Costa Rica tem muitos rios, alguns dos quais podem ser navegados por embarcações pequenas por alguns quilômetros até o interior. Os portos costarriquenses, tanto no Atlântico como no Pacífico, estão bem servidos por várias linhas de vapôres. Mais de 12 linhas de navios fazem escala com frequência nos portos do país. Puerto Limón é o porto principal na costa do Atlântico, e Puntarenas na do Pacífico.

Desde Puerto Limón o viajante pode empreender uma confortável viagem por estrada de ferro, por uma distância de 166 quilômetros até San José, a capital do país, situada a 1 158 metros acima do nível do mar. Ao passar pela bela paisagem do vale do Atlântico, pode ele contemplar as formosas plantações de bananas e cacau e ao começar a ascender as montanhas, pode admirar a grandiosa obra de engenharia que teve de ser realizada para construir essa linha.

San José está, também, em comunicação com Puntarenas, principal pórtio do Pacífico, por meio de uma linha férrea que hoje está eletrificada e que oferece serviço rápido pelos 116 quilômetros que separam a capital do oceano Pacífico. Existem, além disso, várias outras linhas férreas de curta distância, entre as quais se contam principalmente as que transportam bananas das plantações aos portos marítimos.

A construção de rodovias modernas está progredindo rapidamente em Costa Rica. San José está atualmente ligada por boas estradas com os centros mais importantes do país. Pelas planícies costarriquenses atravessará um dia não muito longínquo, a rodovia Pan-Americana, que virá de Nicarágua e seguirá até Panamá e que, futuramente, está destinada a unir tôdas as repúblicas do continente americano.

O serviço aéreo encontra-se em boas condições em Costa Rica. Existem duas linhas aéreas nacionais para o serviço interno e uma internacional que oferece meios de transporte para os outros países da América Central, Estados Unidos, América do Sul e países do Caribe.

#### *Cidades principais*

*San José*, capital da República, com uma população de umas 55 000 almas, é o centro comercial, político, social e cultural do país. Entre os edifícios que adornam a capital, merece ser mencionado, em primeiro lugar, o Teatro Nacional, principal monumento arquitetônico do país, considerado como um dos melhores e mais vastos das Américas Central e do Sul; a Catedral, suntuoso edifício que dá frente ao Parque Central, e o Museu Nacional, que contém uma multidão de objetos de valor histórico e arqueológico. A uma altitude de 1 158 metros, rodeada de parques e jardins, San José goza de um clima ideal durante todo o ano.

*Cartago*, que foi capital da República até 1823, tem uma população de uns 8 000 habitantes, está situada a curta distância de San José, junto à estrada de ferro que une a capital a Puerto Limón. A sua altitude é muito maior que a de San José, pois Cartago

encontra-se a 1 566 metros acima do nível do mar, junto ao vulcão Irazú. A região ao redor de Cartago é notável por suas fazendas de criação de gado.

Em outras cidades importantes, além dos portos marítimos de *Puerto Limón* e *Puntarenas*, já mencionados, convém mencionar *Heredia*, capital da província do mesmo nome e centro de uma importante região cafeeira; e *Alajuela*, *Naranjo*, *Greccia*, *Turrialba*, *San Ramón*, *Santo Domingo* e outras, tôdas elas centros provinciais que se encontram em formosas secções do país e que são de fácil acesso partindo-se da capital.

#### *Educação*

Costa Rica possui um sistema de educação dos mais adiantados no continente americano. Mais de 50 000 crianças, ou seja quase 10 por cento do total da população, estão matriculadas nas escolas da República. Cada povoação, por insignificante que seja, tem a sua escola e o seu professor. Segundo um escritor costarriquense, no ramo da educação, "Costa Rica tem a vaidade bem justificada de ocupar o quarto lugar na América inteira, orgulhando-se de poder afirmar que tem dois exércitos: o militar, com 9 quartéis e 246 soldados e o escolar, com 475 escolas, 1 902 professores e 51 500 alunos".

O ensino primário é obrigatório e gratuito para as crianças de 7 a 14 anos de idade. O programa de estudos compreende um período de cinco anos. O ensino secundário compreende também um curso de cinco anos, sendo ministrado em várias instituições da República.

Diversas instituições oferecem facilidades para seguir diferentes profissões, tais como o comércio, a agricultura, o ensino, a ciência doméstica e outras, ao passo que as escolas de direito, farmácia e belas artes proporcionam instrução adequada para essas profissões.

Com o fim de ministrar ensino mais adiantado em um sentido mais amplo do que o oferecido pelas escolas do país, o governo outorga bôlsas de estudos a estudantes, cada ano, para que possam fazer estudos superiores em países estrangeiros.

## Região Nordeste

Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS  
Da Secção de Estudos do Serviço de Geografia  
e Estatística Fisiográfica

O conjunto formado pelos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, constitui a Grande Região que, na divisão geográfica do Brasil, tem a denominação *Nordeste*, compreendendo duas partes: a *Ocidental* (com o Maranhão e o Piauí) e a *Oriental* (desde o Ceará até Alagoas).

É uma extensa superfície, de relêvo em geral pouco saliente, intercalada entre a planície amazônica, que lhe fica ao noroeste, e a região montanhosa do leste brasileiro, que lhe segue ao sul.

A divisão oficial do Brasil, segundo regiões geográficas, considera cada Unidade Federada como fazendo parte por inteiro da respectiva região. Tal fato tem por objetivo satisfazer às necessidades de ordem didática e facilitar o agrupamento de dados estatísticos.

Mas convém lembrar que, na realidade, os limites naturais das Regiões não coincidem com aquêles da divisão administrativa; assim é que do ponto de vista físico, grande parte do Maranhão e boa porção do Piauí não apresentam feições próprias do Nordeste ao qual se acham filiados, no entanto, por questões referentes ao povoamento, facilidade de comunicações e um intercâmbio que lhes conferem a qualidade de regiões complementares ao Nordeste tradicional, compondo-se assim a região complexa, integral, do *Nordeste*. Por outro lado, como que compensando a retração dos limites naturais ocidentais do *Nordeste*, condições peculiares a esta região dominam na Bahia, entre a grande curva do São Francisco e o vale do rio Paraguaçu.

Em grandes traços, a Grande Região nordestina pode ser decomposta, para facilidade de exposição, em três grandes quadros, em três domínios.

O *Litoral* ou faixa litorânea.

O *Sertão* ou interior dos Estados do Ceará até Alagoas.

As *Chapadas* e *Baixadas* ou domínio sedimentar do Maranhão e do Piauí.

O Litoral compreende o litoral norte, desde o Turiaçu até o cabo de São Roque, e o litoral de leste, daquele ponto até a baía do Salvador.

O trecho do norte, batido pelos ventos de nordeste, caracteriza-se pelas abundantes formações arenosas, constituindo praias e dunas; arenoso por excelência, com enormes praias e coqueirais extensos, apresenta-se como um litoral baixo, em que a maré montante inunda, no Maranhão, os *campos litorâneos* em derredor do golfo onde se acha a ilha de São Luís, e no Rio Grande do Norte concorre para a exploração do sal, sendo as salinas de Mossoró, Macau e Areia Branca, as de maior produção no Brasil. As chuvas, nesse trecho norte, são escassas, ocorrendo, geralmente no verão e outono, à semelhança do sertão e a população é essencialmente de pescadores.

O litoral de leste é o mais importante da Grande Região. Não se limita à fímbria propriamente da costa. Na composição da paisagem da zona litorânea, ajunta-se-lhe a encosta, muito suave, a qual vai dar acesso às alturas em que se desenvolve o cenário do sertão. Nesse conjugado litoral-encosta podemos distinguir: desenvolvendo-se ao longo da costa, vêm-se depósitos de

areia, endurecidos, ou depósitos de corais, soldados uns aos outros, constituindo os *recifes*, perigosos à navegação e servindo de quebra-mar e, assim, dando maior abrigo aos portos como é o caso do porto de Recife.

Já na terra-firme, em vários pontos, em que a costa é mais baixa e se deixa invadir pelas marés, encontram-se os mangues sôbre os quais, ainda grande parte dos habitantes pobres constroem casebres toscos — os mocambos que já estão sofrendo uma campanha de eliminação, a par de assistência social, por parte das autoridades competentes.

Mas, ao litoral propriamente dito, com a paisagem dos mocambos e dos coqueirais das praias, corresponde um tipo humano, bem regional e que vive da pesca de mar alto. É o jangadeiro com a sua embarcação peculiar, a jangada, simples balsa com uma vela.

Para o interior a paisagem se vai modificando. O mar não exerce uma influência tão direta na vida de seus habitantes. A economia aí é fundada nas plantações de cana de açúcar, em benefício das quais, desde o tempo das capitânicas hereditárias, vem sendo derrubada a floresta, já bastante devastada, e que explica a denominação tradicional de *zona da mata*; as chuvas abundantes, caídas de preferência no outono e inverno são um dos fatores principais da ocorrência dessa formação vegetal. Ao lado do trabalho agrícola fundamental nos canaviais, encontram-se ainda, nesta zona da mata, as instalações para o trabalho de transformação da cana em açúcar de consumo, criando, assim, com os maquinismos primários dos banguês e as máquinas modernas das usinas, a paisagem industrial complementar da paisagem agrícola.

Na passagem do domínio da zona litorânea para o domínio do sertão, reconhece-se uma faixa de transição representada por zonas de vegetação menos exuberante, mas onde ainda se notam espécies florestais — é o agreste, zona ainda de atividade agrícola.

Finalmente, galgada a encosta, passado o agreste, eis-nos no sertão. Conforme foi explicado na palestra anterior, a respeito da divisão do país em regiões naturais, ficou esclarecido que, uma Grande Região, como é o caso do Nordeste, é mais propriamente um grupo de regiões naturais, cada qual com uma fisionomia particular, mas ligadas entre si por fatos de relação, decorrentes sobretudo da posição geográfica que ocupam. Mas, independentemente da homogeneidade particular a cada região, há sempre um caráter que assume o papel de traço primordial típico, peculiar à Grande Região, embora não ocorra senão em uma das regiões componentes. Esse traço dominante é que serve para sintetizar a caracterização da Grande Região, diferenciando-a, de forma absoluta, de qualquer outra.

No Nordeste, esta espécie de marca registrada é dada, antes de tudo, pelo clima, o qual através repercussões bem nítidas, empresta-lhe aspectos particulares, pode-se dizer, únicos. O traço essencial, o traço mais importante do clima do Nordeste é a existência de uma estação seca, durando, via de regra, 8 meses, desde março ou abril, até outubro ou novembro. Não é propriamente a falta de chuvas a causa das secas nordestinas, mas a má distribuição das chuvas caídas. No Nordeste chove em quantidade apreciável. Mas acontece que as chuvas caem, em quatro meses, na época do verão-outono, justamente quando a evaporação é bastante forte; e para aumentar a desvantagem, as águas não encontram um solo permeável que as retenha. As chuvas caem, até mesmo abundantes e violentas, causando enchentes muitas vezes desastrosas para a agricultura que geralmente utiliza terrenos de vazante. E quando o período seco se prolonga, muitas vezes por anos seguidos, segue-se o fenômeno migratório das retiradas, o qual pelas circunstâncias e intensidade de que se reveste, representa um aspecto tradicional e expressivo do Nordeste. As populações sertanejas, depois de esgotarem todos os recursos para não abandonarem a terra, perdidas as plantações, perdido o gado, resolvem procurar outras paragens até que a seca termine porque, cessado o flagelo, o nordestino, assim que puder, retorna. Por isso, apesar das secas e migrações periódicas, é o Nordeste uma das regiões mais densamente povoadas, ajuntando-se, para isso, também o fato de ser grande a natalidade entre as suas populações.

A êsse tipo de clima, que podemos classificar de quente e semi-árido, corresponde um tipo de vegetação, que não é o único da região, mas apresenta o aspecto vegetal dominante no sertão — é a caatinga, vegetação própria de lugares secos. É formada por árvores baixas, de fisionomia especial, com folhas miúdas e não abundantes e que na quadra sêca desaparecem. Os espinhos, numerosos, refletem a secura, o ambiente, e os cactos abundantes dão à caatinga o seu aspecto principal.

Também os rios sofrem as conseqüências do regime de chuvas. Os cursos d'água do sertão caracterizam-se pelo fato de serem temporários. Secam durante o inverno convertendo-se em caminhos pedregosos ou arenosos, onde o sertanejo vai escavar uma cacimba em busca de água. Muitos dos rios secam inteiramente, como que morrem. Outros como o Jaguaribe, o Beberibe e o Capibaribe, que atingem o oceano atravessando a faixa enflorestada e chuvosa do litoral, êstes mantêm-se com água até certo trecho.

São ainda as condições do meio que determinam o modo de vida mais comum no sertão. A maioria dos habitantes dedica-se à criação do gado, especialmente de cabras, que se adaptam muito bem à rudeza do sertão. As plantações são reduzidas e sômente o algodão, próprio de lugares de umidade escassa, assume importância econômica.

É ainda em função do gênero de vida e em função da qualidade da vegetação espinhenta, que o Nordeste nos mostra êste tipo regional — o vaqueiro — cujo vestuário de trabalho, feito de couro, representa a adaptação patente ao meio em que vive.

Do ponto de vista do relêvo, a região sertaneja tem o aspecto geral de uma antiga superfície, outrora acidentada, mas que sob a ação intensa e prolongada da erosão apresenta-se atualmente bastante aplainada. A borda oriental dessa velha superfície tem o nome de serra da Borborema e no Ceará, outras serras isoladas (Baturité, Meruoca, Uruburetama), representam formação de rochas mais duras que resistiram melhor ao desgaste. Também observam-se elevações tabulares como as chapadas do Araripe e do Apodi, indicadoras de um antigo revestimento sedimentar, que foi quase totalmente removido.

Já no domínio das chapadas e baixadas do Piauí e do Maranhão, a paisagem é outra. Dominam aí as formações sedimentares, constituindo os planaltos tabulares — chapada e tabuleiros — e uma extensa baixada, que no Maranhão se prolonga até à zona litorânea. De um modo geral, predomina no relêvo a feição de planuras, que, dispostas em níveis diferentes, formam, ora planaltos, ora baixadas ou planícies.

Aqui, os rios são perenes. Não é que as chuvas tenham, totalmente, outro regime. A pluviosidade também é mais forte nos meses de verão. Mas, o solo permeável, permite que se armazene, naturalmente, a água que se infiltra, e isso é ainda facilitado pelo suave declive do terreno.

É no nordeste maranhense e na zona adjacente do Piauí, que estão as zonas mais características do Nordeste Ocidental. No Maranhão os babaçuais. No Piauí — os carnaubais. Ambas as formações em pontos onde a umidade não é deficiente nem excessiva. É também aí que se encontra o rio mais importante do domínio — o rio Parnaíba, cujo papel no povoamento, teve muita importância.

Êste Nordeste Ocidental tem amplas possibilidades de desenvolvimento, mercê da variedade de aspectos que permitem uma multiplicidade de atividades econômicas. Entretanto, até aqui, a atividade principal ainda é a criação de gado, embora no Maranhão esteja desenvolvida a agricultura.

A Grande Região Nordeste é rica em minérios. Presentemente, com a situação atual de guerra, a descoberta de minérios estratégicos lhe tem aumentado a importância militar e econômica. Das explorações tradicionais destaca-se a mineração de ouro na zona do Gurupi e do Turi-Açu, e o aproveitamento de calcários bastante disseminados pela Grande Região. É de esperar-se que, futuramente à economia açucareira do litoral, à criação do gado no interior, à agricultura em geral, à exploração dos carnaubais para o fabrico principal de cera, à exploração dos babaçuais para extração de óleo, se venha ajuntar também uma economia de mineração de alto valor.

# Região Leste

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES  
*Chefe da Secção de Estudos Geográficos e  
Estatística Territorial do Serviço de Geografia  
e Estatística Fisiográfica*

A Grande Região Leste, uma das cinco regiões integrais em que se divide o território brasileiro, compreende aproximadamente os Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, bem como o Distrito Federal.

Sua individualidade, como bloco territorial distinto dos demais, é dada, principalmente, pela presença da longa faixa montanhosa que se estende do norte da Bahia ao sul de Minas e que constitui a "espinha dorsal" do relêvo brasileiro. Aí se encontram os pontos mais altos do território nacional; e os acidentes do relêvo, não tanto pelas altitudes, mas sim pelas suas formas salientes, merecem, realmente, o nome de montanhas. A Grande Região Leste pode assim ser denominada o "Brasil das montanhas".

A rigor, seus limites naturais, mesmo traçados de modo esquemático, não coincidem com as divisas político-administrativas. Assim é que uma extensa área do norte da Bahia apresenta aspectos nitidamente nordestinos, quer pelo clima semi-árido e a típica vegetação de caatingas, quer pelo relêvo, bastante aplainado pela erosão. Da mesma forma, a parte de Bahia e Minas a oeste do vale do São Francisco, com suas chapadas tabulares e sua vegetação campestre, pertencem geograficamente ao Brasil Centro-Oeste.

Por outro lado, uma pequena parte de São Paulo, compreendendo terras da bacia do Paraíba do Sul e trechos montanhosos vizinhos, nada mais é que o extremo meridional do Leste.

Conforme foi, porém, explicado na primeira palestra desta série, a divisão regional correntemente adotada, para fins práticos, resulta de uma adaptação da divisão científica, com o aproveitamento das divisas político-administrativas na delimitação das regiões. Nessas condições, os Estados de Bahia e Minas Gerais passam a ser, na divisão prática, inteiramente incluídos no Brasil Leste enquanto que São Paulo é excluído, em sua totalidade. Notemos ainda que Sergipe só é considerado como pertencente a essa região, devido às suas íntimas ligações com o norte da Bahia.

Nessa divisão de caráter prático, adotada em 1941 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Região Oriental compreende duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Bahia e Sergipe, e o Leste Meridional, com as Unidades Políticas restantes. O motivo dessa subdivisão é o caráter muito heterogêneo do conjunto Bahia-Sergipe, que abrange partes extensas pertencentes ao Leste, ao Nordeste, ao Centro-Oeste, considerando-se a realidade geográfica, como foi acima indicado. Tal subdivisão tem utilidade, especialmente na organização dos quadros estatísticos, nos quais são sempre destacados os sub-totais correspondentes às duas partes que compõem a Região Leste.

Tal como as outras quatro Grandes Regiões brasileiras, o chamado Leste não é propriamente uma região natural, mas sim um grupo de regiões naturais complementares. Essas partes componentes dispõem-se em quatro faixas alongadas na direção norte-sul, assim denominadas:

Litoral,  
Encosta Oriental,  
Planalto, e  
Médio Vale do São Francisco.

Embora perfeitamente distintos, êsses quatro domínios se acham intimamente correlacionados pelas suas posições reciprocas e pelo sistema de comunicações que naturalmente entre êles se estabelece, com repercussões no povoamento e na vida econômica. Por isso devem ser estudados conjuntamente.

O primeiro domínio — Litoral ou Baixada — é uma planície, formada principalmente por depósitos sedimentares terciários e quaternários. Relativamente larga em sua parte setentrional, a planície vai se estreitando bastante do rio Doce para o sul, em virtude da proximidade da serra do Mar. Neste trecho, apresentam-se, com intermitências, alguns alargamentos, dos quais os mais notáveis correspondem ao baixo curso do Paraíba do Sul — os campos de Goitacases — e a outras partes da chamada Baixada Fluminense. A partir, porém, de Itaguaí, a oeste do Rio de Janeiro, a faixa litorânea torna-se extremamente exigua, sendo a escarpa da serra do Mar diretamente batida pelas ondas em longos trechos.

Ao norte, os depósitos terciários formam uma planície ligeiramente elevada, que termina bruscamente nas proximidades da costa, por uma escarpa de pequena altura — são as chamadas formações de “barreiras”. A parte sul, no Estado do Rio, é mais baixa, de formação quaternária, com restingas e lagoas litorâneas; nela aparecem morros e serras isolados, como prenúncio da maior aproximação da serra do Mar.

De clima quente e úmido, com chuvas abundantes, sobretudo no verão, a Baixada é regada por caudalosos rios que nascem sobre o planalto e por inúmeros pequenos cursos d'água que descem pela encosta. Tais condições, aliadas à fertilidade do solo, tornam a faixa litorânea um domínio altamente propício à agricultura tropical.

Ao norte do rio Doce, é o cacau o produto característico; ao sul, a cana de açúcar é intensamente cultivada nos campos de Goitacases, onde as modernas usinas atestam um desenvolvimento econômico que rivaliza com o da zona canavieira nordestina; a fruticultura, sobretudo de laranjas e bananas, encontra na Baixada ótimas condições de florescimento.

Na costa, a pesca é uma importante atividade complementar, sendo ainda notável a produção de sal na zona lacustre de Araruama e Cabo Frio.

De povoamento antigo, datando do século XVI, o litoral apresenta ainda hoje alguns vazios, como os que se encontram ao norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Das suas cidades, destacam-se Ilhéus, mercado de cacau; Campos, centro da indústria açucareira; as pequenas metrópoles estaduais, Vitória e Niterói; e sobretudo a grande metrópole nacional, o Rio de Janeiro.

A Encosta Oriental do planalto é a segunda região. Larga faixa entre a Baixada e os altos da chapada Diamantina, do Espinhaço e da Mantiqueira, nela predominam as rochas do Complexo Cristalino Brasileiro — granito e gnaisse. A declividade, bastante forte em geral, vai-se acentuando cada vez mais para o sul, onde aparecem as íngremes escarpas da serra do Mar. Tal disposição do relevo tem importantes conseqüências climáticas. As massas de ar úmido provenientes do oceano, impelidas contra a encosta, são obrigadas a elevar-se, daí resultando esfriamento e abundantes precipitações.

O clima quente e úmido favorece assim a formação de espessa floresta tropical que outrora cobria inteiramente a encosta, constituindo a principal característica dessa região natural, que em alguns trechos recebe o expressivo nome de “Zona da Mata”. Essas condições de clima e vegetação se acentuam também para o sul e atingem a sua plenitude nos vales dos rios Doce e Paraíba.

A atividade econômica da encosta foi, a princípio, exclusivamente a agricultura. A derrubada da floresta permitiu o aproveitamento de um solo rico em húmus, especialmente para a cultura do café, que teve seu berço no vale do Paraíba, zona brasileira de máxima prosperidade econômica no século XIX. Com o esgotamento do solo, a abolição da escravatura e a migração das culturas cafeeiras para as ricas zonas paulistas de terra roxa, a economia do vale do Paraíba entrou em decadência, evoluindo para a pecuária, mas hoje em dia reerguendo-se com a indústria, dada a sua excelente posição geográfica. No norte fluminense, no sul do Espírito Santo e na chamada “Zona da Mata”, em

Minas Gerais, perdura ainda a lavoura cafeeira, associada à cultura de outros produtos agrícolas. O vale do rio Doce constitui, porém, ainda hoje, uma grande reserva florestal, que começa a ser desbravada e presta grandes serviços como fornecedora de combustíveis vegetais para a pequena siderurgia, que se desenvolve em Minas Gerais. Mais para o norte, as condições climáticas são menos favoráveis, tendendo gradativamente para as características do clima nordestino, sendo assim menos próspera a situação da agricultura. A mineração constitui, porém, aí uma atividade importante, sobretudo de pedras preciosas e semi-preciosas.

A região do Planalto, que se alonga de norte a sul com os nomes gerais de Chapada Diamantina, Espinhaço e Mantiqueira, é a parte mais típica, a que dá ao Brasil Leste a sua "nota característica". Essas elevações originaram-se de dobramentos muito antigos, das primeiras eras geológicas, mas posteriormente aplainados pelo desgaste; em virtude, porém, de movimentos ascensionais mais recentes, o relevo foi novamente acentuado pela erosão, que escavou profundos vales. Dessa evolução resultou um relevo de planaltos e de cristas montanhosas, relativamente elevadas. O rebordo meridional do planalto é uma escarpa bastante abrupta, que recebe o nome geral de serra da Mantiqueira. Nela se encontra o pico das Agulhas Negras, com 2 787 metros de altitude, no trecho que recebe o nome local de serra de Itatiaia; no seu prolongamento oriental chamado serra do Caparaó, na divisa de Minas com o Espírito Santo, está o ponto culminante do Brasil, o pontão da Bandeira, com 2 890 metros de altitude.

Galgada essa escarpa, estende-se o planalto sub-mineiro, com seus morros arredondados em forma de meias-laranjas, resultantes da erosão nos granitos e gnaisses, do período arqueano e com a sua vegetação campestre. O clima temperado pela altitude e moderadamente úmido, é bem diverso do que impera nas duas primeiras regiões. O contraste entre o verão chuvoso e o inverno seco, torna-se aí mais nítido.

Mais ao norte, nas vizinhanças de Ouro Preto, começa a salientar-se, sobre o planalto, uma longa série de elevações, em cristas altas e vales profundos, que se alternam em linhas paralelas: é a serra do Espinhaço, que se prolonga pela Bahia com a Chapada Diamantina, até às proximidades da estrada Salvador-Juazeiro. Neste conjunto montanhoso a formação geológica é diversa: as rochas predominantes são quartzitos e micasquistos, do período algonquiano, que dão origem a solos pouco férteis, mas que contêm as mais ricas jazidas minerais do Brasil, especialmente os gigantescos depósitos de minérios de ferro.

A natureza do solo e as condições de clima e vegetação favorecem as duas principais atividades econômicas da região: a mineração do ferro, do manganês, do ouro, dos diamantes e outros produtos, assim como a pecuária.

O Vale Médio do São Francisco apresenta-se como um longo sulco, comprimido entre as montanhas do leste e as extensas chapadas do oeste. Na parte mineira, apresenta sedimentos antigos com abundância de calcários, que produzem solos férteis; na parte baiana, aluviões quaternários permitem boas culturas de vazante.

Nessa região o clima é ainda mais seco e as chuvas vão escasseando para o norte, em transição para o clima nordestino. Em Minas ainda predominam os cerrados, mas ao norte de Carinhana já surgem as caatingas; à jusante de Barra do Rio Grande, nenhum dos afluentes é perene. Passa-se, assim, gradualmente, para os típicos aspectos do Nordeste semi-árido.

Culturas de algodão e criação de gado são as principais atividades econômicas. Mas a mais importante função do vale é constituir, com o longo trecho navegável do rio, entre Pirapora e Juazeiro, uma tradicional via interior de ligação entre o sul e o norte, função esta que garante ao São Francisco o justo título de "rio da unidade nacional".

 AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

## Tertúlias geográficas semanais

### QUADRAGÉSIMA SÉTIMA TERTÚLIA, REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1943.

A EXPEDIÇÃO CHEFIADA PELO ENGENHEIRO GILVANDRO SIMAS PEREIRA AO JALAPÃO E VALE DO RIO PRÊTO — A DIFERENÇA MARCANTE ENTRE A TOPOGRAFIA DA REGIÃO E OS REGISTROS CARTOGRÁFICOS QUE DELA SE CONHECEM — ASPECTOS DO DIVISOR DE ÁGUAS SÃO FRANCISCO-TOCANTINS — BALANÇO DOS TRABALHOS TOPOGRÁFICOS, MAGNÉTICOS E ASTRONÔMICOS REALIZADOS

O engenheiro Gilvandro Simas Pereira, que acaba de voltar de uma expedição por êle chefiada ao noroeste baiano, descreveu em linhas gerais as principais observações feitas durante a viagem. A expedição organizada teve todos os pormenores previstos e a isso, principalmente, é que se deve o seu êxito. Iniciada a expedição em Salvador, foram até Juazeiro, de onde prosseguiram por via fluvial até Boqueirão.

Os trabalhos começaram quando alcançado o marco de trijunção dos limites entre Bahia, Goiás e Minas Gerais, onde foi notada a série de erros que figuram nos mapas dessa região. Em vez de uma impressionante serra, encontraram intermináveis chapadões que caem bruscamente para o lado de Goiás, enquanto que descem quase insensivelmente para o interior da Bahia. Esse imenso altiplano tem pouco mais de 900 metros de altitude, sendo que o divisor de águas é quase imperceptível. Os goianos chamam de serra Geral ao chapadão arenítico (arenito de côres variadas).

Nos grandes chapadões baianos e nas chapadas de Goiás, inferiores em altitude de quase 200 metros, impera a paisagem de imensos e monótonos "gerais".

Os tributários do São Francisco nascem nos alagadiços do alto do chapadão, onde dominam os pântanos e os buritizais. Segue-se o agreste com árvores mais resistentes e as veredas recobertas pela relva. Os rios, à medida que avançam, aumentam seu volume e velocidade, ao mesmo tempo que aprofundam os leitos.

Os "gerais" são quase desertos e o arenito é inteiramente estéril.

Essa paisagem repete-se desde o marco da trijunção até à altura do Veredão por mais de 400 quilômetros de comprimento e 100 de largura.

O terreno, muito permeável na superfície e menos nas camadas inferiores, dá origem a uma rede hidrográfica perene e ramificada para os lados baiano e goiano. O rio Tocantins tem o seu leito mais encravado; os seus afluentes, descendo pelo lado ingreme da chapada, realizam forte erosão (auxiliados pelas chuvas e ventos do noroeste) ameaçando captar os rios baianos, logo que esta destruição chegue às suas cabeceiras.

Tôdas estas observações foram feitas numa expedição realizada em 1942, da qual resultou um mapa para o qual se levantaram 33 coordenadas geográficas, se determinou a declinação magnética de 22 pontos além de 2 500 quilômetros de caminhamentos expeditos.

A expedição de 1943 tinha, como objetivo, o estudo da região do Jalapão, onde se encontra a lagoa do Veredão, ponto comum de nascente das duas bacias. Incluía, além do mais, o estudo da bacia hidrográfica do rio Prêto.

Foram ligados os trabalhos desta segunda expedição aos da anterior, interrompidos em Dianópolis. As bases de operações foram rio Prêto e a vila de Formosa.

O rio Prêto apresenta, a quem sobe o seu curso, três aspectos inteiramente diversos; até Boqueirão é perfeitamente navegável, de margens baixas e espessa vegetação, além de grandes carnaubais; daí a São Marcelo a declividade aumenta e aparecem corredeiras. A vegetação continua a mesma, apenas as carnaúbas são substituídas por buritis; nas margens aparecem elevações. A São Marcelo vem ter o rio Sapão, seu maior afluente, sendo semelhante o volume de água de ambos. Daí até às cabeceiras, o rio tem margens baixas, pantanosas e cobertas de buritis que acompanham seu curso e a vereda contrasta com o

arenito amarelo avermelhado dos talhados da escarpa. Nas cabeceiras desaparecem as escarpas, e aparece um alagadiço; a região, que tem o aspecto de uma imensa campina já está próxima do divisor de águas. O rio Preto tem duas cabeceiras: a Nova e a Velha, recebendo, além do mais, um volumoso afluente que é o rio Santo. O rio Preto tem da foz à cabeceira Velha, por terra, 375 quilômetros; considerando as grandes voltas, o seu curso deve ter cerca de 500 quilômetros de extensão, contados seguindo o seu leito.

Passando o divisor de águas, encontra-se uma grande escarpa que leva ao território goiano; a topografia não se modifica à medida que se avança para o norte, por Goiás, a fim de atingir a lagoa do Veredão. — No Veredão há uma interrupção do chapadão, um grande vale liga o rio Sapão ao rio Novo, limitado ao norte e ao sul por duas escarpas; no fundo do vale há um grande pântano do qual sei um riacho que logo se subdivide formando o rio Sapão, que desce para o rio Preto, e o rio Formoso, que se dirige para o norte e por uma abertura do chapadão se lança no rio Galhão, o qual é formador do rio do Sono, que corre pela contravertente da serra do Meio (ao norte do Veredão). Aí é que se dá a união natural das duas grandes bacias hidrográficas brasileiras. Para oeste, separado do pântano por uma pequena elevação nasce o rio Novo.

Para o norte, já em pleno chapadão, encontra-se a pedra da Baliza, marco natural, próximo ao divisor geral São Francisco-Tocantins; é um afloramento de arenito com cerca de 6 metros de altura, tendo a sua base mais de 2 metros de diâmetro.

A vila de Pedra de Amolar é considerada a capital do Jalapão. Esta zona é uma continuação dos "gerais"; sem bons terrenos e com excesso de água. O Jalapão foi, por muito tempo, disputado pela Bahia e por Goiás, pertencendo, de fato, a este último.

O divisor São Francisco-Tocantins toma uma orientação diversa da esperada e conduz às divisas entre Goiás e Piauí. Acompanhando os limites Bahia-Piauí, continua-se a encontrar a chapada de arenito, com escarpas voltadas para o vale do Parnaíba. Seguindo para leste, tem-se sempre a mesma paisagem; no Piauí há grande número de serras isoladas do chapadão, testemunhas desta grande erosão, modeladas num arenito vermelho.

Depois do meridiano de São Marcelo, o chapadão aparece inclinado para leste, perdendo cerca de 200 metros. Passa a ser uma zona de caatingas, sem rios perenes; o arenito permeável aparece erodido, restando as camadas menos permeáveis às águas fluviais que se vão lançar nos rios Preto e Paraim, cavando vales profundos. Nesses leitos, quando secos é que são feitas as plantações. Esses vales são denominados "veredas", pelo que se depreende que têm uma significação diferente da que lhe é dada nos "gerais". Em alguns pontos a erosão atingiu o próprio gnaiss. Esta região merece acurado estudo geológico.

A vegetação dominante é a caatinga, que avança para oeste, à medida que a destruição do arenito aumenta; os rios deixam de ser perenes e em muitos lugares do Piauí vêem-se pés de buriti morrendo.

O clima em toda a zona percorrida é essencialmente tropical, chove torrencialmente de outubro a abril, sendo neste período o calor muito forte. Os ventos são todos do quadrante noroeste. No inverno não chove, a temperatura é amena durante o dia e fria à noite; a ventilação vem de sueste.

O comércio desta parte do sul do Piauí e da parte goiana é feito pelo rio Preto. A parte goiana que vai de Dianópolis até Taguatinga, depende da cidade de Barreiras, na Bahia; daí para o sul, os goianos negociam com a cidade mineira de Januária. O transporte se faz principalmente em lombo de burro, havendo em certos trechos do sul, estradas carroçáveis.

O homem da região, pode ser dividido em três grandes grupos, não havendo um tipo racial definido: o homem da cidade, os veredeiros e os geralistas. O primeiro, tira o seu sustento do comércio ou das fazendas de criação; são importadores e exportadores.

As cidades são pobres, as casas feitas, na maioria, de taipa, sem nenhum conforto. Apenas Barreiras foge a esta regra.

Os veredeiros ou moradores das veredas, são pobres e vivem da pequena agricultura, ou são vaqueiros que têm, também, pequenas roças.

Os geralistas, habitantes das campinas, são caçadores, plantando muito pouco, pois essas terras são estéreis. Vivem num estado de semi-barbaria, em casas de buritis e vestem farrapos (neste grupo podem ser incluídos os mangabeiros que retiram o látex).

Na segunda expedição perfizeram 2 937 quilômetros a cavalo, levantaram 41 coordenadas geográficas, determinaram, por comparação direta de barômetros, 200 postos de altitude e determinaram a declinação magnética de dois pontos principais. Levantaram uma área de 37 500 quilômetros quadrados.

A viagem de volta foi feita numa balsa de buriti, de Formosa a Boqueirão. Daí a Juazeiro viajaram no "gaiola" Saldanha Marinho, o mesmo em que fizeram a viagem de ida.

Foram, em seguida, projetadas as fotografias obtidas durante a viagem, projeção esta que o engenheiro Simas Pereira fez acompanhar de explicações.

Falando em seguida, o engenheiro Leite de Castro, acentuou o valor dos dados que haviam sido formulados, concernentes aos trabalhos realizados, e a importância da documentação fotográfica.

O professor F. Ruellan acentuou a importância dessa expedição, que reuniu elementos de vários ramos: topógrafos, geólogos e geógrafos. O trabalho de cada um deles não é completo por si só, exigindo uma coordenação com os outros. Um trabalho topográfico minucioso que não é acompanhado por estudos que conduzem à devida interpretação, significa um desperdício de energia e do mesmo modo, uma expedição geográfica, tendo como finalidade, a interpretação não satisfaz em grande parte a sua finalidade se não se apóia sobre um levantamento topográfico de reconhecimento. A ciência geográfica deve ser uma, representada pela geografia regional, que inclui todos os ramos de estudos e que é a base indispensável da geografia geral. Como já dissera o engenheiro Simas Pereira, por esse processo poder-se-ia rapidamente realizar o levantamento de grande parte do Brasil e é preciso acrescentar que se poderia conhecer melhor a geografia física e humana do país e adquirir os elementos de uma sã previsão.

A uma pergunta do professor Junqueira Schmidt, sobre a possibilidade de desviar as águas das cabeceiras perenes, a fim de drenar as regiões vizinhas, o engenheiro Simas Pereira declarou ser possível, porém inviável pelo elevado custo.

Finalizando, o engenheiro Leite de Castro resumindo as atividades do Conselho, em 1943, declarou que as principais realizações tinham sido as tertúlias e as expedições; era simbólico, portanto, que no fim do ano se reunissem ambas. A expedição ao Jalapão feita em colaboração com o Estado da Bahia, fôra a de maior envergadura. Além dessa, o Conselho promoveu várias outras em colaboração com outras entidades e em particular com a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

★

#### QUADRAGÉSIMA OITAVA TERTÚLIA, REALIZADA A 4 DE JANEIRO DE 1944.

ASPECTOS DA GEOMORFOLOGIA E GEOGRAFIA HUMANA DA REGIÃO DO JALAPÃO — O RIO GRANDE E O RIO PRÉTO ATÉ SUAS CABECEIRAS — A CHAPADA — DIVERSOS DEGRAUS DA ESCARPA DO LADO GOIANO — O RECUELO PARA ESTE — A OCUPAÇÃO HUMANA DO JALAPÃO

O Eng. Leite de Castro lembrou que, nessa data, as tertúlias geográficas completavam o seu primeiro aniversário. Foram realizadas 48 tertúlias no ano de 1943; a série continuará em 1944, valendo-se da experiência passada, cimentada pelo conhecimento dos técnicos e professores e pelas pesquisas realizadas nas expedições científicas.

O Prof. Pedro Geiger que tomou parte na recente expedição ao Jalapão, apresentou em seguida, alguns aspectos da geomorfologia e da geografia humana da região.

Quem viaja pelo São Francisco viaja no sertão. Há trechos mais povoados, porém, pode-se passar uma légua ou mais sem que se veja uma casa; as margens

são vazias de gente. Navegando pelo rio vê-se, de vez em quando, aparecer um cercado, uma casa, uma roça, uma canoa e, às vezes, um povoado ou uma cidade mais importante.

Vê-se também, de quando em quando, um afluente se juntar a êsse rio largo.

Na Bahia, muito para o norte, encontra-se uma confluência importante: a do rio Grande. Aí, fica uma cidade de longa história: Barra do Rio Grande.

A expedição penetrou pelo rio Grande, mais bonito que o São Francisco, tendo as águas mais limpas com as "baronesas" ao lado das margens baixas. Uma baixa mata margeia o rio, interrompida quando a êle chegam terras muito baixas, inundáveis; então, a carnaúba, que surge não raro nas margens, é mais freqüente.

Aqui, o homem é mais esparsos que no São Francisco. O mesmo quando se continua pelo rio Prêto, mas aí as margens são mais altas e a vegetação algo mais desenvolvida: é a mata galeria, também interrompida quando se tem a várzea inundável de capim verde, que chega ao rio com as carnaubeiras. Alguns bois enterrados na lama aparecem nessa várzea, tangidos pela sêca.

Quem viajar por terra encontrará mais moradas. Indo no mês de maio ou junho, isto é, no "verão" para os locais, porque é a estação sêca, haverá sol todo o dia sem perigo de chuva.

Subindo o rio, passa-se por 2 cidades pequenas: Rio Prêto e Formosa, e, à medida que o rio se estreita, a mata galeria vai ficando cada vez menos densa, mais interrompida e baixa. Atrás da mata fica a várzea que se apresenta como uma faixa contínua de capim baixo e chega muitas vezes ao rio. As margens são pantanosas e os buritis que surgiam isolados no curso médio, aparecem em grande número. Antes, nas margens do rio, variavam as alturas do barranco com as ondulações do terreno. Agora, o rio corre num terreno plano no curso superior, mas, não longe, estão as duas escarpas dos dois lados do rio. Depois, o rio é um brejo com buritis, buritiranas e sassafrases no meio da várzea, e acaba por desaparecer.

Continua-se para a frente, subindo sempre, por morros largos, ligeiramente ondulados e cobertos de areia. A escarpa diminui em altura até desaparecer e chega-se então à chapada.

A chapada é uma imensa planura arenosa numa altitude de 800 a 950 metros. Indo-se de leste para oeste, tem-se logo no início, até a altitude de 850 metros o capim agreste e outras vegetações rasteiras, um mato baixo e paus isolados, finos, retorcidos, raquíticos e em grandes intervalos. Depois, os arbustos tornam-se mais raros, podendo ser contados no horizonte e enfim aparece a campina limpa, apenas com o capim agreste ou mato baixo em tufos. Então o aspecto é impressionante, olhando-se para todos os lados vê-se o horizonte como no mar; aí qualquer avião poderia aterrissar. Por outro lado, uma tropa que atravessa a chapada tem a sensação de deserto pela monotonia da paisagem, pela falta de vida animal. Não se encontra um homem ou um animal, pois não há água. Apenas um vento forte e constante (SE), varre a campina, que é recoberta por uma camada de areia que foi desagregada pelas águas e tornada fina pela ação do vento.

Em outubro-novembro vêm as chuvas. As águas se infiltram rapidamente pelas areias que cobrem o arenito duro e correm para o rio Prêto.

E' a umidade da terra que sustenta a fraca vegetação no inverno. No verão estas plantas rasteiras e os arbustos secam e, então, basta um fósforo aceso para provocar a queimada.

A chapada chata e alta, constituída, na parte atravessada, por camadas de arenito; tem escarpas para Goiás e para a Bahia, formadas pela erosão fluvial.

Seguindo os vales do Tocantins e do São Francisco sul-norte, a chapada também tem essa direção. Desviando o São Francisco para leste, a chapada forma um braço W-E, divisor dos rios do NE.

Do Espigão Mestre foi possível estudar o trecho do NW da Bahia, onde a chapada é atacada pelo Prêto, pelo M. Alves, pelo Novo, pelo Galhão e pelo Paraim. Entre a Bahia e Goiás, o nome local da chapada é serra Geral ou Grande.

Vindo-se pelo rio Prêto, atravessa-se a chapada para atingir o brejo Jatobázinho, um dos formadores de M. Alvinho. A chapada é ligeiramente inclinada, subindo sempre para W; não se sente isto, tão leve é a inclinação, porém o aneróide o indica. Assim, quando se chega à borda da escarpa voltada para Goiás, a altitude é máxima e aí o guia teve ocasião de indicar que o divisor tinha recuado para leste.

Para a Bahia verifica-se que a campina continua até que uma descida um pouco mais brusca a interrompe, então o terreno vai baixando e aparecem morros cobertos de areia, começando a formar-se a escarpa. A subida do lado baiano é insensível devido aos vales, porém, a chapada avança para dentro da Bahia, formando uma escarpa.

Junto ao rebordo a paisagem se abre. Em qualquer lugar que se atravesse a chapada é preciso descer a escarpa, que fica mais ou menos perpendicular aos rios de Goiás. A chapada forma lobos e reentrâncias pela influência dos rios, de maneira que, ainda na campina, aparecem lateralmente os talhos de boqueirões (gargantas dos rios).

Observando a paisagem goiana do bordo da chapada, nota-se o grande trabalho de erosão, superior ao da Bahia. É preciso lembrar que o Tocantins corre mais baixo do que o São Francisco e que seus afluentes têm níveis de base mais baixos.

A expedição desceu pelo brejo do Jatobázinho. Atravessou a chapada num dia. Todos fazem isso, embora sejam mais de 36 quilômetros. Não se pode pousar em cima, pois não há água nem pasto para os animais. Os tufo de capim são ruins, duros e cortantes e não são tocados pelos burros. Durante o dia o sol é forte, porém o vento constante alivia o calor. Durante a noite o frio é muito forte. É um clima tropical continental em altitude elevada.

Descer para Goiás não é fácil. Há pontos escolhidos onde as gargantas facilitam a descida. O primeiro lance é mais suave, com grotas e valas cheias de espessa camada de areia. Vêem-se blocos em pirâmide, mostrando vestígios desta erosão torrencial. O vento também deixa vestígio pelos furos e algumas formas bizarras. Nestes blocos-testemunhas pode ser observada uma falsa estratificação.

Vencido o primeiro degrau, chega-se a um planalto arenoso que é atravessado por leitos secos. Uma vez atravessada a garganta, a escarpa pode ser bem observada; tem uns 80 metros de altura e serpenteia, fazendo "picos de serra"; as terras desagregadas são recobertas por um arenito vermelho ou amarelo e um cerrado se estende pelo planalto, que se inclina suavemente para o norte. No cerrado têm-se: jacarandás, mangabeiras, piquis, timbós, arbustos e um mato baixo no capim agreste.

O planalto é chamado de chapada pelos locais, pois assim são chamados todos os altos cerrados.

Depois, desce-se outra escarpa. Desta vez são dois lances próximos. Uma pequena franja plana separa os dois degraus. Em baixo, tem-se uma garganta ladeada por duas altas paredes. A descida se faz ziguezagueando, um talhado quase a pique, coberto de seixos e arenitos muito resistentes, que devem vir do alto do planalto.

Na garganta há uma camada espessa de areia rósea que vem até o meio dos caules das árvores e mostra o efeito das torrentes mais recentes das chuvas de "inverno", que começam em outubro-novembro.

Da altitude de 650 metros, desce-se uns 150 metros do segundo planalto e avança-se pela garganta que se vai abrindo num cerrado; depois, aparece um pântano com buritis e sassafrases, indicando um brejo que é a nascente de um rio. Os buritis ficam em fila, indicando por onde passa o brejo. No início não há água em corrente, aparece uma várzea, com capim verde em terra um tanto úmida. As escarpas estão afastadas, e entre o brejo e elas fica um abaulado, um morro coberto de areia onde domina a vegetação de chapada. É uma areia fina que sofreu a ação da erosão eólica.

A própria forma do morro com um abaulado lembra a erosão eólica, porque, talvez por causas locais, o vento sopra engarrafado na garganta, de ma-

nhã para fora, de noite para dentro; é uma questão de aquecimento e resfriamento. O vento corre, pois, paralelo à escarpa e é possível que daí resulte essa forma.

Essas duas ou três escarpas e o planalto ou dois planaltos intermediários, (porque talvez a franja que separa a segunda ladeira da terceira, forme noutro lugar um outro planalto), indicam, sem dúvida, ciclos de erosão. A cada escarpa devem corresponder ciclos de erosão.

No modelado dessas escarpas deve-se considerar a ação do vento e ainda a influência das camadas ora mais resistentes, ora menos resistentes dos arenitos. Esses ciclos de erosão correspondem talvez ao abaixamento do nível de base, e é preciso realizar um estudo do Tocantins com o seu complicado curso, com os diques basálticos e as cachoeiras. Mas, para dentro de Goiás, talvez haja indícios de outros ciclos que não foram vistos.

Quanto à escarpa, como se pode ver pelas fotografias, tem formas bizarras. Na parede que corre SN., fora da garganta, vê-se melhor o aspecto do relevo; em Brejo Largo, por exemplo, vêem-se duas escarpas; a mais alta, de arenito amarelo pálido, muito trabalhado pelo vento e talhado a pique e depois menos inclinado com os detritos mais resistentes da parte superior; a segunda escarpa de arenito vermelho, menos inclinada, aparecendo trechos de rocha nua e o resto sendo apenas de areias. Em cima, no arenito amarelo estão as agulhas e outras esculturas devidas ao trabalho do vento, que também dá lugar a formas côncavas.

Tem-se, pois, uma camada dura, que sustenta a escarpa, depois rochas menos resistentes, relevo a pique devido ao trabalho do vento e por fim, os detritos onde há um cerrado.

Segue-se o segundo planalto, talvez devido a outra camada de rocha dura.

Em muitos pontos o planalto intermediário desapareceu, tal o recuo da segunda escarpa, como talvez no Jatobázinho.

Vê-se isto, também, nas serras e blocos isolados, mais para dentro de Goiás. A segunda escarpa nos lugares em que foi vista, estava de certo modo protegida da erosão eólica.

Nesta região, o primeiro planalto fica de 850 a 900 metros e o segundo entre 700 e 750. Pelos 600 metros surgem os brejos. Dessa altura para baixo, são as camadas impermeáveis. O terreno avança para Goiás em largos morros cobertos de areia, onde se tem a campina goiana, campo sujo de paus secos e capim ruim, porém, nas proximidades dos brejos encontra-se o cerrado.

Os brejos rapidamente se transformam em rios de boa correnteza, mostrando nos barrancos espessas camadas de terra desagregada. Estamos num plano onde correm os rios e onde o vento age sobre estes morros. Para jusante esses morros vão ficando mais baixos, mais largos e mais suaves, mostrando que as águas influem como primeiro construtor.

Ao lado dos rios encontra-se uma mata galeria e a várzea. Devido à pobreza de pasto, é pequeníssima a fauna, embora as espécies que aí se encontram sejam as maiores, como a suçupara, a queixada, o galheiro, a anta, a ema e a seriema. Existem também as onças, com as tocas nas encostas da serra.

Até umas duas léguas do Duro não se encontra nenhum povoado. Apenas uma cabana de palha com um casal de prole numerosa e uma roça de mandioca.

As vezes vêem-se, também, alguns bois pelo caminho, pastando, "pés duros" magros. Tudo na paisagem mostra uma grande pobreza.

Pela trilha encontra-se, às vezes, um viajante que volta para Rio Preto do Pinhum, o centro de cristal que já atraiu muita gente da redondeza. Tanto os que vão, como os que voltam, cobrem mais de uma centena de léguas e os que vêm de mais longe, até mais de duas centenas. Vão a pé, com um saco de arroz e feijão ou carne seca. Quando têm um "pau de fogo" poderão encontrar uma caça. As regiões mais povoadas desta parte de Goiás, Duro e Natividade, têm relações com Barreiras e não se vê quase nenhum movimento com Rio Preto. Barreiras tem aeroporto, maior comércio, uma navegação melhor; há já uma estrada carroçável que liga aquela zona a esta.

Os morros de areia que alteiam ao longo dos vales, servem de divisores entre os rios.

No vale do M. Alves subiram novamente a segunda ladeira, ficando no segundo planalto, o qual está livre para os ventos NW que agem sobre a primeira escarpa que tinha sido acompanhada e corre para NE, sempre baixando de altitude.

O planalto tem, na superfície, areias com formas abauladas pelo vento. Novamente aparecem morros de areia quase limpos de árvores que são ainda mais isoladas e tufos de capim, horríveis para pasto. O vento constante NW atua sobre a escarpa formando agulhas e castelos, especialmente na face exposta ao vento e nos bolsões. Há testemunhas da primeira escarpa no planalto.

A drenagem pelos formadores do Novo tem um nível de base mais baixo do que a do Alves e M. Alvinho. Aquêles vão para o Tocantins numa altitude mais baixa, depois de umas cachoeiras que os basaltos formam no Tocantins.

A descida do segundo platô se faz sem sentir, estando destruída a escarpa. O fato é que chegaram a um plano de 600 a 700 metros e a escarpa vai de 700, até 770 metros.

Com o abaixamento da escarpa desaparecem as formas bizarras. Parece que as camadas dos 700 metros de arenito são mais resistentes, a escarpa, é menos íngreme e cada vez mais rara. A rocha nua passa a ser vermelha. Sobre o plano em que estavam, correm os brejos, agora nascendo junto à escarpa. Entre 600 e 650 metros ficam as camadas impermeáveis. Estas águas são as que, na chapada da Bahia, se infiltram e formam os lençóis que geram os rios goianos, fazendo recuar a escarpa. Desta forma, novos lençóis são alcançados, o que vem causar o secamento progressivo dos rios baianos.

Os buritis dos brejos são rapidamente substituídos por matas galerias e a vegetação de chapada dos morros de areia se adensa.

Em geral, indo para o N., a vegetação melhora um pouco com o abaixamento do terreno. As matas dos rios são mais densas; o mesmo quanto ao cerrado. As habitações e os habitantes são raros. As casas encontradas são cabanas rústicas de palha, que apenas protegem contra o vento e pertencem aos homens que vão para a chapada explorar mangaba por algum tempo. Vivem da caça, quase não se vestem, muitas vezes são foragidos da justiça. O recuo da escarpa para E é notado pelos locais e a chamada lagoa do Veredão mostra os resultados. Para a Bahia corre um rio, o Sapão, entre duas escarpas, como todos os outros rios baianos. Mas estas escarpas não se fecham nas nascentes do rio, viram para N. e S.; é a mesma que fôra anteriormente acompanhada. A serra do Meio é uma serra-testemunha. Foi isolada pelo rio Novo e pelo Galhão, que quebraram a escarpa; o rio Galhão captou águas do Sapão pelo Formoso. O rio Novo está a 800 metros das nascentes do Sapão. Um brejo de 12 quilômetros de comprimento, o mais exuberante de toda a zona e com o mais denso buritizal, é a nascente do Sapão. Talvez noutra época êle viesse de mais longe. Quando a água se torna corrente superficial, dá-se a bifurcação. Uma corrente vai para o Sapão e a outra vai primeiro para NE, vira para NW e forma o Formoso, afluente do Galhão; é uma captura em processo. Por outro lado, o rio Soninho também está isolando uma serra da primeira escarpa.

Estes rios correm para Goiás como o Sapão e têm as margens pantanosas na parte sul. Até os 550 metros mais ou menos, vão os pântanos e possivelmente as camadas mais impermeáveis. As serras isoladas marcam os lugares por onde passou a chapada. O rio Galhão é que mais avança na chapada, mas é um avanço recente e as escarpas se perdem nos morros de areia sem formar um boqueirão.

A expedição não prosseguiu para o norte, porém, não há mais rios goianos próximos. Surge uma nova influência; os rios da bacia do Parnaíba. O divisor corre pelos morros de areia da chapada e encontra-se a pedra da Baliza, uma pedra em forma de cálix, alongada, que mostra a ação da erosão fluvial, porque marca o antigo nível, e da erosão eólica, pela forma.

Chama-se assim porque constitui uma baliza para o viajante. Pelas trilhas do Veredão há uma circulação maior. É por aí que se dão as comunicações de Rio Preto com o Jalapão, Natividade e Pedro Afonso.

Esta zona é um pouco habitada, pois, pelos vales do Sapão e do Galhão é que se fazem as comunicações. À beira destes rios e brejos encontram-se algumas casas escondidas no cerrado, longe uma da outra, a água é abundante e o terreno pobre; há aí duas localidades: Prazeres e Pedra de Amolar. Do divisor para Goiás a zona é conhecida como Jalapão. Esta zona não é bem limitada. Sabe-se, por informações, que o planalto em que está o Veredão tem uma escarpa a doze léguas de Pedra de Amolar.

Até aí é o Jalapão de Cima. Não se tem informações precisas sobre o de Baixo.

As casas raras que se encontram neste Jalapão de Cima, mostram a influência do meio. Os troncos de sassafrases formam a armação da casa. As palhas de buriti servem para as paredes e para o telhado. Algumas casas melhores têm as paredes de barro, que é apanhado junto ao brejo.

Uma casa ou uma família dá o nome ao lugar como João Ribeiro, Buriti Só, Come Assado, etc. Em cada casa mora uma família.

Na parte de Goiás, só as crianças são goianas. A maioria dos habitantes são baianos, cearenses e piauienses, tangidos pela seca ou pela pobreza. Os mestiços dominam: de branco com negro, branco com índio e negro com índio, para os que vieram das proximidades. Negros não se vêem quase; bem como índios. É uma região recentemente povoada e já em via de despovoamento. Não longe de cada casa há uma roça. O jalapense escolhe um lugar próximo ao brejo ou ao rio e faz a derrubada e a queimada, cava um pouco e logo planta. O arroz é plantado no barro do brejo e a mandioca fora; o feijão é raro, e o milho não dá.

A terra arenosa não é boa. Apenas aí não se sofre a seca, os brejos sempre são verdes. Pode-se plantar duas vezes por ano mas o solo não aguenta. De dois em dois anos ou mesmo, de ano em ano, a roça deve ser mudada de lugar, tão pobre é a terra. Desta lavoura tira o jalapense o seu consumo. Nos quintais pode haver uma bananeira, algumas laranjeiras ou manguieiras. Há bastante gado; os criadores do vale do rio Preto mandam, na seca, o seu gado para as regiões embrejadas, para os "gerais", para o "refrigério" como dizem. A região do Jalapão também recebe parte desse gado. O capim das várzeas é fraco, não tem elementos. O gado emagrece, mas sobrevive. No rio Preto o pasto está todo seco como as caatingas e nestas não há água.

Assim, alguns jalapenses tomam conta deste gado.

São "vaqueiros". Alguns vaqueiros têm algumas cabeças de gado e dois ou três em melhores condições, têm um rebanho de dez a vinte animais. Alguns têm uma criação de cabras mas, o que não falta em qualquer casa, é um ou dois porcos. É a criação mais fácil, aliás, em todo o território que percorremos. Comem qualquer coisa. Algumas galinhas de Angola também são criadas.

Não se pode consumir os animais domésticos todos os dias, pois isso acabaria com as criações. A carne de todo dia é fornecida pela caça. É muito difícil caçar porque há poucos animais devido à pobreza do pasto e às matanças: contudo encontram-se: tatus, suçuaparas, campeiros, pacas, antas e emas. Os couros e as penas são guardados.

As vezes, o jalapense faz um passeio mais longo pelas chapadas. O filho pode então tratar da roça e ele fica duas ou três semanas extraindo a mangaba. Na casa do jalapense encontram-se alguns couros, penas, alguns quilos de mangaba e como se come pouco, alguma sobra de arroz ou mandioca. Uma vez por ano o jalapense vai para Formosa, no rio Preto. Traça umas cestas de buriti e coloca-as nos seus cavalos criados lá mesmo.

Os viajantes que atravessam a região em burros, alimentam-se com milho e rapadura. Só os muito pobres não têm animal de tração; o sertanejo logo que tem algum recurso, compra seu cavalo. Não tendo este animal, usado como de carga e montaria, vende o que planta, cria ou extrai ao seu vizinho que possui animais (vizinho é o morador da casa que fica a uns 15 ou 24 quilômetros).

O jalapense vem então a Formosa e vende ao comércio a mangaba, os couros, as penas, o arroz. Quando volta, traz aquilo de que mais precisa: o sal, a pólvora, o café, os panos.

A localidade de Prazeres consta de quatro a seis casas juntas. Aí há uma plantação pequena de cana.

Pedra de Amolar, vila, são umas 10 casas: quatro espalhadas e seis formando uma pequena rua. São de palha, e só três são um pouco melhores, com barro nas paredes. Cada casa tem sua roça e às vezes uma criação. Há, também, uns canaviais pequenos numa engenhoca, onde se encontra rapadura.

Por êsses dois pontos passam as trilhas de Bahia para Goiás. Se a tropa fôr de jumentos ou burros, sabe-se que é um comerciante da Bahia ou do Piauí, que pode estar andando durante meses para vender aguardente, queijo e rapadura para os operários do Pinhum, a preços exorbitantes.

Em Pedra de Amolar, o viajante se abastece de rapadura e cereais. Pedra de Amolar já foi um centro melhor, o Pinhum serviu para despovoá-lo; a notícia de água atraíu gente para essa localidade, mas a terra ruim desiludiu e muitos voltaram. O fato é que todos os jalapenses querem ser da Bahia.

Pelas duas localidades também passam goianos que nos seus cavalos de carga vão vender seus produtos em Formosa e voltam com panos, sal, etc., para Goiás. O comércio de Pôrto Nacional e Pedro Afonso também recebe as mercadorias de Formosa. Tôdas estas tropas dão certo movimento a esta trilha. Vitória e Carolina e mesmo Belém, são suas concorrentes, especialmente na compra de couros.

É interessante a maneira pela qual se processa o consumo de carne doméstica. Quando numa casa se mata um animal, a carne é dividida com os mais íntimos e vendida em parte. Em outra ocasião, outra família faz o mesmo.

Quem no Jalapão deixar os rios e fôr para o norte, ao subir o Come Assado, o Galhão ou o Erniço e continuar pela chapada, cairá numa campina igual à que se atravessa entre Bahia e Goiás.

Indo para o norte encontrará as escarpas para o Piauí, que formam os vales do Parnaíba. Para leste estará no divisor de águas Prêto-Parnaíba. Para leste a chapada vai baixando, ficando mais suja e principalmente mais estreita. O divisor corre para o sul, aproximando-se muito do rio Prêto. No seu curso médio é onde o divisor está mais próximo e, daí, o desenho do limite do Piauí, fazendo uma saliência.

O interessante é que aí, onde o divisor está próximo, a escarpa desaparece tanto para a Bahia como para o Piauí, o que dá a idéia de capturas. Têm-se, neste trecho os tabuleiros que ficam entre vales, dos quais alguns correm para o rio Prêto e os outros para o Riachão. Êsses tabuleiros e mesmo a chapada estão recobertos pela conhecida vegetação de chapada ou tabuleiro (são quase a mesma coisa, recebem o nome de tabuleiro quando se encontram numa altitude mais baixa). É o agreste, um mato baixo e denso, devido à maior umidade e melhor distribuição das camadas (catolé, côco, piaçaba, caturi).

Iniciados os debates, o professor Ruellan mostrou que um dos problemas mais importantes do Brasil é o da inclinação das camadas de arenito cretáceo. Se as camadas forem inclinadas, mesmo ligeiramente, ter-se-á uma estrutura monoclinial; essa inclinação influi sensivelmente no relêvo de uma região em que as altitudes pouco variam.

Quanto à presença de vários níveis, pode não ser uma consequência de ciclos de erosão e sim da presença de rochas resistentes, cortadas pela erosão e produzindo níveis estruturais. Numa região de estrutura uniforme, como a do Jalapão, só se poderia falar em níveis de erosão se as camadas fôssem cortadas em facetas.

O professor Ruellan sublinhou, igualmente, a importância dos hábitos de transumância e felicitou Pedro Geiger por suas pesquisas pormenorizadas, as quais constituem a melhor maneira de alcançar conclusões seguras em geografia.

## QUADRAGÉSIMA NONA TERTÚLIA, REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1944

O professor Pedro Geiger, prosseguindo no estudo da região do Jala-pão, disse:

Ao norte do Veredão, a escarpa é formada pelos rios que descem para o Piauí; para leste a escarpa desce lentamente, e a vegetação se torna mais densa.

Entre Correntes e Formosa, o divisor de águas faz uma curva e passa pelos tabuleiros. Esses são planos, abaulados, separando os vales da Bahia dos do Piauí e cobertos pelo cerrado (sucupiras, mangabeiras, catolés e capim agreste). A altitude varia entre 500 e 600 metros; em geral, não são muito íngremes, o que permite se desenvolvam as comunicações.

Entre Rio Preto e Parnaguá as escarpas reaparecem. Limpeza, serra do Piauí ou Grande, são nomes locais, com cêrca de 750 metros. A serra Grande tem a parte superior plana, cortada por sulcos profundos que correm para o sul e depois para o Piauí (são, talvez, devidos a capturas ou à estrutura). As escarpas, apresentam, entre outros, esquistos micáceos de *facies* algonquiano, havendo, às vèzes, uma camada superficial de arenito. O nível de base é mais baixo do que o dos lados baiano e goiano; daí a forte erosão.

O relêvo perto do rio Correntes lembra o de Goiás. A escarpa e os blocos testemunhas têm as formas determinadas pelas bandas de arenito, duras ou tenras. Apenas a falta de vento evita as formas bizarras.

Abaixo da escarpa, aparecem os brejos. Os buritis e os pântanos não são tão freqüentes como em Goiás, devido aos declives fortes. Ai são numerosos os bandos de pássaros.

Entre os rios que se afastam da escarpa ficam os tabuleiros e entre os tabuleiros e os rios a caatinga, que é mais densa do que o cerrado. Perto de Formosa, onde não há serras, são freqüentes os leitos secos; recebem o nome de veredas. Enchem com as águas de enxurrada, algumas secam uma ou duas horas depois; outras duram todo o inverno e outras ainda permanecem como água estagnada. O terreno apresenta micasquistos e esquistos micáceos.

Na cidade de Correntes foram encontradas amostras de esquistos argilosos, calcedônias, quartzitos, arenitos, conglomerados ferruginosos e feldspatos caulinizados. Em correntes, o rio corre a 430 metros, em Parnaguá a 300. Os rios do Piauí são rasos; nas margens há grandes barreiras de terra que permitem verificar o nível da cheia. Durante as enchentes, as comunicações são impossíveis. Correntes fica isolada.

Correntes tem cêrca de 1 000 habitantes, casas caídas, o que dá melhor aparência. Os outros lugarejos têm de cinco a seis casas, que se localizam perto de um rio.

As famílias antigas, as mais cultas e ricas, dedicam-se à criação do gado; são pouco numerosos aqueles que têm mais de 1 000 cabeças de gado. Os grandes criadores têm terras fora da cidade. O gado fica espalhado pela caatinga.

Fora das cidades, as casas são ainda mais rústicas, de barro e palha. Localizam-se em terreno devoluto e não pagam aluguel quando estas não são próprias e não cuidam do gado do proprietário do terreno; recebem pelo sistema de parceria. Ao lado da casa há um curral onde são amansados os bezerros.

Últimamente tem progredido a criação de cabras e ovelhas; comem menos e se adaptam à sêca, mas exigem muito maior cuidado, pois devem ser protegidas dos carnívoros. Galinhas e porcos, em pequeno número, formam a criação doméstica. Apesar de, aparentemente, a criação dominar, porque é a profissão tradicionalmente "nobre", é a lavoura que ocupa, principalmente, os homens da região, e se desenvolve perto das veredas. Plantam arroz, milho, mandioca, maxixe e, nos canteiros, tomate, alface e verduras.

Possuem os sertanejos uma espécie de tanque, que é uma barragem feita na vereda; serve de bebedouro e dá umidade ao solo. Os pequenos canaviais são freqüentes.

O excesso de cada cultura é vendido em Formosa; o transporte se faz em carros de bois e principalmente em jumentos; os mais pobres vão a pé. Os sertanejos quando voltam levam café, sal e roupas.

Para leste, em Parnaguá, o transporte é mais difícil devido à forte escarpa para o lado do Piauí. Grandes lobos traduzem uma forte erosão. As encostas são arborizadas e raramente aparece a rocha nua.

Perto de Ólho D'água foram encontrados esquistos e micasquistos, muito movimentados, mergulhados, em geral, para NW.

Mais para dentro existem morros arredondados, que avançam para o Piauí. As descidas são íngremes. A vegetação é a de carrasco. Entre morros se encontra, às vezes argila, o que mostra a maior fertilidade do terreno.

Junto à cidade de Parnaguá existem pequenos serrotes com arenitos, esquistos e quartzitos. O serrote de Parnaguá talvez seja devido à presença de rochas mais resistentes.

A serra da Samambaia, muito elevada, é um prolongamento da chapada.

A região entre Samambaia e Parnaguá, é plana, com veredas, carnaúbas e babaçus. A drenagem é difícil devido a pequeno declive até o oceano. Os rios são rasos e, daí, a formação de lagoas. A lagoa de Parnaguá é piscosa, entretanto a região está quase despovoada devido às lutas políticas. Além disso, o lago é um foco de doenças. O regime de vida é como em Correntes. A cêra e a malva também chegam a Rio Preto nas tropas. O gado aí não vai aos "gerais" e sim aos "lameiros", férteis onde há uma lavoura de "verão". Os produtos de extração são vendidos em Parnaguá e daí vão, por etapas, a Salvador ou a São Paulo. Seguiram-se os debates em que tomou parte ativa o professor José Veríssimo.

O professor F. Ruellan, usando da palavra, pediu que fôssem bem distinguidos nas formas do relêvo, as cornijas e as costas. Deve-se notar ainda que os arenitos são freqüentemente permeáveis, existindo mesmo um *karts* no arenito e certos brejos são, provavelmente, devidos a ressurgimentos cujo regime seria de interessante estudo para a geografia humana. Os lucros do Parnaíba são mais importantes, não somente porque esse rio está mais perto de seu nível de base, como também porque trabalha numa vasta bacia de sedimentação, onde não encontra o obstáculo das rochas duras arqueanas. Essa erosão é tão forte, que a serra de Tabatinga é apenas um morro-testemunha, separado da chapada das Mangabeiras por uma plataforma de 650 metros de altitude.

Enfim, o professor Ruellan perguntou a origem das populações e as relações com os tipos assinalados; grandes criadores, vaqueiros, geralistas. Pedro Geiger, dando numerosos exemplos, esclareceu as dúvidas suscitadas, sendo em seguida encerrada a reunião.

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

##### Conselho Nacional de Geografia

##### VISITA DO MINISTRO JOÃO ALBERTO

— O ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, acompanhado pelos seus assistentes professor Kafuri e major Gilberto Marinho, esteve no dia 1 de fevereiro em visita ao Conselho Nacional de Geografia, onde foi inteirar-se do trabalho feito para um melhor conhecimento das regiões do oeste e do centro do país.

S. Ex. foi recebido pelo presidente do Instituto de Geografia e Estatística, embaixador José Carlos de Macedo Soares, Sr. Teixeira de Freitas, engenheiro Leite de Castro e demais auxiliares imediatos.

Ao coordenador foram, então, mostrados os mapas de diferentes regiões do *hinterland* brasileiro, levantados por várias expedições realizadas sob os auspícios daquele órgão, e cujo escopo principal foi o de levantar coordenadas e colhêr demais elementos para a confecção de um mapa definitivo do Brasil, sabido como é que a nossa última carta data de cerca de 22 anos, publicada por ocasião do Centenário da Independência do Brasil e cuja atualização se faz mister.

Do mesmo passo, entretanto, que colhiam as informações imprescindíveis para sua tarefa, os engenheiros a cargo de quem esteve o serviço, trouxeram contingentes outros, inestimáveis ao perfeito conhecimento de regiões, a muitas das quais não chegou, sequer, o arrôjo das bandeiras.

Além desses mapas, foi exibido ao ministro João Alberto um outro, confeccionado de acordo com os dados fornecidos pelo último recenseamento e assinalando a densidade de população nos diversos pontos do país. Ao mostrá-lo, acentuando a extensa faixa quase que inteiramente despovoada do oeste, o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares comentou o fato de que o Brasil ainda não povoou, sequer, toda a área que lhe foi garantida pelo Tratado de Tordesilhas.

O coordenador examinou todos os dados colhidos nas diversas expedições realizadas, cujos resultados teve ocasião de elogiar.

Ao serem exibidos pelo engenheiro Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, as cartas de diversas regiões, inclusive aquela em que se supunha, até bem pouco, reunirem-se as linhas dos Estados do Piauí, Maranhão, Goiás e Bahia, zona conhecida como do Jalapão, o ministro João Alberto recordou, então, o conhecimento que tinha da região a qual atravessara quer nas viagens de estudos que, em sua atual função, empreendeu pelo interior, quer nas marchas da coluna revolucionária de que fez parte.

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

#### Serviço Florestal

**PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA** — A administração do Parque Nacional de Itatiaia, está empenhada em caracterizar o trabalho aí efetuado pela realização, ao lado dos melhoramentos materiais, de serviços que imprimam cunho de progresso técnico-cultural.

No mês de fevereiro, foram revelados alguns trabalhos que vêm sendo feitos pelo naturalista J. F. Zikan, chefe dos serviços de entomologia daquele parque. Completando aqueles informes, divulga o Ministério da Agricultura que estão sendo ali efetuados mais os seguintes estudos: revisão, com atualização das novidades existentes, de uma família da ordem Coleóptera: continuação da elaboração de um catálogo da inseto-fauna do Itatiaia e da Mantiqueira, que passará a constituir uma contribuição incomum no campo entomológico, como lista regional, no país; preparo de um opúsculo para a divulgação da riqueza entomológica do Parque de Itatiaia, acompanhado de um resumo zoogeográfico: a feitura de uma chave analítica do gênero *Parandra* (Coleóptera, Longicórnea); e pesquisas sobre a metamorfose dos insetos.

Por outro lado, dá o Parque Nacional de Itatiaia início à formação do Museu Regional reunindo em ordem sistemática e dispondo em coleção, de caráter educacional, o material obtido. Ainda neste particular, o melhoramento e o aumento do mostruário de entomologia vêm sendo paciente e criteriosamente realizados pelo entomologista Zikan, de maneira a que se possa apresentar, na nova sede do Parque Nacional, excelente mostra do trabalho, feito no Itatiaia e da riqueza da fauna local.

★

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

#### Faculdade Nacional de Filosofia

**EXCURSÃO AO PARANÁ** — Em prosseguimento à excursão iniciada no mês de janeiro próximo findo, promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, a caravana de geógrafos e estudantes de geografia chefiada pelos professores Francis Ruellan, José Verissimo da Costa Pereira e Orlando Valverde, após permanecer três dias em Foz do Iguaçu, cumpriu o seguinte itinerário: dia 3: Foz do Iguaçu-Guarapuava; 4: Guarapuava-Ponta Grossa; 5: Ponta Grossa-Vila Velha, Vila Velha-Curitiba; 6: Curitiba; 7: Curitiba-Monte Alegre; 8: Monte Alegre-Londrina; 9: Londrina, Apucarana-Londrina; 10: Londrina-Ourinhos; 11: Ourinhos-São Paulo; 12: São Paulo-Rio.

Desta forma, a excursão, que teve o caráter de um reconhecimento geográfico, deu oportunidade aos viajantes de fazerem observações principalmente no Estado do Paraná, pois o seu território foi percorrido em quase todas as direções.

★

Tomando como *pivot* a cidade de Curitiba, os excursionistas atravessaram o Estado nos rumos: norte-sul, de Apiaí a Curitiba; oeste-leste, desta capital para Paranaguá; norte-sul, para Florianópolis; oeste-leste, para Foz do Iguaçu, e sudeste-noroeste para Londrina e Apucarana.

Ficou assim reconhecido o Estado do Paraná em todos os seus diferentes tipos de paisagem, em que é tão rico, excluindo-se apenas a região de Palmas e União da Vitória, conhecida pelo nome de Contestado, que não pôde ser percorrida em virtude da escassez de tempo.

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

### Departamento Nacional de Obras de Saneamento

**PLANO DE DEFESA CONTRA AS INUNDAÇÕES E DE APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRÁULICO NO RIO GRANDE DO SUL** — A propósito das obras que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento vem realizando no Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Luís da Lima Veiga concedeu a seguinte entrevista à imprensa gaúcha:

“Em prosseguimento da execução do plano de defesa contra as inundações na bacia oriental do Rio Grande do Sul, inúmeras obras serão realizadas, em 1944, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento. As obras de defesa direta da cidade de Pôrto Alegre, iniciadas em novembro de 1942, serão ativadas no corrente ano. O dique de terra, do morro do Bernardi ao Saco de Navegantes deverá ficar concluído, constituindo uma rodovia de contorno, com 8 metros de largura e quase 9 quilômetros de extensão. Os trabalhos, até então, vinham sendo executados com tratores, *roadbuilders* e *scrapers*, cedidos pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem, numa demonstração de patriótico espírito de cooperação. Em virtude da guerra, tornou-se difícil a aquisição de peças sobressalentes, impedindo um maior rendimento da maquinária. Para se obter melhor andamento das obras, lançou-se mão de carroças de tração animal para os serviços de atêrro, havendo atualmente, além das máquinas, cerca de 80 carroças em serviço.

Na zona de Navegantes, será iniciado brevemente o atêrro de uma faixa de 160 metros de largura mínima, com terra escavada da ilha do Pavão, ganhando a cidade uma área de 800 000 metros quadrados. Nesta faixa, correrão as novas linhas da Viação Férrea e o dique-avenida que, com 30 metros de largura e 5 quilômetros de extensão, ligará o Saco de Navegantes ao cais do pôrto. Já foi feita a concorrência para a execução deste atêrro, cabendo a tarefa à firma Dahne, Conceição & Cia., que deverá iniciá-la imediatamente, tão depressa seja assinado o contrato.

Protegendo êsse atêrro, far-se-á um cais fluvial cujo projeto já está concluído, devendo ser feita brevemente a concorrência para a sua execução de modo que o início das obras tenha lugar nos próximos três meses.

Do plano de defesa contra as inundações, consta a construção de grandes barragens para retardamento do afluxo das águas e aproveitamento de seu potencial hidráulico. Essas barragens estão sendo construídas em cooperação com o órgão do Governo estadual a que estão afetos tais serviços, a Comissão Estadual de Energia Elétrica, da Secretaria de Obras Públicas. O Estado, realiza os estudos das barragens que lhe convém, projeta-as e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento as executa. Já duas barragens tiveram a sua construção iniciada: a do Salto, no rio Santa Cruz, e a de

Passo Fundo, no rio Capingui (Guaporé) que haviam sido estudadas pelo engenheiro Noé de Freitas para as Prefeituras de São Leopoldo e Passo Fundo.

A barragem do Passo do Salto é o primeiro marco de um sistema de obras que, unindo as águas do rio Santa Cruz, por meio de um túnel de 2 300 metros de extensão às águas do rio Santa Maria, afluente do Sinos, aproveitará uma queda de nível de 650 metros, permitindo, desde logo dar à capital, às cidades próximas e às cidades serranas, 33 000 kw de força. Com outra barragem no Passo do Blang, ainda no rio Santa Cruz, cerca de 15 quilômetros à montante do Passo do Salto, uma nova acumulação das águas permitirá ampliar o sistema, dando mais de 29 000 kw de força, atingindo-se assim o total de 62 000 kw. A barragem do Passo do Salto será construída em 700 dias e custará Cr\$ 11 600 000,00. Para sua implantação serão retirados 12 300 metros cúbicos de rocha e outros tantos de moledo. No seu corpo serão empregados 29 000 metros cúbicos de alvenaria de pedra. O seu cumprimento no coroamento é de 600 metros e deverá acumular um volume d'água de 14 000 000 de metros cúbicos aproximadamente.

A barragem de Passo Fundo, também já em construção, deverá ficar concluída em 500 dias, custando Cr\$ 7 000 000,00. Terá um cumprimento total de 200 metros. Sua construção exigirá 16 000 metros cúbicos de alvenaria de pedra. A acumulação máxima de água será de 59 000 000 de metros cúbicos. Fornecerá 3 500 kw de força e suprirá suficientemente Passo Fundo e as cidades próximas do norte do Estado.

Outras barragens serão iniciadas à medida que os estudos forem sendo concluídos. Segundo os planos estabelecidos, à barragem do Salto devia seguir-se a construção de outra no Camaquã, para servir às duas grandes cidades de Rio Grande e Pelotas. Os estudos, entretanto, de que dispunha o Estado, eram deficientes e a Comissão de Energia Elétrica do Estado teve necessidade de refazer os estudos topográficos, hidrológicos e geológicos. Afim de reduzir os prazos necessários para tais estudos, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento tomou a si o encargo do levantamento aerofotogramétrico do Camaquã, contratando-o com a Cruzeiro do Sul. A barragem do Jacuí, servindo às cidades de Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, São Gabriel e Caçapava, e as do rio das Antas, atendendo ao nordeste do Estado, também já estão sendo examinadas para entrega ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento para construí-las.

Como se verifica, está em franca execução o plano gigantesco que o presidente Getúlio Vargas tinha em mente quando governava o Estado, em 1928: dar ao Rio Grande do Sul uma possibilidade de produção industrial capaz de atender às suas necessidades, aos Estados mais próximos e às Repúblicas vizinhas.

Mas, há outras obras que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento executará, em 1944, no Rio Grande do Sul, pôsto que de interesse mais local. Em Pelotas, contamos poder iniciar os serviços de regularização do Santa Bárbara e para tal, dependemos apenas da aquisição de 4 *drag-lines*, na América do Norte, um dos quais será destinado àqueles trabalhos. Por ora, faremos em Pelotas um pequeno serviço manual de drenagem do banhado Santa Bárbara e a regularização, também a mão, do arroio Pepino.

Dois desses *drag-lines* serão utilizados na abertura do Riacho em Pôrto Alegre, que, atualmente, a Prefeitura, numa demonstração de energia e interesse vem fazendo com tantos sacrifício. O quarto *drag-line* deverá ser empre-

gado nos serviços de recuperação do extenso vale do Gravataí, onde, hoje, cerca de 300 quilômetros quadrados de terras férteis, a pouca distância da capital, jazem alagados e improdutivos. Seguindo a norma que tão bons resultados nos deu na Baixada Fluminense antecedendo aos serviços de dragagem, são executados trabalhos de limpeza e desobstrução dos cursos d'água da bacia. Estes serviços preliminares já vão bem adiantados, tendo sido desobstruídos cerca de 130 quilômetros quadrados de rios e arroios.

A verba consignada em orçamento para prosseguimento das obras, em 1944, é de 10 milhões de cruzeiros, manifestamente insuficiente para atender ao vulto das obras projetadas, cuja ultimação está prevista num prazo relativamente curto. Atendendo a esta circunstância, foi solicitado ao ministro da Viação que a parcela suplementar necessária ao atendimento das despesas decorrentes do programa de serviços no Estado do Rio Grande do Sul, em 1944, ou seja Cr\$ 26 000 000,00 seja destacada do crédito de Cr\$ 65 051 687,00, consignado à Divisão de Orçamento do Ministério da Viação, na tabela discriminativa das despesas do Plano de Obras e Equipamento.

★

## PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

**TRANSFERÊNCIA DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA** — Em face da demolição do antigo edifício onde funciona a Prefeitura do Distrito Federal, situado na praça da República, para dar lugar ao alongamento da avenida Getúlio Vargas, as autoridades municipais estão removendo os móveis e o material existente no Paço Municipal.

Um dos aspectos da transferência da Prefeitura que maior cuidado vem merecendo por parte do Sr. Henrique Dodsworth prefeito do Distrito Federal é o que se relaciona com a nova instalação a ser dada ao Arquivo Geral da Prefeitura que possui um valioso acervo de documentação histórica relativa à vida do Distrito Federal, o qual há mais de um século funciona no sub solo do edifício a ser demolido.

Prestando informações acerca do Arquivo, o Sr. Augusto Amaral Peixoto assim explicou a existência desse órgão histórico que está sob a sua direção.

— “A história da civilização, em todos os tempos, transmite o valor dos arquivos e salienta, principalmente, a importância dos arquivos regionais — que constituem as melhores e fartas fontes históricas. O Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro nasceu com a própria cidade quando Estácio de Sá, o nosso primeiro capitão-mor, afim de que se perpetuassem, mandou que de todos os seus atos se tirassem “traslados” e fôsseem eles arquivados. Estava, assim, fundado o Arquivo Municipal.

“Fato histórico do conhecimento geral, o Arquivo certa vez foi atingido por um incêndio, quando a Casa do Senado da Câmara funcionava em um prédio de dois andares da rua do Mercado, esquina da praça do Carmo, sobre a loja

de um judeu de nome José Francisco. Dos livros e registros salvos do incêndio verificado na madrugada de 20 de julho de 1790, na Casa do Senado da Câmara, figuram, entre eles, os livros de Vereações e Registros do Senado e sendo que num desses últimos citados figuram o registro da posse de Salvador Correia de Sá e Benevides no governo do Rio de Janeiro a 19-9-1637; o termo de 26-11-1646 e relativo à venda dos “cháos” da marinha da cidade, para custear a obra de construção da fortaleza da Laje e muitos outros registros de grande valia para a nossa história.

Do período colonial — prosseguiu o Sr. Amaral Peixoto — guarda ainda mais o Arquivo Geral da Prefeitura, em originaes, valiosas coleções manuscritas: Autos de arruamentos, correições e vistorias; Ordens Régias, Provisões, Posses e Finanças, Classes de Ofícios, Ordenanças & Milícias, Aforamentos e outras espécies documentárias que enriquecem as estantes da venerável instituição municipal. Por sua antiguidade e seus valiosos manuscritos, é notória a importância do Arquivo Geral da Prefeitura, cujas atividades mais se avultam dia a dia e se desenvolvem seguindo método histórico prescrito no Congresso de Filadélfia, sobre organização dos arquivos e bibliotecas e no qual o Brasil se fez representar. Grandioso é o trabalho do nosso importante Arquivo na ordenação e conservação dos textos documentários; na confecção de minucioso catálogo, de títulos principais e farto comentário dos diferentes assuntos, constituindo tudo isso um repositório riquíssimo de informações que interessam bastante à História do Rio de Janeiro e prestam-se a orientar órgãos do corpo governativo da capital do Brasil e as atividades do seu povo.

“A estrutura geral da nova organização dos serviços da Prefeitura ficou definida pelo Decreto n.º 6 641, de 14 de março de 1940 e, em consequência, criou-se o Departamento de História e Documentação que dirijo, subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura. Dêsse novo Departamento é órgão o velho Arquivo Municipal, com a designação de Serviço de Arquivo Geral da Prefeitura. Nessa ocasião o Arquivo passou por uma séria reforma, determinada pelo prefeito Henrique Dodsworth, administrador que tem sido dos mais devotados no amparo dessa prestimosa instituição municipal, para a salvaguarda do patrimônio histórico da cidade.

“Tem, na atualidade, o Arquivo Geral da Prefeitura, cerca de 35 000 volumes, que constituem os seguintes agrupamentos: “Aforamentos”, “Arruamentos”, “Abastecimento d'água”, “Carnes Verdes”, “Carris”, “Logradouros Públicos”, “Escravidão”, “Calçamentos”, “Iluminação”, “Funcionalismo”, “Família Real e Imperial do Brasil” e muitos outros e constituindo tudo isso um patrimônio histórico de valor inestimável, distribuído em três salas com as seguintes denominações: Sala Sousa Aguiar, com 10 000 volumes; Sala Noronha Santos, com 12 000 volumes, e Sala Subterrânea, com 13 000 volumes. Além dos documentos, o Arquivo guarda vários objetos que lembram a história da cidade e livros raríssimos sobre nosso passado histórico” — concluiu o entrevistado.

★

## Instituições particulares

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

PALESTRAS RADIOFÔNICAS — Em prosseguimento ao seu Curso de Férias organizado para o ano de 1944, a Associação Brasileira de Educação fez irradiar por intermédio da instalação P.R.A.-2 do Ministério da Educação e Saúde, diariamente, com exceção dos sábados e domingos, uma série de interessantes palestras geográficas com a colaboração de elementos integrantes da Secção de Estudos deste Conselho. Muitas destas palestras já foram publicadas neste *Boletim*, que, futuramente publicará as demais que compuseram a série sob a responsabilidade do C.N.G.

★

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SESSÕES EM FEVEREIRO — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mês de fevereiro próximo findo:

Biblioteca: Obras oferecidas, 20; encadernações, 22; obras adquiridas, 110; revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 54; catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras recebidos, 4.

Arquivo: Documentos consultados, 303.

Mapoteca: Mapas consultados, 32.

Museu Histórico: Visitantes, 48.

Sala pública de leitura: Consultas, 695.

Secretaria: Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 156; ofícios, cartas e telegramas expedidos, 320.

★

## Certames

### EXPOSIÇÃO DE ARQUITETURA BRASILEIRA EM BELO HORIZONTE

Grande êxito editorial obteve na América do Norte o livro *Brazil Builds*, que apresentou artísticas fotografias de edifícios religiosos, repartições públicas e casas particulares, características da arquitetura brasileira, desde 1652 a 1942. A obra foi preparada com abundante texto, em português e em inglês, escrito por Philip L. Goodwin, presidente da Comissão de Arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova York, e membro correspondente do Instituto de Arquitetos do Brasil. As fotografias são do arquiteto G. E. Kodder Smith.

O Museu de Arte Moderna de Nova York fez posteriormente uma ampliação dessas fotografias, afim de com elas organizar uma exposição nos Estados Unidos. Fez, não uma, porém diversas exposições e com enorme êxito.

Em fins do ano passado, o material fotográfico do Museu de Arte Moderna foi remetido ao Brasil. De 20 de novembro a 4 de janeiro deste ano, foi êle exibido no Rio, no auditório do Ministério da Educação.

A capital mineira é a segunda cidade a expor o material de *Brazil Builds*. E a escolha foi muito bem feita, pois das fotografias cons-

tam diversas jóias arquitetônicas de Minas, incluindo igrejas de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e novos edifícios de Belo Horizonte, como as diversas obras da Pampulha, entre outros aspectos da cidade.

Presente à inauguração esteve, além de várias personalidades eminentes, o arquiteto americano Roscoe Wood, da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos do Rio.

O Sr. Roscoe Wood fez seu curso no Massachusetts Institute of Technology, tendo trabalhado para o U. S. Housing Office, a repartição encarregada de reconstruir os bairros pobres das cidades americanas e de proporcionar moradia aos operários das indústrias de guerra. Em suas declarações, disse-nos êle que a moderna arquitetura, tanto aqui como nos Estados Unidos, encontra obstáculos para vencer, porque o meio não acompanhou com a mesma velocidade a sua evolução.

A arquitetura brasileira tem certas características originalíssimas e elas têm sido observadas com grande interesse em seu país. Sem exagero, terminou o Sr. Roscoe Wood, podemos afirmar que o novo edifício do Ministério da Educação, no Rio, é qualquer coisa de notável, e é natural a importância que a êle demos na exposição que Belo Horizonte irá conhecer.

★

## Unidades Federadas

### ALAGOAS

#### Departamento Estadual de Estatística

AMPLIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS — O Departamento Estadual de Estatística de Alagoas deu à publicidade um minucioso informe acerca das suas atividades no decurso do ano de 1943.

Dentre as medidas de interesse para a geografia tomadas por esse operoso órgão da administração alagoana, ressalta a Portaria n.º 2, de 3 de fevereiro, do diretor geral do Departa-

mento, fixando normas para o levantamento da produção agrícola do Estado.

No que toca aos inquéritos executados, foi lançado um novo, visando conhecer aspectos fisiográficos de Alagoas, através de uma coleção de questionários sobre núcleos humanos, orografia, hidrografia, ilhas e grutas, prospecção mineralógica, revestimento florístico, fauna, rede rodoviária meios de transporte, meio de comunicação, etc.

No campo de atividades publicitárias pode-se destacar o fato de haver sido distribuído em 1943 o número 4 da *Sinopse Estatística de Ala-*

goas, contendo substanciosos elementos estatísticos sobre o Estado nos seus diversos aspectos: físicos, demográficos, econômicos, sociais, culturais e administrativos.

É também digna de referência, pelo seu interesse geográfico, a distribuição de uma publicação mimeografada sobre a *Produção Agrícola do Estado em 1942*.

★

## ESPÍRITO SANTO

### Departamento das Municipalidades

**DIVISÃO DO ESTADO EM ZONAS** — O diretor geral do Departamento das Municipalidades assinou portaria, no mês de fevereiro, pela qual dividiu o Estado para efeito de inspeção às atividades das prefeituras municipais, em três zonas a saber: Norte, Centro e Sul, compreendendo todos os 33 municípios do Estado.

★

### Instituto Histórico

**HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO — DOAÇÃO DE PLANTAS E MAPAS ANTIGOS** — Estêve reunido a 7 de fevereiro o Instituto Histórico.

Nessa sessão o Sr. Eurípedes Vale leu o projeto definitivo para a elaboração da "História do Espírito Santo", tendo o Sr. Araújo Primo, presidente da sessão, mandado publicá-lo para os devidos efeitos. Referindo-se às antigas plantas e mapas do Estado oferecidos ao Instituto pelo major Punaro Bley, o Sr. Mário Freire pediu que se desse o nome do doador à galeria onde esse material cartográfico está exposto.

★

## PARAÍBA

### Secretaria da Agricultura

**DESIGNAÇÃO DE UM TÉCNICO PARA PROCE-  
DER A PESQUISAS DE CARVÃO MINERAL** — Estêve durante o mês findo na Paraíba o Sr. Antônio Quirino de Araújo, funcionário da Divisão de Fomento da Produção Mineral que comunicou ao secretário da Agricultura daquele Estado haver o engenheiro Avelino Inácio de Oliveira designado o engenheiro de minas Sandoval Carneiro para proceder a pesquisas e sondagens a fim de verificar o grau de ocorrência e a sua extensão e efetuar análise do mineral recém-descoberto ali.

O Sr. José Joffily Bezerra informou que as amostras apresentadas pelo Sr. L. F. R. Clerot em recente reunião, foram colhidas numa propriedade que tem parte situada no município de Mamanguape e parte no vizinho Estado do Rio Grande do Norte.

Acrescentou que a análise procedida numa amostra revelou tratar-se de antracito.

A seguir, ficou acertada a realização preliminar de um reconhecimento no local, a fim de, quando posteriormente ocorrer a visita do técnico à propriedade aludida, poder êle contar com algumas indicações destinadas a facilitar-lhe o trabalho de coleta das amostras, que será feito de acordo com a técnica, e os posteriores serviços de sondagem. O reconhecimento no terreno ficou de ser realizado ainda esta semana,

para que a visita do engenheiro Sandoval Carneiro se verifique com a possível brevidade.

Agradeceu, o Sr. José Joffily Bezerra, a atenção e a presteza dispensadas ao pedido do interventor paraibano pelo D.N.P.M. e assegurou ao Sr. Antônio Quirino a colaboração da Secretaria da Agricultura em tudo que estiver ao seu alcance, para com o laboratório incumbido de verificar a existência do carvão no subsolo paraibano.

★

## PERNAMBUCO

### Instituto Arqueológico de Pernambuco

**NATURALIDADE DO SÁBIO ARRUDA CÂMARA** — Reuniu-se, em princípio de fevereiro findo, o Instituto Arqueológico de Pernambuco; entre os assuntos tratados constou o da naturalidade do naturalista Arruda Câmara, ex-frade carmelita, assunto abordado pelo Sr. Mário Melo. Esse sócio do Instituto leu um estudo a respeito do grande naturalista e principal semeador, através do Areópago de També, das idéias democráticas. Porque filho do capitão-mor da vila do Pombal, julgavam-no paraibano. Com a publicação, agora, dos estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra, vê-se que o frade carmelita Manuel do Coração de Jesus Arruda, mais tarde secularizado com o nome de Manuel Arruda da Câmara (deturpado pelos escritores como Manuel de Arruda Câmara), era natural de Pernambuco.

★

## SANTA CATARINA

### Conferência do professor Francis Ruellan

Este erudito professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que acompanhado de colegas e alunos estêve há pouco nesta capital, após excursão científica feita principalmente no Estado do Paraná, por aqui passou novamente em trânsito para Porto-Alegre afim de, a convite da Faculdade de Filosofia dali proferir uma conferência.

O professor Ruellan que viaja em companhia de sua senhora, aproveitou a ocasião para cumprir a promessa feita anteriormente ao Diretor Regional de Geografia, de dissertar sobre assunto geográfico.

A conferência realizou-se a 26 de fevereiro último na sede do Instituto Histórico e Geográfico, em presença de auditório ilustrado e numeroso, entre o qual estavam o interventor federal e o presidente da Corte de Apelação.

O professor Ruellan, que foi inicialmente saudado pelo presidente do Instituto, desembargador Henrique Silva Fontes tratou, como tema principal, das excursões geográficas e da pesquisa original em geografia, encarecendo as vantagens de tais empreendimentos e expõe minuciosamente a organização que dá aos três grupos em que divide os exploradores e as funções específicas que, em metódica divisão de trabalho, são atribuídas aos seus componentes.

A dissertação, proferida em francês, foi seguida com muito interesse, manifestado nos calorosos aplausos recebidos pelo ilustrado conferencista.

★

## SÃO PAULO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO2.<sup>a</sup> Sessão ordinária — “População, sua formação e seu crescimento”

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 5 de fevereiro último a sua segunda sessão ordinária do ano em sua sede à rua Benjamin Constant n.º 152, com a presença dos seguintes sócios: Srs. Cândido de Sousa Campos, Carlos da Silveira, Tito Lívio Ferreira, Frederico Brotero, José Nogueira Sampaio, Otoniel Mota, Igor Dolgorukij, Arrison de Sousa Ferraz, N. Duarte Silva, Amador Bueno Machado Florence, Edmundo Krug, Plínio de Barros Monteiro, Carlos Alberto Nunes, Marcelo Pisa, Luís Tenório de Brito, J. F. Melo Nogueira, Roberto Pompílio, Geraldo Rúffolo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Ernesto de Sousa Campos, Dácio Pires Correia e Armando Arruda Pereira. Justificou a ausência o Sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, por esse motivo, assumiu a direção dos trabalhos o primeiro vice-presidente, Sr. Duarte Silva, que declarou aberta a sessão por haver número legal de sócios. Funcionaram como 1.º e 2.º secretários, respectivamente, os Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes.

Por proposta do Sr. Igor Dolgorukij, aprovada pelos demais sócios, foi dispensada a leitura das atas anteriores visto já terem sido publicadas pela imprensa local.

Iniciando os trabalhos, comunica o Sr. presidente que deverá realizar-se em Curitiba, entre os dias 7 e 10 do corrente, o Congresso de História da Revolução de 1894, por motivo da passagem do cinquentenário dessa revolução, e que o Instituto se faria representar por uma comissão composta dos seguintes sócios, presidida pelo primeiro: Prof. Tito Lívio Ferreira, Cel. Pedro Dias de Campos, Cel. Luís Tenório de Brito, Sr. Igor Dolgorukij e Sr. Bueno de Azevedo Filho.

A seguir comunica o Sr. presidente que se acham inscritos, para falar na sessão de hoje, os Srs. Marcelo de Toledo Pisa, Otoniel Mota e Ernesto de Sousa Campos. Dada a palavra ao primeiro, discorreu o orador sobre o tema: *População, sua formação e seu crescimento*, fazendo um estudo a respeito do modo por que se processou o povoamento de São Paulo e da influência do movimento bandeirante na expansão territorial e demográfica do Brasil. De início, o conferencista declara que não iria ler todo o seu trabalho, por ser extenso, e que deixaria uma parte para a próxima sessão. Na porção inicial, trata dos fundamentos da colonização brasileira, principalmente no que se refere ao planalto paulista e às entradas que se verificaram desde o primeiro século com o fim de escravizar índios para as necessidades da lavoura da nascente colônia. Estuda, a seguir, a escravidão negra e os problemas daí originados, quando se acentuou, no século XIX o movimento libertador, e se fez sentir a necessidade do braço livre para a lavoura. Mostra, com farta documentação, o que representa o esforço particular dos fazendeiros de São Paulo no que respeita à vinda de imigrantes europeus e o valor das colônias fundadas em território paulista, de trabalhadores independentes, quando em outras partes do Brasil era ainda o escla-

vo quem suportava todo o peso do trabalho nas lavouras e nas minas. Nessa altura, foi interrompida a exposição, pelos motivos acima alegados.

Em seguida, toma a palavra o Sr. Otoniel Mota, para ler dois trabalhos sob os títulos: *Através dos Inventários e O Negro Tapanhuno e um Trecho de Plutarco*. No primeiro, o conferencista estuda a expressão *negro tapanhuno*, encontrada nos inventários dos primeiros séculos de nossa formação, para concluir que o vocábulo “tapanhuno” significa “tapuia una”, ou simplesmente, “tapuia preto”, denominação dada pelos índios do Brasil aos africanos, quando se iniciou a importação desse elemento escravo. Explica ainda, o conferencista, que a expressão “negro”, aplicada genericamente, significava simplesmente “escravo”, e que nos primeiros séculos, em nossos documentos, se refere sempre aos índios, sem nenhuma associação, no sentido restrito, com a coloração da pele. Daí conclui, não ser senão aparentemente pleonástica a expressão “negro tapanhuno”, que, a rigor, significa “negro tapuia negro”, porque o primeiro elemento aí vem com aquela significação. No outro trabalho, demonstra o conferencista que o ofício de leiloeiro público, no Brasil colônia, era desempenhado por moços escravos (índios ou pretos), costume herdado dos romanos, através de Portugal, por ser esse ofício considerado infamante entre os romanos, que só podia ser desempenhado por escravos ou libertos. Semelhante explicação vem esclarecer um trecho de Plutarco, na biografia de Cícero, quando refere uma frase do grande orador, que de certa feita disse de um conhecido liberto, seu desafeto, que não se admirava de possuir êle boa voz, pois descendia de gregoeiros públicos. Dêsse modo, o conferencista justifica o título aparentemente estranho de seu trabalho, mostrando como o tapanhuno “ladino” pode explicar um trecho obscuro de historiador da antiguidade clássica.

Fala, depois, o Sr. Ernesto de Sousa Campos sobre *A prioridade da Santa Casa de Misericórdia de Santos*, para elucidar uma dúvida suscitada pelo presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Sr. Joaquim Amazonas, a respeito da prioridade da instituição das Casas de Misericórdia no Brasil que não lhe parece assunto líquido por ser admissível que fôsse erigida a Santa Casa de Olinda em 1540 segundo o cronista Pereira da Costa que diz basear-se em escrituração do livro do tombo de uma Igreja de Nossa Senhora da Luz, lançada em 1755. Idêntica dúvida constou de uma nota publicada pelo Sr. Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto Pernambucano, procurando conjugar esta idéia com informação colhida nas páginas da *História de Santos*, de Francisco Martins dos Santos.

Antes de entrar na análise do problema, segundo suas investigações, o Sr. Sousa Campos reproduz trechos do livro de Martins dos Santos em que este escritor assinala de modo categórico a fundação da Irmandade e Hospital, em Santos, no ano de 1543. Concorde, neste ponto, com frei Gaspar da Madre de Deus, discorrendo, entretanto, quanto à existência simultânea, naquela época da igreja, não mencionada na citação da escritura de confronto de uma propriedade com o hospital. O conferencista demonstra com a planta de localização das primitivas instalações da Misericórdia que

o hospital e igreja sendo próximas estavam separadas por uma certa distância. Mesmo que os dois elementos — igreja e hospital — fossem contíguos a propriedade podia confinar com um elemento, sem atingir o outro. São considerações que não atingem, porém, o problema em foco. Fazendo suas buscas históricas, no sentido de esclarecer o caso de prioridade, o conferencista encontrou várias publicações congêneres ou afins na própria *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. O cronista Luna Freire refere as mesmas circunstâncias mencionadas por Pereira da Costa, porém, ao invés de localizar a igreja da Luz em Muribeca, localiza-a no morro das Tabocas.

Julga o orador difícil admitir que em 1540, no início da formação portuguesa de Pernambuco, existisse tal igreja, nos locais referidos. O morro das Tabocas era sertão cêrca de um século mais tarde quando aí ocorreu a célebre batalha contra o invasor holandês.

Documentando várias asserções negativas quanto à existência dessa igreja da Luz na época assinalada e lembrando as dificuldades de interpretação de documentos quincentistas, o conferencista faz ver que, nessa ordem de estudos, a documentação é elemento indispensável para juízo definitivo, e que, enquanto não vier à luz o documento em que se firmam os dois cronistas mencionados, para ser apreciado em seu justo valor, continuará inabalável a tese da prioridade da Santa Casa de Santos, a respeito da qual temos indicações precisas quanto à sua fundação em 1543; lembrando que

o nome do povoado nascente derivou da instituição hospitalar que então foi erigida por emulação com a instituição similar, o Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, iniciado por D. Joao II e concluído por D. Manuel, o Venturoso.

O Sr. presidente tece considerações a respeito do valor dos trabalhos apresentados na sessão, fazendo votos para que o corrente ano, em que o Instituto comemora o seu cinquentenário de existência, se caracterize pela comunicação de trabalhos como os que acabavam de ser lidos.

Pede, a seguir, a palavra o Sr. Tenório de Brito, para lembrar que no corrente ano se comemorava o tricentenário do nascimento do padre Belchior de Pontes, e inscrever-se para falar em uma das próximas sessões do Instituto, por ser intenção sua apresentar um trabalho a respeito desse grande vulto de nossa história. Falou ainda o Sr. Geraldo Ruffolo, para justificar a ausência; nas sessões do Instituto, do Sr. Antônio Piccarolo, que, embora ainda se revele dotado de espirito moço, se vê privado de comparecer às reuniões do Instituto, por achaques próprios de sua idade. O Sr. presidente, depois de tecer comentários elogiosos acêrca do Sr. Piccarolo e do muito que o Instituto deve a seu espírito esclarecido e indefessa produtividade, reconhece como perfeitamente cabível a justificação apresentada.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerra os trabalhos, depois de convidar os presentes para a próxima sessão, que deverá realizar-se no dia 6 de março, por cair o dia 5 em um domingo.

★

## Municípios

### Campinas — (São Paulo)

**SOLENEMENTE COMEMORADO O 102.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO A CIDADE** — No dia 5 de fevereiro último Campinas comemorou solenemente o 102.º aniversário da sua elevação à categoria de cidade. O ato que investiu Campinas nos foros de cidade foi assinado em 1842 pelo, então, presidente da Província de São Paulo, barão de Monte Alegre.

★

### Fortaleza — (Ceará)

**CONCURSO DE MONOGRAFIAS** — Com o objetivo de incentivar os estudos sôbre a evolução, usos e tradições da capital cearense, o DEIP do Ceará lançou as bases de interessante concurso de monografias, denominando-o "Cidade de Fortaleza", tendo a Prefeitura instituído prêmios para os melhores trabalhos apresentados.

★

### Itaparica — (Bahia)

**PLANO DE URBANIZAÇÃO E EMBELEZAMENTO DESSA ESTÂNCIA DE VERANEIO** — A estância de veraneio de Itaparica vem sendo objeto de melhoramentos sucessivos por parte das autoridades encarregadas de torna-la comparável às melhores do país.

Sobretudo no que se refere ao aspecto da cidade, muito existe ainda por fazer. Itaparica mostra ainda, os aspectos de uma cidade velha,

com ruas tortas, sujas e construções antiquadas. Em matéria de urbanismo, deixa ainda muito a desejar.

Por isso, está se promovendo a execução dum plano de urbanização da cidade. Estão empenhados nisso o Governo do Estado e a Prefeitura de Itaparica, que é realmente uma das nossas estâncias hidro-minerais mais importantes e pode se tornar um belo ponto de atração turística.

Em decreto assinado ontem, o interventor federal autorizou o Governo do Estado a adquirir, mediante acôrdo amigável ou desapropriação, os imóveis necessários e úteis à execução do Plano de Urbanização de Itaparica.

O Governo ficou, ainda, autorizado a vender, com base em preços mínimos constantes de tabelas, para tal fim aprovadas e mediante concorrência ou hasta pública, os lotes de terreno dentro do perímetro previsto no plano da cidade e os remanescentes de aquisição amigável proceder a desapropriações, bem como fica autorizada à redistribuição dos mesmos, de acôrdo com o plano de urbanização.

Pelos termos do decreto, depreende-se que as obras de remodelação da cidade terão início imediatamente, devendo para isso ser criado um fundo especial no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

A Prefeitura de Itaparica compete estudar, organizar e encaminhar ao secretário da Viação e Obras Públicas, para sua aprovação, os programas anuais de serviços.

Segundo se sabe, os principais melhoramentos a serem introduzidos na cidade consistem do alargamento das ruas principais, arbo-

rização adequada, ajardinamento de praças e logradouros públicos, além de calçamento para todas as ruas mais movimentadas.

Com esses melhoramentos de real importância, Itaparica estará à altura do interesse com que vem sendo procurada por grande número de famílias baianas, na época de veraneio e de repouso.

★

### Rebouças — (Paraná)

**RÊDE TELEFÔNICA ENTRE REBOUÇAS E CURITIBA** — No dia 13 de fevereiro findo foi inaugurada solenemente a rede telefônica que estabelece comunicação do município com a capital do Estado.

No ato de inauguração foram trocadas mensagens entre as pessoas gradadas do município e as altas autoridades.

Recebendo os serviços telefônicos o Sr. Altair Bittencourt, prefeito municipal de Rebouças, pronunciou as seguintes palavras:

“Ao receber os serviços telefônicos da rede urbana desta cidade, congratulo-me com o Governo do Estado, por mais este grande melhoramento que vem confirmar a sábia orientação do Sr. Manuel Ribas.

Rebouças é uma cidade que, com uma população laboriosa e patriótica coopera também pelo engrandecimento do nosso Brasil. Aproveito a oportunidade para em nome desta cidade, agradecer a S. Excia. Sr. Manuel Ribas que muito tem se dedicado ao progresso do nosso município.

Sentimo-nos todos satisfeitos por mais esta grande realização da Companhia Telefônica Paranaense”.

★

### Ribamar — (Maranhão)

**SUA INSTALAÇÃO SOLENE** — A 19 de fevereiro último foi solenemente instalada com a presença de S. Excia. o interventor Paulo Ramos, o novo município de Ribamar, criado pelo Decreto-lei estadual n.º 820, de 30 de dezembro de 1943.

A solenidade, comparecerem, além do chefe do Governo, o secretário geral do Estado, o prefeito interino de São Luís, o diretor do Departamento das Municipalidades, Sr. Pinho Castro, o presidente do Conselho Administrativo, Sr. Djalma Marques, todos os chefes dos serviços do Estado, outras altas autoridades civis e militares e crescido número de pessoas gradadas.

Depois de usarem da palavra o prefeito interino de São Luís, Sr. Turibio Soares Santos, o diretor do Departamento das Municipalidades, e o prefeito do novo município, Sr. Raimundo Augusto dos Santos, uma criança, aluna do grupo escolar “Dr. Paulo Ramos”, saudou o chefe do Governo do Estado.

Falou então o Sr. interventor Paulo Ramos, que no seu discurso, focalizou as possibilidades de progresso do novo município, cuja sede pela amenidade do seu clima e pela riqueza da sua natureza, vem, de há muito, sendo preferida como estação de vilegiatura do povo maranhense e há pouco fora escolhida pelo Governo do Estado, para colônia de férias da infância.

Prometeu S. Excia. ao novo município a assistência do Governo do Estado, afim de que,

brevemente, possam ser instalados ali grandes melhoramentos, tais como a remodelação do serviço de abastecimento de água, a instalação de luz elétrica, a construção de um novo mercado, bem como o melhoramento do porto e, ainda, a criação de postos de banho, na praia.

Após o encerramento da cerimônia, o chefe do Estado e sua comitiva visitaram o tradicional templo de São José de Ribamar, após o que regressaram a esta capital.

★

### Petrópolis — (Rio de Janeiro)

**INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE INFORMANTES** — No edifício da Prefeitura Municipal realizou-se, no dia 10 de fevereiro findo, a reunião de instalação da Comissão Municipal de Informantes, recentemente criada pelo Sr. Márcio Alves que é seu presidente nato.

A comissão em aprêço está composta de 15 membros, ou sejam três representantes de cada distrito do município, entre os quais se contam, agricultores, criadores, técnicos rurais, comerciantes e industriais.

Essa comissão tem por objetivo dar informações estatísticas dos distritos a que pertencem, quer sobre a produção agro-pecuária, plantações, colheitas, previsões de safras, rendimentos e estimativas de áreas cultivadas, número de propriedades rurais, estabelecer ciclos vegetativos de cada produto, bem como relacionar as culturas normais e as eventuais, indicar os estados atuais das culturas, preços de venda dos produtos nos mercados consumidores, anotar as ocorrências da natureza que prejudicam as culturas, etc.

★

### Santos — (São Paulo)

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO** — Realizou-se, a 26 de janeiro, a solenidade da posse da nova diretoria e comissões do Instituto Histórico e Geográfico as quais estão assim constituídas:

Diretoria: presidente, Sr. Frederico de Figueiredo Neiva; vice-presidente, Sr. Dário Ribeiro Filho; secretário geral, Sr. Eduardo de Lamare; orador, Sr. Arquimedes Bava; 1.º secretário Sr. Edu Branca; 2.º secretário, Sr. Cleóbulos Amazonas Duarte; 1.º tesoureiro, Sr. Ismael Alberto de Sousa; 2.º tesoureiro, Sr. Mário Faria; 1.º bibliotecário, Sr. Júlio Caldas e 2.º dito, Sr. Luís Tramonte Garcia.

Comissões — De Contas professores Edmundo de Mendonça e Pedro Crescenti e o Sr. Álvaro Carvalhais. De Geografia: Srs. A. Gomes Ribeiro dos Santos, Lincoln Feliciano e Guilherme Vendel. De História: Srs. Manuel Hipólito do Régo, Mário Leitão e Heitor Guedes Coelho. De Arqueologia e Etnografia: Srs. Charles Sandal, Lucas Junot e Guilherme Herzog. De Admissão de Sócios: professor Vaia de Abreu, Srs. Jaime Moura e Carlos Moreira Gomes. De Redação e Bibliografia: Srs. Nicenor Ortiz, Mariano Gomes e Otávio Veiga. De estatutos: Srs. Ismael de Sousa, Alberto Moura Ribeiro e Artur Domingues Pinto.

★

**Saquarema — (Rio de Janeiro)****INAUGURAÇÃO DO PÔSTO TELEFÔNICO**

— Instalado pela Companhia Telefônica Brasileira foi solenemente inaugurado o pósto telefônico de Saquarema. Inaugurando o referido pósto, o Sr. Aurino Dias Guimarães comunicou-se com o Prof. Dermeval Moraes, secretário do Governo, transmitindo uma mensagem congratulatória e os agradecimentos do povo daquele município ao comandante Amaral Peixoto, na qual enalteceu a importância do melhoramento.

★

**Serra Negra — (São Paulo)**

**INAUGURADA UMA ESTAÇÃO RADIOTELEGRÁFICA** — A cidade paulista de Serra Negra vem de ser beneficiada, em fevereiro findo, pelo Ministério da Viação, com uma estação radiotelegráfica, melhoramento que muito concorrerá para o seu desenvolvimento.

O prefeito local, Sr. Joaquim A. Almolda, interpretando o agradecimento dos habitantes do município, dirigiu, no ato inaugural telegrama ao general Mendonça Lima congratulando-se com o melhoramento.

★

**Sêro — (Minas Gerais)**

**MONUMENTO AO GENERAL GOMES CARNEIRO** — Estêve recentemente na cidade de Sêro, a fim de escolher o local onde será erigido um monumento ao general Gomes Carneiro, herói da Lapa, o Sr. general Raimundo Sampaio, comandante da 4.<sup>a</sup> Região Militar.

O general Gomes Carneiro nasceu em Minas Gerais.

★

**Tramandaí — (R. G. do Sul)**

**PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO PÔRTO DE MAR** — A criação do Departamento de Balneários Marítimos, noticiada amplamente veio resolver no Estado do Rio Grande do Sul, um grande problema para cuja solução os técnicos agora apresentam suas idéias, baseadas em longos estudos e experiências. Viveram, até aqui, os balneários gaúchos da exclusividade iniciativa particular, mesmo enfrentando riscos de capital nos insucessos verificados, num assunto que todos reconhecem de importância vital para a saúde de nossa população, o que representa também um fator de valia para a economia do Rio Grande.

Para êsse fim vem trabalhando em projetos relevantes o urbanista Sr. Ubatuba de Farias, estudando o problema sob os mais variados aspectos.

*Urbanismo como defesa da costa*

Do programa elaborado consta um detalhe que avulta pelo seu alcance. Trata-se da urbanização da zona praiêira como um meio de defesa, através da fixação das dunas pelo plantio de arbustos. Outro ponto digno de nota é a

criação de uma colônia de pesca à altura das necessidades atuais, servindo a mesma à zona mais populosa do Estado. Dividida em duas partes distintas, para efeito de estudo e de trabalho, o Departamento de Balneários Marítimos deu o seguinte traçado à zona costeira: a do norte, compreendendo o litoral atlântico, servido pelas praias de Tôres, Capão da Canoa e Tramandaí; a segunda, a do sul compreendendo a do Cassino e a do Chui, que seriam preferidas pelo turismo argentino e uruguaio e pelas populações riograndenses do sul do Estado.

*Incentivo à casa própria*

Com os melhoramentos em vista o Governo visa, muito especialmente, fomentar a construção da casa própria nas praias, despertando no homem o instinto que o conduz a amar a terra, no seu cultivo e na sua fixação em casa própria. Desta maneira os balneários preencherão suas verdadeiras finalidades sociais e eugênicas, dentro da orientação sadia de favorecer tôdas as classes. Serão estabelecidas, também, colônias de férias. O Governo cederá terras de seu patrimônio para em determinado número de anos, serem utilizadas pelos veranistas. A estação balnearia preenche duas finalidades: de repouso e de distração, o que necessariamente pede melhoramentos que permitam o gozo dessas duas finalidades tão importantes para a vida moderna. Assim o estabelecimento de casas de jogos, de diversões, etc., foi previsto como uma necessidade para os que procuram as praias de mar em busca de repouso e de diversão. Uma vez alcançado o objetivo acima nossas praias rivalizarão com as do Uruguai.

*Desenvolvimento do turismo*

Tôdas as medidas a serem tomadas para a melhoria de nossas praias despertarão o espírito de turismo em grande escala. Teremos, então, um volume apreciável de viajantes de outros Estados e mesmo de outros países, com as vantagens decorrentes do turismo em escala desenvolvida. A melhoria das estradas que conduzem às praias é outro fator preponderante para maior afluência de veranistas, bem como outras vantagens flagrantemente de diversão, tais como a pesca em lagoas apropriadas, magníficos passeios, navegação pelas lagoas, etc.

*Tramandaí — Pôrto de mar*

Um dos grandes sonhos dos técnicos do Estado tem sido a construção de um pôrto de mar em Tramandaí. Fomos informados, agora, que o Governo do Estado cogita da construção do mesmo. O projeto existente na Secretaria das Obras Públicas e apresentado pelo engenheiro Jorge Pôrto, diretor da Diretoria de Serviços Hidrográficos, consiste na construção de um molhe de pedra curvo e único, que começando na ponte pêncl da prala do Imbé entrará mar a dentro numa extensão, aproximadamente de 700 metros até atingir a profundidade de 6 metros. Com êsse molhe ficará fixada a barra do Tramandaí que atualmente se desloca continuamente para o norte.

O molhe curvo, além de assegurar a profundidade do canal, abrigará do mar a extensão necessária à construção de estaleiros para a

reparação de barcos, cais para mercado de peixe, fábricas de conserva e adubos de peixe, etc. A pesca marítima e a indústria do peixe tomarão, com a realização das obras, um desenvolvimento semelhante ou quicá maior que o de Rio Grande, dada a proximidade de um grande mercado consumidor como é o de Pôrto Alegre. Desta maneira Tramandai está destinada a ser um pôrto de movimento ascendente. Com os melhoramentos projetados a sua população tenderá a crescer, assim como a afluência dos banhistas hoje tão refratários em vista das dificuldades que sempre encontraram.

#### *Vida nova para Tramandai*

A zona compreendida pelos melhoramentos terá sua vida completamente alterada pelas amplas possibilidades que passará a oferecer. Os produtos coloniais próprios daquela zona, tais como açúcar, álcool, banana, arroz, cebola e outros iniciarão uma escala ascendente para dias maiores bem como na indústria extrativa, em pesca, sal e madeiras. Espera-se que as obras sejam atacadas dentro de pouco tempo,

dadas as necessidades prementes de amparar tão rica região, próxima desta capital algumas horas.

Teremos, assim, onde passar os dias de canícula e mesmo nossas férias não mais encontrando a série de inconvenientes sempre notados.

★

#### Uruguiana — (R. G. do Sul)

**PLANO DE URBANIZAÇÃO** — O prefeito municipal de Uruguiana acaba de contratar os serviços do técnico uruguio, professor João Scasso, diretor dos Parques e Jardins de Montevideu, para a elaboração do plano de urbanização de Uruguiana.

Para o financiamento dessa obra, o prefeito encaminhou ao Conselho Administrativo um projeto de decreto-lei abrindo um crédito de 60 000,00 cruzeiros.

O assunto interessa sobretudo a cidade porque traça um plano, orientando seu embelezamento.

# Bibliografia

## Registros e

## comentários bibliográficos

### LIVROS

OTÁVIO SILVEIRA MELO — *A Merindiba* — Diretoria de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura. — Rio, 1944.

Aspecto que impressionou sempre ao espectador desprevenido, neste Brasil-criança — foi a selva. Agressiva ao norte, com os mil tentáculos da hiléia. Elegante ao sul, com os pinheiros iguais, como se fôssem soldados em uma formatura. Heterogênea, alhures, a selva sobrepôs-se a tudo o mais, como o traço característico desta terra. Portugal se apressaria em instalar aqui a construção naval, aproveitando a abundância e a variedade do madeirame. Durante o período colonial — afirma-se até que antes da viagem de Cabral — as madeiras da terra atraíram o negociista acobertado na bandeira pirata dêsse ou daquele país. Um dos primeiros quadros da nossa História está ligado a uma árvore; a primeira missa, em que aparece a enorme cruz de pau-brasil. É preciso não esquecer, aliás, que o próprio nome do país proveio — pelo menos é uma versão corrente — da designação dessa árvore.

Nosso imenso patrimônio florestal, muito louvado pelos patrioteiros profissionais — não pôde oferecer, até agora, grande margem de exploração econômica. Poderíamos lembrar aquela observação do Prof. Deffontaines, segundo a qual sua exuberância constituiu uma pobreza econômica.

A verdade é que êste país das grandes matas ainda importa certas qualidades de madeira e, de outro lado, ainda não dominou completamente sua própria riqueza. Um exemplo curioso disto é que, necessitando-se de uma espécie que servisse para o reflorestamento, fomos buscar o eucaliptus na lonjura da Austrália. Por

que? E as numerosas e belas espécies que vicejam em nosso *hinterland*? Faz-se até restrições graves ao eucaliptus, desaconselhando seu plantio sistemático. Não obstante, o capricho continua. Ganha terreno a árvore exótica.

Interessante, por tudo isso o estudo feito pelo Sr. Otávio Silveira Melo sobre a Merindiba “A Merindiba (*Lafoensia glyptocarpa*) — é árvore de grandes dimensões, chegando, não raro, a atingir de 20 a 25 metros de altura”, escreveu êle, iniciando sua descrição botânica.

Divide-se o livro da seguinte maneira: Introdução, A Merindiba; Das montanhas da Gávea ao Hórto Florestal; Descrição botânica; A Merindiba no reflorestamento; Produção de lenha; Produção de madeiras para construção; Lafoensia, *Glyptocarpa* Koehne — *Gythraceæ*; Proteção dos mananciais; defesa contra a erosão —; A purificação do ar e a moderação dos climas; A Merindiba na arborização; A Merindiba na ornamentação; A cultura da Merindiba.

O presente estudo refere-se, portanto, a uma árvore curiosa sob diversos pontos de vista, útil para vários fins — grande árvore que dormia até agora, esquecida, no aconchego sombrio das matas brasileiras.

★

N. S. B. GRAS, Ph. D. — *Introdução à História Econômica* — Livraria Martins Editôra — São Paulo — 1943.

Com o lançamento da Biblioteca de Ciências Sociais, os seus editôres serviram à causa da cultura brasileira, de diversos modos. Primeiramente, pelo alto propósito de colocar ao alcance dos estudiosos das ciências sociais — já nu-

merosos entre nós — alguns livros básicos nesses assuntos: Em segundo lugar, pela contribuição mesma que vêm trazer à bibliografia nacional.

*Introdução à História Econômica* fornece-nos uma visão panorâmica da evolução da humanidade, sob o aspecto econômico. Apresenta-se dividido em seis capítulos, subordinados aos seguintes títulos: A economia coletora. A economia do estágio nômade. A economia da aldeia sedentária. A economia cidadina. A economia metropolitana, principalmente na Inglaterra. A economia metropolitana, principalmente nos Estados Unidos.

Seu autor é uma conhecida autoridade em economia. Diplomado pela Universidade de Harvard, viajou durante dois anos pela Europa, realizando pesquisas. Voltando aos Estados Unidos lecionou história na Universidade de Clark e, posteriormente, história econômica nas Universidades de Minnesota e Harvard, ocupando a mais antiga cadeira que se fundou sob essa denominação.

O original do presente livro foi publicado pela primeira vez em 1922. Daí para cá N. S. B. Gras escreveu diversas monografias, dirigindo ultimamente a *Harvard Studies in Business History*.

“Grandes têm sido as pretensões da interpretação econômica da história, — escreve o autor, no prefácio especial para esta edição — “mas poucos foram os esforços feitos para escrever a história segundo esse ponto de vista. Sem ser em qualquer sentido uma exposição teórica da história, este livro tem, entretanto, uma trama puramente econômica, com uma urdidura quase tão variada quanto a cultura do homem”.

O professor Gras desejou apresentar nestas páginas, o conceito de “economia metropolitana”, falando em dois desenvolvimentos alternativos: a *economia internacional* e a *economia mundial*.

Traduzido pela Sra. Lavinia Vilela, foi o texto português revisto pelos Srs. Sérgio Milliet e Donald Pierson — apresentando o máximo de clareza e correção possível numa tradução.

O presente volume traz ainda uma inovação — pelo menos no Brasil — digna dos melhores encômios. São as notas impressas à margem do texto, exprimindo em poucas palavras o assun-

to de que trata cada capítulo. Apresenta-se acompanhado de 13 ilustrações

São 307 páginas de uma densa matéria que tanto interessa aos estudiosos de história, economia, geografia, sociologia — como ao simples homem de negócio, ao cidadão que desejar conhecer — na sua intimidade — esse processo vivo que vem ligando, no tempo, a atividade econômica dos povos e das gerações, na obra ciclópica da civilização.

A. M.

★

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE —  
*Um passeio pela História do Brasil*  
— Rio — 1943.

Depois que o turismo se transformou em uma instituição universal, a palavra *passeio* invadiu o *carpet* das pessoas de tratamento, assumiu ares de sugestão amável nos cartazes de propaganda, passou, quase, a simbolizar um sentido de vida. Existem classes sociais, hoje, que vivem para o *passeio*, como outras que vivem para o rude labor, de sol a sol — e outras que vivem para o crime. Uma questão toda de meios e de concepções vitais. O *passeio*, porém, implica sempre um lugar agradável. Cheio de atrativos humanos e paisagísticos. Que prende pelo pitoresco, pelo ameno...

Esta meia dúzia de tolices vem a propósito da propriedade do termo usado pelo autor, para enfeixar em um impresso as quatro conferências pronunciadas na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

Para aqueles que amam o estudo, a divagação intelectual — esclareçamos — nenhuma estrada mais bela para uma doce caminhada, nenhum sítio mais agradável para um *passeio*, do que essa fita em série que o destino vem projetando aqui, a partir do Mestre Cabra — a História do Brasil.

O Sr. Américo Lacombe é o cicerone perfeito para uma excursão desta natureza. Erudito sem ser pesado, elegante sem pedantismo, fiel à verdade sem ser prolixo. Fala-nos sobre *A Colonização, A Era da Independência, O Império Brasileiro, O Brasil Republicano*.

Como é belo, como é agradável tudo isto! A História Pátria arranca da nossa sensibilidade, aquela mesma exclamação de entusiasmo ingênuo que incendiava em priscas eras o coração puro e bom do viajante alienígena, frente à ópera muda dos quadros tropicais.

A.M.

★

*Guia Geral da Cidade de Campos — 1944.*

As cidades do Brasil classificaram-se, até agora, em dois grupos de fisionomias distintas: o grande centro e a cidade provinciana. Os grandes centros eram as aglomerações urbanas muito vastas, com uma vida econômica intensa, uma colônia estrangeira numerosa e tôda a soma de fenômenos peculiares às grandes cidades. A cidade provinciana era o contrário. Sua população, além de escassa, possuía mentalidade extremamente diversa em relação à da metrópole. Uma população sempre mais inclinada a respeitar as tradições, a defender a herança do berço — do que a aceitar as tradições e adotar os hábitos estrangeiros. De resto, as operações comerciais não ultrapassavam nunca certos limites e os próprios estabelecimentos fabris — com exceções raras — eram modestos, condicionando sua produção aos mercados locais.

Esta situação decorria de diversos fatores dentre os quais avultava a falta de transportes e de comunicações em geral.

Sem facilidade de transporte não pode haver expansão industrial, progresso econômico. Nem tampouco sua população poderá locomover-se periodicamente, o que é de importância vital no *arejamento mental*. Um povo que não viaja, acaba perdendo seu próprio eugenismo, tornando-se medíocre e incapaz.

Essa deficiência de comunicações está desaparecendo. A amplificação da rede ferro e rodoviária, a intensificação da navegação fluvial e costeira, o estabelecimento de linhas aéreas, o au-

mento das ligações telefônicas e telegráficas, a multiplicação das estações de rádio-difusão — tudo isso concorre para aproximar as regiões, para inter-relacionar as populações; para mudar a fisionomia das cidades do interior.

Aspecto significativo dêsse progresso da cidade provinciana é o desenvolvimento da sua imprensa. Seja da imprensa diária ou da imprensa periódica.

Na imprensa periódica encontramos revistas mundanas e literárias, algumas substanciosas e bem confeccionadas.

Entretanto, o exemplo que nos acaba de ser dado pela cidade de Campos, cremos, é algo de novo em cidade do interior. Trata-se de um guia informativo sobre o importante centro produtor fluminense, cujo segundo número, correspondente a 1944, acaba de nos chegar às mãos.

Bem impresso, todo em papel *couché*, a presente publicação é um repositório magnífico de dados sobre o grande município agrícola e industrial do Estado do Rio de Janeiro. Dados históricos, geográficos, estatísticos. Informa, por exemplo, que possui uma população de 280 000 habitantes e que está situada a 24 metros acima do nível do mar.

Traz, além disto, uma variada e abundante publicidade comercial. Principalmente a descrição de algumas usinas de açúcar, dando-nos uma imagem bem viva da operosidade invulgar dêsse povo da Planície Goitacá.

Fora do alcance meramente comercial do empreendimento, êste guia encerra uma proveitosa sugestão a outras cidades. Essas publicações são cartões de visita dos centros urbanos. Com elas nas mãos, o capitão de indústria, o homem de negócios, possui informações completas sobre as praças distantes — e o estudioso, uma visão aproximada das possibilidades realizacionais das gentes, dentro de um cenário histórico e geográfico determinado.

A.M.

★

# Periódicos

REVISTA DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL — (Fevereiro de 1944) — Ano V, n.º 23.

O Instituto de Resseguros situa-se entre as iniciativas brasileiras que obtiveram um êxito completo, no plano das realizações. Chegou mesmo à categoria de modelo, para organizações deste gênero, sendo uma das poucas existentes no mundo inteiro.

Constitui, assim, uma bela prova da capacidade do brasileiro como realizador de coisas novas, onde o cuidado com a organização casa-se a um pouco de audácia, pelo grandioso que representa a própria construção.

Esta publicação, agora no seu 5.º ano de existência, é um documento vivo da atividade intensa que se processa no I. R. B. Através das suas páginas, competentes técnicos em economia, abordam assuntos diversos, relacionados com os resseguros.

O presente número ventila o momentoso assunto dos riscos aeronáuticos, ramo em boa hora incluído entre aqueles nos quais o Instituto opera.

“Não comportando ainda o Brasil, o risco aeronáutico, a grande massa de prêmios que constitui o elemento econômico básico do segurador, é, no momento, muito mais um ônus do que uma operação rendosa.

As dificuldades, entretanto, não detiveram o I. R. B. nem as sociedades. É que se visa uma finalidade muito maior — contribuir para o desenvolvimento da aviação nacional”.

Um bimensário indispensável a todos aqueles que desejam estar em dia com o movimento da economia nacional.

★

BRASIL AÇUCAREIRO — Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool. — Fevereiro de 1944.

Entre as publicações periódicas dos nossos institutos de produção, *Brasil Açucareiro* destaca-se, inconfundível pela sua organização, seu corpo escolhido de colaboradores, sua regularidade.

Os trabalhos nela publicados — podemos afirmar — vêm concorrendo

eficazmente para esclarecer os assuntos relacionados com a cultura canavieira e portanto para solucionar os seus problemas.

O número a que se refere esta nota encerra brilhantes artigos assinados por Alberto Lamego, Vasconcelos Tôrres, Joaquim Ribeiro e Afonso Várzea.

O Sr. Vasconcelos Tôrres abordou momentoso tema subordinado ao seguinte título: “Alimentação do trabalhador na indústria açucareira fluminense”.

O jovem sociólogo fluminense realizou este artigo percorrendo demoradamente as zonas canavieiras da velha província, investigando a cada passo, com os métodos estatísticos hoje utilizados em estudos dessa natureza.

Os demais trabalhos são, também, muito substanciosos, fazendo de *Brasil Açucareiro* uma verdadeira publicação de cultura.

A. M.

★

VOZES DE PETRÓPOLIS — Revista Católica de Cultura — Janeiro/fevereiro de 1944.

“*Vozes de Petrópolis*, apesar do seu sectarismo religioso, revela este sectarismo — justamente — num sentido positivo. Não evidencia propósitos de destruição. Procura somente *construir*. Seus orientadores estão certos, sem dúvida, de que ainda a melhor maneira de semear uma doutrina, de implantar a verdade, é esta: realizar, construir, no bom sentido.

A publicação petropolitana conseguiu congregiar uma plêiade selecionada de nomes que emprestam às suas páginas um raro brilho.

Este número contém: “A religião em antropogeografia”, do Sr. Everardo Backheuser; “O problema da habitação e seus aspectos morais”, do Sr. Francisco de Paula Ferreira; trabalhos do Sr. Geraldo Bezerra de Menezes, Carlos Oswald e muitos outros.

Os dois primeiros apresentam um particular interesse para o geógrafo.

Sem dúvida, um belo esconjuro de idéias e informações.

A. M.

★

# A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

## VIII

[1913 a 1914]

1913 — The Arinos and Arinos — Jurueña rivers, reduced from a survey on the scale of 1 kilometre to 1 centimetre, by A. Henry Savage Landor (1:1 000 000.) 19½ by 9 inches. A. Henry Savage Landor, Across unknown South America, Vol. 2, Boston, p. 408.

1913-a — Exploração do rio Grande e seus afluentes, levantamento em agosto, 1910. 1:500 000. 35¾ by 14 inches. In Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, Exploração do rio Grande e de seus afluentes, 1913, São Paulo, Exploração do rio Grande (Cachoeira do Maribondo), agosto de 1910. 1:6 000. 35½ by 14 inches. In op. cit. Exploração do rio Grande, salto d'Água Vermelha, 1910. 1:4 000. 35¼ by 13¾ inches. In op. cit. Cachoeira do Monte Alto. 1:20 000. 13½ by 31¾ inches. In op. cit.. Cachoeira da Motuca. 1:20 000. 9 by 13¾ inches. In op. cit. Exploração do rio Grande, salto da Onça, 1910. 1:5 000. 35 by 18½ inches. In op. cit. Exploração do rio Grande (da barra do rio Canoas à do rio Paraná), 1911 1:500 000. 35½ by 9 inches. In op. cit. Planta geológica do rio Grande entre a barra do Canoas e Sacramento. 1:50 000. 33½ by 11¾ inches. In op. cit. Planta do rio Grande, 1910. 1:50 000. 12 sheets, 31½ by 11¾ inches. In op. cit. Planta do rio Pardo, 1910. 1:50 000. 3 sheets. 33¾ by 13¾ inches. In op. cit. Planta do rio Turvo, 1910. 1:50 000. 2 sheets, 33¼ by 13¾ inches. In op. cit. Planta do rio São José dos Dourados, 1910. 1:50 000. 35¾ by 13¾ inches. In op. cit.

1913-b — Estado do Pará, o rio Tapajós no município de Itaúba. Mapa organizado pelo Exmo. Sr. coronel Raimundo P. Brasil, intendente municipal. Pará, 1912. (About 1:550,000) 32 by 8 inches. Raimundo Pereira Bra-

sil. O rio Tapajós na Exposição Nacional de Borracha de 1913 no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

1914 — Brazil. (1:13 400 000) 13½ by 13¼ inches. E. C. Buley South Brazil, New York.

1914-a — Sketch map of Brazil (southern portion) showing) railways and waterways, (1:19 000 000) 4½ by 5 inches. E. C. Buley, South Brazil, New York, 1914. p. 96.

1914-b — A sketch map of lower Tocantins and Moju rivers, drawn by the author. (1:1 900 000) 4 by 7 inches. p. 94. In Algot Longe, The lower Amazon, New York and London.

Topographical and archaeological sketch of ilha Pacoval. (1:667) 3 by 7 inches. p. 308. In op. cit.

The Amazon delta and Marajó Island. 4½ by 5 inches. p. 342. In op. cit.

Sketch map of north-eastern Brazil, showing region explored by the author. (1:27 000 000) 4½ by 4½ inches. p. 444. In op. cit.

Map of the state of Pará..... (1:4 850 000) 11½ by 13 inches p. 460. In op. cit.

Sketch map of the Tocantins canoe journey, the author's route, June 1913. (1:325 000) 4 by 7 inches. p. 107. In op. cit.

1914-c — Mapa da zona litigiosa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. 1:400,000. 25 by 17½ inches. p. 10. In Questão de limites entre Espírito Santo e Minas Gerais, Memória do Estado de Minas Gerais pelo seu advogado Dr. F. Mendes Pimentel, II, Anexos, Belo Horizonte.

Reprodução parcial do mapa da capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas. J. J. Rocha,

1778. (1:3 200 00) 8 by 9 1/3 inches. p. 28. In. op. cit.

Reprodução parcial da planta geral da capitania de Minas Gerais (R. Schlicht Mannheim) 5 1/2 by 3 by 1/2 inches. p. 46. In. op. cit.

Cópia da parte da planta do rio Doce, José Joaquim da Rocha 1798, Vila Rica. 12 by 14 inches. p. 58. in. op. cit.

Parte do "Mapa da capitania de Minas Gerais desenhado em 1808 por L. M. S. Pinto". (1:1 400 000) 4 by 7 1/2 inches. p. 172. In. op. cit.

Reprodução da carta de uma parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, por F. Wagner, anexa ao relatório do Presidente Andrea, de 1844, para mostrar a utilidade de estradas projetadas. 8 by 6 inches. p. 178. In. op. cit.

Esboço de uma parte da zona em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. (1:500 000). 8 by 9 inches. p. 192. In. op. cit.

1914-d — Mapa do Estado da Bahia com itinerário das excursões feitas em 1912, pelo Dr. L. Zehntner, para o estudo das maníobas, demonstrando, aproximadamente, a distribuição geográfica das várias espécies, conforme os nossos conhecimentos no fim do referido ano. (1:3 200 000) 12 3/4 by 14 1/4 inches. Leo Zehntner. Estudo sobre as maníobas do Estado da Bahia, em relação ao problema das secas. Inspeção de Obras Contra as Secas, Publicação n.º 41, Série 1, A, Botânica, Rio de Janeiro.

1914-e — Carte générale de l'État de São Paulo dressée par la Commission Géographique et Géologique de l'État avec l'indication des lignes qui constituent le plan de voies ferrées d'après les études de l'ingénieur-conseil du Ministère de l'Agriculture, 1913... 1:1 806 172 23 by 14 1/2 inches. L'État de São Paulo (Brésil). Renseignements utiles, 3eme édition, Commissariat Général du Gouvernement de l'État de São Paulo, Bruxelles.

1914-f — Carta geológica da região litorânea do Estado do Ceará pelo engenheiro Horatio L. Small, junho de 1914, 1:1 000 000. 22 1/2 by 15 3/4 inches. Horatio L. Small, Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará, Inspeção de Obras Contra as Secas, Publicação n.º 3, Série I, D, Geologia, Rio de Janeiro.

1914-g — Mapa geológico do Estado de Sergipe e da parte nordeste da Bahia pelo engenheiro Ralph H. Soper. Geologia segundo as observações de R. H. Soper e do mapa de parte dos Estados de Sergipe e Alagoas por J. C. Branner, R. Crandall e H. E. Williams, Julho de 1914. 1:1 000 000 24 1/4 by 23 3/4 inches. Ralph H. Soper, Geologia e suprimento d'água subterrânea em Sergipe e no nordeste da Bahia, Inspeção de Obras Contra as Secas, Publicação n.º 34, Série I, D, Geologia, Rio de Janeiro.

1914-h — Esquema da carta do Brasil, mostrando o itinerário da expedição Roosevelt-Rondon, 1914. .... 1:1 500 000. 12 by 12 inches Theodore Roosevelt, Through the Brazilian wilderness, New York.

1914-i — Carta da região em que foi feito o levantamento magnético 1:2 000 000. 17 1/2 by 24 3/4 inches. Observatório Nacional do Rio de Janeiro, Levantamento magnético do vale do rio São Francisco, Bruxelles and Paris.

1914-j — Lageplan von Rio de Janeiro. 1:126 000. 5 by 4 3/4 inches. p. 193. In Wilhelm Sievers, Süd-und Mittelamerika, 3, Auflage, Leipzig and Wien.

Langeplan von Santos. 1:200 000. 3 1/2 by 2 3/4 inches. p. 195. In. op. cit.

1914-k — Die Amazonas-Waldgebiete, entworfen von Ludwig Koegel. 1:7 500 000 22 3/4 by 16 3/4 inches. Ludwig Koegel, Das Urwaldphänomen Amazoniens, Erlangen.

1914-l — Productions du Brésil. 6 by 6 1/4 inches. p. 232. In Onésime Reclus, Grande Géographie Bong Illustrée, Tome 5, Paris.

Réseau des Chemins de Fer du Brésil Méridional. 1:10 000 000 8 by 7 1/4 inches. p. 236. In. op. cit.

L'agriculture au São Paulo ..... 1:600 000 6 3/4 by 4 1/4 inches p. 239. In. op. cit.

Districts les plus peuplés du versant intérieur du Brésil avec le litoral adjacent. 1:5 000 000 7 3/4 by 6 inches. p. 240. In. op. cit

Rio et sa baie. Scale of former 1:150 000 Scale of latter 1:300 000. 4 by 9 1/2 inches. p. 241. In. op. cit.

Brésil et Guyanes. 1:8 500 000. 11 3/4 by 17 1/4 inches. In. op. cit

# Bibliografia estrangeira sobre o Brasil

## XII

[1904-1905]

### 1904 — DAHNE, Engênio

Descriptive memorial of the state of Rio Grande do Sul — Brazil. Organized by order of the President, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, for the International Exhibition at S. Luiz, 1904 — Pôrto Alegre, 1904. (Geology and mineralogy)

Memoria descritiva do Estado do Rio Grande do Sul — organizada por ordem do Presidente Borges de Medeiros, para a Exposição Internacional de São Luís. Trata de geologia e mineralogia.

### — DAWSON, Thomas C.

"The South American Republics". New-York e London, G. P. Putman's, 1904, 2 vols. in-8.º; Vol II: XV — 525 pp. grav. e maps.; Vol. II: XVI, 513 pp. grav. e maps.

### — DIEHL, Daniel

"An Bord und im Sattel". Farbige aus meinem Reisetagebuch-Lahr i B., Druck und Verlag von Moritz Schauenberg, 1904, in - 8.º, 499 pp.

"A bordo e na sela — Fôlhas coloridas do meu diário de viagem". O autor médico e jornalista alemão, reuniu neste livro as suas impressões de viagem na Ásia e na América, principalmente na parte chilena da Patagônia. As pp. 178-202 contêm a narrativa de uma excursão ao Amazonas, até Manaus, em fins do decênio de 1890.

### — DUMONT, A. Santos

My Airships. The Story my life. London, 1904 — in - 8.º

Meus navios aéreos. História da minha vida.

### — ECKERT, Christian

Deutsche Seefahrten nach sudamerika — Leipzig, 1904, in-8.º.

Viagens marítimas alemãs à América do Sul.

### — EHRENREICH, Dr. Paul

Die Ethnographic Südamerikas im Beginn des XX. Jahrhunderts unter besonderer berücksichtigung der Naturvölker — Archiv. für Anthropologie Neue Folge, vol. II — Braunschwig, 1904 — in-4.º.

Há uma tradução portuguesa de Capistrano de Abreu, publicada na Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo e no Almanaque Garnier.

A Etnografia da América do Sul no começo do século XX, especialmente dos povos indígenas.

### — FERRAZ, Luís

The Palma Gold — Deposit, Minas; Em: Braz. Mi. Review, tomo I, pp. 173-174 — Rio de Janeiro, 1904.

(Separata com o título: "Report on the auriferous deposits, of Palma, Minas Gerais, 8 pp. Rio de Janeiro, 1904).

(Depósitos auríferos no distrito de Palma, em Minas Gerais).

### — FRITZ, W.

Über Maganerzindustrie Brasiliens. em: Zeit. für Prakt Geol. Tomo XII, pp. 414-410. Berlin, 1904 — Sobre a indústria do manganês no Brasil.

### — GARMENDIA, José I.

Recuerdos de la Guerra del Paraguay. Campanã de Rio Grande — Buenos Aires, 1904. in - 8.º.

### — GODÓI, A. B. Barbosa de

História do Maranhão — Maranhão, 1904, 2 tomos em 1 vol. in-8.º

### — HENNINGS, Paul

Ibidem. Boletim do Museu Goeldi. vol. IV. pp. 407-414, Pará, 1904 (Trad. port. da precedente).

— **HELLMAYR, G. E.**

Über neue und weing bekaunte Fringilliden Brasiliens nebst Bemerkungen über nothwendige Aenderungen in der Nomenklatur einenger Arten — Ibidem, vol. 54, pp. 516-537 — Wien, 1904.

(Sôbre novas e pouco conhecidas Fringilidas brasileiras com anotações de algumas espécies).

— **HERMETO, Honório**

The Abaeté river, Minas — Brazilian Mining Review, tomo I, pp. 202-203; Rio de Janeiro, 1904.

— **HUSSAK, Eugênio**

Über einen neuen Chondritftall nahe Uberaba in Minas Gerais, über Nephrit von Baytinga in Bahia, und über Hamlinit aus diamant führenden

den Sanden von Diamantina, Minas Gerais — Anales des K. K. Natur. Hofs. tomo XIX, 85-95 — Wien 1904.

Sôbre um novo achado de chondrit perto de Uberaba, em Minas Gerais; sôbre nefrite de Baitinga em Bahia e sôbre Hamlinit nas areias diamantíferas de Diamantina, Minas Gerais.

— **HUSSAK, Eugênio**

Über das Vorkmen von Paladium und Platin in Brasilien — Sitzung der K. Akademie d. Wissenschaften, July 1904 — Wien.

(Sôbre a ocorrência de paládio e platina no Brasil).

— **IHERING, (Hermann von)**

Arqueologia comparativa do Brasil — Rev. do Museu Paulista, tomo VI, pp. 519-583 — São Paulo, 1904.



# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário dos decretos-leis baixados no mês de fevereiro de 1944

- Decreto-lei n.º 6 231, de 1 de fevereiro de 1944.**  
— Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 691, de 22 de julho de 1944.  
“Diário Oficial” de 3/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 232, de 1 de fevereiro de 1944.**  
— Revoga o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 473, de 11 de maio de 1943.  
“Diário Oficial” de 3/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 233, de 2 de fevereiro de 1944.**  
— Prorroga o prazo previsto no art. 159 do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1943.  
“Diário Oficial” de 4/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 234, de 2 de fevereiro de 1944.**  
— Concede subvenções a instituições assistenciais e culturais, correspondentes ao exercício de 1943, e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 4/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 235, de 2 de fevereiro de 1944.**  
— Transforma no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão O, de Diretor (I.Ec.A) no cargo isolado de provimento em comissão, padrão O, de Diretor do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas.  
“Diário Oficial” de 4/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 236, de 2 de fevereiro de 1944.**  
— Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 5 894, de 20 de outubro de 1944.  
“Diário Oficial” de 4/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 237, de 3 de fevereiro de 1944.**  
— Cria cargos de Procurador no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 5/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 238, de 3 de fevereiro de 1944.**  
— Dispõe sobre o registro, dos estrangeiros admitidos em caráter temporário e dá outras providências.  
“Diário Oficial” de 3/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 239, de 3 de fevereiro de 1944.**  
— Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.  
“Diário Oficial” de 5/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 240, de 3 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder a exploração do serviço de transporte coletivo do plano inclinado do outeiro da Glória.  
“Diário Oficial”, de 3/4/944.
- Decreto-lei n.º 6 241, de 4 de fevereiro de 1944.**  
— Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde.  
“Diário Oficial” de 7/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 242, de 4 de fevereiro de 1944.**  
— Concede pensões de meio soldo e de montepio do posto de coronel à viúva e em reversão à filha do major Alfredo dos Reis Príncipe.  
“Diário Oficial” de 7/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 243, de 4 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza a aquisição de terrenos em Salvador, Estado da Bahia.  
“Diário Oficial” de 7/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 244, de 4 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar a “Venerável Ordem Terceira da Imaculada Conceição” do pagamento do imposto que menciona.  
“Diário Oficial” de 7/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 245, de 4 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a vender em hasta pública a área de terreno que menciona.  
“Diário Oficial” de 7/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 246, de 5 de fevereiro de 1944.**  
— Modifica o sistema de cobrança da contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — (SENAI).  
“Diário Oficial”, de 8/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 247, de 5 de fevereiro de 1944.**  
— Contém disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário.  
“Diário Oficial”, de 8/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 248, de 7 de fevereiro de 1944.**  
— Dispõe sobre a gratificação de função na concessão de licença.  
“Diário Oficial” de 9/2/944.

- Decreto-lei n.º 6 249, de 7 de fevereiro de 1944.**  
— Estende a militares do Exército e da Marinha um dispositivo do Código de Vençimentos e Vantagens dos Militares da Aeronáutica (Decreto-lei n.º 4 162, de 9 de março de 1942).  
"Diário Oficial" de 9/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 250, de 7 de fevereiro de 1944.**  
— Estabelece normas para a execução do art. 4.º do Decreto-lei n.º 5 874, de 2 de outubro de 1943.  
"Diário Oficial" de 9/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 251, de 7 de fevereiro de 1944.**  
— Suprime cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.  
"Diário Oficial" de 9/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 252, de 8 de fevereiro de 1944.**  
— Extingue o imposto sobre carnes a que se refere o art. 25 do Decreto-lei n.º 2 740, de 4 de novembro de 1940.  
"Diário Oficial" de 10/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 253, de 8 de fevereiro de 1944.**  
— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 3 313 748,80 cruzetiros, para classificação de despesa proveniente de visita de personalidades ilustres.  
"Diário Oficial" de 10/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 254, de 9 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza a venda de filmes e publicações do Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura.  
"Diário Oficial" de 11/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 255, de 9 de fevereiro de 1944.**  
— Dispõe sobre a perfuração e o aparelhamento de poços a cargo da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 11/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 256, de 9 de fevereiro de 1944.**  
— Modifica o art. 6.º e respectivo parágrafos do Decreto-lei n.º 4 185, de 16 de março de 1942, que estabelece normas de contabilidade para os Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 11/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 257, de 10 de fevereiro de 1944.**  
— Concede uma pensão especial ao ex-soldado Antônio Francisco da Silva.  
"Diário Oficial" de 12/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 258, de 10 de fevereiro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8 311 412,10 para atender à restituição devida ao Estado do Ceará.  
"Diário Oficial" de 12/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 259, de 10 de fevereiro de 1944.**  
— Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 260 de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Aprova o contrato relativo ao prosseguimento do programa, de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública, a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 16/12/944.
- Decreto-lei n.º 6 261, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município Delfim Moreira, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 262, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma 2.ª coletoria federal no município de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 263, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 264, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município de D. Joaquim no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 265, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Carmo da Cachoeira no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 266, de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Astolfo Dutra, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 267 de 11 de fevereiro de 1944.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Andradina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.  
"Diário Oficial" de 14/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 268, de 14 de fevereiro de 1944.**  
— Cria o Depósito do Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira.  
"Diário Oficial" de 16/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 269, de 14 de fevereiro de 1944.**  
— Dispõe sobre a administração fiscal nos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, do Iguaçú e de Fernando de Noronha.  
"Diário Oficial" de 16/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 270, de 14 de fevereiro de 1944.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 290 735,70 para pagamento de indenizações decorrentes de requerimentos.  
"Diário Oficial" de 16/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 271, de 14 de fevereiro de 1944.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona.  
"Diário Oficial" de 16/2/944.
- Decreto-lei n.º 6 272, de 14 de fevereiro de 1944.**  
— Estende a todos os navios e embarcações arrolados, registrados ou inscritos no país, nos serviços de navegação marítima, fluvial lacustre, de portos e canais o disposto no art. 7.º do Decreto-lei n.º 3 832 de 18 de novembro de 1941.  
"Diário Oficial" de 16/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 273, de 14 de fevereiro de 1944**  
— Dispõe sobre a matéria do Decreto-lei n.º 5 545, de 14 de junho de 1943.

“Diário Oficial” de 16/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 274, de 14 de fevereiro de 1944**  
— Altera disposições do Decreto-lei n.º 5 393, de 19 de outubro de 1943.

“Diário Oficial” de 16/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 275, de 16 de fevereiro de 1944**  
— Cria na Prefeitura do Distrito Federal uma escola de enfermeiras e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 18/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 276, de 16 de fevereiro de 1944**  
— Amplia o limite de apólices do reajustamento econômico, para atender a compromissos assumidos para com a lavoura nacional e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 18/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 277, de 16 de fevereiro de 1944**  
— Autoriza a alienação de imóveis provenientes da herança jacente e constantes da relação anexa.

“Diário Oficial” de 18/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 278, de 16 de fevereiro de 1944**  
— Isenta do imposto de selo os atos de constituição da Companhia Nacional de Alcalis.

“Diário Oficial” de 17/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 279, de 17 de fevereiro de 1944**  
— Cria o 39.º Batalhão de Caçadores, com sede na 3.ª Região Militar.

“Diário Oficial” de 19/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 280, de 17 de fevereiro de 1944**  
— Dispõe sobre contribuições para o montepio militar.

“Diário Oficial” de 19/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 281, de 17 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 69 726,00 para pagamento de materiais fornecidos à Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

“Diário Oficial” de 19/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 282, de 17 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8 000 000,00 para pagamento da 4.ª prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A.

“Diário Oficial” de 19/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 283, de 17 de fevereiro de 1944**  
— Autoriza o ministro da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de Cr\$ 50 000 000,00 em moedas auxiliares e divisionárias e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 19/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 284, de 18 de fevereiro de 1944**  
— Concede pensão especial à genitora de Luís Calipede de Lacerda, vítima de acidente em serviço.

“Diário Oficial” de 23/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 285, de 18 de fevereiro de 1944**  
— Concede pensão especial à viúva de Valentim de Almeida, morto em ato de serviço.

“Diário Oficial” de 23/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 286, de 19 de fevereiro de 1944**  
— Autoriza nova prorrogação do prazo do contrato de exploração do serviço de Loteria Federal.

“Diário Oficial” de 24/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 287, de 19 de fevereiro de 1944**  
— Reduz interstício.

“Diário Oficial” de 24/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 288, de 23 de fevereiro de 1944**  
— Eleva a gratificação de função dos chefes de Secção do Fomento Agrícola que superintendem serviços articulados, mantidos sob regime de “acôrdo”, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 25/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 289, de 23 de fevereiro de 1944**  
— Modifica o art. III do Decreto-lei n.º 3 864 de 24/11/941 que estabelece para o pessoal das forças armadas as garantias que lhe são devidas e os deveres gerais a que está obrigado.

“Diário Oficial” de 25/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 290, de 24 de fevereiro de 1944**  
— Abre o Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1 259 000,00 para a ligação ferroviária Palmeira dos Índios-Colégio.

“Diário Oficial” de 26/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 291, de 24 de fevereiro de 1944**  
— Dispõe sobre a retribuição dos subsídios de ocupantes de cargo isolados extintos quando vagarem e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 26/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 292, de 24 de fevereiro de 1944**  
— Dispõe sobre as compras nas fontes de produção e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 26/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 293, de 25 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 20 000 000,00 para a Fábrica Nacional de Motores.

“Diário Oficial” de 25-2/944.

**Decreto-lei n.º 6 294, de 25 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 43 882 625,10 para liquidação de débitos da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina.

“Diário Oficial” de 28/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 295, de 25 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 66 460,80 para classificação de despesa.

“Diário Oficial” de 28/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 296, de 25 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 79 800,00 e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 28/2/944.

**Decreto-lei n.º 6 297, de 28 de fevereiro de 1944**  
— Altera a tabela do salário adicional para a indústria, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5 978, de 10 de novembro de 1943, e dá outras providências.

“Diário Oficial” de 1/3/944.

**Decreto-lei n.º 6 298, de 28 de fevereiro de 1944**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1 158 067,60, para pagamento de requisição de material.

“Diário Oficial” de 1/3/944.

**Decreto-lei n.º 6 299, de 29 de fevereiro de 1944**  
— Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

“Diário Oficial” de 6/3/944.

**Decreto-lei n.º 6 300, de 29 de fevereiro de 1944**  
— Promove ao posto de coronel e transfere para a reserva o tenente-coronel mais antigo do Corpo de Intendentes.

“Diário Oficial” de 2/3/944.

# Íntegra da Legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

**Decreto-lei n.º 6 322, de 7 de março de 1944**

*Modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 148, de 5-3-1942*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As Zonas Aéreas criadas pelo Decreto-lei n.º 4 148, de 5 de março de 1942, passam a ter as seguintes jurisdições:

1.ª Zona Aérea (Norte) — Estados do Amazonas, Pará e Maranhão e os Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé — Sede: — Belém.

2.ª Zona Aérea (Nordeste) — Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e o Território de Fernando de Noronha — Sede: Recife.

3.ª Zona Aérea (Centro Leste) — Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás e o Distrito Federal. — Sede Capital Federal.

4.ª Zona Aérea (Centro-Oeste) — Estados de São Paulo e Mato Grosso e o Território de Ponta Porã. — Sede: São Paulo.

5.ª Zona Aérea (Sul) — Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Território do Iguazu. — Sede: Pôrto Alegre.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Joaquim Pedro Salgado Filho.*

“Diário Oficial” de 9/3/1944.

★

**Decreto-lei n.º 6 328, de 9 de março de 1944**

*Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00, para lavra de jazida de carvão mineral no Rio Grande do Sul*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2 000 000,00), para atender, como auxílio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da exploração da jazida de carvão mineral na bacia do rio Negro, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Apolônio Sales.*

*A. de Sousa Costa.*

“Diário Oficial” de 11/3/1944.

★

**Decreto-lei n.º 6 343, de 14 de março de 1944**

*Dispõe sobre o tempo de serviço do pessoal extranumerário dos serviços meteorológicos transferidos para a União*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O pessoal extranumerário dos serviços meteorológicos transferidos para a União, por força do disposto no Decreto-lei n.º 3 742, de 23 de outubro de 1941, e que fôr admitido pelo Governo Federal, na forma do § 3.º do art. 2.º do mesmo decreto-lei, passará a contar, como federal, para todos os efeitos, o tempo de serviço estadual ou municipal.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Apolônio Sales.*

“Diário Oficial” de 16/3/1944.

★

## Decretos

**Decreto n.º 15 033, de 14 de março de 1944**

*Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Laboratório da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada, de conformidade com a relação anexa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Laboratório da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto, na importância de Cr\$ 19 800.00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros) anuais, correrá à conta da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, do Orçamento do Ministério da Agricultura para 1944.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1944, 123.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Apolônio Sales.

“Diário Oficial” de 16/3/1944.

★

**Decreto n.º 15 093, de 20 de março de 1944**

*Aprova o Plano Rodoviário Nacional e dá outras providências*

O Presidente da República, tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 467, de 31 de julho de 1937, e usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Plano Rodoviário Nacional, que com este baixa, elaborado pela Comissão constituída pelo ministro da Viação e Obras Públicas, em Portaria n.º 168, de 19 de fevereiro de 1942, sob a presidência do diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — À Comissão criada pelo Decreto n.º 12 747, de 30 de junho de 1943, competirá estudar e submeter à aprovação do Governo, o projeto de regulamentação necessária à execução do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 3.º — A regulamentação, a que se refere o artigo anterior, deverá estabelecer os princípios gerais da política administrativa rodoviária, relativamente ao financiamento, execução e fiscalização das construções e conservação dêsse Plano e as condições de prioridade; instituir a classificação das estradas de rodagem e fixar as normas e especificações técnicas que devem caracterizar as estradas, segundo a classe a que se subordinem.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
João de Mendonça Lima.

“Diário Oficial” de 23/3/1944.

★

**Decreto n.º 15 097, de 20 de março de 1944**

*Promulga o Convênio para o fomento do turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios entre o Brasil e o Paraguai, firmado no Rio de Janeiro a 10 de maio de 1943*

O Presidente da República, tendo ratificado a 28 de dezembro de 1943 o Convênio para o fomento do turismo e concessão de facilidade para a entrada nos respectivos territórios entre o Brasil e o Paraguai, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943; e

Havendo sido trocados os respectivos instrumentos de ratificação na cidade de Assunção, a 16 de fevereiro de 1944;

Decreta que o referido Convênio, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Oswaldo Aranha.

“Diário Oficial” de 22/3/1944.

★

**Decreto n.º 15 153, de 27 de março de 1944**

*Aprova projeto e orçamento de 28,5 quilômetros da rodovia “Central do Ceará”*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 2 195 199,00 (dois milhões cento e noventa e cinco mil cento e noventa e nove cruzeiros), que com este baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a construção em prosseguimento de uma extensão de 28,5 km da rodovia “Central do Ceará”, compreendidos no trecho Senador Pompeu - Pedra Branca.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
João de Mendonça Lima.

“Diário Oficial” de 29/3/1944.

★

Decreto n.º 15 154, de 27 de março de 1944

*Aprova projeto e orçamento de um trecho de 39,66 quilômetros da rodovia Caruaru-Campina Grande*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Artigo único — Ficam aprovados o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 4 048 000,00 (quatro milhões, quarenta e oito mil cruzeiros), sendo Cr\$ 2 493 000,00 de pessoal e Cr\$ ..... 1 155 000,00 de material, que com este baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orça-

mento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a construção de 39,66 km da rodovia Caruaru-Campina Grande, entre os km 42 e km 81, compreendendo trechos Gravatá - Bodocongô e Bodocongô - Queimadas, Estados de Pernambuco e Paraíba.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*João de Mendonça Lima.*

"Diário Oficial" de 29/3/1944.

★

## ATOS DIVERSOS

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho de Fiscalização das  
Exposições Artísticas e Científicas no Brasil

Parecer

*Resumo da ata da 364.ª sessão realizada no dia 5 de outubro de 1943, às 14 horas, em uma das salas do Colégio Bennet à rua Marquês de Abrantes, 55, sob a presidência do conselheiro Adozindo Magalhães de Oliveira*

Presentes os conselheiros Alberto Ruiz, Flexa Ribeiro, Renato Almeida e Berta Lutz, para examinar o material etnológico trazido pela expedicionária Maria Alice da F. Moura Pessoa, de sua expedição, licenciada, ao sul de Mato Grosso, e assistir à exibição de um filme a respeito. Após a reunião o Sr. presidente cumpriu a expedição, em nome do Conselho, pelo êxito de seus trabalhos, conforme demonstravam os objetivos e o filme que acabavam de examinar. Em seguida designou o conselheiro Flexa Ribeiro para fazer um relatório verbal sobre a fiscalização procedida pelo Conselho. Com a palavra o conselheiro Flexa Ribeiro faz algumas considerações sobre as artes dos indígenas brasileiros e conclui com palavras de incentivo e de louvor ao razoável resultado conseguido pela expedicionária Maria Alice da Fonseca Moura Pessoa, dadas as dificuldades com que contou. A respeito da expedicionária em apêço o conselheiro Renato Almeida informa o Conselho que, a seu pedido, D. Maria Alice teve a gentileza de lhe trazer um certo número de fichas relativas a danças e instrumentos sonoros das tribos que visitou, cujo valor para estudos e aculturação com o catolicismo, nas festas rituais, lhe parece digno de registro, embora faltem anotações musicais. A conselheira Berta Lutz refere-se, em seguida, ao material zoológico (batráquios) que D. Maria Alice teve a gentileza de remeter, a pedido seu, material interessante sob o ponto da distribuição geográfica das duas espécies recebidas. O Sr. presidente submete a votação o parecer verbal do conselheiro Flexa Ribeiro, que é aprovado unanimemente. Nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão lavrando eu, secretário a presente ata que faço publicar em resumo.

*Leunam de Azevedo Pena, Secretário. —*

"Diário Oficial" de 13/3/1944.

★

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

Exposição de Motivos

GS - 374 — Em 26 de fevereiro de 1944.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de restituir o expediente protocolado na Secretaria da Presidência da República, sob n.º 24 804 - 42. O Sindicato de Engenheiros e Construtores de Campo Grande, Mato Grosso, faz um apêlo a Vossa Excelência para que:

a) seja feita uma revisão geral das leis federais sobre terras, no que disser respeito ao Estado de Mato Grosso, com o intuito de facilitar ao máximo a legitimação de terras, até a área de 36 000 hectares, sem exigências especiais, salvo no caso de terras de fronteira; ainda neste caso, porém, que a área seja maior do que a atualmente permitida;

b) seja revogada a "lei estadual dos quinhentos hectares" e feita uma revisão da federal dos 10 000 hectares, para que esta última só tenha aplicação na faixa de fronteira, elevando-se a 20 000 hectares, ou mais, o limite no interior do Estado.

De acordo com a informação da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, a questão referente ao máximo de 500 hectares para a concessão ou transação independente de licença do Presidente da República já fora suscitada pelo senhor interventor federal naquele Estado. Em consequência, passaram a ser autorizadas as concessões superiores a 500 hectares, deferindo-se a venda de 500 hectares e o aforamento do excesso até determinado limite.

A Sub-Comissão Especial de Terras observou que, não proibindo o art. 35 do Decreto-lei n.º 1 202 que as vendas de terras devolutas excedam de 500 hectares, e já tendo Vossa Excelência autorizado a venda de áreas até 5 000 hectares, a medida ora pleiteada não tem cabimento. Cada caso deve ser estudado em espécie, inclusive no que se refere aos direitos de terceiros. Foi este o fim do citado art. 35 que reservou ao Presidente da República o poder de autorizar, nenhum motivo social indicando a sua revogação. Como se vê, não há proibição imposta às vendas, pelos Estados, de áreas de terra superiores a 500 hectares. O que o Decreto-lei n.º 1 202 exige é que, acima desse limite, haja autorização do Presidente da República, e essa autorização tem sido dada nos casos em que se justifica e pela forma indicada.

É possível que o limite deva ser elevado, como regra geral, para certas regiões do país, como, por exemplo, o Estado de Mato Grosso. Nunca, porém, até a área de 20 000 ou mais hectares, que o memorial pretende, uma vez que, de acôrdo com a Constituição, art. 155, nenhuma concessão de terras, de área superior a 10 000 hectares, pode ser feita sem autorização federal para cada caso. Quanto às terras de fronteira, é, também, constitucional, art. 165, a audiência do Conselho de Segurança Nacional. Para que sejam consideradas as peculiaridades locais, a matéria relativa à venda, à cessão e ao arrendamento de terras está sendo objeto de estudo juntamente com o projeto de reforma do Decreto-lei n.º 1 202.

Do ante-projeto resultante dos estudos já feitos por este Ministério, consta já o seguinte dispositivo, art. 35:

"Nenhuma concessão de terras de área superior a 5 000 hectares se fará sem autorização do Presidente da República.

Parágrafo único — Os Estados farão rever a legislação de terras vigente, submetendo, no prazo de seis meses, à aprovação do Presidente da República os projetos de decreto-lei correspondentes".

Com isto se atenderá, pelo menos em parte, àquilo que o memorial declara ser uma condição do desbravamento e do povoamento do sertão. Há, porém, no memorial outra reivindicação, se bem que apresentada, não sei se de propósito, sob uma forma bastante confusa: a que diz respeito à concessão de facilidade para a legitimação de terras, isto é, para a substituição dos títulos provisórios pelos definitivos de domínio.

Parece que o intuito do pedido é obter a remissão ou a faculdade de efetuar prestações em atraso, bem assim o reconhecimento do direito sobre os denominados "excessos de área". Parece-me que não é o interesse de humildes adquirentes ou posseiros que está em jôgo, mas os dos detentores, sem título hábil, de grandes extensões territoriais, que conseguiram mobilizar em seu favor, e sem muito propósito, o Sindicato de Engenheiros e Construtores. — São os motivos que me leva a propor o arquivamento. — Vossa Excelência, contudo, dignar-se-á de resolver como fôr mais acertado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito. — *Alexandre Marcondes Filho*. — Despacho: "Arquive-se. Em 8 de março de 1944. — G. VARGAS.

"Diário Oficial" de 30/3/1944.

★

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Instituto Nacional de Tecnologia

Portaria n.º 20, de 8 de março de 1944

O diretor do Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acôrdo com o que estabelece o art. 7.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 10 476, de 23 de setembro de 1942.

Resolve aprovar as seguintes instruções para o Curso de Formação de Metrologistas:

1. — Terá, o primeiro período, a duração de quatro meses, a partir de 15 de março.

2. — O segundo período, com igual duração do anterior, começará em 1 de agosto.

3. — Haverá, para cada disciplina, provas bimestrais escritas ou trabalhos práticos.

4. — A falta do grau bimestral, por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, equivale à nota zero.

5. — Somente poderão cursar o segundo período aquêles que obtiverem, no mínimo, média quarenta em cada disciplina, no período preparatório.

6. — A média, a que se refere o número anterior, entrará no cômputo final, que constituirá; a nota de aprovação do curso.

7. — Será considerado habilitado o aluno que obtiver, no mínimo, quarenta, na nota final de cada disciplina, e sessenta na média ponderada.

8. — A classificação dos candidatos será obtida pela média ponderada de suas notas finais, obedecendo aos seguintes pesos:

Matemática — 2 (dois).

Noções de física aplicada à metrologia — 1 (um).

Noções de desenho — 1 (um).

Prática de aferição de instrumentos de medida — 2 (dois).

Trabalhos práticos de oficina — 1 (um).

*Fonseca Costa*, diretor.

"Diário Oficial" 13/3/1944.



Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sobre a geografia do Brasil.

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## ESPIRITO SANTO

### Decreto-lei n.º 15 350

*Reorganiza o Departamento Estadual de Estatística e dá outras providências*

O Interventor Federal do Estado do Espírito Santo, nos termos do artigo 6.º, n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

#### CAPÍTULO I

##### *Da finalidade*

Art. 1.º — O Departamento Estadual de Estatística (D. E. E.), subordinado administrativamente ao chefe do Poder Executivo Estadual e tecnicamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I. B. G. E.), destina-se a levantar a estatística do Estado segundo o plano unitário da estatística nacional.

Art. 2.º — Para a consecução da sua finalidade o Departamento agirá junto aos informantes, ora diretamente, ora por intermédio de outros órgãos estaduais ou municipais de estatística, cujas informações centralizará e encaminhará aos órgãos federais competentes.

Art. 3.º — Ao D. E. E. compete:

a) lançar, ou fazer lançar pelos órgãos que lhe são tecnicamente subordinados, os inquéritos compreendidos no plano nacional de estatística;

b) lançar inquéritos especiais que desdobrem os do referido plano sem o prejudicar, a fim de atender as necessidades eventuais, civis e militares;

c) proceder à coleta, crítica e apuração desses inquéritos submetendo os resultados dos primeiros à aprovação dos órgãos federais competentes;

d) preparar quadros e gráficos, simples e claros, com os resultados das apurações de uns e outros;

e) interpretar êsses quadros e gráficos e comunicar a interpretação ao órgão administrativo a que interessar;

f) organizar e atualizar prontuários, indicadores, boletins e registros que facilitem qualquer das fases do processo estatístico ou a atividade pública ou particular;

g) colecionar a documentação fotográfica, cartográfica e bibliográfica existente sobre os aspectos físico, demográfico, econômico e social do Estado;

h) publicar anualmente o *Anuário Estatístico* ou a *Sinopse Estatística* do Estado do Espírito Santo, e periodicamente ou anualmente, os dados estatísticos ou subsidiários que convier;

i) prestar informações da sua alçada ao Governo do Estado, a órgãos administrativos e a particulares, sem prejuízo do serviço ou do interêsse público;

j) baixar instruções aos órgãos estatísticos que lhe são tecnicamente subordinados e evocar, quanto convier, inquéritos distribuídos aos mesmos;

l) promover a regularização de registros públicos, ou o seu ajustamento a fins estatísticos, e bem assim a observância do sistema métrico em todos os usos diretos ou indiretos ligados à administração;

m) responder, da parte do Estado, pelo cumprimento dos convênios de estatística que o mesmo celebrou, ou que vier a celebrar, com a União e com o Município.

#### CAPÍTULO II

##### *Da organização*

Art. 4.º — O D. E. E. compõe-se de 5 secções a saber:

a) 1.ª secção — Administração (SA);

b) 2.ª secção — Estatística Fisiodemográfica (SEF);

c) 3.ª secção — Estatística Económica (SEE);

d) 4.ª secção — Estatística Social, Cultural e Político-Administrativa (SECP);

e) 5.ª secção — Estatística Militar (SEM).

Art. 5.º — As secções terão seus encargos executados através de carteiras especializadas, cujo número e atribuições serão objeto de ato interno do diretor.

Parágrafo único — Ficam diretamente subordinadas ao diretor, além da carteira encarregada das Agências Municipais de Estatística, as seguintes dependências:

a) — cartografia;

b) — biblioteca;

c) — serviço mecânico Hollerith.

Art. 6.º — Os órgãos componentes do DEE funcionarão perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração e sob imediata orientação do diretor.

Art. 7.º — O DEE será dirigido por um diretor, padrão S.

Art. 8.º — O cargo de diretor será provido em comissão, mediante livre escolha do chefe do Poder Executivo, por pessoa de especialização e competência comprovada pela autoria de trabalhos de estatística, docência dessa matéria ou desempenho de funções públicas.

Art. 9.º — As secções referidas no art. 4.º dêste decreto-lei serão chefiadas por funcionários da carreira de estatístico designados pelo

diretor, com a gratificação de função mensal correspondente ao padrão F, ou mediante contrato, por pessoa de especialização e competência comprovada, indicada pelo órgão federal a que é tecnicamente subordinado o D.E.E.

### CAPÍTULO III

#### Da coordenação

Art. 10 — Todos os órgãos de estatística que existem, ou venham a existir, nas repartições públicas estaduais e municipais, sem prejuízo da sua sujeição administrativa, ficarão sob a subordinação técnica do Departamento Estadual de Estatística, com o qual se articularão obrigatoriamente.

§ 1.º — Nas repartições estaduais a manutenção ou criação de um órgão especializado de estatística dependerá da sua conveniência, a juízo do Governo do Estado, ouvido o diretor do Departamento Estadual de Estatística; nas prefeituras municipais existirá sempre esse órgão, com a estrutura definida em lei.

§ 2.º — Numa e noutra esfera administrativa, é vedado atribuir a esse órgão serviço estranho à sua especialização.

Art. 11 — Os dirigentes e chefes de órgãos estatísticos reunir-se-ão em Junta, de finalidade e composição estabelecida em lei.

Parágrafo único — O comparecimento às reuniões da Junta constituirá dever inerente ao cargo ou função de cada um dos seus membros.

Art. 12 — As repartições públicas não poderão lançar inquéritos paralelos aos do Departamento Estadual de Estatística, por cujo intermédio conduzirão também, os seus inquéritos especiais, salvo quando isso fôr impossível ou desaconselhável, a critério do chefe do Executivo estadual.

Art. 13 — A publicação de dados estatísticos condiciona-se ao interesse público e, se se tratar dos incluídos no plano nacional, depende da aprovação dos mesmos pelo órgão federal competente, a menos que, por entendimento com este, se faça com a reserva de serem sujeitos a retificação.

### CAPÍTULO IV

#### Da obrigatoriedade das informações

Art. 14 — Toda pessoa natural ou jurídica, mormente investida de funções públicas, é obrigada a prestar informações solicitadas pelo Departamento Estadual de Estatística, sob as penas cominadas em lei.

Parágrafo único — Quando se tratar de servidor público, a omissão das informações sujeita-o ainda, enquanto durar, à suspensão de vencimentos ou remuneração ou salário, que será imposta pelo superior hierárquico ao tomar conhecimento da falta, nos termos do art. 239 do Decreto-lei n.º 13 000, de 28 de outubro de 1941, se se tratar de servidor do Estado, ou nos do art. 233 do Decreto-lei n.º 13 870, de 28 de outubro de 1942, se fôr o mesmo servidor do Município.

Art. 15 — As informações prestadas ao Departamento Estadual de Estatística, diretamente ou por intermédio de outros órgãos, terão caráter confidencial, não podendo ser divulgadas de modo que as individualize ou identifique, nem constituir objeto de certidão ou fazer prova contra o informante, salvo quando inquinadas de falsidade.

Parágrafo único — Não se compreendem entre as confidenciais as informações destinadas expressamente a prontuários, indicadores

e registros individuais, uma vez que a sua divulgação não revele a situação financeira e patrimonial do informante.

### CAPÍTULO V

#### Das disposições finais

Art. 16 — A lotação do Departamento Estadual de Estatística será decretada oportunamente pelo Governo.

Parágrafo único — Além do pessoal do Quadro Permanente poderá haver pessoal extranumerário que fôr necessário à completa execução dos serviços a cargo do DEE, admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 17 — A fim de atender aos encargos decorrentes da criação da Secção de Estatística Militar, prevista no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março de 1942, ficam criados na carreira permanente de estatístico-auxiliar, três cargos da classe inicial, padrão H.

Parágrafo único — Os cargos ora criados serão providos a partir da data em que fôr aberto o crédito necessário ao seu custeio.

Art. 18 — Dentro de trinta dias contados da data da vigência deste decreto-lei, o diretor do DEE apresentará ao Governo o projeto de reforma do atual regimento do Departamento, incluindo capítulo especial sobre a obrigatoriedade de informações para fins estatísticos, nos termos do Decreto-lei federal n.º 4 081, de 16 de março de 1942, art. 5.º.

Art. 19 — Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 — Revogam-se as disposições em contrário.

Vitória, 14 de março de 1944. — *Jones dos Santos Neves*. — *Mário A. Freire*. — *Oswaldo C. Guimarães*.

(D. O. — 15-3-944).

★

#### Decreto n.º 15 320

*Marca a instalação da nova comarca de Baixo Guandu*

Art. 1.º — Fica marcado o dia 10 de março próximo vindouro para o ato da instalação, na forma da lei, da nova comarca de Baixo Guandu pelo respectivo juiz de direito, observadas as determinações contidas no art. 9.º da vigente organização judiciária (Decreto-lei n.º 11 666, de 2 de abril de 1940) e revogadas as disposições em contrário.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 29 de fevereiro de 1944. — *Jones dos Santos Neves*. — *Mário A. Freire*.

(D. O. — 1-3-944).

★

#### GOIÁS

Decreto-lei n.º 13, de 16 de março de 1944

*Estabelece nova numeração para os municípios goianos*

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

SÃO PAULO

Conselho Administrativo

Resolução n.º 185, de 1944

Art. 1.º — Os municípios do Estado de Goiás, enquanto vigorar a divisão administrativa e judiciária fixada pelo Decreto-lei n.º 8 305, de 31 de dezembro de 1943, terão a seguinte ordem numérica:

*Approva, com emenda, projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que dispõe sobre subordinação da Universidade de São Paulo àquela Interventoria*

O Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de fevereiro de 1944, adotou a seguinte Resolução:

— E' aprovado, com emenda e nos termos abaixo, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, remetido com o seu ofício n.º 1 757-44, a saber:

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n.º 158, de 1944, do Conselho Administrativo do Estado,

Decreta:

Art. 1.º — A Universidade de São Paulo, com todos os seus Institutos Universitários, é uma autarquia sob a tutela administrativa do Governo do Estado e sob o controle econômico-financeiro da Secretaria da Fazenda, no que diga respeito à tomada de contas e inspeção da contabilidade.

Parágrafo único — Fica mantida a atual situação dos estabelecimentos universitários dotados de personalidade jurídica e patrimônio próprio.

Art. 2.º — Na Reitoria da Universidade de São Paulo se processarão todos os atos administrativos da Universidade, Institutos Universitários e respectivas dependências, que antes eram processados pela Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.

§ 1.º — Passa para a alçada do reitor a prática de todos os atos administrativos da Universidade, que antes eram da competência do secretário de Estado, ou do diretor geral da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

§ 2.º — Compete ao secretário da Educação e Saúde Pública decidir os recursos interpostos em concursos para catedrático e livre docente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3.º — Os decretos-leis e decretos referentes à Universidade de São Paulo serão referendados pelo secretário da Educação.

Art. 4.º — Os feitos do orçamento do corrente ano para a Universidade de São Paulo, Institutos Universitários e suas dependências, serão processados na Reitoria da aludida Universidade. Nos orçamentos futuros as verbas se adaptarão ao regime de administração previsto neste decreto-lei.

Art. 5.º — Os cargos existentes na Universidade de São Paulo e nos Institutos que dela fazem parte continuam sendo criados e providos na forma da legislação em vigor, assegurada aos respectivos titulares a qualidade de funcionários públicos.

Parágrafo único — Os atuais professores e demais funcionários pertencentes à Universidade servirão com os mesmos títulos, independentemente de apostila.

- 1 — GOIANIA
- 2 — Anápolis
- 3 — Anicuns
- 4 — Araguacema
- 5 — Araguatins
- 6 — Arraias
- 7 — Baliza
- 8 — Buriti Alegre
- 9 — Calapônia
- 10 — Caldas Novas
- 11 — Catalão
- 12 — Cavalcante
- 13 — Corumbá
- 14 — Corumbinha
- 15 — Cristalina
- 16 — Dianópolis
- 17 — Formosa
- 18 — Goiandira
- 19 — Gotatuba
- 20 — Goiás
- 21 — Inhumas
- 22 — Ipameri
- 23 — Itaberaí
- 24 — Itacé
- 25 — Itumbiara
- 26 — Jaraguá
- 27 — Jataí
- 28 — Lusilândia
- 29 — Mataúna
- 30 — Mineiros
- 31 — Morrinhos
- 32 — Natividade
- 33 — Niquelândia
- 34 — Orizona
- 35 — Paraná
- 36 — Paraúna
- 37 — Pedro Afonso
- 38 — Peixe
- 39 — Piracanjuba
- 40 — Pirenópolis
- 41 — Pires do Rio
- 42 — Planaltina
- 43 — Pontalina
- 44 — Porto Nacional
- 45 — Posse
- 46 — Quirinópolis
- 47 — Rio Verde
- 48 — São Domingos
- 49 — Silvânia
- 50 — Sítio da Abadia
- 51 — Suçupara
- 52 — Taguatinga
- 53 — Tocantinópolis
- 54 — Trindade
- 55 — Uruaçu

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor no dia de sua publicação, revogados o Decreto-lei n.º 6 649, de 31 de outubro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 16 de março de 1944, 56.º da República. — *Dr. Pedro Ludovico Teixeira.* — *José Ludovico de Almeida.*

(D. O. — Goiás, 21-3-1944).

Art. 6.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1944. — *Godofredo T. da Silva Telles*, Presidente. — Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado, em 20 de fevereiro de 1944. — *Alvaro Martins Ferreira*, diretor geral.

(D. O. — 1-3-944).

★

## CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 353, de 1944

Em cumprimento ao Decreto-lei federal n.º 311, de 1938, em novembro de 1943, o Exmo. Sr. interventor federal submeteu à apreciação deste Conselho um projeto de decreto-lei fixando a nova divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar no quinquênio 1944-1948.

Submetido o projeto ao Plenário, este o aceitou com diversas emendas, algumas constantes do parecer da Comissão relatora, outras apresentadas em separado (fis. 116-120 e fis. 122-148), umas de simples redação e outras alterando a estrutura da proposição.

Feito isto e em obediência ao Decreto-lei federal n.º 5 901, de outubro de 1943, foi o projeto remetido ao Conselho Nacional de Geografia, que por sua vez o examinou e sugeriu numerosas emendas, passando-o ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e este, por último o submeteu, com seu parecer, ao Exmo. Sr. Presidente da República, de cuja aprovação depende a vigência da medida, nos termos do citado Decreto-lei n.º 5 901.

Julgando não dever adotar as emendas propostas pelo Conselho Nacional de Geografia, sem prévia audiência do Governo do Estado, que conhece o problema mais de perto, para este efeito determinou S. Excia. o Sr. Presidente da República, a volta do projeto à Interventoria Federal, que sobre elas se manifestou, rejeitando-as em parte, pelos motivos expostos no memorial de fis. 252-270.

E, como várias das emendas propostas pelo Conselho Nacional de Geografia são contrárias a outras apresentadas e aprovadas por este Conselho, enviou-nos o Sr. Interventor Federal o projeto, para que também nós emitíssemos parecer a respeito.

☆

Aprovado um projeto por este Conselho e expedida a respectiva Resolução, para nós o assunto está definitivamente encerrado, não comportando nova apreciação se outro novo projeto não nos for enviado.

Tal tem sido a norma invariavelmente seguida desde a instalação deste Conselho e, fiel a este princípio a Comissão signatária deste parecer abstém-se de examinar outra vez a proposição, limitando-se tão somente a considerar as modificações aqui introduzidas no projeto e as objeções que lhes dizem respeito, feitas pelo Conselho Nacional de Geografia e pela Comissão elaboradora e revisora do projeto.

☆

A emenda n.º 1 é, em que pese a opinião em contrário da Comissão revisora manifestamente necessária e sem nada de redundante.

O art. 3.º de projeto, a que a emenda se refere, determina precisamente o número de comarcas, municípios e distritos compreendidos pela nova divisão e, desde que esse número

é aumentado ou diminuído, parece imprescindível consignar no dispositivo a modificação feita, para que ele não discrepe do conjunto da proposição.

Deve, por esses fundamentos, ser mantida.

A emenda n.º 2 diz respeito ao município de Santo André, cuja extinção, prevista no projeto, este Conselho não aprovou, mantendo o *statu quo*.

Há, em torno desta emenda, duas opiniões divergentes.

A Comissão revisora opinou, agora, pela conservação do município de Santo André, compreendendo o distrito da sede, com suas zonas e o de Mauá; e pela criação dos municípios de São Bernardo, composto de um único distrito, e de Ribeirão Pires, integrado pelo distrito da sede e pelo de Paranaapiacaba.

E, por seu turno o Conselho Nacional de Geografia manifestou-se favorável à criação do município de São Bernardo, compreendendo, tão só, o distrito da sede, mas contrária à criação do de Ribeirão Pires, que assim, deverá ser mantido como distrito de Santo André, juntamente com Paranaapiacaba.

O projeto previa, a princípio a criação dos municípios de Ribeirão Pires, incluindo o distrito de Paranaapiacaba, município de São Bernardo, com um só distrito, o da sede e, ainda, a incorporação do remanescente do município de Santo André, que seria extinto, ao município da capital.

Justificando essa providência alegava a Comissão elaboradora do projeto a proximidade de Santo André à capital, "à qual se acha praticamente ligado, constituindo um subúrbio"; e "dispor a capital de maiores recursos para a urbanização de Santo André".

"Quanto à criação do município de Ribeirão Pires — diz a Comissão — também se justifica por preencher aquele distrito os requisitos para elevação a essa categoria. Com sua criação fica atendida a representação encaminhada por seus habitantes".

Nada diz, porém, em abono da criação do município de São Bernardo.

Este Conselho foi contrário à extinção do município de Santo André e sua anexação ao da capital, à vista de farta documentação trazida ao nosso exame (fis. 171-183) que nos convenceu da inoportunidade e da inconveniência da medida, prejudicial, a nosso ver aos legítimos interesses de sua laboriosa população.

E os novos documentos, encaminhados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (apenso n.º VI), vieram reforçar nosso ponto de vista como tiveram, também, a virtude de modificar parcialmente, o ponto de vista da Comissão revisora, que já agora é pela conservação do município, embora grandemente desmembrado.

Através de dados estatísticos precisos e claros ficou demonstrado, sem possibilidade de refutação, o vertiginoso desenvolvimento de Santo André nos últimos anos, bastando considerar que a arrecadação do município, que foi de Cr\$ 3 256 314,10 em 1938, acusou, em 1943 Cr\$ 7 851 303,30, e está prevista em Cr\$ ..... 9 124 000,00 no corrente exercício. De 1939 a 1943, a arrecadação tem sempre excedido à previsão, acusando os saldos de Cr\$ 610 714,10 em 1939, Cr\$ 780 557,10 em 1940, Cr\$ 1 502 441,80 em 1941, Cr\$ 632 169,80 em 1942 e Cr\$ 1 751 303,30 no último exercício cumprido.

O número de prédios tributados passou de 11 137, em 1938, para 16 843 em 1943, correspondendo o aumento a uma média diária de 3,20 prédio, cabendo 2,84 ao distrito de Santo André, 0,22 a São Bernardo, 0,07 a Ribeirão Pires, 0,06

a Mauá e 0,01 a Paranapiacaba. O mesmo crescendo se vem observando quanto ao número de habitantes, que acusava 90 726 em 1940 e em 1943 já era superior a 100 000; com considerável preponderância no distrito da sede, que contribuiu, êle só, de 1939 a 1942, com cerca de 86,12% da receita arrecadada, tocando a São Bernardo 8,27%, 3,31% a Ribeirão Pires, 1,62% a Mauá e 0,68% a Paranapiacaba.

Um dos gráficos existentes no aludido apenso dá bêm uma idéia do fenômeno da concentração da população no distrito da sede, com o elevado coeficiente, em 1940, de 877 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto êsse coeficiente descia para 26 em São Bernardo, 35 em Ribeirão Pires, 63 em Mauá e 61 em Paranapiacaba.

Esses elementos levam à convicção de que a existência da autonomia de Santo André tem sido altamente benéfica à sua população, bem como ao Estado e à União, cujas rendas cresceram na proporção do desenvolvimento do município.

Isso sem considerar, também, a sua tradição histórica.

O simples fato de achar-se Santo André muito próximo desta capital não basta, por si só, para autorizar a pretendida incorporação.

Cumprer notar, também, que, efetivamente Santo André só confina em sua segunda zona, com um dos bairros desta capital — precisamente com o de Vila Bela — um dos menos favorecidos em matéria de serviços urbanos, existindo, porém, entre Santo André e o bairro do Sacomã, que em todos os demais sentidos é o que lhe fica mais próximo, uma faixa de cerca de três quilômetros completamente desabitada, de aspecto inteiramente rural.

Esses os motivos que nos levaram a votar contrariamente à supressão do município de Santo André.

Por outro lado, fomos também contrários à criação do município de Ribeirão Pires, considerando que tal providência, ao invés de beneficiar-lhe a população, e à do distrito de Paranapiacaba, viria prejudicá-las.

Nossa convicção está, agora, mais robustecida pelo exame da mesma documentação estatística.

Enquanto o distrito da sede, nos exercícios de 1940 a 1942, representando 86,12% da arrecadação total do município, manteve em equilíbrio acentuadíssimo sua execução orçamentária, com uma despesa média que não excedeu a 83,94%, Ribeirão Pires e Paranapiacaba apresentaram índices de um desequilíbrio acentuado. Assim é que, sobre a arrecadação média do município, nesse período, a contribuição de Ribeirão Pires foi 1,62%, contra uma despesa de 2,11%, e a de Paranapiacaba de 0,68% contra 1,32%. (Apenso VI).

Neste particular o gráfico — “Como se processou, no último triênio, a execução orçamentária dos distritos de Santo André” — esclarece que o equilíbrio orçamentário desses distritos se processou graças à maior e crescente capacidade de receita do distrito da sede. Aliás, não é sem razão que consta da aludida representação: “Examinando-se os gráficos, que ilustram o processo, ver-se-á, claro, que os índices de crescimento de Santo André não são uniformes nos diversos distritos.

Preponderam os da sede do município, o centro irradiador da administração e centralizador de todos os esforços municipais. O que se observa, cada vez mais, é um movimento de

expansão, de Santo André para os distritos, visando alcançá-los e fundi-los e, nunca, a expansão dos distritos em sentido contrário”. (Apenso VI — fls. 4).

É óbvio que se diluídos, como demonstrado ficou, na administração do município, valendo-se de sua máquina administrativa, os distritos em apêço jamais conseguiram equilibrar suas possibilidades de receita e despesa, menos poderão fazê-lo, quando constituindo unidade autônoma.

Aliás, os demais índices relativos à vida desses distritos não lhes garantem, de futuro, situação mais próspera. As curvas indicativas das arrecadações dos principais tributos — Impôsto de Indústrias e Profissões — Impôsto Predial e Impôsto Territorial Urbano — nos exercícios de 1940 e 1942 (Apenso — gráficos G-J K e L) são expressivas nesse particular.

Essas arrecadações não apresentam variações favoráveis à autonomia dos distritos, observando-se o mesmo em relação aos demais elementos indispensáveis à vida de um município.

Há ainda a considerar os encargos que advirão de sua administração autônoma, sendo certo que em sua área, de 212 quilômetros quadrados, de topografia movimentada, há cerca de 19,5% das estradas municipais a serem conservadas, cabendo a São Bernardo 53%, dos 440 quilômetros que constituem a extensão total de estradas no município.

Quer nos parecer que, nessas condições, a nova unidade não se constituiria estável do ponto de vista de poder gerir seus negócios proveitosamente.

E, por último, cumpre notar que Ribeirão Pires fica a oito e meio quilômetros apenas de Santo André, ligado a esta por magnífica estrada de ferro, com numerosos trens diários, e também por boas estradas de rodagem, sendo, consequentemente, facilíma e cômoda a ligação entre ambas as localidades.

Eis porque, sem nos alongarmos em outras considerações de ordem social e econômica, julgamos que a manutenção de Ribeirão Pires e Paranapiacaba como distritos de Santo André melhor consulta os interesses locais.

☆

No tocante a São Bernardo, não obstante a Comissão elaboradora e revisora do projeto silencie, agora, a respeito de sua elevação a município e sobre as razões que induzem a essa deliberação, não vemos porque não se devam apreciar os elementos constantes do processo, para julgar aceitável sua elevação a município, no que estão acordes a Comissão revisora e o Conselho Nacional de Geografia.

Além disso, convenhamos que constitui, efetivamente, ato de justiça o restabelecimento do antigo município de que proveio o atual Santo André, se idêntico critério prevaleceu com relação a outras unidades desaparecidas na revisão administrativa anterior.

Deve-se ainda considerar que, pela própria documentação estatística a que já nos referimos, os índices de vitalidade desse distrito são de natureza a poder-se recomendar sua autonomia.

Santo André e São Bernardo, pois, ambos próximos da capital, representam importantes núcleos de população urbana, com capacidade de produção e trabalho bastantes para acelerar suas fontes de riqueza e seus serviços públicos, não havendo, por isso, razão de serem absorvidos pelos municípios vizinhos na atual emergência.

☆

Pelos motivos expostos, concordamos com a retirada parcial da aludida emenda n.º 2, para o efeito de:

a) ser mantido o atual município de Santo André compreendendo os distritos da sede, com suas duas zonas, o de Ribeirão Pires, e o de Mauá e o de Paranaipacaba; e

b) ser criado, com o território do atual distrito de São Bernardo, o município do mesmo nome.

Concordamos, outrossim, com a retirada da parte final dessa mesma emenda, referente à criação de 3.ª zona distrital de Santo André, considerando que essa providência, embora não seja estranha à matéria do projeto como quer a Comissão revisora, poderá ser tomada pelo Governo do Estado em lei especial, porquanto está plenamente justificada.

☆

A emenda n.º 3, relativa à criação da comarca de Quatá, foi aceita pela Interventoria Federal e pelo Conselho Nacional de Geografia.

☆

Pela emenda n.º 4, este Conselho suprimiu a comarca de Campos do Jordão, que o projeto criava, devolvendo o respectivo território à situação anterior.

A exposição de motivos apresentada em Plenário pelo Comissão relatora justifica perfeitamente bem a decisão afinal adotada pela Casa, parecendo-nos que para sustentá-la bastará reproduzir aqui aqueles mesmos argumentos:

Em relevantes e irretorquíveis razões se apóia a presente emenda que visa manter o *statu quo* na comarca de São Bento do Sapucaí.

Quem conhece a situação desses dois municípios, o seu índice demográfico e econômico, não pode deixar de reconhecer que, se em São Bento e Campos do Jordão, conjuntamente considerados, mal existem elementos objetivos capazes de justificar a existência de uma única unidade judiciária, absurdo é pretender-se o desmembramento proposto.

A comarca de São Bento do Sapucaí, criada logo no início do período republicano, pelo Decreto n.º 64, de 30 de junho de 1890, abrange atualmente dois municípios, o de São Bento, existente desde a Lei n.º 23, de 16 de abril de 1858, e o de Campos do Jordão, criada pelo Decreto n.º 6 501, de 1934, isto é, há menos de dez anos.

O projeto, ora em discussão, ao mesmo tempo que transfere para o município de São Bento o distrito de Santo Antônio do Pinhal — que sempre lhe pertenceu, e cuja volta constituiu permanente aspiração de toda a população local — erige o município de Campos do Jordão em comarca, abrangendo esta exclusivamente as terras do município.

Compreende-se e impõe-se o desmembramento de uma comarca quando dela se constituem fortes núcleos econômico-demográficos, dotados de vida autônoma, intensa e extensa, maximé quando separados da sede do fóro por distâncias difícil e penosamente vencidas. Quem poderia, por exemplo, contestar a necessidade da criação de comarcas como as de Tanabi, Promissão ou Lucélia, com a riqueza de seu comércio e de sua agricultura, e tendo-se em vista a sua situação geográfica?

Dá-se com os municípios e as comarcas dos países novos, como é o nosso, um natural fenômeno de cissiparidade. Os vilarejos tornam-se distritos e, estuando de vida própria, tendem a se separar do município, em que se integram. Os municípios por sua vez crescem paralela-

mente e se elevam à categoria de comarca, desligando-se judiciariamente de outros municípios de que outrora foram parte como distritos... Mas esse desdobramento progressivo não deve obedecer senão a forças internas de progresso objetivamente verificáveis. É a densidade de população. É a riqueza econômica. É a situação geográfica excepcional dos centros de vias férreas e rodoviárias. É sempre um complexo de fatores, de dados de fato, que provoca necessariamente a consagração da autonomia administrativa e judiciária. Em casos excepcionais, quando núcleos urbanos, embora pequenos, surgem ilhados em zonas pouco habitadas e sem meios fáceis de acesso, representando linhas avançadas deste inevitável e grandioso avanço demográfico para o oeste, então a lei antecipa e acelera o processo evolutivo natural: torna município o que alhures seria distrito; erige em comarca regiões que, em confronto de outras de povoação antiga, não apresentariam ainda condições justificadas no concernente do volume da população e da riqueza. A justificação resulta, porém, da conjuntura histórico-geográfica especial, que o legislador avalia com prudência, interferindo no processo natural de formação das unidades administrativas e judiciárias.

Dar-se-á, por ventura, tal fenômeno na comarca de São Bento do Sapucaí?

Podemos responder, sem receio de contestação desapaixonada, que não, pois a comarca de São Bento, com os seus dois atuais municípios é que menor movimento forense apresenta em todo o Estado.

Deixemos que falem as estatísticas na imparcialidade de seus dados e falemos em imparcialidade de dados estatísticos porque não há neste caso, coeficiente deturpador de interpretação.

Examinando, por exemplo, o *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, relativo ao ano de 1939, podemos verificar quão diminuto foi o movimento nos tabelionatos da comarca de São São Bento, e, especialmente, no município de Campos do Jordão.

Nesse ano foram lavradas, em toda a comarca, tão somente 214 escrituras de compra e venda, de empréstimo com hipotecas, etc., com um valor global de menos de Cr\$ 900 000,00. Das 214 escrituras lavradas, 142 se verificaram nas notas dos tabelionatos da sede da comarca, cabendo apenas 48 a Campos do Jordão e 24 ao distrito de Santo Antônio do Pinhal, distrito este que torna a pertencer ao município de São Bento.

O mesmo *Anuário* na parte relativa ao movimento forense na comarca de São Bento, nos mostra que houve a propositura de apenas uma ação ordinária, três ações sumárias, 112 executivas, uma de divisão, 4 de acidentes do trabalho, 4 ações diversas e 4 processos preparatórios. É uma comarca com esse movimento que se pretende desmembrar!

Essa situação não se alterou substancialmente de 1939 para cá, conforme se pode verificar pela mais recente estatística relativa ao movimento forense da comarca.

Com efeito compulsando-se os dados estatísticos do movimento forense das comarcas do interior do Estado, durante o ano de 1942, publicados pela Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, verifica-se que a comarca de São Bento do Sapucaí ocupa o 92.º lugar dentre as 125 comarcas atualmente existentes.

É por conseguinte, das menores do Estado, apresentando um coeficiente de 6,81, que é dos últimos verificados na série decrescente.

Se recorrermos às estatísticas policiais, verificaremos ainda que o número e a natureza dos delitos não justificam o desmembramento pretendido. Pela estatística criminal do Estado

de São Paulo, relativa ao ano de 1941, sabemos, que tanto em São Bento como em Campos do Jordão, houve a ocorrência dos seguintes crimes: 2 homicídios, 17 lesões leves, 2 lesões graves, 1 abrigado, 9 furtos e 3 roubos. Não nos parece que o Juízo Criminal da comarca esteja precisando de auxiliar, para julgar com serenidade e justiça os infratores da lei penal.

Sendo assim, justifica-se plenamente o *status quo* com relação a essa comarca, nada justificando, por outro lado, a mudança de sua sede para Campos do Jordão.

Campos do Jordão é uma estância sanitária de população flutuante, mais de hóspedes do que de moradores. A maior parte de seus escassos 4 000 habitantes é formada de pessoas que procuraram essas magníficas montanhas para recuperar a saúde perdida, para repouso.

A demonstração dessa afirmativa está no fato de se haver verificado, até outubro do corrente ano, na Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, mais de 180 óbitos, tendo sido abertos, entretanto, apenas 3 arrolamentos, sinal de que os falecidos possuíam suas residências e centros de negócios alhures.

Nem é demais notar que a ligação entre São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão se faz por boa estrada de rodagem, estando o Governo do Estado empenhado na abertura de um novo ramal que já foi locado e que não exigirá grandes despesas. Mesmo hoje, porém, a ligação entre os dois municípios se faz em cerca de uma hora.

Não é demais ponderar que Campos do Jordão não deve perder seu caráter de estância sanitária, não sendo o lugar mais indicado para sede de atividades forenses que exigem permanente contacto entre os interessados e intenso manuseio de autos e papéis.

Finalmente, com a transferência do distrito de Santo Antônio do Pinhal, para o município de São Bento do Sapucaí, como é proposto pela Comissão, o município de Campos do Jordão ficaria com uma população de cerca de 11 a 12 mil habitantes, o que não pode implicar absolutamente na fundação de uma nova comarca".

Contra os argumentos já aduzidos pelo Conselho Administrativo nada se alega de plausível. Ao contrário, é a própria Comissão revisora que expressamente reconhece ser a comarca de São Bento do Sapucaí, que se pretende desmembrar, "fraca e sem movimento". O único motivo que se invoca é o da "comodidade dos habitantes de Campos do Jordão". Ora, o critério da comodidade não é suficiente para determinar a criação e manutenção de uma comarca, que implica em grandes e imediatas despesas para o Estado. Se prevalecesse critério tão unilateral para justificar a constituição de novas comarcas, todos os municípios poderiam pretender ser sede de unidade judiciária, pois é sempre incômoda a locomoção de uma cidade para outra, a fim de comparecer a juízo. Entretanto, em São Paulo, a produção dos municípios para as comarcas é de 3 para 1, sinal de que a maior parte dos municípios paulistas é obrigada a deixar sua cidade para serviços forenses. Quem conhece nosso Estado sabe que, comparativamente a Campos do Jordão e São Bento, é bem maior a distância existente entre outros municípios, de bem maior vida econômica, e as respectivas sedes de comarca. A ligação entre São Bento e Campos do Jordão se faz por estrada de rodagem estadual, em menos de 1 hora, sendo certo que já se encontra locada pelo Estado uma variante que encurtará de muito esse percurso pondo, aliás, em ligação direta o sul de Minas com o norte paulista.

O invocado critério da "comodidade" seria, por outro lado cabível, se Campos do Jordão apresentasse um índice promissor de desenvol-

vimento no setor jurídico. Na realidade, a comarca seria criada para comodidade de um número reduzidíssimo de pessoas. Há, neste ponto, dados estatísticos que não podem ser postos em dúvida. Basta traçar, à vista das certidões ora juntas ao processo, passadas pelo escrivão de Paz e tabelião de Campos do Jordão, e pelos dois serventuários dos Offícios de Tabelião de Notas e Anexos de São Bento do Sapucaí, o seguinte quadro:

Óbitos registrados em Campos do Jordão em 1943 .....	327
Total de inventários e arrolamentos processados na comarca, inclusive Campos do Jordão, em 1943 .....	23
Inventários processados em 1943, relativamente a bens situados em Campos do Jordão .....	1
Arrolamentos nas mesmas condições .....	1

Cremos que esses dados indiscutíveis esclarecem perfeitamente a situação, mostrando ser impossível a criação de uma comarca para atender à realização de um arrolamento, e um inventário de Cr\$ 30 000,00.

Esses dados confirmam, outrossim, que a maior parte da população de Campos do Jordão é de veranistas ou de doentes, não é estável, não tem raízes nessa localidade possuindo alhures seu domicílio, pois sendo o fóro do domicílio do *de cuius* o competente para o inventário, (art. 135 do Código de Processo Civil) se explica o fato de terem sido registrados, durante um ano, 327 óbitos, com o processo de apenas um pequeno inventário e um arrolamento.

Quanto à renda da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, no total de Cr\$ 1 250 000,00, cumpre esclarecer que Cr\$ 700 000,00, representam subvenção anual do Estado, o que também caracteriza a natureza especialíssima dessa admirável instância climatérica.

★

As emendas 5, 6 e 7, relativas às divisões do distrito de Tobiaras e às denominações do município de São Luis do Paraitinga e do distrito de Osvaldo Cruz, respectivamente, foram aceitas pela Comissão revisora e pelo Conselho Nacional de Geografia.

★

A emenda n.º 8, referente à nova denominação do município de Redenção, está prejudicada, uma vez que aquela denominação foi mantida, com um acréscimo destinado a distingui-lo de outro município homônimo. Assim se chamará "Redenção da Serra".

Não será demais, porém, frisar que este Conselho sempre se manifestou favorável à conservação das antigas denominações dos municípios, em geral ligados a fatos tradicionais ou a acidentes geográficos.

Somos pela manutenção da emenda n.º 9, pela qual suprimimos o município de Óleo e criamos o de Manduri, compreendendo o território daquele e bem assim o distrito de Batista Batuelo.

O Conselho Nacional de Geografia manifestou-se em parte conforme a essa nossa sugestão, propondo a criação do município de Manduri, tão só com o território do atual distrito homônimo.

Parece-nos que a solução que mais convém às populações interessadas é ainda a alvitrada por este Conselho.

Manduri é uma florescente localidade, situada às margens das linhas da Sorocabana, que apresenta índices de constante e acentuado

desenvolvimento, o que não sucede com a cidade de Óleo, rectuada da estrada de ferro, vem tendo, talvez por esse mesmo motivo, seu progresso entravado.

O novo município, com a estrutura por nós proposta, será uma unidade economicamente forte, com amplas possibilidades para fomentar as riquezas de toda a zona por elle abrangida, beneficiando, sem dúvida, toda a sua população.

☆

A emenda n.º 10, pertinente às divisas do distrito de Narandiba, não sofreu nenhuma objecção.

☆

Com a emenda n.º 11, conservamos as antigas divisas do município de Guaratinguetá, que, com a criação do distrito de Roseira, o projeto modificará, na parte confinante com o município de Aparecida.

E essa manutenção está plenamente justificada.

A Comissão elaboradora do projeto assim agiu atendendo-se ao critério da menor distância e da maior comodidade da população.

Mas, no caso em foco, tal critério é puramente illusório.

De fato, o território transferido para o município de Aparecida, desmembrado do de Guaratinguetá, é mais próximo da sede daquelle, porém, está separado dela pelo rio Paraíba e sem meios fáceis de acesso. A única via de comunicação utilizável durante todo o ano — uma ponte — fica nas proximidades da cidade de Guaratinguetá.

Sendo assim, se o projeto fôsse conservado tal como nos veio, longe de beneficiar a população interessada, como pretenderam seus autores, iriamos prejudicá-la, e bastante, obrigando-a, para a prática dos muitos atos imprescindíveis à vida civil de qualquer cidadão, a longas e dispensáveis caminhadas, sem nenhuma vantagem compensatória.

A Comissão alega, no citado memorial, impugnando a emenda em apêço, que a legislação estadual impossibilita a criação do distrito com observância das antigas divisas.

Se esse fôr o caso, melhor será não criar-se o distrito de Roseira, medida certamente destinada a favorecer seus habitantes, mas que a ser posta em prática nos moldes constantes do projeto, irá ter no extremo oposto.

☆

Por força da emenda n.º 12, suprimiu-se o município de Elias Fausto, criado pelo projeto, com território desmembrado dos municípios de Monte Mor, Capivari e Salto.

Concordamos com a retirada desta emenda, em face dos novos elementos informativos proporcionados pela Comissão revisora, no referido memorial, que esclareceram completamente a questão.

Essa medida virá, como agora ficou cabalmente demonstrado, minorar aos moradores de Elias Fausto as dificuldades de ligação com a actual sede de Monte Mor. Ficou, além disso, patente que o distrito de hoje tem renda, população, prédios e território suficientes, não havendo, conseqüentemente, óbice de ordem legal à projectada criação.

☆

Do mesmo modo, somos pela retirada da emenda n.º 13, que transferiu da comarca de Santa Adélia para a de Novo Horizonte o município de Itajobi.

Os argumentos alinhados pela Comissão revisora nos convenceram de que realmente será melhor conservar mais próxima que a de Novo Horizonte, com maior facilidade de comunicação.

“A comarca de Santa Adélia — segundo a Comissão revisora esclareceu agora — já é fraca, o que não acontece com a de Novo Horizonte. Além disso, as comunicações de Itajobi se fazem mais facilmente com Santa Adélia, motivo pelo qual Itajobi deverá ficar onde está. A não ser assim, a comarca de Santa Adélia praticamente desaparecerá”.

As emendas 14 e 15 foram impugnadas pela Comissão revisora sob a alegação de versarem “assunto estranho ao projeto”.

A primeira dessas emendas confere aos officiaes dos registos de imóveis de comarcas que soffrem desmembramento para formação de outras comarcas a faculdade de optar “peio novo officio a ser criado”, e. aos officiaes dos registos civis de distritos que forem elevados a sede de município, o direito de opção por um dos tabelanatos que, por força da nova divisão, serão criados.

E a última classifica em primeira entrância as novas comarcas, além de corrigir a redacção do art. 4.º da proposição.

Itajobi na comarca de Santa Adélia, cuja sede se lhe fica como diz a Comissão revisora, estranho ao projeto, que, a par da divisão administrativa do território do Estado, cuida também da divisão judiciária.

Ora, a matéria versada nas duas referidas emendas está intimamente ligada à divisão judiciária e são, ambas, convenientes e necessárias.

Uma visa prevenir os interesses de muitos officiaes de registo de imóveis e de registo civil, evitando-lhes prejuizo certo, decorrente do desmembramento de suas actuaes comarcas ou da elevação de seus actuaes distritos à categoria de município. E sendo essa situação uma decorréncia natural de execução do projeto, é natural, também, que nelle mesmo se procure resolvê-la.

A classificação das novas comarcas é, igualmente, além de perfeitamente cabivel na proposição, providência imprescindível à adoção de ultiores medidas, que a execução da lei requererá, como seja a nomeação dos respectivos Juizes de Direito e promotores públicos, coisa que o Governo não poderá fazer, sem expedir nova lei, se as comarcas não estiverem convenientemente classificadas.

Altiás é absolutamente lógico que, criando uma lei várias comarcas, mencione, ella mesma, a entrância das novas unidades judiciárias.

Pelos motivos aduzidos a respeito da parte final da emenda n.º 2, não nos opomos à retirada da emenda n.º 16, que cria o segundo sub-distrito de Guaratinguetá, providência absolutamente cabivel e necessária, já aprovada por este Conselho e que deverá ser adotada em lei especial.

A emenda n.º 17 deve, para nós, ser mantida.

A inclusão do distrito Conchal no município de Araras é justificada por motivos relevantes, de ordem histórica e geográfica, assim como exigido pelos interesses economicos e administrativos da zona em apêço.

As terras que constituem o distrito de Conchal pertenceram desde suas remotas origens ao chamado “Bairro das Araras”, comprehendido outrora na comarca de Limeira. De Araras, constituida posteriormente em sede de município e cabeça de comarca, partiam os desbravadores das terras circundantes, que nelas, de um lado e de outro, implantaram arraiais e fundaram

vilas, transformadas logo a seguir, por seu trabalho e pelos de seus descendentes, nas prósperas povoações de hoje.

Foi assim que se escreveu a história de Conchal, Morro Grande, São Vicente, Caio Prado, Elachuelo e vários outros núcleos de população agrícola e industrial.

Se se quiser, pois, argumentar com razões de história, para justificar direitos de jurisdição sobre o distrito de Conchal, os títulos que Araras apresenta são mais poderosos e mais antigos que os de Mogi Mirim.

Não importa que, em determinado período, o território de Conchal tenha sido incorporado ao município de Mogi Mirim. Flutuações como essas são frequentes na crônica política e administrativa dos municípios. Nada, aliás, seria de objetar contra essa transferência, se ela consultasse as conveniências das populações interessadas. Tudo prova, entretanto, que tais conveniências não foram consideradas.

A topografia local também aconselha a medida proposta. Do ponto de vista geográfico, é incontestável que Conchal é exclusivamente areense. O curso do ribeirão Ferraz e a natureza de sua bacia hidrográfica não admitem divergência de opinião. A atual linha divisória, estabelecida com desprezo dos acidentes naturais, é sobremaneira artificial e, por isso, tecnicamente condenável, não amparando o propósito de manter o citado distrito na área jurisdicional de Mogi Mirim.

Economicamente, pode-se afirmar, que o distrito de Conchal, caracterizado pela atividade de suas pequenas lavouras de mandioca, cereais e cana, gravita em torno de Araras, onde encontra o verdadeiro empório, acessível e prático, para suas transações. São míseras ou inexistentes suas relações comerciais com Mogi Mirim. Próximo a Araras, ligado a ela por cómodo serviço de transportes rodoviários, em estrada estadual bem mantida e quase plana, Conchal constitui, sem dúvida uma dependência econômica do município areense. E em Araras que os conchalenses fazem seus negócios, discutem seus acordos, ajustam suas transações. Por isso mesmo é aí que gostariam de pagar seus impostos estaduais e federais, é aí que lhes pareceria natural contar com a proteção do poder público municipal.

E não são os interesses econômicos prendem os conchalenses a Araras, senão também as afinidades familiares, sociais e culturais. É a esta cidade que aquelas recorrem quando precisam de assistência médica ou hospitalar; é nela que têm seus amigos, suas relações e mesmo, freqüentemente, a parte maior de suas famílias.

Eis aí as razões suficientes para que as divisas sejam revistas. Ainda quando faltassem quaisquer outros argumentos para justificar a inclusão de Conchal no território de Araras, tal medida se imporia por essa razão preponderante que é o consenso unânime de seus habitantes.

Por diversas vezes tem o povo conchalense manifestado sua aspiração nesse sentido.

Os moradores de Conchal já fizeram sentir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a inconveniência de continuarem sob a administração de Mogi Mirim. E, para que não pallassem dúvidas a respeito da sinceridade de seu apelo, expressão da vontade quase unânime dessa população, prontificaram-se a submeter-se a rigoroso plebiscito, promovido por pessoa da imediata confiança do chefe da Nação.

Temos como justas as razões em que se funda a pretensão de Conchal. Parece-nos contrário aos bons princípios da administração compêlir uma população a viver, trabalhar e a produzir sob uma jurisdição que não corresponda a seus desejos e não atenda a seus interesses.

E, por último, adotamos o ponto de vista da Comissão revisora, pela retirada da *emenda n.º 18*, pela qual transferimos o distrito de Agisse (ex-Alegria), criado pelo projeto, do município de Iepê para o de Rancharia.

Agisse, tal como nos foi demonstrado agora, constitui, presentemente, a segunda zona distrital de Iepê e dêste município está bem mais próximo do que de Rancharia.

Parece certo, portanto, que os interesses dos habitantes do novo distrito serão melhor atendidos, quanto à facilidade e comodidade de comunicações, se o conservarmos no município de Iepê, restabelecendo o projeto neste ponto.

Na exposição de motivos com que encaminhou o projeto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Exmo. Sr. ministro da Justiça e Negócios do Interior fez várias considerações de ordem geral, que a Comissão revisora esclareceu convenientemente nas notas informativas de fls. 301 e seguintes.

Referiu-se S. Excia. o Sr. ministro especialmente ao número das novas unidades judiciárias e administrativas que sugirão por força da lei em que o projeto se converterá, bastante elevado, em cotejo com os números constantes das propostas dos demais Estados.

Parece-nos, porém, que também neste ponto o projeto está rigorosamente certo e conforme a realidade dos fatos.

A criação de uma comarca, de um município ou de um simples distrito é consequência lógica e inevitável do desenvolvimento das diversas regiões do Estado, decorre de uma série de fatores completamente alheios à vontade do Governô. E se o projeto da divisão do Estado de São Paulo é o que maior número de novas unidades apresenta, isso será, quando menos, índice seguro de que aqui o desenvolvimento é maior que alhures.

O Estado de São Paulo que conta com quase oito milhões de habitantes, com alto e constante crescimento demográfico e que tem uma irresistível força de expansão bem justifica o critério do projeto que nesse particular se limita a reconhecer situações de fato.

A Comissão elaboradora da proposição, e bem assim êste Conselho se ateve, ao apreciar a matéria, a um critério estritamente objetivo, podendo-se, por conseguinte e sem receio de êrro ou exagero, assegurar que qualquer das novas comarcas, municípios e distritos preenche o mínimo de requisitos da legislação federal.

Em consequência do exposto, consubstanciando todos os pontos de vista dos órgãos que se manifestaram sobre a Resolução n.º 1 979-43, dêste Conselho, por nós aceitos, e atendendo, outrossim, as modificações resultantes dêste parecer, deverá o projeto de decreto-lei a que se refere dita Resolução receber a seguinte redação:

“O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n.º . . . . ., de 1944, do Conselho Administrativo do Estado, decreta:

Art. 1.º — Fica fixada, de acôrdo com o presente decreto-lei, a divisão territorial do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1943.

Art. 2.º — A divisão territorial não sofrerá qualquer modificação dentro do prazo referido no artigo anterior.

§ 1.º — Não se entende como modificação os atos interdistritais que se tornarem necessários para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz de documentação geográfica

ou cartográfica mais perfeita desde que da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que qualquer cidade ou vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 2.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o Governo da União promulgar;

b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificações por força do presente decreto-lei;

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haverem nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a 1.º de maio vindouro.

§ 3.º — A anexação ou recondução, previstas no parágrafo anterior, serão objeto de ato do Governo do Estado, que, além de determinar uma ou outra das providências, fixará a data e as formalidades para sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quinquenal citado, compreende 138 comarcas, 306 municípios e 668 distritos, estes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — Os nomes das circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, todas com a mesma denominação da própria circunscrição, constam do anexo n.º 1.

§ 2.º — A descrição sistemática dos limites circunscricionais, onde se definem, para cada município o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando as houver, consta do anexo n.º 2.

Art. 4.º — As comarcas, ora criadas, são classificadas de primeira entrância.

Art. 5.º — Os oficiais do registro de imóveis da comarca, de que houver desmembramento para formação de outra comarca, poderão optar pelo novo ofício a ser criado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste decreto-lei.

Parágrafo único — O oficial do registro civil das pessoas naturais do distrito da sede do

município, que fôr elevado a comarca, fica, dentro do mesmo prazo, com direito de optar por um dos tabelionatos que forem criados.

Art. 6.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade, no dia 1.º de maio de 1944, em ato público solene se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado neste decreto-lei, no que concernir, não só às circunscrições que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integram o respectivo município.

§ 1.º — A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede da comarca, pelo juiz de Direito;

b) na cidade que não fôr sede de comarca pelo prefeito municipal.

§ 2.º — No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

a) a do juiz de Direito pelo prefeito municipal;

b) a do prefeito municipal pelo secretário da Prefeitura, cabendo a substituição deste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

§ 4.º — Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal, a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autênticas ao Diretório Regional de Geografia, que, além de arquivar uma delas e enviar a outra ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, providenciará sua publicação no órgão oficial do Estado.

Art. 7.º — Continua em vigor a legislação estadual reguladora das modificações do quadro territorial desde que não colida nem direta nem indiretamente com as normas do presente decreto-lei.

Art. 8.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

☆

## QUADRO GERAL DA DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO EM COMARCAS, MUNICÍPIOS E DISTRITOS

Comarcas — Municípios	Distritos	Categoria
1 — AGUDOS		
1 — AGUDOS .....	1 — Agudos .....	Cidade
	2 — Domélia .....	Vila
	3 — Paulistânia (ex-Bandeirantes) ...	Vila
2 — UBIRAMA (ex-Lençóis) .....	4 — Ubirama (ex-Lençóis) .....	Cidade
	5 — Alfredo Guedes .....	Vila
	6 — Borebi .....	Vila
2 — AMPARO		
3 — AMPARO .....	7 — Amparo .....	Cidade
	8 — Ibiti (ex-Monte Alegre) .....	Vila
	9 — Pedreira .....	Cidade
3 — ANDRADINA		
5 — ANDRADINA .....	10 — Andradina .....	Cidade
	11 — Algodão .....	Vila
	12 — Castilho .....	Vila
	13 — Guaraçá .....	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
<b>4 — APIAÍ</b>		
6 — APIAÍ .....	14 — Apiaí .....	Cidade
7 — IPORANGA .....	15 — Araçaiaba (ex-Capoleras) .....	Vila
8 — RIBEIRA .....	16 — Barra do Chapéu .....	Vila
	17 — Itaoca .....	Vila
	18 — Iporanga .....	Cidade
	19 — Barra do Turvo .....	Cidade
	20 — Ribeira .....	Cidade
	21 — Itapirapuã .....	Vila
<b>5 — ARAÇATUBA</b>		
9 — ARAÇATUBA .....	22 — Araçatuba .....	Cidade
10 — GUARARAPES .....	23 — Major Prado .....	Vila
	24 — Guararapes .....	Cidade
	25 — Ribeiro do Vale .....	Vila
	26 — Rubiácea .....	Vila
<b>6 — ARAGUAÇU (ex-Paraguaçu)</b>		
11 — ARAGUAÇU (ex-Paraguaçu) ..	27 — Araguaçu (ex-Paraguaçu) .....	Cidade
	28 — Borá .....	Vila
	29 — Conceição de Monte Alegre .....	Vila
	30 — Sapézal .....	Vila
12 — LUTÉCIA .....	31 — Lutécia .....	Cidade
	32 — Amarillis (ex-Fortuna) .....	Vila
13 — MARACAÍ .....	33 — Maracaí .....	Cidade
	34 — Cruzália (ex-Cruz Alta) .....	Vila
<b>7 — ARARAQUARA</b>		
14 — ARARAQUARA .....	35 — Araraquara .....	Cidade
	36 — Américo Brasiliense .....	Vila
	37 — Bueno de Andrade .....	Vila
	38 — Gavião Peixoto .....	Vila
	39 — Mutuca .....	Vila
	40 — Rincão .....	Vila
	41 — Santa Lúcia .....	Vila
15 — MATÃO .....	42 — Matão .....	Cidade
	43 — Dobrada .....	Vila
	44 — São Lourenço do Turvo .....	Vila
<b>8 — ARARAS</b>		
16 — ARARAS .....	45 — Araras .....	Cidade
	46 — Conchal .....	Vila
17 — LEME .....	47 — Leme .....	Cidade
<b>9 — ASSIS</b>		
18 — ASSIS .....	48 — Assis .....	Cidade
	49 — Ibotirama .....	Vila
	50 — Tarumá .....	Vila
19 — CÂNDIDO MOTA .....	51 — Cândido Mota .....	Cidade
20 — ECHAPORÁ (ex-Bela Vista) ..	52 — Echaporá (ex-Bela Vista) .....	Cidade
<b>10 — ATIBAIA</b>		
21 — ATIBAIA .....	53 — Atibaia .....	Cidade
	54 — Jarinu .....	Vila
22 — NAZARÉ PAULISTA (Ex-Nazaré) ..	55 — Nazaré Paulista (ex-Nazaré) ..	Cidade
	56 — Ajuritiba (ex-Perdões) .....	Vila
<b>11 — AVARÉ</b>		
23 — AVARÉ .....	57 — Avaré .....	Cidade
	58 — Arandu .....	Vila
24 — CERQUEIRA CÉSAR .....	59 — Cerqueira César .....	Cidade
25 — ITAÍ .....	60 — Itai .....	Cidade
26 — PARANAPANEMA (Ex-Bom Sucesso) ..	61 — Paranapanema (ex-Bom Sucesso) ..	Cidade
27 — SANTA BÁRBARA DO RIO PARDO .....	62 — Santa Bárbara do Rio Pardo .....	Cidade
	63 — Iaras (ex-Monção) .....	Vila
<b>12 — BANANAL</b>		
28 — BANANAL .....	64 — Bananal .....	Cidade
	65 — Arapeí .....	Vila
<b>13 — BARIRI</b>		
29 — BARIRI .....	66 — Bariri .....	Cidade
	67 — Itaju .....	Vila
<b>14 — BARREIRO</b>		
30 — BARREIRO .....	68 — Barreiro .....	Cidade

<i>Comarcas — Municipios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
15 — BARRETOS		
31 — BARRETOS .....	69 — Barretos .....	Cidade
	70 — Amoreira .....	Vila
	71 — Colômbia .....	Vila
	72 — Ibitu (ex-Itambé) .....	Vila
32 — COLINA .....	73 — Colina .....	Cidade
	74 — Jaborandi .....	Vila
16 — BATATAIS		
33 — BATATAIS .....	75 — Batatais .....	Cidade
34 — ALTINÓPOLIS .....	76 — Altinópolis .....	Cidade
35 — BRODÓSQUI .....	77 — Brodósqui .....	Cidade
36 — JARDINÓPOLIS .....	78 — Jardinópolis .....	Cidade
	79 — Juracé (ex-Sarandi) .....	Vila
17 — BAURU		
37 — BAURU .....	80 — Bauru .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
38 — AVAÍ .....	81 — Tibiriçá .....	Vila
	82 — Avaí .....	Cidade
	83 — Nogueira .....	Vila
18 — BEBEDOURO		
39 — BEBEDOURO .....	84 — Bebedouro .....	Cidade
	85 — Botafogo .....	Vila
	86 — Turvinia .....	Vila
40 — MONTE AZUL DO TURVO (ex-Monte Azul) .....	87 — Monte Azul do Turvo (ex-Monte Azul) .....	Cidade
	88 — Marcondésia .....	Vila
19 — BIRIGUI		
41 — BIRIGUI .....	89 — Birigui .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
42 — BILAC .....	90 — Bilac .....	Cidade
43 — COROADOS .....	91 — Piacatu .....	Vila
	92 — Coroados .....	Cidade
	93 — Brejo Alegre .....	Vila
	94 — Clementina .....	Vila
20 — BOTUCATU		
44 — BOTUCATU .....	95 — Botucatu .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
45 — ITATINGA .....	96 — Pardinho .....	Vila
	97 — Pôrto Martins .....	Vila
	98 — Vitoriana (ex-Vitória) .....	Vila
	99 — Itatinga .....	Cidade
	100 — Lôbo .....	Vila
21 — BRAGANÇA PAULISTA (ex-Bragança)		
46 — BRAGANÇA PAULISTA (ex-Bragança) .....	101 — Bragança Paulista (ex-Bragança) .....	Cidade
	102 — Pedra Grande .....	Vila
	103 — Pinhalzinho .....	Vila
	104 — Tuiuti .....	Vila
	105 — Vargem .....	Vila
22 — BROTAS		
47 — BROTAS .....	106 — Brotas .....	Cidade
48 — TORRINHA .....	107 — Torrinha .....	Cidade
23 — CACAPAVA		
49 — CACAPAVA .....	108 — Caçapava .....	Cidade
50 — JAMBEIRO .....	109 — Jambeiro .....	Cidade
24 — CACONDE		
51 — CACONDE .....	110 — Caconde .....	Cidade
52 — TAPIRATIBA .....	111 — Barrânia (ex-Barra) .....	Vila
	112 — Tapiratiba .....	Cidade
25 — CAFELÂNDIA		
53 — CAFELÂNDIA .....	113 — Cafelândia .....	Cidade
	114 — Bacuriti .....	Vila
	115 — Cafezopolis .....	Vila
	116 — Inhema (ex-Mesquita) .....	Vila
	117 — Simões .....	Vila
26 — CAJURU		
54 — CAJURU .....	118 — Cajuru .....	Cidade
	119 — Cássia dos Coqueiros .....	Vila
	120 — Cruz da Esperança .....	Vila
55 — SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA .....	121 — Santo Antônio da Alegria .....	Cidade

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
27 — CAMPINAS	122 — Campinas	Cidade
56 — CAMPINAS		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
		3.º Subdistrito
57 — AMERICANA	123 — Paulínia	Vila
	124 — Sousas	Vila
	125 — Sumaré (ex-Rebouças)	Vila
	126 — Valinhos	Vila
58 — COSMÓPOLIS	127 — Americana	Cidade
	128 — Nova Odessa	Vila
	129 — Cosmópolis	Cidade
28 — CANANÉIA	130 — Cananéia	Cidade
59 — CANANÉIA	131 — Ariri	Vila
29 — CAPÃO BONITO	132 — Capão Bonito	Cidade
60 — CAPÃO BONITO	133 — Guapiara	Vila
30 — CAPIVARI	134 — Capivari	Cidade
61 — CAPIVARI	135 — Mombuca	Vila
	136 — Rafard	Vila
62 — ELIAS FAUSTO	137 — Elias Fausto	Cidade
63 — MONTE MOR	138 — Monte Mor	Cidade
31 — CASA BRANCA	139 — Casa Branca	Cidade
64 — CASA BRANCA	140 — Ipaobi (ex-Lagoa)	Vila
	141 — Itobi	Vila
65 — TAMBAÚ	142 — Tambaú	Cidade
32 — CATANDUVA	143 — Catanduva	Cidade
66 — CATANDUVA	144 — Catiguá	Vila
	145 — Elisiário	Vila
67 — IBIRÁ	146 — Ibirá	Cidade
68 — PINDORAMA	147 — Pindorama	Cidade
	148 — Roberto	Vila
69 — TABAPUÁ	149 — Tabapuá	Cidade
	150 — Novais	Vila
33 — CONCHAS	151 — Conchas	Cidade
70 — CONCHAS	152 — Juquiratiba	Vila
	153 — Bofete	Cidade
71 — BOFETE	154 — Pereiras	Cidade
72 — PEREIRAS	155 — Pirambóia	Cidade
73 — PIRAMBÓIA	156 — Anhembi	Vila
34 — CRUZEIRO	157 — Cruzeiro	Cidade
74 — CRUZEIRO		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
75 — LAVRINHAS	158 — Lavrinhas	Cidade
35 — CUNHA	159 — Cunha	Cidade
76 — CUNHA	160 — Campos de Cunha	Vila
36 — DESCALVADO	161 — Descalvado	Cidade
77 — DESCALVADO	162 — Dois Córregos	Cidade
37 — DOIS CÓRREGOS	163 — Guarapuá (ex-Figueira)	Vila
78 — DOIS CÓRREGOS	164 — Mineiros do Tietê (ex-Mineiros)	Cidade
79 — MINEIROS DO TIETÊ (ex-Mineiros)	165 — Franca	Cidade
38 — FRANCA		1.º Subdistrito
80 — FRANCA		2.º Subdistrito
	166 — Guapuá (ex-Cristais) *	Vila
	167 — Jariquera	Vila
	168 — Restinga	Vila
	169 — Ribeirão Corrente	Vila
	170 — São José da Bela Vista	Vila
39 — GARÇA	171 — Garça	Cidade
81 — GARÇA	172 — Álvaro de Carvalho	Vila
	173 — Jacirendi (ex-Santo Inácio)	Vila
82 — GÁLIA	174 — Gália	Cidade
	175 — Fernão (ex-Fernão Dias)	Vila
40 — GUARATINGUETA	176 — Guaratinguetá	Cidade
83 — GUARATINGUETA	177 — Aparecida	Cidade
84 — APARECIDA	178 — Roseira	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
41 — IBITINGA		
85 — IBITINGA .....	179 — Ibitinga .....	Cidade
86 — BORBOREMA .....	180 — Cambaratiba (ex-Cambará) .....	Vila
42 — IGARAPAVA	181 — Borborema .....	Cidade
87 — IGARAPAVA .....	182 — Igarapava .....	Cidade
88 — PEDREGULHO .....	183 — Aramina .....	Vila
43 — IGUAPE	184 — Buritizal (ex-Buritis) .....	Vila
89 — IGUAPE .....	185 — Pedregulho .....	Cidade
90 — JACUPIRANGA .....	186 — Igaçaba .....	Vila
91 — REGISTO .....	187 — Rifaina .....	Vila
44 — ITAPETININGA	188 — Iguape .....	Cidade
92 — ITAPETININGA .....	189 — Jacupiranga .....	Cidade
93 — ANGATUBA .....	190 — Cajati .....	Vila
94 — SÃO MIGUEL ARCANJO .....	191 — Pariqueira-Açu .....	Vila
95 — SARAPUI .....	192 — Registo .....	Cidade
45 — ITAPEVA	193 — Sete Barras .....	Vila
96 — ITAPEVA .....	194 — Itapetininga .....	Cidade
97 — BURI .....	195 — Alambari .....	1.º Subdistrito
98 — ITABERÁ .....	196 — Gramadinho .....	2.º Subdistrito
99 — RIBEIRÃO BRANCO .....	197 — Morro do Alto (ex-Morro Alto) ..	Vila
46 — ITAPIRA	198 — Angatuba .....	Cidade
100 — ITAPIRA .....	199 — São Miguel Arcanjo .....	Cidade
47 — ITÁPOLIS	200 — Sarapuí .....	Cidade
101 — ITÁPOLIS .....	201 — Itapeva .....	Cidade
102 — TABATINGA .....	202 — Campinas do Veado .....	Vila
48 — ITAPORANGA	203 — Guarizinho .....	Vila
103 — ITAPORANGA .....	204 — Buri .....	Cidade
104 — TAQUARITUBA (ex-Taquari) .	205 — Aracaçu .....	Vila
49 — ITARARÉ	206 — Itaberá .....	Cidade
105 — ITARARÉ .....	207 — Ribeirão Branco .....	Cidade
50 — ITATIBA	208 — Itapira .....	Cidade
106 — ITATIBA .....	209 — Itápolis .....	Cidade
51 — ITU	210 — Nova América .....	Vila
107 — ITU .....	211 — Tapinas .....	Vila
108 — CABREÚVA .....	212 — Tabatinga .....	Cidade
109 — INDAIATUBA .....	213 — Nova Europa .....	Vila
110 — SALTO .....	214 — Itaporanga .....	Cidade
52 — ITUVERAVA	215 — Barão de Antonina .....	Vila
111 — ITUVERAVA .....	216 — Coronel Macedo .....	Vila
112 — GUARÁ .....	217 — Ribeirão Vermelho do Sul (ex-Ri- beirão Vermelho) .....	Vila
113 — MIGUELÓPOLIS .....	218 — Taquarituba (ex-Taquari) .....	Cidade
53 — JABOTICABAL	219 — Itararé .....	Cidade
114 — JABOTICABAL .....	220 — Itatiba .....	Cidade
115 — GUARIBA .....	221 — Morangaba .....	Vila
	222 — Itu .....	Cidade
	223 — Pirapitingui .....	Vila
	224 — Cabreúva .....	Cidade
	225 — Indaiatuba .....	Cidade
	226 — Salto .....	Cidade
	227 — Ituverava .....	Cidade
	228 — Guará .....	Cidade
	229 — Miguelópolis .....	Cidade
	230 — Jaboticabal .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	231 — Córrego Rico .....	Vila
	232 — Lusitânia .....	Vila
	233 — Talaçu .....	Vila
	234 — Taiúva .....	Vila
	235 — Guariba .....	Cidade
	236 — Pradópolis .....	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
54 — JACAREÍ .....		
116 — JACAREÍ .....	237 — Jacareí .....	Cidade
55 — JAÚ		
117 — JAÚ .....	238 — Jaú .....	Cidade
	239 — Potunduva .....	Vila
118 — BARRA BONITA .....	240 — Barra Bonita .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
119 — BOCAINA .....	241 — Bocaina .....	Cidade
120 — ITAPUI .....	242 — Itapui .....	Cidade
	243 — Boracéia (ex-Floresta) .....	Vila
56 — JOSÉ BONIFÁCIO		
121 — JOSÉ BONIFÁCIO .....	244 — José Bonifácio .....	Cidade
	245 — Ubarana .....	Vila
57 — JUNDIAÍ		
122 — JUNDIAÍ .....	246 — Jundiaí .....	Cidade
	247 — Rocinha .....	Vila
58 — JUÇARA (ex-São Joaquim)		
123 — JUÇARA (ex-São Joaquim) ...	248 — Juçara (ex-São Joaquim) .....	Cidade
	249 — Ipuá (ex-Olho d'Água) .....	Vila
59 — LIMEIRA		
124 — LIMEIRA .....	250 — Limeira .....	Cidade
	251 — Cordeirópolis (ex-Cordeiro) .....	Vila
	252 — Iracemápolis .....	Vila
	253 — Tatu .....	Vila
60 — LINS		
125 — LINS .....	254 — Lins .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	255 — Gualçara .....	Vila
	256 — Sabino .....	Vila
126 — GETULINA .....	257 — Getulina .....	Cidade
	258 — Guaimbé .....	Vila
	259 — Macucos .....	Vila
61 — LORENA		
127 — LORENA .....	260 — Lorena .....	Cidade
128 — PIQUETE .....	261 — Piquete .....	Cidade
62 — LUCÉLIA		
129 — LUCÉLIA .....	262 — Lucélia .....	Cidade
	263 — Aguapeí do Alto .....	Vila
	264 — Gracianópolis .....	Vila
	265 — Guaraniúva .....	Vila
130 — OSVALDO CRUZ .....	266 — Osvaldo Cruz .....	Cidade
63 — MARÍLIA		
131 — MARÍLIA .....	267 — Marília .....	Cidade
	268 — Amadeu Amaral .....	Vila
	269 — Avenças .....	Vila
	270 — Dirceu .....	Vila
	271 — Lácio .....	Vila
	272 — Ocaçu (ex-Casa Grande) .....	Vila
	273 — Padre Nóbrega .....	Vila
	274 — Rosália (ex-Primavera) .....	Vila
132 — ORIENTE .....	275 — Oriente .....	Cidade
133 — VERA CRUZ .....	276 — Vera Cruz .....	Cidade
64 — MARTINÓPOLIS		
134 — MARTINÓPOLIS .....	277 — Martinópolis .....	Cidade
	278 — Teçainda .....	Vila
135 — REGENTE FEIJÓ .....	279 — Regente Feijó .....	Cidade
	280 — Caiabu .....	Vila
	281 — Indiana .....	Vila
	282 — Taciba (ex-Formiga) .....	Vila
65 — MIRASSOL		
136 — MIRASSOL .....	283 — Mirassol .....	Cidade
	284 — Bálsamo .....	Vila
	285 — Jaci (ex-Iaci) .....	Vila
	286 — Mirassolândia .....	Vila
137 — IBOTI (ex-Neves) .....	287 — Iboti (ex-Neves) .....	Cidade
	288 — Barra Dourada .....	Vila
66 — MOCOCA		
138 — MOCOCA .....	289 — Mococa .....	Cidade
	290 — Igarai .....	Vila
	291 — São Benedito das Areias .....	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
67 — MOGI DAS CRUZES		
139 — MOGI DAS CRUZES .....	292 — Mogi das Cruzes .....	Cidade
	293 — Biritiba-Mirim .....	Vila
	294 — Itaquaquecetuba .....	Vila
	295 — Jundiapéba (ex-Santo Ângelo) ..	Vila
	296 — Poá .....	Vila
	297 — Sabaúna .....	Vila
	298 — Susano .....	Vila
	299 — Taiaçupeba .....	Vila
140 — GUARAREMA .....	300 — Guararema .....	Cidade
68 — MOGI-MIRIM		
141 — MOGI-MIRIM .....	301 — Mogi-Mirim .....	Cidade
	302 — Artur Nogueira .....	Vila
	303 — Jaguariúna (ex-Jaguari) .....	Vila
	304 — Posse de Ressaca .....	Vila
142 — MOGI-GUAÇU .....	305 — Mogi-Guaçu .....	Cidade
69 — MONTE ALTO .....		
143 — MONTE ALTO .....	306 — Monte Alto .....	Cidade
	307 — Montesina (ex-Aparecida de Mon- te Alto) .....	Vila
	308 — Vista Alegre do Alto (ex-Vista Alegre) .....	Vila
144 — PIRANGI .....	309 — Pirangi .....	Cidade
	310 — Paraiso .....	Vila
70 — MONTE APRAZÍVEL		
145 — MONTE APRAZÍVEL .....	311 — Monte Aprazível .....	Cidade
	312 — Buritama .....	Vila
	313 — Junqueira .....	Vila
	314 — Macaubal (ex-Macaúbas) .....	Vila
	315 — Nipoá .....	Vila
	316 — Planalto .....	Vila
	317 — Poloni .....	Vila
	318 — Turiúba .....	Vila
146 — GENERAL SALGADO .....	319 — General Salgado .....	Cidade
	320 — Áurea .....	Vila
147 — NHANDEJARA (ex-Nandeara) ..	321 — Nhandejara (ex-Salgado) .....	Cidade
	322 — Floreal .....	Vila
	323 — Magda .....	Vila
71 — NOVA GRANADA		
148 — NOVA GRANADA .....	324 — Nova Granada .....	Cidade
	325 — Ingás (ex-Ingai) .....	Vila
	326 — Mangaratu .....	Vila
	327 — Onda Branca .....	Vila
	328 — Onda Verde .....	Vila
149 — PALESTINA .....	329 — Palestina .....	Cidade
	330 — Boturuma .....	Vila
	331 — Duplo Céu .....	Vila
	332 — Jurupeba .....	Vila
	333 — Paulo de Faria .....	Cidade
	334 — Orindiúva .....	Vila
150 — PAULO DE FARIA .....	335 — Veadinho do Pôrto (ex-Veadinho) ..	Vila
72 — NOVO HORIZONTE		
151 — NOVO HORIZONTE .....	336 — Novo Horizonte .....	Cidade
152 — IRAPUÁ .....	337 — Irapuá .....	Cidade
	338 — Sales .....	Vila
153 — URUPÉ (ex-Mundo Novo) ..	339 — Urupés (ex-Mundo Novo) .....	Cidade
73 — OLÍMPIA		
154 — OLÍMPIA .....	340 — Olímpia .....	Cidade
	341 — Altair .....	Vila
	342 — Bagaçu .....	Vila
	343 — Severinia .....	Vila
	344 — Ribeiro dos Santos .....	Vila
155 — CAJOBI .....	345 — Cajobi .....	Cidade
	346 — Embaúba (ex-Albuquerque) .....	Vila
156 — GUARACI .....	347 — Guaraci .....	Cidade
	348 — Icém .....	Vila
74 — ORLÂNDIA		
157 — ORLÂNDIA .....	349 — Orlândia .....	Cidade
158 — GUAIRA .....	350 — Guaira .....	Cidade
159 — MORRO AGUDO .....	351 — Morro Agudo .....	Cidade
160 — NUPORANGA .....	352 — Nuporanga .....	Cidade
161 — SALES OLIVEIRA .....	353 — Sales Oliveira .....	Cidade
75 — OURINHOS		
162 — OURINHOS .....	354 — Ourinhos .....	Cidade
163 — CHAVANTES .....	355 — Chavantes .....	Cidade
	356 — Canitar .....	Vila
	357 — Irapé .....	Vila
164 — SALTO GRANDE .....	358 — Salto Grande .....	Cidade
	359 — Ribeirão dos Pintos .....	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
76 — PALMITAL	360 — Palmital	Cidade
165 — PALMITAL	361 — Platina	Vila
166 — IBIRAREMA (ex-Pau d'Alho)	362 — Sucuí	Vila
77 — PARAIBUNA	363 — Ibirarema (ex-Pau d'Alho)	Cidade
167 — PARAIBUNA	364 — Nuretama (ex-Campos Novos)	Vila
78 — PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ	365 — Paraibuna	Cidade
168 — PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ	366 — Patrocínio do Sapucaí	Cidade
79 — PEDERNEIRAS	367 — Itirapua	Vila
169 — PEDERNEIRAS	368 — Pederneiras	Cidade
170 — IACANGA	369 — Guaianás	Vila
171 — MACATUBA (ex-Bocaiúva)	370 — Santelmo (ex-Água Limpa)	Vila
80 — PENÁPOLIS	371 — Iacanga	Cidade
172 — PENÁPOLIS	372 — Jacuba	Vila
173 — AVANHANDAVA	373 — Soturna	Vila
174 — GLICÉRIO	374 — Macatuba (ex-Bocaiúva)	Cidade
81 — PEREIRA BARRETO	375 — Penápolis	Cidade
175 — PEREIRA BARRETO	376 — Alto Alegre	Vila
82 — PIEDADE	377 — Avanhandava	Cidade
176 — PIEDADE	378 — Barbosa	Vila
177 — PILAR DO SUL (ex-Pilar)	379 — Glicério	Cidade
83 — PINDAMONHANGABA	380 — Braúna	Vila
178 — PINDAMONHANGABA	381 — Juritis	Vila
84 — PINHAL	382 — Luisiânia	Vila
179 — PINHAL	383 — Pereira Barreto	Cidade
85 — PIRACAIA	384 — Bela Floresta	Vila
180 — PIRACAIA	385 — Piedade	Cidade
181 — JOANÓPOLIS	386 — Tapiraí (ex-Santa Catarina)	Vila
86 — PIRACICABA	387 — Pilar do Sul (ex-Pilar)	Cidade
182 — PIRACICABA	388 — Pindamonhangaba	Cidade
183 — RIO DAS PEDRAS	389 — Pinhal	Cidade
184 — SANTA BÁRBARA (ex-Santa Bárbara) D'OESTE	390 — Santo Antônio do Jardim (ex-Jardim)	Vila
87 — PIRAJU	391 — Piracaia	Cidade
185 — PIRAJU	392 — Joanópolis	Cidade
186 — FARTURA	393 — Piracicaba	Cidade
187 — MANDURI	394 — Charqueada	1.º Subdistrito 2.º Subdistrito
88 — PIRAJUÍ	395 — Ibitiruna	Vila
188 — PIRAJUÍ	396 — Igarapu (ex-João Alfredo)	Vila
189 — GUARANTÁ	397 — Saltinho	Vila
190 — PRESIDENTE ALVES	398 — Tupi	Vila
	399 — Rio das Pedras	Cidade
	400 — Santa Bárbara d'Oeste (ex-Santa Bárbara)	Cidade
	401 — Piraju	Cidade
	402 — Sarutaia	Vila
	403 — Tejupá (ex-Belo Monte)	Vila
	404 — Timburi	Vila
	405 — Fartura	Cidade
	406 — Taguaí (ex-Ribeirópolis)	Vila
	407 — Manduri	Cidade
	408 — Óleo	Vila
	409 — Batista Botelho	Vila
	410 — Pirajuí	Cidade
	411 — Baibinos	Vila
	412 — Corredeira	Vila
	413 — Pongai	Vila
	414 — Pradina	Vila
	415 — Reginópolis (ex-Batalha)	Vila
	416 — Uru	Vila
	417 — Guarantá	Cidade
	418 — Presidente Alves	Cidade
	419 — Guaricanga	Vila

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
<b>89 — PIRASSUNUNGA</b>		
191 — PIRASSUNUNGA .....	420 — Pirassununga .....	Cidade
192 — PÓRTO FERREIRA .....	421 — Santa Cruz da Conceição .....	Vila
	422 — Pôrto Ferreira .....	Cidade
<b>90 — PIRATININGA</b>		
193 — PIRATININGA .....	423 — Piratininga .....	Cidade
194 — DUARTINA .....	424 — Pirajá (ex-Cabrália) .....	Vila
	425 — Duartina .....	Vila
	426 — Gralha .....	Vila
<b>91 — PITANGUEIRAS</b>		
195 — PITANGUEIRAS .....	427 — Pitangueiras .....	Cidade
	428 — Ibitiúva .....	Vila
	429 — Taquaral .....	Vila
	430 — Viradouro .....	Cidade
196 — VIRADOURO .....	431 — Terra Roxa .....	Vila
<b>92 — POMPÉIA</b>		
197 — POMPÉIA .....	432 — Pompéia .....	Cidade
	433 — Novo Cravinhos .....	Vila
	434 — Paulópolis .....	Vila
	435 — Queirós .....	Vila
198 — HERCULÂNDIA (ex-Herculânia)	436 — Herculândia (ex-Herculânia) .....	Cidade
	437 — Juliânia .....	Vila
<b>93 — PÓRTO FELIZ</b>		
199 — QUINTANA .....	438 — Quintana .....	Cidade
200 — PÓRTO FELIZ .....	439 — Pôrto Feliz .....	Cidade
201 — BOITUVA .....	440 — Boituva .....	Cidade
	441 — Iperó .....	Vila
<b>94 — PRESIDENTE PRUDENTE</b>		
202 — PRESIDENTE PRUDENTE ....	442 — Presidente Prudente .....	Cidade
	443 — Anhumas .....	Vila
	444 — Encida .....	Vila
	445 — Montalvão .....	Vila
	446 — Marandiba .....	Vila
	447 — Pirapõzinho .....	Vila
203 — ÁLVARES MACHADO .....	448 — Álvares Machado .....	Cidade
	449 — Alfredo Marcondes .....	Vila
	450 — Coronel Goulart .....	Vila
204 — PRESIDENTE BERNARDES ...	451 — Presidente Bernardes .....	Cidade
	452 — Araxás (ex-Santa Luzia) .....	Vila
	453 — Dumontina .....	Vila
<b>95 — PRESIDENTE VENCESLAU</b>		
205 — PRESIDENTE VENCESLAU ...	454 — Presidente Venceslau .....	Cidade
	455 — Areia Dourada .....	Vila
	456 — Caiuá .....	Vila
	457 — Presidente Epitácio .....	Vila
<b>96 — PROMISSÃO</b>		
206 — PROMISSÃO .....	458 — Promissão .....	Cidade
	459 — Dinísia .....	Vila
	460 — Ipês (ex-Gurupá) .....	Vila
	461 — Tobiaras .....	Vila
<b>97 — QUATÁ</b>		
207 — QUATÁ .....	462 — Quatá .....	Cidade
	463 — João Ramalho .....	Vila
<b>98 — QUELUZ</b>		
208 — QUELUZ .....	464 — Queluz .....	Cidade
209 — AREÍAS .....	465 — Areias .....	Cidade
<b>99 — RANCHARIA</b>		
210 — RANCHARIA .....	466 — Rancharia .....	Cidade
211 — IEPÊ .....	467 — Iepê .....	Cidade
	468 — Agissê .....	Vila
<b>100 — RIBEIRÃO BONITO</b>		
212 — RIBEIRÃO BONITO .....	469 — Ribeirão Bonito .....	Cidade
	470 — Guarapiranga .....	Vila
213 — BOA ESPERANÇA DO SUL (ex-Boa Esperança) .....	471 — Boa Esperança do Sul (ex-Boa Esperança) .....	Cidade
	472 — Trabiçu .....	Vila
214 — DOURADO .....	473 — Dourado .....	Cidade
<b>101 — RIBEIRÃO PRÊTO</b>		
215 — RIBEIRÃO PRÊTO .....	474 — Ribeirão Preto .....	Cidade
	475 — Caturano (ex-Bom Fim) .....	Vila
	476 — Guataparã .....	Vila
216 — CRAVINHOS .....	477 — Cravinhos .....	Cidade
	478 — Serrana .....	Vila

<i>Comarcas — Municipios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
102 — RIO CLARO		
217 — RIO CLARO .....	479 — Rio Claro .....	Cidade
	480 — Corumbataí .....	Vila
	481 — Ipeúna (ex-Ipojuca) .....	Vila
218 — ANALÂNDIA (ex-Anápolis) ...	482 — Santa Gertrudes .....	Vila
219 — ITIRAPINA .....	483 — Analândia (ex-Anápolis) .....	Cidade
	484 — Itirapina .....	Cidade
	485 — Itaqueri da Serra .....	Vila
103 — SANTA ADÉLIA		
220 — SANTA ADÉLIA .....	486 — Santa Adélia .....	Cidade
	487 — Botelho .....	Vila
	488 — Ururai .....	Vila
221 — ARIRANHA .....	489 — Ariranha .....	Cidade
	490 — Jaguati (ex-Palmares) .....	Vila
222 — ITAJOBI .....	491 — Itajobi .....	Cidade
	492 — Marapuama .....	Vila
104 — SANTA BRANCA		
223 — SANTA BRANCA .....	493 — Santa Branca .....	Cidade
224 — SALESÓPOLIS .....	494 — Salesópolis .....	Cidade
105 — SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS (ex-Palmeiras)		
225 — SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS (ex-Palmeiras) .....	495 — Santa Cruz das Palmeiras (ex-Palmeiras) .....	Cidade
106 — SANTA CRUZ DO RIO PARDO		
226 — SANTA CRUZ DO RIO PARDO	496 — Santa Cruz do Rio Pardo .....	Cidade
	497 — Caporanga .....	Vila
	498 — Clarínia .....	Vila
	499 — Rio Turvo .....	Vila
	500 — Sodrélia .....	Vila
227 — BERNARDINO DE CAMPOS ..	501 — Bernardino de Campos .....	Cidade
228 — IPAUÇU .....	502 — Ipaçu .....	Cidade
229 — SÃO PEDRO DO TURVO .....	503 — São Pedro do Turvo .....	Cidade
	504 — Dianópolis (ex-Caçador) .....	Vila
107 — SANTA ISABEL		
230 — SANTA ISABEL .....	505 — Santa Isabel .....	Cidade
	506 — Arujá .....	Vila
	507 — Igaraté .....	Vila
108 — SANTA RITA DO PASSA QUATRO (ex-Santa Rita)		
231 — SANTA RITA DO PASSA QUATRO (ex-Santa Rita) .....	508 — Santa Rita do Passa Quatro (ex-Santa Rita) .....	Cidade
	509 — Jacirendi (ex-Estrêla) .....	Vila
109 — SANTO ANASTÁCIO		
232 — SANTO ANASTÁCIO .....	510 — Santo Anastácio .....	Cidade
	511 — Piqueroibi .....	Vila
	512 — Ribeirão dos índios .....	Vila
110 — SANTOS		
233 — SANTOS .....	513 — Santos .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	514 — Bertoga .....	Vila
	515 — Cubatão .....	Vila
234 — GUARUJÁ .....	516 — Guarujá .....	Cidade
235 — ITANHAÉM .....	517 — Itanhaém .....	Cidade
	518 — Itariri .....	Vila
236 — MIRACATU (ex-Prainha) .....	519 — Miracatu (ex-Prainha) .....	Cidade
	520 — Juquiá .....	Vila
	521 — Pedro de Toledo .....	Vila
	522 — Tupiniquins .....	Vila
	523 — São Vicente .....	Cidade
111 — SÃO BENTO DO SAPUCAÍ		
238 — SÃO BENTO DO SAPUCAÍ ...	524 — São Bento do Sapucaí .....	Cidade
	525 — Santo Antônio do Pinhal .....	Vila
239 — CAMPOS DO JORDÃO .....	526 — Campos do Jordão .....	Cidade
112 — SÃO CARLOS		
240 — SÃO CARLOS .....	527 — São Carlos .....	Cidade
	528 — Ibaté .....	Vila
	529 — Santa Eudóxia .....	Vila
113 — SÃO JOÃO DA BOA VISTA		
241 — SÃO JOÃO DA BOA VISTA ...	530 — São João da Boa Vista .....	Cidade
242 — AGUAÍ (ex-Cascavel) .....	531 — Aguaí (ex-Cascavel) .....	Cidade
243 — ÁGUAS DA PRATA .....	532 — Águas da Prata .....	Cidade
244 — VARGEM GRANDE DO SUL (ex-Vargem Grande) .....	533 — Vargem Grande do Sul (ex-Vargem Grande) .....	Cidade

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
114 — SÃO JOSÉ DO RIO PARDO		
245 — SÃO JOSÉ DO RIO PARDO ..	534 — São José do Rio Pardo .....	Cidade
246 — GRAMA .....	535 — Sapecado .....	Vila
	536 — Grama .....	Cidade
115 — SÃO JOSÉ DO RIO PRÊTO (ex-Rio Prêto)		
247 — SÃO JOSÉ DO RIO PRÊTO (ex-Rio Prêto) .....	537 — São José do Rio Prêto (ex-Rio Prêto) .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	538 — Borboleta .....	Vila
	539 — Engenheiro Schmidt .....	Vila
	540 — Guapiagu (ex-Ribeirão Claro) ...	Vila
	541 — Ipiguá .....	Vila
	542 — Talhado .....	Vila
248 — CEDRAL .....	543 — Cedral .....	Cidade
249 — NOVA ALIANÇA .....	544 — Nova Aliança .....	Cidade
	545 — Adolfo .....	Vila
	546 — Mendonça .....	Vila
	547 — Nova Itapirema .....	Vila
250 — POTIRENDABA .....	548 — Potirendaba .....	Cidade
251 — UCHOA .....	549 — Uchoa .....	Cidade
116 — SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		
252 — SÃO JOSÉ DOS CAMPOS .....	550 — São José dos Campos .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	551 — Buquira .....	Vila
	552 — Eugênio de Melo .....	Vila
	553 — São Francisco Xavier .....	Vila
117 — SÃO LUÍS DO PARAITINGA		
253 — SÃO LUÍS DO PARAITINGA ..	554 — São Luís do Paraitinga .....	Cidade
	555 — Catuçaba .....	Vila
	556 — Lagoinha .....	Vila
254 — NATIVIDADE DA SERRA (ex-Natividade) .....	557 — Natividade da Serra (ex-Natividade) .....	Cidade
	558 — Bairro Alto .....	Vila
118 — SÃO MANUEL		
255 — SÃO MANUEL .....	559 — São Manuel .....	Cidade
	560 — Água da Rosa .....	Vila
	561 — Areiópolis .....	Vila
	562 — Pratânia (ex-Prata) .....	Vila
119 — SÃO PAULO (Capital)		
256 — SÃO PAULO (Capital) .....	563 — São Paulo (Capital) .....	Capital
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
		3.º Subdistrito
		4.º Subdistrito
		5.º Subdistrito
		6.º Subdistrito
		7.º Subdistrito
		8.º Subdistrito
		9.º Subdistrito
		10.º Subdistrito
		11.º Subdistrito
		12.º Subdistrito
		13.º Subdistrito
		14.º Subdistrito
		15.º Subdistrito
		16.º Subdistrito
		17.º Subdistrito
		18.º Subdistrito
		19.º Subdistrito
		20.º Subdistrito
		21.º Subdistrito
		22.º Subdistrito
		23.º Subdistrito
		24.º Subdistrito
		25.º Subdistrito
		26.º Subdistrito
		27.º Subdistrito
		28.º Subdistrito
		29.º Subdistrito
		30.º Subdistrito
		31.º Subdistrito
		32.º Subdistrito
		33.º Subdistrito
		34.º Subdistrito

Comarcas — Municípios	Distritos	Categoria
		35.º Subdistrito
		36.º Subdistrito
		37.º Subdistrito
		38.º Subdistrito
		39.º Subdistrito
	564 — Baquirivu (ex-São Miguel) .....	Vila
	565 — Guaianases (ex-Lajeado) .....	Vila
	566 — Itaquera do Campo (ex-Itaquera) .....	Vila
	567 — Parelheiros .....	Vila
	568 — Perus .....	Vila
257 — CUTIA .....	569 — Cutia .....	Cidade
	570 — Caucaia do Alto .....	Vila
	571 — Itapevi .....	Vila
258 — FRANCO DA ROCHA .....	572 — Franco da Rocha .....	Cidade
	573 — Caieiras .....	Vila
259 — GUARULHOS .....	574 — Guarulhos .....	Cidade
260 — ITAPECERICA DA SERRA (ex-Itapecerica) .....	575 — Itapecerica da Serra (ex-Itapecerica) .....	Cidade
	576 — Embu .....	Vila
	577 — Embu-Guaçu .....	Vila
	578 — Juquitiba .....	Vila
261 — JUQUERI .....	579 — Juquiri .....	Cidade
262 — SANTANA DE PARNAÍBA (ex-Parnaíba) .....	580 — Santana de Parnaíba (ex-Parnaíba) .....	Cidade
	581 — Barueri .....	Vila
	582 — Cajamar (ex-Água Fria) .....	Vila
	583 — Pirapora do Bom Jesus (ex-Pirapora) .....	Vila
263 — SANTO ANDRÉ .....	584 — Santo André .....	Cidade
		1.º Subdistrito
		2.º Subdistrito
	585 — Mauá .....	Vila
	586 — Paranapiacaba .....	Vila
	587 — Ribeirão Pires .....	Vila
264 — SÃO BERNARDO DO CAMPO (ex-São Bernardo) .....	588 — São Bernardo do Campo (ex-São Bernardo) .....	Cidade
120 — SÃO PEDRO	589 — São Pedro .....	Cidade
265 — SÃO PEDRO .....	590 — Tupancí (ex-Santa Maria) .....	Vila
121 — SÃO ROQUE	591 — São Roque .....	Cidade
266 — SÃO ROQUE .....	592 — Araçariguama .....	Vila
	593 — Mairinque .....	Vila
	594 — Taxaquara .....	Vila
267 — IBIÚNA (ex-Una) .....	595 — Ibiúna (ex-Una) .....	Cidade
122 — SÃO SEBASTIÃO	596 — São Sebastião .....	Cidade
268 — SÃO SEBASTIÃO .....	597 — Maresias .....	Vila
269 — CARAGUATATUBA .....	598 — Caraguatatuba .....	Cidade
270 — ILHABELA (ex-Formosa) .....	599 — Ilhabela (ex-Formosa) .....	Cidade
	600 — Cambaçuara .....	Vila
	601 — Paranabi .....	Vila
123 — SÃO SIMÃO	602 — São Simão .....	Cidade
271 — SÃO SIMÃO .....	603 — Luís Antônio .....	Vila
272 — ICATURAMA (ex-Santa Rosa) .....	604 — Icaturama (ex-Santa Rosa) .....	Cidade
273 — SERRA AZUL .....	605 — Serra Azul .....	Cidade
124 — SERRA NEGRA	606 — Serra Negra .....	Cidade
274 — SERRA NEGRA .....	607 — Lindóia .....	Cidade
275 — LINDÓIA .....		
125 — SERTÃOZINHO	608 — Sertãozinho .....	Cidade
276 — SERTÃOZINHO .....	609 — Barrinha .....	Vila
	610 — Cruz das Posses .....	Vila
277 — PONTAL .....	611 — Pontal .....	Cidade
126 — SOCORRO	612 — Socorro .....	Cidade
278 — SOCORRO .....		

<i>Comarcas — Municípios</i>	<i>Distritos</i>	<i>Categoria</i>
127 — SOROCABA		
279 — SOROCABA .....	613 — Sorocaba .....	Cidade 1.º Subdistrito 2.º Subdistrito
280 — ARAÇOIAIBA DA SERRA (ex-Campo Largo) .....	614 — Brigadeiro Tobias .....	Vila
	615 — Salto de Pirapora .....	Vila
	616 — Votorantim .....	Vila
	617 — Araçoiaba da Serra (ex-Campo Largo) .....	Cidade
128 — TANABI	618 — Varnhagen .....	Vila
281 — TANABI .....	619 — Tanabi .....	Cidade
	620 — Américo de Campos .....	Vila
	621 — Cosmorama .....	Vila
	622 — Ibiporanga .....	Vila
129 — TAQUARITINGA		
282 — TAQUARITINGA .....	623 — Taquaritinga .....	Cidade
	624 — Cândido Rodrigues .....	Vila
	625 — Guariroba .....	Vila
	626 — Jurupema (ex-Jurema) .....	Vila
	627 — Santa Ernestina .....	Vila
283 — FERNANDO PRESTES .....	628 — Fernando Prestes .....	Cidade
	629 — Agulha (ex-Camargo) .....	Vila
130 — TATUÍ		
284 — TATUÍ .....	630 — Tatuí .....	Cidade
	631 — Cesário Lange .....	Vila
	632 — Quadra .....	Vila
	633 — Guareí .....	Cidade
	634 — Porangaba .....	Cidade
	635 — Torre de Pedra .....	Vila
131 — TAUBATÉ		
287 — TAUBATÉ .....	636 — Taubaté .....	Cidade 1.º Subdistrito 2.º Subdistrito
	637 — Quiririm .....	Vila
	638 — Redenção da Serra (ex-Redenção) .....	Cidade
	639 — Tremembé .....	Cidade
132 — TIETÊ		
290 — TIETÊ .....	640 — Tietê .....	Cidade
	641 — Cerquilho .....	Vila
	642 — Jumirim .....	Vila
	643 — Laranjal Paulista (ex-Laranjal) ..	Cidade
	644 — Laras .....	Vila
133 — TUPÁ		
292 — TUPÁ .....	645 — Tupá .....	Cidade
	646 — Iacri .....	Vila
	647 — Varpa .....	Vila
	648 — Bastos .....	Cidade
	649 — Parapuá (ex-Canaã) .....	Cidade
	650 — Rinópolis .....	Cidade
134 — UBATUBA		
296 — UBATUBA .....	651 — Ubatuba .....	Cidade
	652 — Picinguaba .....	Vila
135 — VALPARAÍBA (ex-Cachoeira)		
297 — VALPARAÍBA (ex-Cachoeira) .....	653 — Valparaíba (ex-Cachoeira) .....	Cidade
298 — SILVEIRAS .....	654 — Silveiras .....	Cidade
136 — VALPARAÍSO		
299 — VALPARAÍSO .....	655 — Valparaíso .....	Cidade
	656 — Alto Pimenta .....	Vila
300 — LAVÍNIA .....	657 — Lavínia .....	Cidade
301 — MIRANDÓPOLIS (ex-Comandante Arbues) .....	658 — Mirandópolis (ex-Comandante Arbues) .....	Cidade
	659 — Amandaba .....	Vila
137 — VOTUPORANGA		
302 — VOTUPORANGA .....	660 — Votuporanga .....	Cidade
	661 — Cardoso .....	Vila
	662 — Igapira (ex-Monteiro) .....	Vila
	663 — Fernandópolis .....	Cidade
	664 — Jales .....	Vila
303 — FERNANDÓPOLIS .....	665 — Pedranópolis .....	Vila

## Comarcas — Municípios

## Distritos

## Categoria

138 — XIRIRICA

304 — XIRIRICA .....

666 — Xiririca ..... Cidade  
 667 — Itapeúna (ex-Itaúna) ..... Vila  
 668 — Braço ..... Vila”.

São Paulo, 10 de março de 1944. — César Costa, Relator. — Cirilo Júnior. — Miguel Reale.

(D. O. — São Paulo — 21-3-944).

★

## SERGIPE

Decreto de 22 de março de 1944

*Nomeia comissão consultiva para os casos de venda, compra ou permuta de moedas da coleção numismática da Biblioteca Pública*

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições e tendo em vista a proposta da Diretoria da Biblioteca Pública, resolve nomear os Srs. Josafá Brandão, Atila

Ramos e Sílvia Garcês para constituírem uma comissão consultiva para os casos de venda, compra ou permuta de moedas da coleção numismática da referida Biblioteca.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 22 de março de 1944, 56.º da República. — Augusto Maynard Gomes. — Francisco Leite Neto.

“Diário Oficial” de Sergipe, 23/3/944.

Resoluções do Instituto Brasileiro  
de Geografia e Estatística

Comissão Censitária Nacional

Ementário das Resoluções aprovadas em 1943

**Resolução n.º 62** — de 15 de janeiro de 1943.

Altera a discriminação de verbas constantes da tabela anexa à Resolução n.º 61, de 15 de maio de 1942.

**Resolução n.º 63** — de 15 de maio de 1943.

Sugere a prorrogação do mandato da Comissão Censitária Nacional.

**Resolução n.º 64** — de 21 de maio de 1943.

Provê a discriminação de verbas para o Recenseamento Geral de 1940, no exercício de 1944.

**Resolução n.º 65** — de 31 de dezembro de 1943.

Provê ao reforço das verbas constantes da tabela anexa à Resolução n.º 62, de 15 de janeiro de 1943.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

# Conselho Nacional de Estatística

## Assembléia Geral

### Integra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1943

Resolução n.º 129, de 20 de julho de 1939

*Exprime congratulações e formula um apêlo ao embaixador José Carlos de Macedo Soares*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e Considerando a relevante significação de que se reveste, para a literatura histórica brasileira, o trabalho apresentado pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares ao III Congresso de História Nacional sobre as fronteiras do Brasil colonial e recentemente editado em volume, no qual merece realçado, de passagem, o admirável senso artístico a que obedeceu a sua feitura gráfica;

Considerando que a obra em apreço constitui, pela vastíssima bibliografia em que se baseou o seu plano, pela erudição com que foi elaborada e pela segurança e brilho dos conceitos, um conjunto de elementos inestimáveis para a perfeita fixação do ritmo de nosso desenvolvimento histórico, sobretudo no que toca à expansão geográfica do Brasil;

Considerando também, que *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, enfilexando os resultados de uma notável série de pesquisas, representa um novo e significativo esforço do seu autor a serviço da comunhão brasileira, qual seja onde pôr em relêvo os altos fatores morais sob cujo signo se processou, através dos séculos, a sedimentação da unidade nacional;

Considerando, ainda, que o trabalho do embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela autoridade histórica de que se reveste e pelo espírito nacionalista que o anima, vem oferecer uma contribuição das mais valiosas às campanhas em que se têm empenhado os órgãos dirigentes do Instituto, sob a assistência direta e patriótica de seu benemérito presidente, no sentido de uma precisa definição dos âmbitos geográficos das unidades estaduais e municipais, dentro de um alto pensamento de brasilidade;

Considerando, finalmente, a excepcional importância dos estudos dessa natureza, para o perfeito esclarecimento dos problemas que entendem mais de perto com a formação geográfica e histórica do país;

Resolve:

Artigo único — Ficam expressas, de maneira muito calorosa, as congratulações do Conselho Nacional de Estatística ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela recente publicação de seu admirável trabalho sob o título *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, formulando-se, do mesmo passo, um encarecido apêlo ao patriotismo de Sua Excelência no sentido de alongar até o Brasil-Império e o Brasil-República as pesquisas e estudos com que, esclarecendo, brilhantemente, os problemas da nossa formação, enriqueça, cada vez mais, a admirável fôlha de serviços prestados, pelo seu alto espírito público, à comunidade brasileira.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939, 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário-Geral do Instituto.

Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Resolução n.º 132, de 20 de julho de 1939

*Declara a solidariedade do Conselho Nacional de Estatística à homenagem prestada pelo Conselho Nacional de Geografia ao general Rondon.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e Considerando que o Conselho Nacional de Geografia, pela sua Resolução n.º 51, de 18 de julho de 1939, documento de alta significação moral, cívica e histórica, prestou justa e expressiva homenagem ao general Rondon;

Considerando que a obra benemérita do homenageado e a sua eminente figura de geógrafo, naturalista, engenheiro e missionário da fraternidade humana merece o mais alto galardão cívico;

Considerando a solidariedade que êste Colégio deve às iniciativas do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando ainda que a obra do homenageado também teve profundo alcance no que diz respeito aos objetivos da estatística brasileira, tanto nos assuntos físió-demográficos como nos de natureza econômica, social, cultural e política;

Resolve:

Artigo único — E' solenemente declarada, como justo enaltecimento de um mérito cívico entre os maiores que a História Pátria gloriosamente registra, a solidariedade do Conselho Nacional de Estatística à iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, proclamando perante a nação brasileira, como objeto da sua perene veneração, o extraordinário mérito cívico do general Cândido Mariano da Silva Rondon, cognominado com justiça — "O Civilizador do Sertão".

Parágrafo único — Para mais acentuar a expressão dessa solidariedade, os membros do Conselho Nacional de Estatística assinarão, com os seus colegas da ala co-irmã, o pergaminho a ser entregue àquele eminente brasileiro, conferindo-lhe o título que de direito lhe cabe, como verdadeiro preito de reconhecimento da comunhão nacional.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939, 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Secretário-Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário-Geral do Instituto.

Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

## Resolução n.º 153, de 22 de julho de 1939

*Consigna um pronunciamento sobre a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro, como sede definitiva do Instituto.*

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em virtude do desenvolvimento de suas atividades, deve possuir sede condigna e ampla onde possa localizar, racionalmente, os diversos serviços integrantes do seu grande sistema;

Considerando que a Associação Brasileira de Educação propôs à presidência do Instituto a transferência da iniciativa, já tomada por aquela sociedade, de promover a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro;

Considerando que esta Assembléa, por sua Resolução n.º 93, manifestou a solidariedade do Conselho ao magnífico plano organizado pela Associação Brasileira de Educação e cuja execução está hoje sob a responsabilidade do Instituto;

Considerando, ainda, as Resoluções ns. 32, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, n.º 17, da Comissão Censitária Nacional e n.º 64, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística;

## Resolve:

Art. 1.º — Fica expressamente retificada a Resolução n.º 64, de 16 de fevereiro de 1939 (anexa), pela qual a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, aceitou a proposta da Associação Brasileira de Educação no sentido de se transferir ao Instituto a iniciativa de promover a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro.

Art. 2.º — A presidência do Instituto enviará seus esforços por que não sofram solução de continuidade as providências iniciais que já tomou, submetendo à consideração do Governo da República o projeto da Associação Brasileira de Educação.

Art. 3.º — Fica recomendado, encarecidamente, aos órgãos federais, estaduais, municipais e particulares integrantes do grande sistema de cooperação inter-administrativa da estatística nacional, que prestem todo o seu apoio à campanha que o Instituto lançar para a realização desse empreendimento.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1939, 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Secretário-Assistente da Assembléa. — Visto e rubricado, *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário-Geral do Instituto.

Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

# Conselho Nacional de Geografia

## Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções n.ºs 75 a 84

Resolução n.º 75, de 16 de julho de 1941

Presta sentida homenagem à memória dos membros do Conselho falecidos durante o biênio 1939-41

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia no uso de suas atribuições; Considerando que, depois da última sessão da Assembléia, o Conselho ficou privado da colaboração de vários de seus membros, que foram arrebatados pela morte;

Considerando que cumpre cultuar a memória daqueles que comungaram em nossos comuns ideais;

Resolve:

Art. 1.º — Aprovar de modo especial a Resolução n.º 53, de 2 de dezembro de 1939, do Diretório Central, associando-se às homenagens em memória do grande cientista brasileiro Eng.º Eusébio Paulo de Oliveira, que, na qualidade de membro do Diretório Central, prestou inestimável colaboração ao Conselho, destacando-se pela dedicação, pela clarividência e zelosa atenção com que presidia às reuniões do Diretório e da Assembléia.

Art. 2.º — Render respeitosa homenagem à memória do general José Maria Moreira Guimarães, em reconhecimento pelos relevantes serviços que prestou à geografia nacional e ao Conselho, através da Consultoria Técnica.

Art. 3.º — Recordar a fidalga figura do conde Cândido Mendes de Almeida, que nas sessões anteriores representou com brilho o Estado do

Maranhão e exercia as funções de presidente da Comissão Técnica Permanente de Geografia Humana, do Conselho, e, por isso, a Assembléia rende à sua memória a mais comovida homenagem.

Art. 4.º — Reverenciar a memória do engenheiro Luís Flores de Moraes Rêgo, membro da Comissão Técnica Permanente de Fisiografia do Conselho, que em vida prestou serviços inestimáveis pelo seu labor constante e fecundo.

Art. 5.º — Expressar a mais sincera homenagem à memória do engenheiro Luís Cantanhede de Almeida, consultor-técnico do Conselho, que assinalados serviços prestou à geografia nacional, através da cátedra de topografia na Escola Nacional de Engenharia.

Art. 6.º — Apresentar condolências ao Diretório Regional do Conselho no Estado da Paraíba pelo falecimento do Dr. Borja Peregrino, que, na qualidade de secretário do Interior e Justiça, era presidente do mesmo Diretório.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 76, de 17 de julho de 1941

Exprime pronunciamentos acêrca do Recenseamento Geral da República de 1940

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a campanha censitária de 1940, apesar do seu grande desdobramento, foi coroada do mais surpreendente êxito, da sua fase fundamental, à da coleta;

Considerando que o Recenseamento se caracterizou pela inclusão, no programa de seus trabalhos de empreendimentos de natureza geográfica, determinando uma participação efetiva deste Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Ao presidente do Instituto fica consignada calorosa congratulação pelo êxito admirável do Recenseamento Geral da República, de 1940, que lhe assegura, indubitavelmente, a maneira vitoriosa pela qual se processou a coleta dos dados.

Art. 2.º — É formulado ao Conselho Nacional de Estatística voto do mais vivo e fraternal regozijo pela feliz efetivação do maior empreendimento da instituição, — o Recenseamento — que já se pode considerar vitorioso pelo resultado surpreendente obtido na sua fase fundamental.

Art. 3.º — A Comissão Censitária Nacional, o Conselho expressa seu mais caloroso aplauso pela maneira eficaz com que foram projetados e executados os trabalhos de coleta dos dados censitários, pelos quais está garantida a obtenção dos resultados que os brasileiros esperam da grande operação.

Art. 4.º — O Conselho manifesta ainda ao diretor geral do Serviço Nacional do Recenseamento e a todos seus auxiliares, que tão dedicadamente se aplicaram em suas tarefas, expressões de entusiasmo e de admiração pelo devotamento patriótico com que enfrentaram

as inúmeras e vultosas dificuldades, que oferece operação de tão grande porte num país novo e extenso, como o nosso.

Art. 5.º — Ao diretor geral do Serviço Nacional de Recenseamento a Assembléa encarrega a conveniência de serem, oportunamente, encaminhados à repartição central do Conselho Nacional de Geografia, os apontamentos, anotações e demais observações locais dos agentes reenseadores, acérca da cartografia e da geo-

grafia dos setores respectivos, afim de serem aproveitados convenientemente nas cartas que a mesma repartição elaborar.

Rio de Janeiro. 17 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941

Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das Unidades Federadas brasileiras, para fins práticos propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a divisão das Unidades Federadas brasileiras em zonas fisiográficas, pela estatística brasileira, comporta revisões e atualizações ora em uso que a tornem mais conforme às características geográficas dominantes;

Considerando que o estabelecimento da divisão regional das Unidades Federadas deve obedecer a determinados princípios e normas, tal como se fez ao restabelecer-se a divisão do Brasil em grandes regiões, pela Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, desta Assembléa;

Considerando que, sob o ponto de vista geográfico, a divisão regional duma Unidade Federada deve ser fixada, examinando-se as ocorrências fisionômicas também em suas relações de continuidade com as unidades vizinhas, e não isoladamente;

Considerando as grandes vantagens, para os estudos de geografia regional, da possibilidade do agrupamento de zonas pertencentes a umas e outras Unidades Federadas, de modo a se obterem sucessivamente as sub-regiões, as regiões e as grandes regiões em que se divide o território nacional conforme sugere o quadro sistemático, anexado para fins de estudo (anexo n.º 1);

Atendendo, porém, a que as exigências da prática determinam adaptações, que, no caso de divisão regional das Unidades Federadas consistem em não desmembrar-se qualquer município e em evitar-se um número excessivamente grande de municípios em cada zona;

Tendo em vista o apêlo formulado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em sua Resolução n.º 108, de 21 de março de 1941, no sentido de ser apresentada uma proposta que permita fixar-se o critério a prevalecer quanto ao zoneamento de cada Unidade Federada, segundo as peculiaridades geográficas dos seus diversos municípios;

Considerando os estudos empreendidos pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, que fundamentaram a proposta de divisão regional brasileira apresentada à Assembléa pela Secretaria do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Para o estabelecimento da divisão regional das Unidades Federadas, dentro do critério geral de ter fundamento científico-geográfico e atender às conveniências práticas, são fixadas as seguintes normas:

a) agrupamento de municípios realmente ligados por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentem aspectos comuns formando conjuntos peculiares;

b) caracterização baseada principalmente nos fatos da geografia física (geologia, relevo, clima e vegetação natural) e secundariamente nos fatos da geografia humana (produção, comunicações, densidade demográfica, formação histórica, etc);

c) indivisibilidade de qualquer município, localizando-o na zona em que mais predominante e caracteristicamente apareça;

d) fixação, para a divisão, dum número reduzido de zonas, porém, sem que disso decorra um número excessivamente grande de municípios em uma mesma zona;

e) respeito ao princípio da continuidade territorial para as zonas pertencentes às Unidades Federadas vizinhas e que apresentem as mesmas características, de modo a formarem sub-regiões abrangendo trechos de mais de uma unidade.

Art. 2.º — Fica apresentada, como base dos estudos a serem realizados pelos órgãos competentes dos dois Conselhos integrantes do Instituto, a divisão regional das Unidades Federadas, em zonas, constante dos quadros anexos a esta Resolução (anexos ns. 1 e 2);

Parágrafo único — Os Diretórios Regionais em colaboração com as Juntas Executivas Regionais de Estatística, examinarão o quadro ora apresentado e enviarão os resultados de seus estudos à Secretaria Geral até 1.º de outubro do corrente ano propondo justificadamente as modificações que julgarem necessárias dentro dos princípios e normas fixados na presente Resolução.

Art. 3.º — A repartição central do Conselho continuará, por seu turno, a realizar estudos sobre o assunto, sempre em comunicação com os órgãos regionais do Conselho e coordenará as sugestões que esses enviarem, apresentando o projeto definitivo até 15 de novembro do corrente ano.

Art. 4.º — Ficam delegados poderes especiais ao Diretório Central para aprovar o quadro definitivo e promover a sua adoção pela estatística brasileira, de modo a que possa entrar em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1942.

Art. 5.º — Fica recomendado aos Diretórios Regionais de Geografia, que empreendam estudos sobre a delimitação das regiões naturais de cada Unidade Federada, sem atender, nesse caso, as divisões intermunicipais ou interdistritais, promovendo para isso pesquisas e observações locais.

Parágrafo único — Os Diretórios Regionais comunicarão à Secretaria Geral os resultados dessas pesquisas e todos os elementos úteis à

caracterização fisionômica dos territórios respectivos.

Art. 6.º — A Assembléa formula um voto de louvor ao Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães e aos seus efficientes auxiliares da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica pela excelência dos estudos efetuados sobre a divisão regional brasileira, que possibilitaram à Assembléa o debate am-

plô e satisfatório do importante e complexo assunto.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 78, de 18 de julho de 1941

Approva as contas do Conselho relativas ao exercício financeiro de 1.º de julho de 1940 a 30 de julho de 1941

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que é uma das suas atribuições a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros do Conselho;

Considerando que o Diretório Central, pela Resolução n.º 75, de 3 de janeiro de 1941, aprovou as contas relativas ao período 1939-1940, *ex-vi* do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2 108, de 4 de abril de 1940;

Considerando o parecer apresentado pela Comissão regimental competente;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o parecer da Comissão de Finanças acêrca das contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1940 a 30 de junho de 1941 e, em consequência, também aprovado fica o movimento financeiro da instituição referente ao mesmo período.

Art. 2.º — O parecer fica fazendo parte integrante desta Resolução.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 79, de 18 de julho de 1941

Provê ao preparo e à distribuição aos Diretórios Municipais de Geografia dum guia de observação geográfica

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a difusão de normas de observação geográfica no país trará consideráveis benefícios para o conhecimento do nosso território, porque intensificará e aprimorará a pesquisa;

Considerando que o eminente Prof. Deffontaines elaborou um *Guia de Viajante Ativo*, fecundo de valiosas sugestões, cujo aproveitamento, porém, para o caso brasileiro exige adaptações;

Considerando que os Diretórios Municipais de Geografia, como órgãos locais do Conselho, devem constituir-se, por natureza, os elementos de difusão da pesquisa geográfica local,

Resolve:

Art. 1.º — A repartição central do Conselho elaborará um *Guia de Observação Geográfica*, destinado a disseminar conhecimentos e normas de observação das paisagens, em ordem a estimular e orientar as pesquisas geográficas locais.

§ 1.º — O *Guia* terá cunho essencialmente prático, será redigido de forma acessível para que produza seus efeitos com a desejada generalização no país, e preverá para cada plano de observação graus sucessivos de profundidade de pesquisa.

§ 2.º — No *Guia* serão apresentadas noções gerais, indispensáveis ao pesquisador de geografia local, regras de observação do meio am-

plante, programas-tipo de excursões para observação geral e para observações específicas, bem como esquemas dos dados e informações que deverão ser colhidos em cada espécie de pesquisa.

§ 3.º — Fica determinado o aproveitamento das sugestões contidas no *Guia do Viajante Ativo*, de autoria do grande Prof. P. Deffontaines, com as adaptações necessárias às condições brasileiras.

Art. 2.º — O *Guia de Observação Geográfica* será impresso, para fins de distribuição gratuita aos Diretórios Municipais do Conselho.

§ 1.º — A expedição do *Guia* aos Diretórios Municipais será feita pelos Diretórios Regionais respectivos, que formularão as instruções e recomendações que julgarem oportunas e convenientes.

§ 2.º — A edição será prevista de modo que a cada Diretório Municipal sejam ofertados pelo menos três exemplares do *Guia*.

Art. 3.º — Deverá ser também examinada a difusão do *Guia* nos meios escolares do país.

Art. 4.º — O *Guia* fará parte da Biblioteca Geográfica Brasileira.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 80, de 18 de julho de 1941

Determina a publicação dum catálogo de coordenadas geográficas selecionadas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições.

Considerando que, na divulgação dos valores das coordenadas geográficas, deve haver rigor científico, limitando-se áqueles que de fato foram obtidos em condições técnicas aceitáveis;

Considerando que, no caso das sedes municipais, a repartição central do Conselho procede a rigorosa revisão dos valores das coordenadas já levantadas, nos termos do art. 10 da Resolução n.º 35, de 3 de abril de 1939, do Diretório Central;

Considerando, porém, que a seleção e consequente divulgação das coordenadas não devem limitar-se ás referentes a sedes municipais e sim estender-se a tódas já levantadas;

Considerando que, em consequência da campanha de coordenadas do Conselho e de outras iniciativas oficiais e particulares, cada ano, são levantadas presentemente no país coordenadas geográficas em número apreciável.

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho publicará na Biblioteca Geográfica Brasileira o *Catálogo de Coordenadas Geográficas Selecionadas*.

Art. 2.º — A direção técnica da campanha de coordenadas procederá à revisão das coordenadas geográficas levantadas no país além das referentes ás sedes municipais, e manterá em dia o respectivo arquivo.

Art. 3.º — No *Catálogo* deverão ser mencionadas as características principais de cada coordenada, especialmente considerada a localização do ponto a que os valores se referem.

Art. 4.º — O *Catálogo* terá edições sucessivas, apresentando coletâneas atualizadas de coordenadas levantadas.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 81, de 18 de julho de 1941

Dispõe sobre a adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que se realizará em Belém do Pará, em setembro de 1943, o X Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela benemérita Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro;

Considerando que o Regimento desse certame, já baixado pela sua devotada Comissão Organizadora, prevê a adesão de instituições;

Considerando que o certame de Belém só pode merecer de tódas as alas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o mais vivo aplauso e a mais franca colaboração;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fica autorizada a aderir ao X Congresso Brasileiro de Geografia, como Membro Protetor, mediante a quota de 1:000\$000, cujo pagamento se efetuará por conta da verba própria do orçamento do Conselho Nacional de Geografia em vigor.

Art. 2.º — O Conselho Nacional de Geografia adere ao X Congresso Brasileiro de Geografia, como Membro Protetor, mediante a quota de 1:000\$000, cujo pagamento se fará pela verba própria do seu atual orçamento.

Art. 3.º — É formulado encarecido apêlo ao Conselho Nacional de Estatística, do Instituto comum, para que efetive de logo sua prestigiosa adesão ao certame cultural de Belém, para cujo êxito certamente muito influirá o valioso subsídio da estatística brasileira.

Art. 4.º — À Comissão Censitária Nacional, pertencente ao mesmo Instituto, o Conselho ressalta o alto significado da sua inestimável adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia, que em 1943 irá beneficiar-se extraordinariamente do notável conjunto de dados recolhidos pela magna campanha censitária de 1940.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 82, de 19 de julho de 1941

Determina a publicação de mapas referentes às Unidades Políticas da Federação

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a divisão administrativa do país está sistematizada, de acórdio com a Lei Nacional n.º 311, mantendo-se inalterados os atuais quadros municipais e distritais até ao fim de 1943;

Considerando que, de acórdio com a melhor documentação existente, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica elaborou carto-

gramas de divisão administrativa e mapas esquemáticos das Unidades Federadas;

Considerando que, de impressão muito fácil e rápida êsses mapas publicados serão de bastante utilidade,

Resolve:

Art. 1.º — A Secretaria do Conselho providenciará para a impressão, com a possível presteza, das seguintes coletâneas de mapas referentes às Unidades Federadas do país;

a) cartogramas padronizados, contendo a divisão municipal e distrital em vigor, no formato aproximado AA;

b) pequenos mapas, formato officio, esquemáticos, para fins informativos.

Art. 2.º — A edição de cada mapa será no mínimo de 500 exemplares, que se destinam aos órgãos centrais e regionais do Instituto, facultada a venda pública dos excedentes.

§ 1.º — Antes de imprimir cada mapa, a Secretaria consultará o Diretório Regional respectivo se lhe interessa uma edição suplementar por conta do mesmo Diretório.

§ 2.º — De cada mapa deverá ser dada vista, antes da publicação, ao Diretório Regional respectivo.

§ 3.º — Da edição normal de cada mapa a Secretaria oferecerá ao Diretório Regional correspondente cem exemplares.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 83, de 19 de julho de 1941

Fixa disposições acerca da Campanha de Levantamento das Coordenadas Geográficas que o Conselho vem empreendendo;

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a Campanha de Levantamento das Coordenadas Geográficas das sedes municipais que o Conselho vem empreendendo, desde fins de 1939, apresenta resultados muito animadores;

Tomando no devido apêço a eficiência da direção da Campanha, a dedicação dos seus operadores e ao apoio dos Poderes Públicos;

Considerando que constitui inestimável serviço à geografia nacional o prosseguimento dessa Campanha, que presentemente está condicionada, no tempo e na localização, aos trabalhos de atualização da Carta ao milionésimo e no desenvolvimento, aos recursos que constituem o fundo especial para isso formado com os auxílios concedidos pelo Conselho Nacional de Estatística e pela Comissão Censitária Nacional.

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho consigna seus agradecimentos aos Governos Regionais que puseram à disposição do Instituto engenheiros para a Campanha e que facilitaram a missão dos engenheiros, ao eminente professor Alirio de Matos, que exerce a chefia técnica da Campanha, e aos engenheiros que com dedicação nela atuam, e com eles se congratula pelos excelentes resultados até agora obtidos.

Art. 2.º — A Comissão Executiva Central da Carta ao Milionésimo fica autorizada a instituir, na forma que julgar mais conveniente, prêmios a serem conferidos aos engenheiros da Campanha de Coordenadas e que mais se destacarem em sua atuação.

§ 1.º — O plano dos prêmios tem por fim prestigiar dedicações e estimular a produção.

§ 2.º — Na concessão dos prêmios será considerada a produção de cada engenheiro, não só quanto à qualidade e à quantidade, como também em relação às circunstâncias em que se efetivou o trabalho, como sejam, as condições de transporte, distâncias, clima, estado geral do céu.

§ 3.º — Os prêmios serão em dinheiro, representando razoável proporção em relação ao volume da produção efetiva da Campanha, e deverão ser objeto de instruções especiais.

Art. 3.º — É considerada de caráter permanente a Campanha de Levantamento das Coordenadas Geográficas.

§ 1.º — A Comissão Executiva Central da Carta apresentará ao Diretório Central um plano dessa Campanha assim considerada.

§ 2.º — Anualmente, no orçamento do Conselho, será prevista verba própria para o prosseguimento da Campanha.

§ 3.º — Todas as verbas consignadas à Campanha de Coordenadas irão para o Fundo Especial já constituído, não podendo ser objeto de transferências, reversões, estranhos e reservas, de modo que integralmente se apliquem ao desenvolvimento da Campanha.

Art. 4.º — No programa de trabalhos a serem executados numa Unidade Federada, deverão ser consideradas as conveniências dos serviços geográficos respectivos, mediante entendimentos prévios com a repartição técnica especializada, de forma que a realização da Campanha das Coordenadas lhes ofereça, da melhor maneira possível, subsídios oportunos e de interesse para a geografia regional.

Art. 5.º — No plano da Campanha permanente será considerada a constituição de um quadro de engenheiros a serviço exclusivo do Conselho, convenientemente equipados, conforme a experiência colhida nos trabalhos da Campanha, até agora realizados, vier a recomendar.

Art. 6.º — Aos Diretórios Regionais do Conselho ficam, desde já cometidos os seguintes encargos: a) contribuir para que, da melhor maneira possível, se processem os entendimentos entre a repartição central do Conselho e a administração regional respectiva relativamente ao desenvolvimento da Campanha; b) facilitar ao engenheiro do Conselho que operar na Unidade Federada respectiva quanto possível, o desempenho da sua missão técnica, não só junto às repartições regionais como também junto às Prefeituras e às empresas particulares que úteis possam ser; c) fiscalizar a conservação dos marcos colocados pelo engenheiro nos pontos cujas coordenadas tenha levantado através de informações dos Diretórios Municipais respectivos e por meio de inspeção direta levada a efeito por elementos próprios ou outros idôneos da administração regional.

Art. 7.º — A Presidência do Instituto entender-se-á com os chefes dos Governos Regionais a respeito do prosseguimento da Campanha,

não só quanto ao caso dos engenheiros estaduais presentemente à disposição do Instituto e em exercício na Campanha, como também para que na Campanha venham a integrar-se as demais Unidades Federadas que não puderam até agora dispor de engenheiros para isso.

Art. 3.º — A atuação dum engenheiro estadual, pôsto à disposição do Conselho, deverá exercer-se dentro da Unidade Federada respec-

tiva salvo em casos excepcionais em que, com o consentimento prévio do seu Governo, se impuser uma colaboração fora do Estado.

Rio de Janeiro 19 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 84, de 19 de julho de 1941

Promove a elaboração de estudos e pesquisas acêrca da terminologia geográfica brasileira

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que é enorme no país a variedade dos designativos de acidentes geográficos;

Considerando a interessante contribuição oferecida pelo Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado do Amazonas acêrca da abundante terminologia potamográfica da região;

Considerando que o Diretório Regional do Conselho no Estado de São Paulo também realizou interessantes estudos análogos;

Considerando que, no país, a designação dos acidentes tem, muitas vèzes, cunho regional ou local,

Resolve:

Art. 1.º — Fica incluído no plano dos trabalhos do *Dicionário Geográfico Brasileiro* o preparo do índice terminológico da geografia brasileira.

Art. 2.º — Os Diretórios Regionais do Conselho deverão, até 31 de dezembro do corrente ano, remeter à Secretaria do Conselho os resul-

tados dos estudos que deverão realizar acêrca dos termos usados nas Unidades Políticas respectivas para designar acidentes geográficos.

Art. 3.º — O Serviço do *Dicionário Geográfico*, na repartição central, com o material enviado pelos Diretórios Regionais e com outros que tenham sido coligidos em suas pesquisas, projetará os inquéritos e trabalhos complementares, cuja execução fôr julgada necessária.

Art. 4.º — Os resultados dos estudos e pesquisas acêrca da terminologia geográfica serão publicados pelo Conselho, mencionando-se para cada designativo não só o seu significado geográfico, mas também as regiões brasileiras onde o seu uso é corrente.

Art. 5.º — Nesses estudos deverá também haver a preocupação duma classificação terminológica dos acidentes geográficos.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

# Diretório Central

## Íntegra das Resoluções n.ºs 75 a 84

### Resolução n.º 75, de 3 de janeiro de 1941

Approva as contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1940

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, nos termos do Decreto-lei n.º 2 108, de 4 de abril de 1940, deixou de realizar-se em 1940 a sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho, cometendo-se a este Diretório as atribuições da mesma Assembléa, dentre as quais se destaca a tomada das contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1940;

Considerando que o Diretório Central, para o exame das referidas contas como lhe competia, constituiu uma Comissão de Tomada de Contas, composta de três dos seus membros, por eleição, a qual apresentou circunstanciado parecer;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o parecer da Comissão de Tomada de Contas, e, em consequên-

cia, aprovadas as contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1940.

Art. 2.º — O parecer aprovado constitui documento integrante da presente Resolução.

Art. 3.º — Fica manifesto à Secretaria Geral do Instituto o regozijo do Conselho Nacional de Geografia pela eficiente organização do serviço centralizado da Contabilidade, conforme, em seu parecer, salientou a Comissão de Tomada de Contas.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 76, de 20 de janeiro de 1941

Fixa o quadro do pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o exercício de 1941

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o quadro do pessoal da repartição central do Conselho, na dependência das possibilidades orçamentárias, deve ser fixado para cada exercício;

Tendo em vista os dispositivos do Regulamento do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, baixado pela Resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939, dêste Diretório;

Considerando as vantagens de se aplicarem, no que se adaptar, as normas nacionalizadoras e uniformizadoras em boa hora implantadas na administração federal pelo Departamento Administrativo do Serviço Público;

Resolve:

Art. 1.º — O pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, no corrente exercício, ocupará cargos que se distribuirão segundo a seguinte escala de vencimentos:

Padrão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
	300\$	350\$	400\$	450\$	500\$	550\$	600\$	650\$	700\$	800\$	900\$	1:000\$	1:100\$	1:200\$	1:300\$	1:400\$
	mensais															
	3:600\$	4:200\$	4:800\$	5:400\$	6:000\$	6:600\$	7:200\$	7:800\$	8:400\$	9:600\$	10:800\$	12:000\$	13:200\$	14:400\$	15:600\$	16:800\$
	anuais															

Padrão	17	18	19	20	21	22	23	24
	1:500\$	1:600\$	1:800\$	2:000\$	2:300\$	2:600\$	3:000\$	3:300\$
	mensais							
	18:000\$	19:200\$	21:600\$	24:000\$	27:600\$	31:200\$	36:000\$	39:600\$
	anuais							

Art. 2.º — O quadro do pessoal do mencionado Serviço, para o corrente ano, compreenderá setenta e seis cargos, assim distribuídos:

		Padrão	
Diretor	.....	24	
2 Assistentes técnicos, sendo 1 ..	.....	23	
	e 1 ..	20	
3 Chefes de Secção	.....	21	
14 Encarregados de Serviço, sen-	do	1	19
	.....	1	17
	.....	3	14
	.....	4	13
	.....	1	12
	.....	3	11
	.....	1	7
55 Auxiliares, sendo 1	.....	17	
	.....	1	15
	.....	1	14
	.....	3	10
	.....	9	9
	.....	2	8
	.....	3	7
	.....	3	6
	.....	7	5
	.....	6	4
	.....	10	3
	.....	7	2
	.....	3	1

Art. 3.º — Na forma regulamentar, o preenchimento desses cargos far-se-á por portaria do presidente do Instituto, mediante proposta do diretor do Serviço, competindo a este tão somente a admissão dos diaristas e tafereiros que ainda se tornarem necessários, nos termos do § 1.º do art. 13 do Regulamento do Serviço e dentro das possibilidades orçamentárias.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 77, de 20 de janeiro de 1941

Dispõe sobre o plano sexenal elaborado pelo diretor da Escola de Geógrafos do Exército e aprovado pelo Ministério da Guerra

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que constitui finalidade precípua do Conselho prestigiar as iniciativas que aproveitem a geografia nacional;

Tendo examinado, por solicitação do autor, o plano de trabalhos geográficos e cartográficos, cuja execução durante o sexênio 1940-1946 projetou o ilustre tenente-coronel Djalma Polly Coelho, digno diretor da conceituada Escola de Geógrafos do Exército;

Considerando que o mencionado plano recebeu aprovação das autoridades máximas do Exército, o chefe do Estado Maior e o ministro da Guerra;

Considerando que, no plano em apêço, há cogitação da colaboração deste Conselho;

Considerando que no tocante à questão cartográfica, se encontra em andamento a execução da Resolução n.º 27, de 19 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que determinou fôsse promovida a uniformização da cartografia brasileira;

Considerando que, no momento atual, se processa a fase de consulta aos meios técnicos do país, com base no plano esboçado para fins de estudo pela Comissão Técnica Especial, constituída, nos termos da referida Resolução n.º 27, pelos delegados técnicos do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, da Diretoria de Navegação da Armada, dos Serviços Geográficos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo e pelo professor de geodésia e astronomia de campo da Universidade do Brasil, designados pelos respectivos ministros e chefes de Governo;

Considerando a valiosa contribuição que, para o problema da uniformização cartográfica, representa o mencionado plano sexenal, que recebeu o apoio da grande instituição técnica que é o Serviço Geográfico e Histórico do Exército;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia consigna o mais caloroso aplauso ao ilustre tenente-coronel Djalma Polly Coelho, pela ini-

ciativa de elevado alcance, consubstanciada no plano sexenal de trabalhos geográficos e cartográficos, de sua autoria, em que prevê de maneira objetiva e orgânica um admirável sistema de cooperação entre as instituições especializadas, interessadas na zona de levantamentos projetados, e formula, com os mais justificados anseios, os melhores votos de êxito na notável campanha geográfica planejada, que tantos benefícios trará para a geografia nacional.

Art. 2.º — O presidente do Instituto dirigir-se-á aos órgãos regionais do Conselho nos Estados compreendidos na zona de trabalhos do plano sexenal, no sentido de influírem, junto aos seus governos, para a obtenção da colaboração pretendida pelo Serviço Geográfico e Histórico do Exército, segundo prevê o plano, na execução de trabalhos de campo nos territórios respectivos.

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho solicitará do Serviço Geográfico e Histórico do Exército exemplares das normas cartográficas compreendidas no plano sexenal, para distribuí-las aos meios técnicos que devam ser ouvidos segundo o previsto na citada Resolução n.º 27.

Art. 4.º — Ficam recomendadas à consideração da próxima sessão da Assembléia Geral do Conselho as especificações cartográficas contidas no citado plano sexenal, quando se discutir em definitivo o plano de uniformização da cartografia brasileira, nos termos da Resolução n.º 27, de 19 de julho de 1938, cabendo a este Diretório apresentá-las devidamente concatenadas, de acordo com os entendimentos que a respeito deverão ser efetivados com o Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 78, de 3 de abril de 1941

Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1942

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando as instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda no sentido de, com presteza, serem fornecidas pelas repartições e instituições interessadas as propostas orçamentárias parciais respectivas que permitam o estudo, desde já, do orçamento da União para 1942;

Considerando que a situação geral do país recomenda economia nos gastos, sem que, entretanto, em se tratando de serviços públicos, seja prejudicada a execução de trabalhos úteis e imprescindíveis;

Considerando, na justa medida, as responsabilidades que sobre o Conselho recaem não só no prosseguimento eficiente da proveitosa

ação coordenadora das atividades geográficas no país como também na manutenção duma repartição federal, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938);

Considerando a necessidade imperiosa de, na medida do possível, serem realizados os empreendimentos técnicos e administrativos, de natureza inadiável, afetos ao Conselho, e à sua repartição central em virtude de leis federais e de Resoluções dos órgãos competentes da instituição;

Considerando que a atualização da Carta Geográfica do Brasil, a que o Conselho está procedendo, constitui um empreendimento fundamental, não se devendo medir sacrifícios na execução das campanhas e trabalhos preparatórios, de tal forma que a referida Carta venha a ser, como deve, uma afirmação cultural e documento de subido valor;

#### Resolve:

Art. 1.º — Fica fixado em três mil e trezentos contos de réis (3.300:000\$000) a dotação do Conselho Nacional de Geografia na proposta que a Presidência do Instituto formular ao Ministério da Fazenda, afim de figurar no auxílio a ser consignado ao Instituto no orçamento da União para 1942.

Art. 2.º — A dotação pretendida foi prevista para atender em 1942 a despesa que obedece à seguinte descriminação:

#### Verba I — Pessoal

1 — Gratificação ao Secretário do Conselho (art. 2.º do Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938) .....	12:000\$
2 — Gratificação de função e por serviços prestados em horas extraordinárias, aos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (art. 4.º do Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938 e Resolução n.º 31 do Diretório Central) ..	90:000\$
3 — Vencimentos do pessoal contratado para a Secretaria do Conselho e para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (art. 4.º do Decreto-lei n.º 782 e Resolução n.º 31 do Diretório Central) .....	660:000\$
<b>Total da Verba I .....</b>	<b>762:000\$</b>

#### Verba II — Material

1 — Material permanente, móveis, máquinas e utensílios .....	80:000\$
2 — Material de consumo, de expediente e congêneres .....	50:000\$
3 — Aquisição de obras para a biblioteca central do Conselho, mapas, maquetas, documentos, assinaturas de recortes e de revistas técnicas, encadernação, material de biblioteca ..	30:000\$
4 — Fardamentos para o pessoal subalterno .....	2:500\$
<b>Total da Verba II .....</b>	<b>162:500\$</b>

#### Verba III — Serviços e Encargos Diversos

1 — Ajuda de custo aos delegados estaduais à Assembléa Geral do Conselho, nos termos do art. 16 do Decreto n.º 1 200 e do art. 2.º da Resolução n.º 8 do Diretório Central .....	20:000\$
2 — Aquisição de passagens para os referidos delegados, na forma dos mesmos dispositivos ..	15:000\$
3 — Indenização de despesas de estada aos mesmos delegados (Resoluções ns. 8 e 56 do Diretório Central) .....	12:600\$
4 — Despesas com a realização da Assembléa (excursões científicas, condução, serviço de taquígrafia e outras despesas especiais) .....	12:000\$
5 — Publicação da <i>Revista Brasileira de Geografia</i> , de mapas para escolas, de contribuições ao <i>Dicionário Geográfico Brasileiro</i> e à <i>Coletânea de Efemérides Geográficas</i> , edição de publicações técnicas, tiragem de cópias heliográficas e fotográficas, impressão de formulários e impressos diversos, contribuição aos <i>Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia</i> .....	350:000\$
6 — Impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, atualizada, compreendendo a impressão duma carta preparatória para fins de consulta aos meios técnicos do país (plano bienal) .....	1 000:000\$
7 — Prosseguimento da Campanha das Coordenadas Geográficas, compreendida no plano dos trabalhos de atualização da Carta Geográfica do Brasil .....	300:000\$
8 — Levantamentos aerofotogramétricos em prosseguimento da Campanha Altimétrica, compreendida no plano de trabalho de atualização da mencionada Carta .....	300:000\$
9 — Assistência aos sistemas de serviços geográficos regionais, inclusive ajudas de custo, diárias e passagens despendidas em objeto de serviço dessa assistência .....	80:000\$
10 — Participação do Conselho em certames e exposições, despesas especiais referentes aos trabalhos relacionados com a Lei Nacional n.º 311 e com o Recenseamento Geral da República .....	60:000\$
11 — Aluguel de sede para a Secretaria do Conselho e para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica .....	144:000\$
12 — Luz, telefone, limpeza, conservação e demais despesas da sede .....	12:000\$
13 — Condução e pequenas despesas gerais .....	6:000\$
14 — Telegramas, selos e demais despesas de expediente .....	5:000\$

## Verba IV — Eventuais

Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias que forem autorizadas pelo Diretório Central ....	58:900\$
Total das Verbas III e IV..	2 375:500\$
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>3 300:000\$</b>

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho, para melhor instrução do pedido, fornecerá à Presidência do Instituto os esclarecimentos necessá-

rios à perfeita e completa justificação das verbas solicitadas e que permitam à Comissão de Estudos do Orçamento da União, cabal conhecimento das iniciativas e trabalhos, cuja realização o Conselho pretende para o próximo exercício.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1941, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 79, de 5 de maio de 1941

Dispõe sobre a publicação da nova edição do volume das Vias Brasileiras de Comunicação referente à Estrada de Ferro Central do Brasil

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando que cumpre ao Conselho estimular a divulgação dos conhecimentos geográficos do país;

Tendo em vista a importância da obra *Vias Brasileiras de Comunicação*, de autoria do Dr. Max Vasconcelos, de saudosa memória, cuja edição, referente à Estrada de Ferro Central do Brasil, se acha de há muito esgotada;

Tomando no devido apêço a solicitação formulada ao Conselho pelos proprietários, no sentido de colaborar na impressão de nova edição, atualizada, dessa útil publicação;

Atendendo à indiscutível vantagem de promover-se a realização de estudos acerca das linhas férreas do país, em que se considerem os aspectos corográficos das regiões por elas servidas;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o Conselho Nacional de Geografia autorizado a prestar seu concurso na impressão de nova edição, atualizada, da obra *Vias Brasileiras de Comunicação*, volume referente à Estrada de Ferro Central do Brasil, de autoria do Dr. Max Vasconcelos.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho fornecerá os dados, de que dispuser, para a devida atualização das informações e ilustrações da

obra em apêço, entendendo-se a respeito com a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 3.º — Fica autorizada a impressão da obra no Serviço Gráfico do Instituto, responsabilizando-se o editor mediante termo, pelas despesas respectivas, que serão consignadas em conta especial na contabilidade do Instituto.

Art. 4.º — O Conselho representará às direções das demais estradas de ferro do país no sentido de promoverem a publicação de trabalhos análogos, se possível nos moldes do volume referente à E.F.C.B., cuja edição atualizada constitui objeto da presente deliberação.

§ 1.º — Ficam, desde já, autorizadas a utilização do Serviço Gráfico e a concessão de facilidades ao alcance do Conselho para a impressão desses trabalhos.

§ 2.º — A Secretaria do Conselho recomendará ao editor da obra referente à E.F.C.B., para que, na nova edição a ser impressa, sejam adotadas normas de organização e impressão, visando ao preparo de um padrão para os trabalhos análogos, ora recomendados.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 80, de 5 de maio de 1941

Autoriza a concessão dum auxílio

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando a alta significação do intercâmbio cultural entre os elementos intelectuais dos Estados brasileiros;

Acolhendo com simpatia a iniciativa do Diretório Regional do Conselho no Estado de Minas Gerais no sentido dum dos seus destacados membros ir ao sul do país em viagem de estudos e de intercâmbio cultural;

Reconhecendo os méritos do professor Aníbal Matos, cuja obra cultural é, sem favor, digna de louvores;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a concessão de um auxílio, até três contos de réis (3:000\$), ao

Diretório Regional do Conselho no Estado de Minas Gerais, como contribuição para a viagem de estudos do professor Aníbal Matos ao sul do país.

Art. 2.º — A despesa decorrente correrá por conta da verba III-subsignação 8 — "Assistência aos sistemas regionais", do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 81, de 19 de maio de 1941

Promove a extensão de vantagens para o delegado do Estado do Rio de Janeiro à Assembléa Geral do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, em consequência do disposto no art. 16 do Decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936, o Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, em seu art. 27, excluiu do direito da percepção de ajuda de custo aos membros da Assembléa Geral residentes na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro;

Considerando, entretanto, que a participação efetiva do delegado do Estado do Rio de Janeiro nos trabalhos da Assembléa acarreta despesas especiais, com representação, locomoção e estada, recomendando-se assim que se lhe estendam as vantagens conferidas aos demais delegados à Assembléa;

Resolve:

Artigo único — A Presidência do Instituto promoverá junto ao Governo Federal autorização legal para incluir o delegado do Estado do Rio de Janeiro entre os membros da Assembléa Geral deste Conselho, beneficiados com a ajuda de custo prevista no art. 16 do Decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 82, de 19 de maio de 1941

Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que vem de ser eleito presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística o grande brasileiro, Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas;

Tendo em vista a notável atuação desse digno patriota na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja influência benéfica, cada vez mais extensa e intensa, é reconhecida pelas autoridades técnicas dos países do continente;

Reconhecendo o alto significado de atribuir-se ao Brasil, por um dos seus mais dignos filhos, a presidência duma instituição que, apoiada pelos governos americanos, está fadada a exercer, no importante setor da estatística, uma proveitosa atuação cultural no continente das Américas;

Resolve:

Art. 1.º — Fica consignado ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas a mais calorosa congratulação do Conselho Nacional de Geogra-

fia pela sua eleição para presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística, e, do mesmo passo, formulado os melhores votos de feliz mandato, a que fazem jus as suas brilhantes tradições de inteligência, de caráter e de cultura.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fica expressa a mais viva alegria cívica do Conselho Nacional de Geografia pelo reconhecimento, além-fronteiras, dos méritos da instituição brasileira, cuja atuação magnífica se trespobra nos setores dos serviços geográficos, estatísticos e censitários.

Art. 3.º — O presidente do Conselho transmitirá ao Governo da União, por intermédio do Excelentíssimo Senhor ministro das Relações Exteriores, a congratulação do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 83, de 3 de junho de 1941

Approva a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de Santa Catarina

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo § 2.º do art. 15 do Regulamento do Conselho; Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Santa Catarina, a qual se acha devidamente fundamentada com as credenciais das personalidades indicadas para Consultores Técnicos Regionais;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado de Santa Catarina, para que os se-

nhores Carlos da Costa Pereira, padre Bertoldo Braunn S.J., Luís Sanches Bezerra da Trindade, José Warken, Ivo Piccoli, Osvaldo Cabral, Henrique da Silva Fontes, Antônio de Lara Ribas, Lourival Câmara, Davi Trompowski Taulois, Henrique Stodiek e Rogério Vieira constituam o corpo de Consultores Técnicos Regionais, junto ao referido Diretório Regional.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 84, de 18 de agosto de 1941

### Aprova um comissionamento e dá outras providências

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que cumpre difundir no país os conhecimentos de prática de geografia;

Considerando que o professor Jorge Zarur, diplomado pelo Curso de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, vai fazer na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos da América, um curso superior de especialização de geografia de campo;

Considerando a excelente oportunidade que se oferece ao Conselho para promover a realização de estudos sobre os processos de geografia prática mais adequados ao meio brasileiro;

Considerando que o professor Jorge Zarur, na qualidade de suplente do representante do Ministério da Educação e Saúde, está perfeitamente identificado com as finalidades e empreendimentos do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o professor Jorge Zarur comissionado pelo Conselho para realizar, nos Estados Unidos da América, em complemento ao curso que vai fazer na Universidade de Wisconsin, estudos sobre os métodos de geografia de campo que melhor se adaptem às condições do meio físico e cultural do Brasil.

Art. 2.º — É concedido ao comissionado um auxílio de treze contos de réis (13:000\$), que correrá por conta da sub-consignação 8 da verba III do orçamento do Conselho, em vigor.

Art. 3.º — O comissionado divulgará, nos meios culturais americanos com que tiver contacto, a obra deste Conselho e a sua influência na cultura geográfica brasileira, ressaltando a importância do X Congresso Brasileiro de Geografia a realizar-se em Belém, de 7 a 16 de setembro de 1943, sob os auspícios do Conselho.

Parágrafo único — A Secretaria do Conselho fornecerá os elementos, publicações, dados e informações necessárias a essa divulgação.

Art. 4.º — O comissionado apresentará um trabalho consubstanciando os resultados dos seus estudos acerca dos métodos de geografia de campo, transferindo-se ao Conselho os direitos autorais sobre a publicação respectiva.

Art. 5.º — No seu regresso, o comissionado, fará um curso sobre geografia de campo, independentemente de remuneração especial.

Parágrafo único — O curso destinar-se-á aos funcionários da repartição central do Conselho, podendo estender-se a outras pessoas interessadas, a juízo da Presidência do Instituto.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

# Diretórios Regionais

## MINAS GERAIS

### Íntegra das Resoluções n.ºs 5 a 10

**Resolução n.º 5, de 26 de agosto de 1940.**

*Dispõe sobre a venda de trabalhos cartográficos*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que apesar das cartas municipais não terem sido ainda impressas por se encontrarem na fase de revisão e aperfeiçoamento, com a colaboração dos Diretórios Municipais de Geografia, orientados pela Circular DG/1/40 e questionário anexo, a sua procura tem sido grande;

Considerando que o Diretório Regional de Geografia não tem verba para atender a frequentes pedidos por parte das repartições e particulares;

Considerando que é de grande alcance a maior divulgação possível dos trabalhos cartográficos de que poderá resultar eficiente colaboração dos interessados, no aperfeiçoamento e atualização dos mapas em geral;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria do Diretório autorizada a organizar o serviço de cópias e venda de mapas municipais e outros trabalhos cartográficos que possuir, mediante instruções e tabelas organizadas, de modo a cobrir as despesas decorrentes desse serviço.

Art. 2.º — As instruções e tabelas a que se refere o artigo anterior serão, depois de aprovadas pelo presidente do Diretório, publicadas no órgão oficial do Estado.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 1940. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 6, de 29 de agosto de 1941.**

*Faz um caloroso apêlo ao Conselho Nacional de Geografia no sentido de serem intensificados os trabalhos de determinação de coordenadas geográficas em Minas Gerais*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que a Assembléa Geral do Conselho resolveu que prosseguisse a campanha de determinação das coordenadas geográficas do país;

Considerando que, embora reconheça os valiosíssimos resultados obtidos no Estado de Minas Gerais, não possui este ainda as coordenadas de todas as suas cidades;

Considerando que se acha em execução, no Departamento Geográfico, o mapa do Estado na escala de 1:500 000;

Considerando que a precisão do mesmo, na parte norte e extremo oeste, depende consideravelmente do número de coordenadas conhecidas;

Considerando que o Departamento Geográfico diminuiu de certo modo a tarefa que se propôs o Conselho, tendo, nas suas diversas fases, determinado por triangulação as coordenadas de todos os pontos necessários na Zona da Mata e na do Sul;

Considerando, finalmente, que o grande e precioso acervo de levantamentos topográficos, feitos para mapas municipais poderá ser conveniente e excelentemente aprovado se forem conhecidas as coordenadas geográficas de dois pontos em cada município, para ligação de caminhos executados por um mesmo profissional;

Resolve:

Artigo único — Dirigir um caloroso apêlo ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia para que verifique a possibilidade de intensificar, com o maior número de turmas de campo, a determinação de coordenadas geográficas no Estado, a fim de permitir o máximo aproveitamento dos elementos obtidos com a campanha de mapas municipais, para execução da Carta Geral do Estado na escala de 1:500 000, já em andamento.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 1941. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

**Resolução n.º 7, de 22 de outubro de 1941.**

*Faz um apêlo aos Diretórios Municipais de Geografia do Estado no sentido de que seus membros contribuam pessoalmente para o maior êxito do Concurso de Monografias de 1942.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que foi instituído pelo Conselho o "Concurso Anual de Monografias";

Considerando que este concurso visa estimular o estudo e a divulgação da geografia regional, com uma orientação verdadeiramente científica;

Considerando que cabe aos Diretórios Regionais de Geografia divulgar as bases do concurso e despertar o interesse dos estudiosos do assunto;

Resolve:

Artigo único — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia em Minas Gerais, enviando aos Diretórios Municipais de Geografia do Estado as informações sobre o "Con-

curso Anual de Monografias", recebidas do Diretório Central, faz um apêlo a todos os membros desses Diretórios para que contribuam pessoalmente para o maior êxito do Concurso.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 1941. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

#### Resolução n.º 8, de 22 de outubro de 1941

*Dispõe sobre a adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições:

Considerando que deverá realizar-se em setembro de 1943, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o X Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia e sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando a finalidade altamente patriótica dos Congressos de Geografia;

Resolve:

Artigo único — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Minas Gerais adere ao X Congresso Brasileiro de Geografia, na qualidade de Membro Protetor.

Parágrafo único — Fica a Secretaria do Diretório autorizada a tomar as providências necessárias à efetivação do que dispõe este artigo.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 1941. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

#### Resolução n.º 9, de 25 de novembro de 1941.

*Aprova os estudos sobre a divisão regional do Estado de Minas Gerais.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que a Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941 do Conselho Nacional de Geografia aprovou as normas para o estabelecimento da divisão regional das Unidades Federadas, dentro do critério geral de ter fundamento científico-geográfico e atender às conveniências práticas;

Considerando que foi proposto um quadro básico elaborado pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Conselho;

Considerando que o assunto, na parte referente ao Estado de Minas Gerais, foi cuidadosamente estudado e discutido por este Diretório com a valiosa e atenta colaboração da Junta Executiva Regional de Estatística;

Considerando que foi designada pelo Diretório uma Comissão incumbida de coordenar e relatar os resultados dos estudos e debates realizados pelos dois órgãos regionais do Instituto

Considerando que a referida Comissão apresentou seu parecer fundamentado;

Considerando que em virtude do interesse despertado pelo assunto foi, por solicitação da Secretaria do Diretório, dilatado até 30 de novembro de 1941 o prazo para entrega dos estudos sobre o assunto;

Resolve:

Artigo único — Ficam aprovados os estudos consubstanciados no parecer anexo que propõe a divisão do Estado de Minas Gerais em 10 regiões a saber:

- I — Zona Metalúrgica
- II — Zona do São Francisco
- III — Zona de Itacambira
- IV — Zona do Mucuri
- V — Zona do Rio Doce
- VI — Zona da Mata
- VII — Zona Sul
- VIII — Zona Oeste
- IX — Zona do Triângulo
- X — Zona do Uruçuia

Parágrafo único — O referido parecer fica fazendo parte integrante da presente resolução.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 1941, — Conferido e numerado. *Eduardo Schmidt M. de Castro*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

#### Resolução n.º 10, de 9 de fevereiro de 1942.

*Comunica ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia o resultado da medição da base geodésica de Governador Valadares, apresenta agradecimentos ao órgão local do Conselho e dá outras providências.*

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando o grande interesse que representa para o progresso do vale do rio Doce a execução dos trabalhos geodésicos e topográficos que estão sendo levados a efeito pelo Departamento Geográfico do Estado;

Considerando que é de grande utilidade a divulgação imediata dos resultados da medição da base geodésica da cidade de Governador Valadares, trabalho ao qual foi prestada valiosa colaboração pelo Diretório Municipal de Geografia;

Resolve:

Art. 1.º — Comunicar ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia os resultados da medição da base geodésica efetivada na cidade de Governador Valadares, nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 1942 pelo Departamento Geográfico do Estado e da determinação das coordenadas geográficas dos marcos da referida base, trabalho executado paralelamente com a campanha de coordenadas do Conselho; são as seguintes as expressões numéricas resultantes destas operações: comprimento da base, média de duas medições, divergentes apenas de 1,153 milímetros; 3 191 581,853 milímetros; compri-

mento reduzido ao nível do mar: 3 191 496,747 milímetros; latitude do marco: 18° 51' 00",9 sul; longitude do marco A: 41° 56' 19", 9 W. Gr., azimute A-B (valor provisório): 56° 29' 25",0 S.W.; altitude do marco A: 169,126 metros; altitude do marco B: 171,071 metros.

Art. 2.º — Deixar a conservação e proteção dos marcos da base e outros marcos já cravados ou que o Departamento Geográfico venha a cravar em território do município sob os cuidados do Diretório Municipal de Geografia e Prefeitura Municipal.

Art. 3.º — Consignar agradecimentos ao presidente e membros do Diretório e à Prefeitura Municipal da cidade de Governador Valadares pela assistência e colaboração prestadas durante a execução dos trabalhos.

Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 1942. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Eduardo Schmidt Monteiro de Castro*, pelo Secretário. — Publique-se. *B. Quintino dos Santos*, pelo Presidente do Diretório.

---